

DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO CONCELHO DE SESIMBRA

*Desafios
e Potencialidades
para o Desenvolvimento
Local*



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.



DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NO CONCELHO DE SESIMBRA

*Desafios
e Potencialidades
para o Desenvolvimento
Local*

Biblioteca Nacional de Portugal · Catalogação na Publicação

Diagnóstico da população imigrante no concelho de Sesimbra:
desafios e potencialidades para o desenvolvimento local/coord.
Maria Manuela Ferreira Mendes, Pedro Brígido, Pedro Candeias
ISBN 978-989-685-036-4
I – MENDES, Maria Manuela Ferreira
II – CANDEIAS, Pedro
III – BRÍGIDO, Pedro
CDU 314
316

Promotor

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)

Coordenador Científico da Colecção

JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

Coordenação do Estudo

CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA

Equipa de Investigação do Estudo:

MARIA MANUELA FERREIRA MENDES (COORDENAÇÃO)
PEDRO CANDEIAS; PEDRO BRÍGIDO (INVESTIGAÇÃO)
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES
ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Edição

ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)

R. Álvaro Coutinho, 14 – 1150-025 LISBOA

Telefone: (0351) 218106100 • Fax: (00351) 218106117 •

E-mail: acidi@acidi.gov.pt

Design

JORGE VICENTE
B FACTORY

Revisão e Maquetização

PROS – PROMOÇÕES E SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, LDA.

ISBN

978-989-685-036-4

LISBOA, JULHO 2011

As opiniões expressas no presente estudo são do(s) autor(es),
elas não reflectem necessariamente as do ACIDI, I.P.

“Conhecer mais a realidade local para agir melhor” foi o lema do desafio lançado à Rede CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes - para o desenvolvimento de estudos locais com vista à caracterização dos seus contextos de intervenção ao nível local. Foi com este espírito, de olhar os/as imigrantes como um contributo para as dinâmicas de desenvolvimento dos municípios, que 22 estudos foram realizados integrando uma nova colecção.

Com estes estudos, financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - FEINPT, pretendeu-se não só adquirir um maior conhecimento da realidade imigratória nos diferentes concelhos envolvidos, mas também reunir a amostra necessária à realização de um Estudo de abrangência nacional - “Diagnóstico da População Imigrante em Portugal - Desafios e Potencialidades”.

Trata-se de conferir instrumentos de acção credíveis às entidades com responsabilidades ao nível do acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, através de dados científicos sobre a realidade onde actuam, tendo em vista a implementação de políticas e medidas ainda mais ajustadas às necessidades, em particular aos CLAII, no sentido de uma intervenção cada vez mais consolidada.

Assim, e no seguimento daquele que tem sido o papel do ACIDI, através do Observatório da Imigração, promovendo e aprofundando o conhecimento da realidade imigratória em Portugal, desejamos que esta nova colecção seja portadora de mais-valias para todas e todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, trabalham em prol da população imigrante. Neste sentido, será também disponibilizada uma Base de Dados que integra toda a informação recolhida no âmbito dos estudos e que será de grande utilidade,

nomeadamente por parte da academia, para outras investigações.

Por fim, uma palavra de agradecimento a quem tornou possível a concepção destes estudos, desde as autarquias às entidades da sociedade civil, seus técnicos e técnicas, gabinete técnico da rede CLAI, centros de investigação e suas equipas, bem como ao Professor Doutor Jorge Macaísta Malheiros do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, pelo esforço desempenhado na coordenação científica geral de todos os estudos.

Rosário Farmhouse

Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural

O presente relatório é parte integrante de um conjunto de estudos incluídos na mesma colecção, que têm como objectivo caracterizar a população imigrante, de origem não comunitária (cidadãos naturais de países não-membros da EU-27, com excepção dos descendentes da população retornada, que nasceram nas ex-colónias portuguesas de África), em 22 áreas do território português, incluindo-se aqui municípios isolados, conjuntos de municípios e mesmo agrupamentos de freguesias.

Tendo como objectivo específico comum elaborar o diagnóstico da situação dos imigrantes instalados nas várias áreas em análise, no que respeita à sócio-demografia, à situação e trajetórias laborais e migratórias, ao quadro residencial, às práticas culturais, às experiências de discriminação e integração e ao desenvolvimento de redes relacionais (com outros cidadãos dos locais de origem e de destino, mas, também, com as diversas instituições do país de origem e da localidade de instalação), estes estudos assumem três propósitos base:

- Identificar os principais problemas com que se debatem estes imigrantes, quer ao nível nacional, quer ao nível local;
- Perceber os seus contributos para os processos de desenvolvimento dos vários territórios em análise;
- Obter um conjunto significativo de informação que contribua para o desenvolvimento de políticas informadas de integração, na esteira do que tem vindo a caracterizar a acção dos órgãos governamentais portugueses, com destaque para o ACIDI, ao mesmo tempo que disponibiliza um leque muito vasto de dados (ao nível local e, por agregação, também ao nível nacional), que pode ser explorado de modos muito

diversos pela comunidade científica que trabalha no domínio da imigração.

O ponto de partida para o trabalho consistiu na aplicação, nas 22 áreas de estudo, de um questionário com uma base comum alargada, discutida, comentada e validada colectivamente por todos os coordenadores científicos locais, em conjunto com a equipa de coordenação geral. Para além deste tronco comum, que cobre todos os domínios analíticos acima mencionados, as equipas de trabalho locais podiam, se assim o entendessem, acrescentar questões específicas que considerassem particularmente pertinentes para a análise das situações e dos processos em curso na sua área.

A definição da dimensão da amostra e do método amostral, bem como do modo de aplicação dos questionários foram decididos pelas várias equipas (em sintonia com a coordenação geral), procurando respeitar critérios de representatividade estatística e de estratificação dos elementos estatísticos em função das principais nacionalidades. Se as estruturas e os processos de tratamento de informação presentes nos vários relatórios locais têm elementos comuns em virtude das características idênticas da informação recolhida, as análises efectuadas pelas várias equipas de investigação são específicas, observando-se algumas diferenças metodológicas, bem como formas distintas de abordar as várias componentes do diagnóstico, frequentemente complementadas com informação suplementar proveniente de fontes secundárias (SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, INE - Instituto Nacional de Estatística) e comentários e recomendações de carácter específico, devidamente ajustados à realidade de cada caso.

A selecção das 22 áreas de estudo teve como base inicial a candidatura dos CLAI interessados, sempre suportados por equipas

técnicas sólidas, posteriormente complementada com alguns estudos adicionais, de modo a que se obtivesse uma malha de cobertura que incluía informação e relatórios analíticos de todas as regiões do continente e das duas regiões autónomas.

Refira-se que o presente relatório, como todos os outros incluídos nesta coleção, tem origem num processo de trabalho complexo ao nível da recolha, tratamento e análise da informação recolhida, que apenas foi possível graças ao forte empenhamento dos técnicos dos CLAI e dos investigadores envolvidos nas diversas fases do processo e, também, dos muitos inquiridores nacionais e estrangeiros formados e mobilizados para a actividade. Sendo parte de um todo coerente, o que permitiu, por um lado, gerar mais-valias associadas ao processo de trabalho e, por outro, compreender melhor o quadro nacional a partir do que se passa nas diversas parcelas do território, o estudo materializado neste produto tem um carácter autónomo e vale por si mesmo, permitindo traçar um diagnóstico local da imigração não comunitária em finais do primeiro decénio do século XXI (2010), bem como dos seus problemas e dos contributos para a dinâmica da área em estudo.

Jorge Malheiros

(CEG, IGOT-UL; Coordenador Científico Geral dos Estudos)

O concelho de Sesimbra tem um historial de imigração relativamente recente, com início significativo apenas na década de 90, onde passámos de uma predominância monoculturalista para uma influência multiculturalista, que se deveu principalmente às vagas de imigrantes que chegaram do Brasil e da Europa de Leste e que se fixaram um pouco por todo o concelho, mas com uma incidência mais significativa na Quinta do Conde.

Este fenómeno social trouxe assim alterações que se traduziram em salas de aulas, serviços, ruas e bairros mais plurais, com outras tradições, costumes e culturas.

Apesar de, comparativamente a outros concelhos vizinhos, as nossas comunidades imigrantes não serem tão visíveis, pois encontram-se dispersas por todo o concelho, principalmente na freguesia do Castelo que é uma freguesia predominantemente rural, foi necessário adoptar estratégias de integração locais que fossem ao encontro das políticas de imigração que Portugal adoptou.

Neste sentido, em 2006 foi implementado um CLAII – Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes – através de um Protocolo estabelecido com o ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e, logo em 2007, o município sentiu necessidade de alargar e reestruturar esta nova valência, através da assinatura do Pacto Territorial para o Diálogo Intercultural que se consubstanciou na abertura do Espaço Cidadania.

O desenvolvimento destes projectos no concelho de Sesimbra tem sido uma aposta sólida que trouxe frutos de relevante importância. O facto de termos encarado o aumento do número de imigrantes como uma mais-valia, que se traduz numa riqueza de circulação de pessoas, produtos e tradições, permite-nos observar o processo

migratório como um factor de sustentabilidade social e económica.

Apesar de este trabalho nem sempre ser fácil e ter alguns contratempos, é preciso encarar as contrariedades e trabalhar sempre no sentido de dissipar estereótipos e promover a harmonia social. Nesta fase, é necessário passar de um predomínio multiculturalista para uma dinâmica interculturalista, não fomentando a aculturação, mas sim o hibridismo cultural.

É neste sentido que Sesimbra pretende continuar a desenvolver o seu trabalho, enfrentando as dificuldades, aproveitando as oportunidades e promovendo a inclusão na sua plenitude daqueles que chegam ao nosso concelho, por vezes em situações vulneráveis, mas com uma enorme riqueza que se traduz na sua experiência de vida!

De forma a conduzir a nossa actuação neste sentido, considera-se de extrema importância conhecer efectivamente a população imigrante residente no concelho de Sesimbra, as suas características e dinâmicas, razão pela qual foi realizado o presente estudo.

Felícia Costa

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS	14
ÍNDICE DE TABELAS	16
INTRODUÇÃO	25
I - PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA	27
II - APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL	33
Contextualização do fenómeno migratório no plano nacional e em Sesimbra	33
Retrato sócio-demográfico da população estrangeira	36
Desemprego	44
Habitação	45
Atendimentos no Espaço Cidadania (CLAI)	46
Sucesso e insucesso escolar	47
Imigrantes e sistema prisional	50
III - PERFIS SOCIAIS DOS IMIGRANTES E DOS SEUS AGREGADOS FAMILIARES	52
Caracterização do agregado familiar	52
Caracterização dos inquiridos	77
IV - CONDIÇÕES DE VIDA	87
Alojamento e condições de habitabilidade	87
Meios de transporte	95
V - TRAJECTÓRIA MIGRATÓRIA	99
A vinda para Portugal	99

Opção pelo concelho	110
Regularização	112
Relações com o país de origem/relações transnacionais	116
VI - INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO	126
Posse de carta de condução	129
Participação eleitoral	130
Associativismo	134
Factores de integração	135
Redes sociais	137
Mercado de trabalho	144
VII - CULTURA	164
Práticas culturais	164
Religião	168
Línguas	172
VIII - DIFICULDADES E CARÊNCIAS	178
Relação com as instituições	178
Racismo e discriminação	186
IX – REPRESENTAÇÕES DOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS FACE AO FENÓMENO DA IMIGRAÇÃO	194
Breve caracterização dos movimentos migratórios no concelho	194
Locais de residência e condições de habitação	200
Inserção socioprofissional	202
Valores face à escola e à escolaridade	204
Sucesso, insucesso e abandono escolar	206
Práticas linguísticas	207

Preconceitos, discriminação e racismo	209
O “Outro”, o estrangeiro: sociabilidades e modos de ser	210
Valorização <i>versus</i> desvalorização cultural e integração	214
Instituições, serviços e medidas que mais apoiam os imigrantes	217
Contributos dos imigrantes para o desenvolvimento local e desafios que se colocam ao concelho	219
X – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	224
BIBLIOGRAFIA	234
ANEXOS	238
ÍNDICE DE QUADROS ESTATÍSTICOS ANEXOS	238
Anexo 1: Quadros estatísticos de dados secundários	241
Anexo 2: Quadros de análise univariada e de contingência do inquérito por questionário	248
Anexo 3: Guião de entrevista exploratória aos actores socioinstitucionais	265
Anexo 4: Inquérito aplicado à população imigrante	274

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 · Distribuição da população estrangeira em Sesimbra por nacionalidades em 2001 (%)	37
Gráfico 2 · Pirâmide etária da população estrangeira em 2001 (valores absolutos)	41
Gráfico 3 · Grau de escolaridade completo da população estrangeira em 2001 (%)	41
Gráfico 4 · Profissão da população estrangeira em 2001 (%)	42
Gráfico 5 · Situação na profissão da população estrangeira em 2001 (%)	43
Gráfico 6 · Pirâmide etária do agregado familiar do inquirido (valores absolutos)	53
Gráfico 7 · Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar do inquirido (valores absolutos)	59
Gráfico 8 · Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar do inquirido por principais nacionalidades (valores absolutos)	60
Gráfico 9 · Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar por sexo (valores absolutos)	61
Gráfico 10 · Avaliação do grau de satisfação face à habitação por freguesia de residência (médias)	91
Gráfico 11 · Infra-estruturas do alojamento e equipamentos domésticos (%)	92
Gráfico 12 · Equipamentos e meios de transporte (%)	94
Gráfico 13 · Principais meios de transporte utilizados (%)	96

Gráfico 14 - Avaliação dos meios de transporte disponíveis na área/concelho de residência – Dentro do concelho e para fora do concelho (médias)	98
Gráfico 15 - Ano de chegada dos inquiridos a Portugal (valores absolutos)	99
Gráfico 16 - Ano de chegada a Portugal por principais naturalidades (%)	100
Gráfico 17 - Principais motivos para a residência em Sesimbra (%)	110
Gráfico 18 - Ano de regularização da situação em Portugal (%)	115
Gráfico 19 - Dificuldades de integração sentidas à chegada a Portugal e na actualidade (médias)	127
Gráfico 20 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal (médias)	136
Gráfico 21 - Frequência das práticas culturais (médias)	165
Gráfico 22 - Projecção de alguns atributos no espaço social	172
Gráfico 23 - Notoriedade e recurso a serviços (%)	179
Gráfico 24 - Recurso aos serviços por sexo	180
Gráfico 25 - Avaliação dos serviços (médias)	182
Gráfico 26 - Avaliação dos serviços por sexo (médias)	183

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra proposta e questionários aplicados (valores absolutos)	30
Tabela 2 - Locais de aplicação do questionário	32
Tabela 3 - Nacionalidade da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)	37
Tabela 4 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente com residência em Sesimbra por nacionalidade, anos 2000 a 2006 (valores absolutos)	38
Tabela 5 - Composição por sexos da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)	39
Tabela 6 - Relações de masculinidade na população estrangeira por freguesia de residência em 2001	39
Tabela 7 - Distribuição dos sexos na população estrangeira por nacionalidade em 2001 (% em coluna)	40
Tabela 8 - Nacionalidade dos desempregados estrangeiros inscritos nos centros de emprego com residência em Sesimbra em 2008/2009	44
Tabela 9 - Bairros e fogos camarários por freguesia, em 2006 (valores absolutos)	46
Tabela 10 - Nacionalidade dos utentes atendidos no Espaço Cidadania em 2008	47
Tabela 11 - Taxas de transição, retenção e desistência por nacionalidade dos alunos matriculados no 1º e 2º ciclo no ano lectivo de 2008/2009 (%)	48

Tabela 12 · Taxas de transição, retenção e desistência por nacionalidade dos alunos matriculados no 3º ciclo e ensino secundário no ano lectivo de 2008/2009 (%)	49
Tabela 13 · Nacionalidade dos detidos residentes em Sesimbra em 2009	50
Tabela 14 · Distribuição etária dos membros do agregado familiar	52
Tabela 15 · Tipo de população segundo idade dos membros do agregado familiar do inquirido	53
Tabela 16 · Grau de parentesco com o inquirido	54
Tabela 17 · Estado civil dos membros do agregado familiar inquirido	54
Tabela 18 · Naturalidade dos membros do agregado familiar inquirido	55
Tabela 19 · Naturalidade dos membros do agregado familiar do inquirido nascidos no estrangeiro	55
Tabela 20 · Concelho de naturalidade dos membros do agregado familiar do inquirido nascidos em Portugal	56
Tabela 21 · Nacionalidade dos membros do agregado familiar do inquirido	57
Tabela 22 · Nacionalidade estrangeira e dupla nacionalidade – portuguesa e outra dos membros do agregado familiar do inquirido	58
Tabela 23 · Primeiro local de residência dos membros do agregado familiar do inquirido (por distritos)	62
Tabela 24 · Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido	63
Tabela 25 · Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido por sexos (% em coluna)	64
Tabela 26 · Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido por principais nacionalidades (% em coluna)	65
Tabela 27 · Avaliação do nível de conhecimento da língua portuguesa dos membros do agregado doméstico	65
Tabela 28 · Principal meio de vida dos membros do agregado familiar do inquirido	66
Tabela 29 · Principal meio de vida dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)	67

Tabela 30 - Condição perante o trabalho dos membros do agregado familiar do indivíduo	68
Tabela 31 - Condição perante o trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)	68
Tabela 32 - Profissões dos membros do agregado familiar do inquirido	69
Tabela 33 - Profissões dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)	70
Tabela 34 - Situação na profissão dos membros do agregado familiar do inquirido	71
Tabela 35 - Vínculo contratual dos membros do agregado familiar do inquirido	71
Tabela 36 - Classe social dos membros do agregado familiar do inquirido	72
Tabela 37 - Classe social dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)	72
Tabela 38 - Classe social do grupo doméstico do inquirido	73
Tabela 39 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do indivíduo	74
Tabela 40 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)	74
Tabela 41 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido fora de Sesimbra	75
Tabela 42 - Dimensão do agregado familiar	75
Tabela 43 - Partilha de habitação com não familiares	76
Tabela 44 - Tipo de agregado doméstico do inquirido	76
Tabela 45 - Indicadores sócio-demográficos de caracterização do inquirido	78
Tabela 46 - Naturalidade do inquirido	79
Tabela 47 - Principais nacionalidades segundo o sexo (% em linha)	79
Tabela 48 - Média das idades de homens e mulheres por país/região de naturalidade	80
Tabela 49 - Nacionalidade do inquirido	80
Tabela 50 - Nacionalidades estrangeiras	81

Tabela 51 - Inquiridos com dupla nacionalidade – portuguesa e estrangeira	82
Tabela 52 - Área de residência dos inquiridos	83
Tabela 53 - Principais nacionalidades por freguesia de residência (% em linha)	84
Tabela 54 - Grau de escolaridade do inquirido	84
Tabela 55 - Grau de escolaridade por principais nacionalidades (% em coluna)	85
Tabela 56 - Avaliação do conhecimento da língua portuguesa	86
Tabela 57 - Auto-avaliação do conhecimento da língua portuguesa por principais nacionalidades (% em linha)	86
Tabela 58 - Tipo de alojamento em que vive o inquirido	87
Tabela 59 - Regime de propriedade da habitação	88
Tabela 60 - Intenção de compra de casa em Portugal	89
Tabela 61 - Intenção de compra de casa em Sesimbra	89
Tabela 62 - Número de divisões da habitação dos inquiridos	90
Tabela 63 - Avaliação do grau de satisfação face à habitação	90
Tabela 64 - Existência de problemas na habitação	91
Tabela 65 - Problemas na habitação	92
Tabela 66 - Fornecimento de luz, esgotos e gás ao alojamento	93
Tabela 67 - Equipamentos e meios de transporte	94
Tabela 68 - Principal meio de transporte utilizado para deslocações de trabalho e/ou estudo por sexo (% em coluna)	96
Tabela 69 - Principal meio de transporte utilizado para deslocações além do trabalho e/ou estudo por sexo (% em coluna)	97
Tabela 70 - Avaliação da disponibilidade dos meios de transporte existentes na área/concelho por principais nacionalidades (valores médios)	98
Tabela 71 - Tempo de residência dos inquiridos em Portugal	101
Tabela 72 - Tempo de residência em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)	101

Tabela 73 - Primeiro local de residência dos inquiridos	102
Tabela 74 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência	103
Tabela 75 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência por sexo (% em coluna)	104
Tabela 76 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência por principais naturalidades (% em coluna)	105
Tabela 77 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal	105
Tabela 78 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal por sexo (% em coluna)	106
Tabela 79 - Recorreu a organizações para vir para Portugal	107
Tabela 80 - Experiência migratória anterior dos inquiridos	107
Tabela 81 - Países intermédios (por regiões) por que passaram os inquiridos	107
Tabela 82 - Regiões de imigração anterior por principais naturalidades (por regiões e em valores absolutos)	108
Tabela 83 - Motivos para a saída do país de origem	109
Tabela 84 - Motivo para deixar o país intermédio	109
Tabela 85 - Principais motivos para a residência em Sesimbra por principais naturalidades (% em coluna)	111
Tabela 86 - Principais motivos para a residência em Sesimbra por número de anos em Portugal (% em coluna)	112
Tabela 87 - Documento(s) com que entrou em Portugal	113
Tabela 88 - Documento(s) com que entrou em Portugal por sexo (% em coluna)	113
Tabela 89 - Estatuto em Portugal	114
Tabela 90 - Estatuto em Portugal por principais naturalidades	115
Tabela 91 - Intenção de obter nacionalidade portuguesa	116
Tabela 92 - Deslocações ao país de origem	117
Tabela 93 - Número de visitas ao país de origem	117

Tabela 94 - Motivações para o retorno ao país de origem	118
Tabela 95 - Principais motivos para não ter regressado ao país de origem	119
Tabela 96 - Existência de familiares dependentes no país de origem	120
Tabela 97 - Familiares dependentes no país de origem	120
Tabela 98 - Intenção de trazer familiares para Portugal	121
Tabela 99 - Familiares que o inquirido pretende trazer para Portugal	121
Tabela 100 - Envio de remessas para o país de origem	121
Tabela 101 - Montante das remessas enviadas para o país de origem	122
Tabela 102 - Montante das remessas enviadas para o país de origem por sexo	122
Tabela 103 - Projectos de emigração	123
Tabela 104 - Projecto de emigração por principais nacionalidades (% em linha)	123
Tabela 105 - Projecto de emigração por faixa etária (% em linha)	124
Tabela 106 - Projecto de emigração por auto-avaliação do nível de integração (% em linha)	124
Tabela 107 - Países de destino para emigração	125
Tabela 108 - Dificuldades de integração sentidas à chegada a Portugal e na actualidade por sexo (médias)	128
Tabela 109 - Posse de carta de condução válida em Portugal	129
Tabela 110 - Posse de carta de condução válida em Portugal por sexo (% em coluna)	129
Tabela 111 - Posse de carta de condução válida em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)	130
Tabela 112 - Exercício do direito de voto nas eleições	130
Tabela 113 - Exercício de voto em eleições locais por principais naturalidades (% em linha)	131
Tabela 114 - Exercício do direito de voto por idade (% em linha)	132
Tabela 115 - Exercício do direito de voto segundo o grau de escolaridade (% em linha)	132
Tabela 116 - Exercício do direito de voto segundo a auto-avaliação do nível de integração (% em linha)	133

Tabela 117 - Exercício do direito de voto segundo a classe social (% em linha)	133
Tabela 118 - Adesão a associações/grupos da sociedade civil	134
Tabela 119 - Adesão a associações/grupos da sociedade civil por sexo (% em coluna)	135
Tabela 120 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal por número de anos em Portugal (médias)	137
Tabela 121 - Principais amigos em Portugal	138
Tabela 122 - Principais amigos por sexo (% em coluna)	138
Tabela 123 - Principais amigos em Portugal por principais naturalidades (% em coluna)	139
Tabela 124 - Principais amigos em Portugal por freguesia de residência (% em coluna)	140
Tabela 125 - Principais redes de ajuda	140
Tabela 126 - Principais redes de ajuda por número de anos em Portugal (% em coluna)	141
Tabela 127 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal	142
Tabela 128 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por principais naturalidades (% em linha)	142
Tabela 129 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por número de anos em Portugal (% em linha)	143
Tabela 130 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por profissões (% em linha)	144
Tabela 131 - Principal meio de vida	145
Tabela 132 - Condição perante a actividade económica	146
Tabela 133 - Regime de trabalho	146
Tabela 134 - Situação na profissão	147
Tabela 135 - Vínculo contratual	147
Tabela 136 - Vínculo contratual por principais naturalidades (% em linha)	148
Tabela 137 - Vínculo contratual por profissão (% em linha)	149
Tabela 138 - Local de trabalho	150
Tabela 139 - Trajectória profissional	152

Tabela 140 - Última profissão no país de origem por sexo (% em coluna)	153
Tabela 141 - Primeira profissão em Portugal por sexo (% em coluna)	154
Tabela 142 - Profissão actual por sexo (% em coluna)	155
Tabela 143 - Profissão actual por principais nacionalidades (% em coluna)	156
Tabela 144 - Classe social do próprio	156
Tabela 145 - Classe social do próprio por sexo (% em coluna)	157
Tabela 146 - Classe social do indivíduo por principais nacionalidades (% em coluna)	158
Tabela 147 - Como obteve o 1º emprego em Portugal e o emprego actual	159
Tabela 148 - Como obteve o 1º emprego por principais nacionalidades (% em coluna)	160
Tabela 149 - Como obteve o emprego actual por principais nacionalidades (% em coluna)	161
Tabela 150 - Como obteve o 1º emprego em Portugal por número de anos em Portugal (% em coluna)	161
Tabela 151 - Como obteve o emprego actual por número de anos em Portugal (% em coluna)	162
Tabela 152 - Países para onde emigrou desde que está em Portugal	163
Tabela 153 - Desde que está em Portugal já trabalhou no estrangeiro por sexo (% em coluna)	163
Tabela 154 - Frequência das práticas culturais por principais nacionalidades (médias)	166
Tabela 155 - Práticas culturais por nº de anos em Portugal (valores médios)	167
Tabela 156 - Confissão religiosa professada	169
Tabela 157 - Confissão religiosa por sexo (% em coluna)	169
Tabela 158 - Confissão religiosa por principais nacionalidades (% em linha)	170
Tabela 159 - Número de línguas faladas habitualmente em casa	173
Tabela 160 - Total das línguas faladas em casa	173
Tabela 161 - Língua falada em famílias que só falam uma língua em casa	174
Tabela 162 - Línguas faladas por famílias que falam duas línguas em casa	175

Tabela 163 - Frequência de cursos de língua portuguesa	176
Tabela 164 - Frequência de cursos de língua portuguesa por principais naturalidades (% em linha)	176
Tabela 165 - Auto-avaliação do conhecimento da língua portuguesa	177
Tabela 166 - Recurso aos serviços por principais naturalidades (% em coluna)	181
Tabela 167 - Avaliação dos serviços por principais naturalidades (médias)	184
Tabela 168 - Número de comentários/sugestões às instituições (serviços)	186
Tabela 169 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal	187
Tabela 170 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por sexo (% em coluna)	187
Tabela 171 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por principais naturalidades (% em linha)	188
Tabela 172 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por grau de escolaridade (% em linha)	188
Tabela 173 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por escalão etário (% em linha)	189
Tabela 174 - Contextos de discriminação étnico-racial	190
Tabela 175 - Agentes discriminatórios no contexto do trabalho	190
Tabela 176 - Agentes discriminatórios no contexto escolar	190
Tabela 177 - Contextos de discriminação étnico-racial por sexo (% em coluna)	191
Tabela 178 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral	192
Tabela 179 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por sexo (% em coluna)	192
Tabela 180 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por principais naturalidades (% em linha)	193

O presente relatório tem como objectivo apresentar os resultados derivados da recolha e tratamento de dados qualitativos e quantitativos recolhidos no âmbito do projecto “Estudos de Diagnóstico de Caracterização da População Imigrante e Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para as Dinâmicas de Desenvolvimento do Município de Sesimbra”, estando subdividido em cinco grandes blocos temáticos: o primeiro bloco consiste numa apresentação sucinta da metodologia utilizada para a recolha da informação apresentada; o segundo apresenta uma breve contextualização do fenómeno migratório em Portugal, bem como dados estatísticos de carácter secundário sobre a população estrangeira que foram recolhidos junto de diversos organismos oficiais; na secção seguinte é apresentada a análise dos resultados obtidos através dos inquéritos por questionário aplicados à população imigrante residente em Sesimbra; posteriormente, damos a conhecer os resultados das entrevistas exploratórias efectuadas a alguns dos actores sócio-institucionais que localmente intervêm junto da população imigrante; e por fim, avançamos com algumas propostas e recomendações, juntamente com uma síntese conclusiva.

Um dos primeiros eixos de análise no âmbito desta pesquisa consistiu em recolher e analisar os dados estatísticos secundários com o intuito de dar a conhecer características sócio-demográficas da população de origem estrangeira residente no concelho em análise. Através dos dados do Recenseamento Geral da População de 2001, são cruzadas algumas variáveis consideradas como estruturantes, como a nacionalidade e a freguesia de residência com outras variáveis como a nacionalidade, o sexo, a idade, o grau de escolaridade, a profissão e a situação na profissão. Por outro lado, e com base nos dados fornecidos pelo Departamento de Habitação, Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Sesimbra, é possível apresentar algumas evidências empíricas sobre os imigrantes que moram em alojamentos de renda social. Com a informação empírica proveniente dos atendimentos do Espaço Cidadania damos conta das principais nacionalidades que recorrem a este serviço, bem como dos principais motivos que os impelem a procurar este organismo. Com base no número

de desempregados de nacionalidade estrangeira inscritos no centro de emprego procuramos mostrar quais as nacionalidades mais vulneráveis ao fenómeno do desemprego, bem como a variação do número de desempregados num dado período temporal. Tentamos também perceber a inserção dos imigrantes (e filhos de imigrantes) no sistema de ensino, apresentando, para tal, evidências empíricas relativas aos níveis de transição, de retenção e de desistência de acordo com as nacionalidades dos alunos matriculados nas escolas públicas. Por fim, mostramos quantos estrangeiros residentes em Sesimbra estão detidos no sistema prisional português, diferenciando as suas nacionalidades, as penas a que estão sujeitos e o tipo de crimes pelos quais estão condenados.

O eixo central de análise centra-se na descrição e interpretação da informação obtida por via da aplicação do inquérito por questionário, que é a técnica de recolha de informação que assume um papel de centralidade no contexto desta pesquisa. Este instrumento contemplou um bloco de perguntas de carácter comum para o inquirido e respectivo grupo familiar, tendo sido, assim, possível esboçar o retrato dos indivíduos e do seu agregado familiar, atendendo a variáveis básicas de caracterização demográfica, socioprofissional e geográfica.

Na análise e discussão dos resultados, começamos por traçar o perfil social dos imigrantes inquiridos e dos seus agregados familiares, efectuando-se, assim, a sua sociografia. Abordamos também aspectos relativos às suas condições de vida, mais concretamente ao seu alojamento, condições de habitabilidade e meios de transporte utilizados nas suas deslocações. Analisamos também as suas trajectórias migratórias, nomeadamente o seu histórico migratório, as condições e aspectos que envolvem a sua chegada a Portugal, a opção pelo concelho de Sesimbra, e ainda questões que se prendem com a sua regularização, bem como, as relações que mantêm com o país de origem. Outra das dimensões mais relevantes prende-se com a integração na sociedade de acolhimento, possíveis dificuldades que sentiram aquando da sua chegada a Portugal e na actualidade e a percepção subjectiva sobre o seu nível de integração. A este propósito damos ainda conta de outras condicionantes que determinam e que simultaneamente reflectem a integração destes indivíduos como a posse de carta de condução, a participação eleitoral, a participação associativa, as suas redes de sociabilidade e de entreajuda, e ainda várias questões relativas à sua integração no mercado de trabalho. Analisamos ainda alguns aspectos culturais da população imigrante, como algumas das suas práticas culturais, religião e língua. Por fim, damos ainda conta da relação dos imigrantes com as instituições e serviços locais, assim como de as suas percepções face ao racismo e à discriminação étnico-racial.

A parte qualitativa deste trabalho assenta na análise de alguns núcleos de informação aos quais tivemos acesso por via da realização de 10 entrevistas de carácter exploratório efectuadas aos actores sócio-institucionais que intervêm junto da população de origem imigrante em Sesimbra.

Como já dissemos atrás, para além da análise documental e estatística de fontes de carácter secundário, este trabalho implicou o uso de duas técnicas complementares entre si, por um lado o inquérito por questionário e, por outro, a entrevista. Conciliam-se, assim, duas abordagens, uma de pendor mais quantitativo e outra, marcadamente, de carácter mais qualitativo.

A componente de carácter mais quantitativo do projecto consistiu por um lado, no tratamento e análise de fontes documentais de carácter secundário e por outro, na aplicação de 433 inquéritos por questionário, dos quais foram posteriormente retirados 15 questionários, uma vez que correspondiam a indivíduos de origem búlgara e romena, que acabaram por não ser incluídos na análise, uma vez que já são nacionais de países da União Europeia, logo não poderiam constar no presente estudo. Desta forma, ficámos então com um total de 418 questionários. Os dados primários obtidos através dos questionários sofreram um tratamento exaustivo, sendo então construídas bases de dados com toda a informação obtida no inquérito, sendo posteriormente elaborada uma análise univariada de todos os dados, foram também construídas novas variáveis através das variáveis já existentes (por exemplo, cálculo de médias), foram feitas várias tabelas de contingência em que se cruzaram as perguntas do questionário com variáveis estruturais, como a naturalidade, a nacionalidade, o sexo, a escolaridade, as profissões, as idades, entre outras. Foi efectuada uma Análise de Correspondências Múltiplas com algumas variáveis consideradas por nós relevantes, com o intuito de representar algumas das características dos inquiridos no espaço social, tais como a naturalidade, o número de anos em Portugal, a profissão e a religião.

Com base nos dados do XIV Recenseamento Geral da População de 2001, foi desenhada uma amostra por quotas com base nas nacionalidades e quantitativos de estrangeiros residentes no

concelho. Estas quotas eram meramente indicativas, serviram essencialmente para garantir uma relação de proporcionalidade entre a amostra e o universo.

A decisão de tomar como referência os quantitativos dos Censos possui algumas limitações, uma delas consiste na diferença entre a definição de estrangeiro e de imigrante, sendo a primeira muito mais unívoca e operacionalizável que a segunda. Assim, ao usarmos os dados dos Censos emerge a necessidade de tomar como referência a definição de estrangeiro e não a de imigrante.

A nosso ver, os termos “estrangeiros” e “imigrantes” são muitas das vezes utilizados indistintamente, o primeiro termo deriva de uma perspectiva jurídica, de uma outra nacionalidade que não a portuguesa. O segundo termo corresponde a um fenómeno migratório, não indica nada quanto à nacionalidade porque um “imigrante” pode ter adquirido a nacionalidade portuguesa.

Não será esta a ocasião para empreender uma revisão crítica, no entanto, não deixa de ser relevante esclarecer que a palavra imigrante indicia a construção de categorias sociais ligadas à situação administrativa ou jurídica (títulos de permanência, nacionalidade), associando-se também à origem geográfica. Esta designação assenta na lógica da mobilidade dos indivíduos (deslocação que envolve uma determinada distância, durante um certo tempo, normalmente, por um período superior a 3 meses), não indicando nada quanto à nacionalidade e remetendo, frequentemente, para o mundo do trabalho, como evidencia o uso indiscriminado das designações “imigrantes de Leste” e trabalhadores de Leste (Mendes, 2007) ou imigrantes africanos e trabalhadores africanos.

Uma outra dimensão que merece reflexão, prende-se com a referência ao Outro a partir da sua “identidade”, assente nas “suas origens” (geográficas, culturais, culturais ou ligadas à cor da pele) o que, inevitavelmente, conduz a uma essencialização da diferença e a processos de etnicização (Barats, 2001), nomeadamente de carácter discursivo. Na verdade, os modos e processos de nomeação dos imigrantes induzem visibilidade de algumas populações em relação a outras, socialmente invisíveis. A figura do estrangeiro remete então para uma representação arquétipa do Outro e induz uma certa distância em relação aos estrangeiros ou imigrantes, na medida em que se faz referência a uma população concreta, objecto de um processo de categorização social ligada ao facto migratório (esta experiência comum é um factor identitário).

Uma outra limitação reside no facto de o *stock* de estrangeiros residentes apurado pelos Censos estar normalmente subavaliado (Peixoto e Figueiredo, 2007: 90), ainda pode ser considerado um entrave a distância temporal entre 2001 (o ano em que foram aplicados os Censos) e 2009/2010 (os anos de aplicação dos questionários), tendo em conta que estamos perante uma população dotada de alguma volatilidade, corremos o risco de nos estarmos a basear em informação desactualizada. Contudo, seria mais arriscado não ter qualquer base como guia do que ter uma base relativamente fidedigna, mas talvez desactualizada.

As quotas propostas eram apenas indicativas, tendo em conta a desactualização dos dados em que nos baseámos para calcular as mesmas, por outro lado, também fomos constrangidos a sub-representar e a sobre representar algumas nacionalidades. A nacionalidade brasileira foi sobre representada estrategicamente devido ao elevado contingente de brasileiros que tem entrado em Portugal nos últimos anos e pelo facto de ser bastante visível durante o trabalho de terreno, a sua presença no espaço local. Para além das evidências resultantes da observação directa nos vários momentos e locais de inquirição, as entrevistas exploratórias também permitiram fazer um diagnóstico prévio dos grupos estrangeiros com mais representatividade em Sesimbra, atestando a crescente importância do contingente de nacionalidade brasileira. A quota de imigrantes da Rússia e da Ucrânia, foi, por outro lado, uma das sub-representadas, devido ao facto de estes imigrantes estarem disseminados pelo território concelhio. Relembre-se que este é o concelho da AML com uma maior área geográfica, para além disso, supõe-se que houve fenómenos de remigração principalmente entre os ucranianos, principalmente a partir de 2003-2004 e, mais recentemente, por exemplo, em 2007, como aconteceu com cerca de 2.000 indivíduos. Em contrapartida, durante o processo de inquirição era bem notória a presença de romenos e búlgaros (UE), bem como de moldavos. Os imigrantes de nacionalidade angolana também se revelaram pouco visíveis no concelho, podendo uma das razões para tal “invisibilidade” prender-se com a uma emigração de retorno de angolanos, devido ao desenvolvimento económico que tem vindo a ocorrer no seu país de origem (Machado, 2009: 140-142); ou mesmo devido aos próprios padrões residenciais da população imigrante do concelho, uma vez que se verificou que esta se encontra, no geral, bastante dispersa pelas várias freguesias e lugares do concelho, não havendo portanto zonas de concentração de imigrantes, o que poderá ter dificultado a localização e a abordagem aos imigrantes em geral, e em particular, aos angolanos. Ainda em relação aos angolanos, é de supor uma disseminação destes imigrantes no espaço local, devido quer à heterogeneidade social, quer à maior miscigenação com a população autóctone (Parlamento Europeu, 2004: 12). A este propósito, Dora Possidónio (2006: 104) faz alusão a um trabalho realizado pelo CEPAC em 1994 em que se concluía que não é frequente encontrar-se bairros, exclusivamente (ou quase), habitados por população angolana. No caso do concelho de Sesimbra verificou-se a inexistência quer de bairros, quer de zonas com elevada concentração residencial de imigrantes de qualquer origem.

No caso dos imigrantes de outros países americanos também sub-representados devemos estar perante um tipo de imigração com diferentes contornos dos restantes no que diz respeito à sua inserção profissional, pois como é possível constatar através dos dados dos Censos as suas profissões pertencem em grande parte aos primeiros três grupos da CNP-94, pessoas com um perfil socioprofissional relativamente diferente da maioria dos imigrantes e com uma distribuição geográfica dispersa pelo território.

Para o preenchimento das quotas o critério-base foi a nacionalidade dos inquiridos, em situações de dupla nacionalidade sendo uma delas a portuguesa, atendemos à nacionalidade não-portuguesa. O caso singular de um inquirido com nacionalidade cabo-verdiana e holandesa não foi contemplado para o preenchimento das quotas. Nos casos de inquiridos que tivessem obtido a nacionalidade portuguesa baseamo-nos na sua naturalidade.

Tabela 1 - Amostra proposta e questionários aplicados (valores absolutos)

	Amostra proposta	Questionários aplicados
Bulgária/Moldávia (República de)*	16	21
Roménia	5	-
Outros Países Europeus fora da UE	8	-
Ucrânia/Rússia	44	21
Angola	101	48
Cabo Verde	51	47
Guiné-Bissau	8	11
Moçambique	14	8
São Tomé e Príncipe	13	14
Outros Países Africanos	7	14
Brasil	H 60	102
	M 44	110
Outros Países Americanos	11	1
Ásia	16	20
Oceânia	1	-
Total	400	417

*Este valor corresponde apenas a indivíduos de origem moldava.
Fonte: Amostra proposta: INE – Recenseamento Geral da População 2001.

Assim, a primeira fase do trabalho de campo consistiu num levantamento das principais zonas do concelho onde se poderiam encontrar possíveis inquiridos, este levantamento baseou-se nos dados do Censo mais recente, nos dados da Divisão de Habitação, Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) e nas diversas entrevistas exploratórias.

A população a inquirir consistia em imigrantes com idade igual ou superior a 16 anos, com nacionalidade ou naturalidade de um país não pertencente à União Europeia. Naturais de países fora da União Europeia que posteriormente tenham obtido nacionalidade de um

desses estados também poderiam ser inquiridos. Uma excepção seria aplicada no caso de indivíduos com nacionalidade portuguesa, naturalidade de um dos PALOP, em que um dos progenitores tivesse nascido em Portugal. Indivíduos com estas características não seriam inquiridos devido à sua proximidade cultural com Portugal e à sua ascendência portuguesa.

O trabalho de campo teve lugar entre 1 de Dezembro de 2009 e 22 de Fevereiro de 2010, sendo a equipa composta por 10 inquiridores.

A abordagem dos potenciais inquiridos foi feita em vários locais da via pública, mas também em alguns estabelecimentos comerciais (cafés, restaurantes, associações culturais, entidades religiosas, estabelecimentos comerciais geridos por imigrantes, etc.), em determinadas instituições locais, ou ainda, nalguns casos, em casa do próprio inquirido (a convite deste).

Dos 418 questionários, destaca-se, no que toca ao seu local de aplicação, cerca de uma centena e meia de inquéritos aplicados na via pública, meia centena em cafés, 32 aplicados no Espaço Cidadania da Quinta do Conde (que funciona como Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes), 31 aplicados em escolas do concelho e ainda 25 questionários aplicados em igrejas. Relativamente às igrejas, ou locais de culto, foi feito um levantamento de todas, ou quase todas as existentes no concelho, sendo que apenas foram contactadas algumas no âmbito do preenchimento dos questionários, uma vez que se concluiu que estes poderiam ser locais onde iríamos encontrar alguns potenciais inquiridos. As igrejas contactadas foram então a Igreja Portugal para Cristo, Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista em Chamas, Igreja Nossa Senhora da Esperança e Igreja Nossa Senhora da Boa Água.

Tabela 2 - Locais de aplicação do questionário

Local	n	%	% Válidas
Rua	147	35,2	35,6
Café	49	11,7	11,9
Espaço Cidadania	32	7,7	7,7
Escola	31	7,4	7,5
Igreja	25	6,0	6,1
Restaurante	18	4,3	4,4
Loja/Estabelecimento Comercial	17	4,1	4,1
Casa	16	3,8	3,9
Clube Desportivo e Cultural Conde II (CDCCII)	13	3,1	3,1
GIP Quinta do Conde	12	2,9	2,9
Cabeleireiro	11	2,6	2,7
Espaço Onda Jovem	11	2,6	2,7
Centro Comercial	7	1,7	1,7
Jardim	5	1,2	1,2
Mercado/Praça	5	1,2	1,2
Equipamento para a 3ª idade	5	1,2	1,2
Loja/Projecto PIPA	2	0,5	0,5
Clube Desportivo e Cultural Conde I (CDCCI)	2	0,5	0,5
Cercizimbra	1	0,2	0,2
Centro de Saúde	1	0,2	0,2
Parque de Campismo	1	0,2	0,2
Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde (ADQC)	1	0,2	0,2
Pouco especificado	2	0,5	0,5
Não responde	5	1,2	-
Total	418	100	100

A componente qualitativa do estudo contemplou o tratamento de alguma informação de carácter documental e a aplicação de 10 entrevistas a alguns actores socioinstitucionais que poderiam possuir um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno migratório no concelho. Estas entrevistas foram de carácter exploratório e de formato semiestruturado, a maior parte delas foi realizada nas instalações das instituições e a “representantes” (técnicos, directores ou presidentes) das mesmas. Um dos objectivos primordiais destas entrevistas foi o estabelecer contactos com possíveis mediadores que poderiam facilitar o acesso da equipa de investigação à população imigrante, aquando da aplicação do inquérito por questionário. E outro foi apreender e aprofundar o conhecimento sobre aspectos da realidade local da população imigrante e sobre a realidade das instituições que localmente intervêm junto dos imigrantes, tentando, assim, complementar a informação recolhida através do inquérito por questionário.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO PLANO NACIONAL E EM SESIMBRA

Foi a partir de meados dos anos 70 que se tornou mais significativa a presença de estrangeiros entre nós, sobretudo na sequência da descolonização (entre os cidadãos portugueses que regressaram à metrópole, também chegaram estrangeiros que alegavam motivos económicos para a sua entrada e razões relacionadas com a turbulência política e militar). Tradicionalmente, subsistiam fluxos vindos de Espanha (devido às tradicionais ligações fronteiriças de carácter comercial, como por exemplo, com a região da Galiza durante a Guerra Civil espanhola, etc.), Inglaterra e de outros países europeus, assim como das ex-colónias (estudantes universitários e trabalhadores para alguns sectores especializados), como por exemplo, de Cabo Verde (Baganha e Góis, 1999; Mendes, 2007).

Com a revolução de 1974 o fluxo de imigrantes oriundos das ex-colónias diversificou-se e intensificou-se. Portugal acolhia não só, mas também, imigrantes dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. A natureza destes fluxos foi em grande parte laboral, de estudantes e posteriormente de reagrupamentos familiares; no caso dos imigrantes guineenses, angolanos e moçambicanos os motivos políticos também estiveram presentes. A partir do final da década de 1980 estes fluxos migratórios avolumaram-se, dando até origem a dois períodos de regularização extraordinários, em 1992/3 e 1996 (Machado, 2009: 135-138). Por outro lado, os processos de reagrupamento familiar e de formação de novas famílias foi crescendo continuamente nos anos seguintes. Mas o crescimento mais significativo dos imigrantes provindos dos PALOP regista-se no ano de 1994, o que está estreitamente relacionado com o primeiro processo extraordinário de regularização.

Na perspectiva de Malheiros (*in* Barreto (org.), 2005, p. 255), após a década de 80, a vaga migratória avolumou-se e diversificou-se (com brasileiros, chineses, indianos e com uma maior representatividade de angolanos e guineenses), concluindo o autor que “progressivamente, a imigração dos PALOP e do Brasil passou a

II - APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO NACIONAL E LOCAL

CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÓMENO MIGRATÓRIO NO PLANO NACIONAL E EM SESIMBRA

ser impulsionada principalmente pelas necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente nos segmentos não qualificados dos serviços e da construção”. Os fluxos dos PALOP e do Brasil parecem configurar aquilo que pode ser designado como um sistema migratório internacional ligado pela língua portuguesa (Peixoto, 2001). Mesmo a imigração europeia está historicamente ligada a Portugal por via de intensas transacções culturais, sociais e económicas, sedimentadas num processo de longa duração (Mendes, 2007).

Actualmente, um dos grupos imigrantes com maior representação em Portugal e também no concelho de Sesimbra é o dos brasileiros, embora a história da imigração oriunda do Brasil para Portugal não seja recente, tem vindo a alterar-se nos últimos anos. Os primeiros fluxos com alguma relevância situam-se entre meados da década de 80 e meados da década de 90, nesta época a imigração brasileira era em grande parte composta por profissionais qualificados em áreas como marketing, publicidade, informática ou estomatologia, por exemplo (Malheiros, 2007: 25). Por outro lado, estes nacionais não deixaram de se sentir atraídos certamente pelo estatuto que Portugal adquiriu em 1986, com a adesão à CEE (Peixoto, 2001).

Posteriormente a esta fase, aflui a Portugal uma segunda vaga de imigração brasileira, caracterizada pelo seu fluxo mais intenso (vindos de Minas Gerais, algumas zonas de Goiânia e estado de S. Paulo) e por uma inserção laboral em profissões menos qualificadas (Peixoto e Figueiredo, 2007: 98-103) e em segmentos do mercado de trabalho mais informal. Desde 2007 que os brasileiros constituem o grupo estrangeiro dominante em Portugal.

Várias explicações são avançadas por Padilla (2009) para esta forte presença de imigrantes brasileiros em Portugal: uma delas remete para a proximidade cultural a nível da língua, religião e outras tradições, resultado dos processos de colonização e evangelização. Outra causa apontada prende-se com os movimentos migratórios de natureza laboral de Portugal para o Brasil, situados entre os finais do século XIX e meados do século XX, movimentos estes que implicaram um contra fluxo migratório, ainda que não protagonizado pelo próprios migrantes mas pelos seus descendentes. É ainda considerado relevante o aumento do controlo fronteiriço levado a cabo pelos EUA a partir do 11 de Setembro de 2001, que fez com que Portugal se tornasse uma segunda opção como país de destino.

No começo do ano de 2000 teve início uma nova fase de imigração para Portugal, a esta data deram entrada dezenas de milhares de imigrantes com origem no Leste europeu. Em 2001, os efectivos imigrados oriundos desta região suplantaram as Autorizações de Permanência dos imigrantes africanos e europeus (Mendes, 2007). Estes imigrantes eram oriundos de países como a Ucrânia, a Moldávia, a Roménia e a Rússia, assim como de outras ex-repúblicas da URSS. O extraordinário deste fluxo foi a inexistência de laços históricos, culturais ou económicos entre Portugal e estes países. Vários factores podem justificar este fenómeno: as

diferenças nos salários praticados em Portugal relativamente aos praticados nos países de origem; a existência de “agências de viagens” que facilitavam a viagem para Portugal; a ideia publicamente difundida de que haveria um período de regularização extraordinário em 2001 e o grande investimento que foi feito em Portugal nesta época na área da construção civil e obras públicas (Expo 98, auto-estrada para o Algarve, Porto 2001, empreendimento do Alqueva, EURO 2004, etc.), investimento este que implicou um elevado recrutamento de mão-de-obra (Baganha *et al.*, 2004: 96-99). Actualmente, um segmento relevante destes imigrantes do Leste europeu que deram entrada em Portugal entre 2001 e 2003 já regressaram ao seu país de origem ou re-emigraram para países terceiros (Baganha *et al.*, 2009: 131-132).

De acrescentar que, em Portugal, é possível encontrar vários estudos que atestam a existência de um padrão de inserção dos trabalhadores imigrantes marcadamente no segmento secundário do mercado de trabalho (Baganha *et al.* 1999; Peixoto 2002; Pena Pires 2006) – apesar de Portugal receber também imigração qualificada, sobretudo da UE e do Brasil, que se insere no país nas correspondentes categorias profissionais, mas que constitui ainda uma minoria (ver por exemplo Góis e Marques 2008). Segundo Pereira (2009), Pena Pires (2006) refere, por exemplo, que as novas vagas de imigração (do Brasil e do Leste da Europa) vieram reforçar os segmentos secundários do mercado de trabalho, caracterizados por maior precariedade e irregularidade laboral (sobretudo no sector da construção), informalidade da relação de trabalho (sobretudo na construção e limpezas) e, em geral, horários de trabalho prolongados, baixas remunerações (sobretudo no caso das limpezas) e baixo estatuto (Pereira, 2009, p. 21-22).

Em 2008 residiam legalmente em Portugal 436.020 estrangeiros, destes, o número de brasileiros atingia, em 2008, o expressivo valor de 106.961 indivíduos, representando actualmente 24% dos estrangeiros residentes em Portugal (SEF, 2008), enquanto em segundo lugar surgem os ucranianos com 52.494 efectivos (SEF, 2008).

Focalizando agora a atenção especificamente no concelho de Sesimbra, pode-se dizer que este é um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa com maior área territorial (195,7 km²), no entanto, é um dos que tem uma densidade populacional mais baixa, ou seja, 192 habitantes/km². De acordo com o Censos, em 2001 residiam em Sesimbra 37.567 habitantes. Todavia, estamos perante um concelho com fortes assimetrias internas, concretamente, a freguesia de Santiago apesar da sua menor área territorial é a mais densamente povoada, seguindo-se a Quinta do Conde e, por fim, a freguesia do Castelo.

A freguesia de Santiago é a que tem menor quantitativo de população residente. No conjunto, as freguesias do Castelo e da Quinta do Conde abarcam mais de quatro quintos do total da população residente no concelho de Sesimbra (Rodrigues *et al.*, 2005: 21-23).

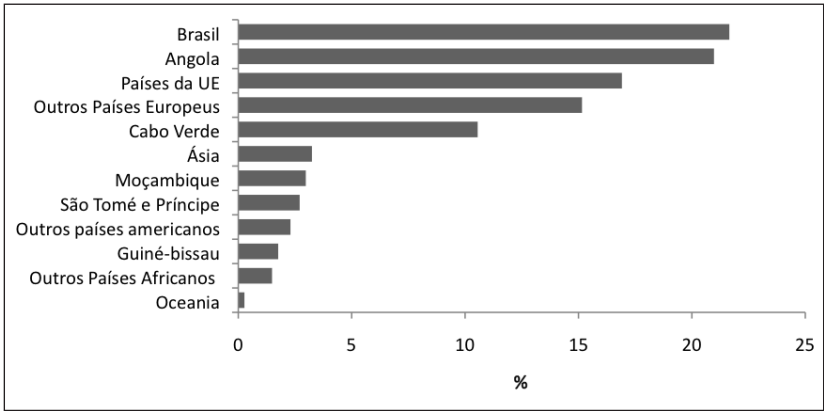
De salientar ainda que, segundo o Censos de 2001, do total da população residente no concelho de Sesimbra, apenas cerca de 3% não tem nacionalidade portuguesa, sobressaindo a importância dos imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No espaço intra-concelhio é na freguesia da Quinta do Conde que se observa um maior número de estrangeiros. Em todas as freguesias do concelho é notório o aumento da população com nacionalidade estrangeira, acentuando-se também a diferença entre a Quinta do Conde, por um lado, e Santiago e Castelo, por outro. Uma vez mais é possível constatar que essa diferenciação decorre, sobretudo, do aumento dos indivíduos com nacionalidade de um dos PALOP e dupla nacionalidade, mas também dos indivíduos com nacionalidade europeia (excluindo a União Europeia), ou seja, provavelmente, imigrantes originários do Leste europeu. Já em relação às freguesias de Santiago e do Castelo, é de realçar o aumento dos estrangeiros originários do Brasil. Contudo, estamos cientes de que os dados censitários, não abarcam, por um lado, os imigrantes não regularizados e, por outro, os fluxos do Leste da Europa que assumiram uma dimensão de maior relevância entre 2000 e 2005 (Rodrigues et al., 2005: 30-33). Em 2008, o contingente de estrangeiros em Sesimbra era de 2.106, registando-se um ligeiro aumento em 2009, com esse valor a atingir os 2.269 indivíduos (dados provisórios, SEF, 2008/2009).

RETRATO SÓCIO-DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

Relativamente às nacionalidades da população estrangeira, em 2001 (Gráfico 1), cerca de 40% dos estrangeiros que residiam no concelho de Sesimbra eram provenientes dos PALOP, sendo de notar o maior peso relativo dos indivíduos de nacionalidade angolana (21%) e os provindos de Cabo Verde (11%). De ressaltar ainda a importância da presença dos estrangeiros de nacionalidade brasileira (22%), bem como dos nacionais dos países da União Europeia, que apesar de não serem considerados para o presente estudo constituem também uma parte significativa da população estrangeira instalada no concelho de Sesimbra (17%).

Relativamente às freguesias (Tabela 3), vemos que no ano de 2001, na freguesia do Castelo as nacionalidades com mais peso eram a brasileira (35%) e de países da União Europeia (23%), em Santiago eram os nacionais de outros países americanos (35%) e outros países europeus (32%), e por sua vez, na Quinta do Conde as nacionalidades com mais peso eram a angolana (27%) e a moçambicana (23%).

Gráfico 1 - Distribuição da população estrangeira em Sesimbra por nacionalidades em 2001 (%)



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001.

Tabela 3 - Nacionalidade da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)

	Castelo		Santiago		Quinta do Conde		Total	
Países	n	%	n	%	n	%	n	%
Países da UE	41	22,8	7	9,3	77	15,9	125	16,9
Outros Países Europeus	20	11,1	24	32,0	68	14,0	112	15,2
Angola	23	12,8	2	2,7	130	26,9	155	21,0
Cabo Verde	11	6,1	2	2,7	65	13,4	78	10,6
Guiné-Bissau	-	-	-	-	13	2,7	13	1,8
Moçambique	5	2,8	-	-	17	3,5	22	3,0
São Tomé e Príncipe	2	1,1	-	-	18	3,7	20	2,7
Outros Países Africanos	3	1,7	3	4,0	5	1,0	11	1,5
Brasil	63	35,0	1	1,3	71	14,7	160	21,7
Outros Países Americanos	7	3,9	26	34,7	9	1,9	17	2,3
Ásia	3	1,7	10	13,3	11	2,3	24	3,2
Oceânia	2	1,1	-	-	-	-	2	0,3
Total	180	100	75	100	484	100	739	100

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001.

Uma outra forma de acedermos à dimensão aproximada dos fluxos migratórios que têm como destino o concelho de Sesimbra é através dos totais de estrangeiros que solicitaram estatuto de residente junto do SEF (Tabela 4). Estes valores devem ser interpretados com a ressalva de que se trata de pedidos de autorização de residência, pedidos estes que podem ser primeiros pedidos ou renovações, não podendo, assim, cada unidade ser interpretada como um novo estrangeiro. É notório o aumento gradual do número de solicitações do estatuto de residência entre 2000 e 2004, decrescendo um pouco em 2005 e aumentando de forma bastante acentuada em 2006. Quanto à distribuição dos contingentes por nacionalidade, é visível o aumento progressivo dos pedidos de residência por parte dos europeus de Leste entre 2004 e 2006, bem como, dos brasileiros, ao longo de todo o período. Destacam-se, em particular, os pedidos de residência por parte dos brasileiros, moldavos e ucranianos.

Tabela 4 - População estrangeira que solicitou estatuto de residente com residência em Sesimbra por nacionalidade, anos 2000 a 2006 (valores absolutos)

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bulgária	-	-	2	-	-	3	12
Roménia	1	1	1	1	18	1	26
Ucrânia	-	1	1	-	4	1	60
Moldávia	-	-	-	1	15	7	77
Outros Países Europeus	7	7	10	12	19	14	23
Angola	7	6	10	8	13	6	16
Cabo Verde	8	12	6	4	11	12	15
Guiné-Bissau	-	2	-	2	4	1	2
Moçambique	2	-	1	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	2	-	-	1	2	1	11
Marrocos	15	3	6	4	1	1	20
Outros Países Africanos	-	2	-	-	-	1	6
Brasil	4	6	11	16	22	32	95
Outros Países Americanos	-	1	1	4	2	4	3
Ásia	2	4	7	5	5	4	26
Total	48	45	56	58	116	88	392

Fonte: INE/SEF (2000-2006); nota: os países europeus não foram agrupados em países da UE e fora da UE pelo facto de ter havido alteração na composição dos Estados membros da UE.

Quanto à composição da população estrangeira por sexos a nível concelhio (Tabela 5), em geral, nota-se que existe uma percentagem maior de homens do que mulheres, verificando-se esta discrepância nas três freguesias do concelho. Essa diferença é mais acentuada na

freguesia de Santiago, sendo que existiam em 2001 nesta freguesia, 64% de homens estrangeiros e 36% de mulheres estrangeiras.

Tabela 5 - Composição por sexos da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)

	Castelo		Santiago		Quinta do Conde		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Masculino	94	52,2	48	64,0	266	55,0	408	55,2
Feminino	86	47,8	27	36,0	218	45,0	331	44,8
Total	180	100	75	100	484	100	739	100

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001.

Relativamente à relação de masculinidade dos imigrantes a nível do concelho (Tabela 6), observa-se que existiam, em 2001, cerca de 123 homens por cada 100 mulheres. Em todas as freguesias sobressaem os homens imigrantes, sendo esse desequilíbrio mais notório em Santiago, já que existiam cerca de 177 homens por cada 100 mulheres.

Tabela 6 - Relações de masculinidade na população estrangeira por freguesia de residência em 2001

Freguesia	RM
Castelo	109,3
Santiago	177,8
Quinta do Conde	122,0
Total	123,3

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001 (cálculos dos autores).

Cruzando o género por nacionalidade (Tabela 7) verifica-se de uma forma geral, uma ligeira diferenciação na distribuição dos indivíduos por sexo. É de notar, contudo, que entre os estrangeiros oriundos de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Moçambique e de outros países americanos há um maior efectivo de mulheres do que de homens. Situação inversa se regista entre os nacionais dos outros países europeus, de outros países africanos, do Brasil, assim como entre os oriundos do continente asiático, UE e Guiné-Bissau.

**Tabela 7 - Distribuição dos sexos na população estrangeira por nacionalidade em 2001
(% em coluna)**

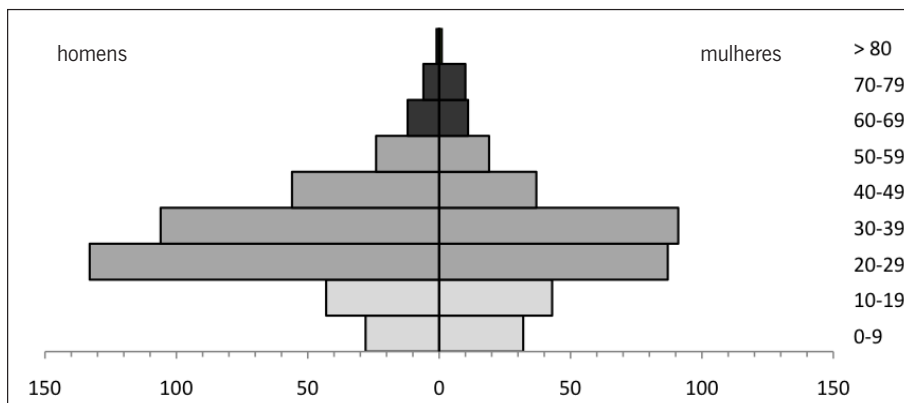
	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Países da UE	67	16,42	58	17,52	125	16,91
Outros Países Europeus	81	19,85	31	9,37	112	15,16
Angola	79	19,36	76	22,96	155	20,97
Cabo Verde	38	9,31	40	12,08	78	10,55
Guiné-Bissau	7	1,72	6	1,81	13	1,76
Moçambique	10	2,45	12	3,63	22	2,98
São Tomé e Príncipe	7	1,72	13	3,93	20	2,71
Outros Países Africanos	7	1,72	4	1,21	11	1,49
Brasil	79	19,36	56	16,92	135	18,27
Outros Países Americanos	20	4,90	22	6,65	42	5,68
Ásia	13	3,19	11	3,32	24	3,25
Oceânia	-	-	2	0,60	2	0,27
Total	408	100	331	100	739	100

Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001.

Atendendo às relações de masculinidade por país de origem, observa-se um forte desequilíbrio nos outros países europeus, registando-se 261,3 homens por cada 100 mulheres. Esta tendência também é bem visível nos estrangeiros provindos de outros países africanos (não PALOP). Nos nacionais de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e outros países americanos a situação inverte-se, destacando-se o caso de São Tomé e Príncipe (53,8 homens por cada 100 mulheres) (ver Quadro 1, anexo 1).

Atendendo à distribuição dos efectivos estrangeiros por grupos de idades, pode-se afirmar que a maioria da população estrangeira, em 2001, encontrava-se em idade activa, sendo que, em geral, mais de metade dos estrangeiros (57%) tinha idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos. Neste concelho prevalecem os estrangeiros em idade activa, sendo notórias as baixas percentagens de jovens e de idosos. Relativamente às diferenças de género é notório o quantitativo superior de homens nos escalões etários entre os 20 e os 39 anos.

Gráfico 2 - Pirâmide etária da população estrangeira em 2001 (valores absolutos)

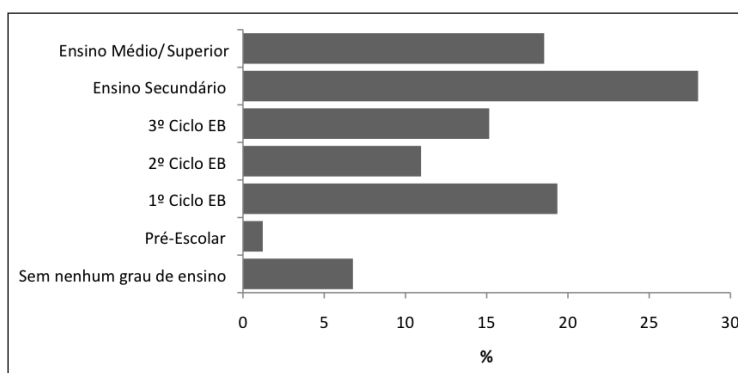


Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001.

Em todas as freguesias existe um maior número de indivíduos na faixa etária dos 20 aos 39 anos, principalmente na Quinta do Conde com um total de 274 indivíduos nesta faixa etária (56%). Porém, em termos percentuais é em Santiago que este grupo tem um maior peso relativo (ver Quadro 2, anexo 1).

Quanto à distribuição da população estrangeira por grau de escolaridade (Gráfico 3) observa-se que uma parte significativa dos indivíduos possuía, em 2001, o ensino secundário (28%), seguindo-se os detentores do 1º ciclo do ensino básico e do ensino médio/superior (19%, respectivamente).

Gráfico 3 - Grau de escolaridade completo da população estrangeira em 2001 (%)



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001 (dados não publicados).

Ao localizarmos os imigrantes no espaço freguesia, constata-se que em todas elas prevalecem os detentores do ensino secundário, seguindo-se os diplomados de ensino superior nas freguesias do Castelo e Santiago, enquanto na Quinta do Conde destacam-se os portadores do diploma do 1º ciclo do ensino básico (ver Quadro 3, anexo 1).

Tendo em conta as nacionalidades denota-se que são os europeus da UE e de outros países europeus, bem como os angolanos e os brasileiros, quem possui uma qualificação escolar mais elevada, nomeadamente o ensino secundário e o ensino médio/superior, sendo também estas as nacionalidades que têm um maior número de indivíduos representados. De realçar ainda o caso da Ucrânia, também com um número considerável de indivíduos com estes graus de ensino (ver Quadro 4, anexo 1).

No tocante à composição socioprofissional da população estrangeira residente no concelho de Sesimbra (Gráfico 4), era notória, em 2001, a presença dos “trabalhadores da produção industrial e artesãos” (33%), dos “trabalhadores não qualificados” (27%) e do “pessoal dos serviços e vendedores” (15%).

Gráfico 4 - Profissão da população estrangeira em 2001 (%)



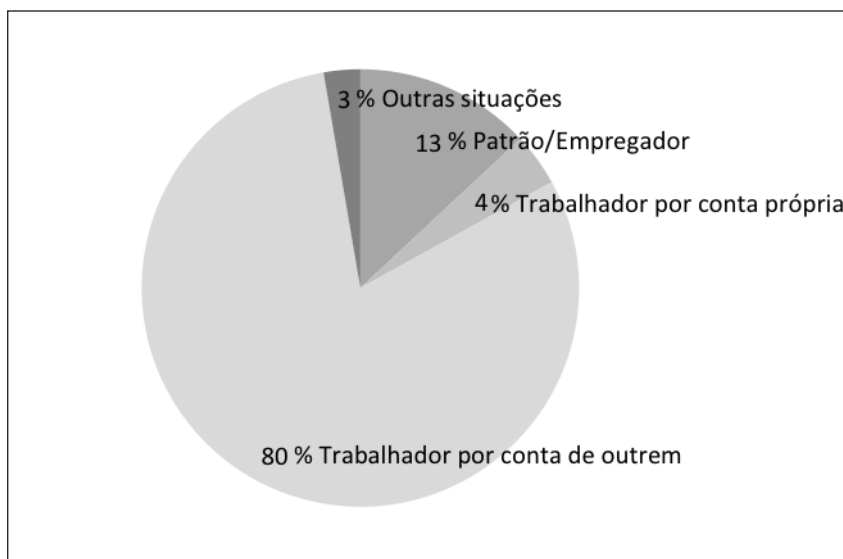
Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001 (dados não publicados).

No que se refere à distribuição da população por grupo profissional e por freguesia, é de notar que em Santiago e na Quinta do Conde, sobressaem os “trabalhadores da produção industrial e artesãos” (33% e 38%, respectivamente), enquanto no Castelo o grupo mais significativo era, em 2001, o dos “trabalhadores não qualificados” (31% da população estrangeira desta freguesia) (ver Quadro 5, anexo 1).

Cruzando o grupo profissional com a nacionalidade, verifica-se que apenas nos nacionais da UE existe um maior número de indivíduos pertencentes aos “corpos legislativos e quadros dirigentes da função pública, directores e quadros de organizações especializadas, dirigentes em geral (pequenas empresas)”. Nas outras nacionalidades, predominam os “trabalhadores da produção industrial e artesãos”, seguidos dos “trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria e comércio”. Somente no caso dos brasileiros é que esta última situação se inverte (ver Quadro 6, anexo 1).

Em 2001, a esmagadora maioria dos estrangeiros residentes no concelho de Sesimbra a exercer profissão trabalhavam por conta de outrem (80%). De realçar, contudo, que uma percentagem não despreciable destes indivíduos era patrão/empregador (13%).

Gráfico 5 - Situação na profissão da população estrangeira em 2001 (%)



Fonte: XIV Recenseamento Geral da População, INE, 2001 (dados não publicados).

Tendo também em conta a variável nacionalidade, observam-se algumas clivagens, sendo que entre os asiáticos nota-se que cerca de metade (7 em 15) são patrões, enquanto nos europeus da UE esse valor ronda os 19%, entre os brasileiros é 15% e 13% entre os angolanos (ver Quadro 7, anexo 1).

DESEMPREGO

Importa ainda observar uma outra dimensão relevante de análise e que consiste em perceber qual a dimensão do fenómeno do desemprego entre os estrangeiros. Para tal, recorremos ao número de estrangeiros inscritos no centro de emprego com residência em Sesimbra e nacionalidade estrangeira (Tabela 8) e foi neste contexto que comparámos os dados de Junho de 2008 e de 2009, verificando-se um aumento da ordem dos 63%. Digno de nota, é a subida do número de desempregados entre os brasileiros, constituindo estes os estrangeiros com maior peso no concelho. Se olharmos para a coluna da taxa de variação homóloga, verificam-se algumas oscilações noutras nacionalidades, as quais têm que ser lidas com algum cuidado já que dizem respeito a valores absolutos bastante baixos, o que retira assim alguma pertinência a essas bruscas alterações.

Tabela 8 - Nacionalidade dos desempregados estrangeiros inscritos nos centros de emprego com residência em Sesimbra em 2008/2009

Nacionalidades	Jun-08	Jun-09	Tx Variação Homóloga (%)
Países europeus da UE	15	19	26,7
Ucrânia	10	14	40,0
Moldávia	6	6	0,0
Países europeus fora da UE	5	8	60,0
Angola	5	5	0,0
Cabo Verde	11	11	0,0
Guiné-Bissau	1	1	0,0
Moçambique	1	-	-100,0
S.T. Príncipe	3	2	-33,3
Outros países africanos	3	3	0,0
Brasil	25	69	176,0
Outros países americanos	1	2	100,0
Ásia	1	2	100,0
Total	87	142	63,2

Fonte: IEPF (dados não publicados) (cálculos dos autores), 2009.

HABITAÇÃO

Nesta dimensão de análise, interessou-nos, em particular, perceber qual a expressão estatística dos habitantes de nacionalidade estrangeira a residir em habitação social (Tabela 9). Assim, em 2006, existiam no concelho de Sesimbra 290 alojamentos de renda social. Estes alojamentos situam-se em conjuntos e núcleos habitacionais que se localizam em várias freguesias do concelho, sendo que a maior concentração se situa na freguesia de Santiago (130 fogos). A freguesia do Castelo é a segunda com maior número de habitações sociais (97). Na freguesia de Quinta do Conde existe apenas um bairro de habitação social - o Bairro da Boa Água, com 46 fogos camarários. Quanto à nacionalidade dos moradores destes núcleos habitacionais, constata-se que predominam os cidadãos nacionais. No entanto, o Bairro da Boa Água, o Bairro Municipal da Almoinha e a Rua da Cruz são os núcleos habitacionais com uma maior percentagem de população de origem estrangeira. No referente à distribuição por nacionalidades dos inquilinos estrangeiros do Bairro da Boa Água (na Quinta do Conde), observa-se que 7% são cabo-verdianos, 4% são, respectivamente, angolanos e guineenses. No Bairro Municipal da Almoinha (Castelo) regista-se a presença de 6% de angolanos e 2% de cabo-verdianos, enquanto na Rua da Cruz (Santiago) residem cerca de 5% de indianos. (Divisão de Habitação, Acção Social e Saúde C.M.S., 2007) (ver Quadro 8, anexo 1).

**Tabela 9 - Bairros e fogos camarários por freguesia, em 2006
(valores absolutos)**

Freguesia	Bairro/Núcleo Habitacional	Nº fogos
Quinta do Conde	Bairro da Boa Água	46
Santiago	Rua Dr. Manuel Arriaga	12
	Rua da Cruz	19
	Habitação Municipal Bairro Argeis	26
	Rua 2 de Abril - Bloco Mata	5
	Rua Conselheiro Ramada Curto	12
Castelo	Bairro Infante D. Henrique 2ª fase	13
	Bairro Infante D. Henrique 1ª fase	43
	Bairro Municipal da Almoinha	58
	Habitação Municipal do Zambujal	32
	Habitação Municipal de Alfirim	7
Castelo/Santiago	Outras localizações	30
Total		290

Fonte: Divisão de Habitação, Acção Social e Saúde da C.M.S., 2007.

ATENDIMENTOS NO ESPAÇO CIDADANIA (CLAII)

O Espaço Cidadania é um serviço que pretende desenvolver uma intervenção integrada no âmbito da inserção social, profissional e cultural da população migrante (comunidades imigrantes, minorias étnicas e munícipes emigrantes). Fica situado na Quinta do Conde, e funciona nos dias úteis, 2ª feira das 13h30 às 19h30, e de 3ª a 6ª das 09h00 às 12h30, no período da manhã, e das 14h00 às 17h30 no período da tarde. Funcionando também o mesmo serviço na freguesia de Santiago, à 6ª-feira.

Os serviços do Espaço Cidadania são maioritariamente procurados por brasileiros (47%), o que seria de esperar uma vez que é a nacionalidade estrangeira mais representada no concelho. De realçar ainda que os serviços proporcionados são também procurados por 18% de nacionais de países da União Europeia e por 12% de moldavos.

Relativamente aos assuntos que levam estes estrangeiros a procurar este serviço, observa-se que a maioria procura respostas para problemas que se prendem essencialmente com processos de regularização (58%). Analisando os valores absolutos, verifica-se que os utentes também procuram respostas para outras questões ligadas, por exemplo, à obtenção de nacionalidade (8%) ou relacionadas com a Segurança Social (7%) (ver Quadro 9, anexo 1).

Tabela 10 - Nacionalidade dos utentes atendidos no Espaço Cidadania em 2008

Países	N	%
Países da UE	330	18,1
Ucrânia	150	8,2
Moldávia	227	12,5
Outros Países Europeus	37	2,0
Angola	77	4,2
Cabo Verde	60	3,3
Guiné-Bissau	39	2,1
Moçambique	8	0,4
São Tomé e Príncipe	12	0,7
Outros Países Africanos	4	0,2
Brasil	859	47,2
Outros Países Americanos	5	0,3
Ásia	13	0,7
Oceânia	-	-
Total	1821	100

Fonte: Espaço Cidadania, 2009.

SUCESSO E INSUCESSO ESCOLAR

Importa ainda atender a alguns indicadores reveladores da integração escolar dos imigrantes e seus descendentes, mais concretamente os fenómenos do insucesso e do abandono escolar. O fenómeno do insucesso e abandono escolar pode ter vários

factores explicativos: explicações sociofamiliares, dimensão do agregado familiar, a classe social, a pobreza e a valorização da escola; factores relacionados com a organização do sistema de ensino (conteúdos das unidades curriculares, formação e situação profissional dos docentes e auxiliares, localização, acessos e condições da escola (Ferrão citado por Garcia, 2000: 68). A estes factores relevantes é de acrescentar as dificuldades na comunicação da língua portuguesa, as diferenças culturais e as situações de racismo e/ou xenofobia de que são alvo os imigrantes e seus descendentes em contexto escolar.

Assim, no que toca às taxas de transição, retenção e desistência, por nacionalidade dos alunos matriculados no ano lectivo de 2008/2009 (Tabela 11) verifica-se que no 1º ciclo a taxa de sucesso escolar encontra-se acima dos 90% para todas as nacionalidades, excepto para os nacionais dos outros países não europeus (20% de alunos retidos, ou seja, 1 em 5 alunos). No 2º ciclo este valor sobe para 28,6% (2 em 7 alunos), enquanto entre os brasileiros esse quantitativo atinge os 12,5%, mais concretamente 5 em 40 alunos. Todavia, não se verificam alunos desistentes em nenhuma das nacionalidades.

Tabela 11 - Taxas de transição, retenção e desistência por nacionalidade dos alunos matriculados no 1º e 2º ciclo no ano lectivo de 2008/2009 (%)

	1º Ciclo				2º Ciclo			
	n	Tx de transição	Tx de retenção	Tx de desistência	n	Tx de transição	Tx de retenção	Tx de desistência
Portugal	2.093	96,7	3,3	-	1.150	91,3	8,7	-
Países da UE	21	95,2	4,8	-	11	100,0	-	-
Ucrânia	8	100,0	-	-	2	100,0	-	-
Moldávia	7	100,0	-	-	2	50,0	50,0	-
Rússia	1	100,0	-	-	3	100,0	-	-
Angola	3	100,0	-	-	4	100,0	-	-
Cabo Verde	2	100,0	-	-	3	100,0	-	-
São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	2	50,0	50,0	-
Outros países africanos	1	100,0	-	-	-	-	-	-
Brasil	52	94,2	5,8	-	40	87,5	12,5	-
Estados Unidos da América	1	100,0	-	-	-	-	-	-
Ásia	2	100,0	-	-	1	100,0	-	-
Outros países não europeus	5	80,0	20,0	-	7	71,4	28,6	-
Total	2.196	96,6	3,4	-	1.225	91,1	8,9	-

Fonte: GEPE-ME (dados não validados), 2008/2009.

No 3º ciclo do EB e no secundário (Tabela 12) **quer as taxas de retenção, quer as de desistência**, são mais significativas. É nos alunos da UE (35,3%, 6 alunos em 17) e nos nacionais de Angola (33,3%, 2 alunos em 7) que o insucesso é mais visível. Por sua vez, entre os alunos brasileiros a taxa de retenção cifra-se nos 20% (7 alunos em 35). Os níveis de desistência neste nível de ensino são mais salientes entre os cabo-verdianos (1 aluno em 6). À medida que se sobe no nível de ensino tende-se a encontrar um menor número de alunos estrangeiros a frequentar o sistema de ensino. No que respeita ao ensino secundário, os alunos de origem brasileira apresentam níveis de retenção (28,6%) e de desistência (21,4%) consideráveis (5 e 3 alunos em 16, respectivamente). Curioso é observar, neste nível de ensino, a ausência de alunos provenientes de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e de outros países africanos.

Tabela 12 - Taxas de transição, retenção e desistência por nacionalidade dos alunos matriculados no 3º ciclo e ensino secundário no ano lectivo de 2008/2009 (%)

	3º Ciclo				Secundário			
	n	Tx de transição	Tx de retenção	Tx de desistência	n	Tx de transição	Tx de retenção	Tx de desistência
Portugal	1.476	81,5	17,0	1,5	1.083	67,6	25,0	7,4
Países da UE	17	64,7	35,3	-	4	100,0	-	-
Ucrânia	4	100,0	-	-	2	50,0	50,0	-
Moldávia	9	100,0	-	-	6	75,0	25,0	-
Rússia	3	100,0	-	-	2	-	100,0	-
Outros países europeus	1	100,0	-	-	3	100,0	-	-
Angola	7	66,7	33,3	-	2	100,0	-	-
Cabo Verde	6	66,7	16,7	16,7	-	-	-	-
Guiné-Bissau	2	100,0	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	1	100,0	-	-	-	-	-	-
Outros países africanos	1	-	100,0	-	-	-	-	-
Brasil	35	80,0	20,0	-	16	50,0	28,6	21,4
Estados Unidos da América	1	100,0	-	-	-	-	-	-
Ásia	2	100,0	-	-	2	-	-	100,0
Outros países não europeus	11	72,7	18,2	9,1	4	75,0	25,0	-
Total	1.576	81,3	17,2	1,5	1.125	67,5	25,0	7,6

Fonte: GEPE-ME (dados não validados), 2008/2009.

IMIGRANTES E SISTEMA PRISIONAL

Para um conhecimento mais próximo e aprofundado sobre a população estrangeira no concelho de Sesimbra, importa conhecer o peso dos estrangeiros detidos no sistema prisional português, comparativamente aos nacionais que se encontram na mesma situação. As opiniões de senso comum e os discursos veiculados pelos Média tendem a produzir e reproduzir estereótipos em torno da relação dos imigrantes com o fenómeno da criminalidade e da reclusão prisional (Férin *et al.*, 2004).

Nota-se, então, claramente, que a esmagadora maioria dos detidos com residência em Sesimbra é de nacionalidade portuguesa (28 indivíduos), sendo que apenas 8 indivíduos têm nacionalidade estrangeira, não se podendo destacar nenhuma em particular, uma vez que estamos a falar de valores absolutos muito baixos.

Tabela 13 - Nacionalidade dos detidos residentes em Sesimbra em 2009

Países	n	%
Portugal	28	77,8
Ucrânia	2	5,6
Angola	2	5,6
Cabo Verde	1	2,8
Brasil	3	8,3
Total	36	100

Fonte: DGSP, 2009.

Relativamente à duração das penas dos detidos constata-se que 4 estão a cumprir penas superiores a 3 anos, sendo digno de nota que 2 angolanos cumprem uma pena de duração superior a 12 anos. Entre os nacionais prevalecem as penas inferiores a 3 anos (ver Quadro 10, anexo 1). Ainda que estejamos perante dados com um valor residual, é possível verificar a tendência que consiste em atribuir pena de prisão, nomeadamente efectiva e com uma maior duração, aos estrangeiros (Seabra e Santos, 2005; Mendes, 2007).

No que diz respeito ao tipo de crime, mais uma vez convém realçar os quantitativos reduzidos que se observam, no entanto, parece haver uma prevalência entre os estrangeiros para os crimes contra o património (por exemplo, furtos e roubos), seguindo-se os crimes contra a vida em sociedade (por exemplo, tráfico, condução de veículo sem habilitação legal). Em contrapartida, entre os nacionais predominam os crimes contra as pessoas e só depois surgem os crimes contra o património (ver Quadro 11, anexo 1).

III - PERFIS SOCIAIS DOS IMIGRANTES E DOS SEUS AGREGADOS FAMILIARES

CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

COMPOSIÇÃO POR IDADES E SEXOS

A partir dos inquéritos recolhidos, foi possível identificar e caracterizar 418 inquiridos, correspondendo a um mesmo número de agregados familiares, o que totaliza 1.171 indivíduos.

Vamos expor, de forma necessariamente sucinta a caracterização sociográfica dos indivíduos que fazem parte do agregado familiar do inquirido, assim, e quanto à composição por sexos, pode-se dizer que a amostra está relativamente equilibrada, uma vez que existem 574 indivíduos do sexo feminino e 593 do sexo masculino, sendo a relação de masculinidade de cerca de 103 homens por cada 100 mulheres, não se verificando, grandes disparidades na distribuição dos sexos.

No que toca à distribuição etária dos elementos dos agregados familiares (Tabela 14) verifica-se que são os escalões que vão dos 20 aos 39 anos os que têm maior peso no conjunto (42,1%), sendo que, a maioria dos indivíduos podem ser considerados como (potencialmente) activos.

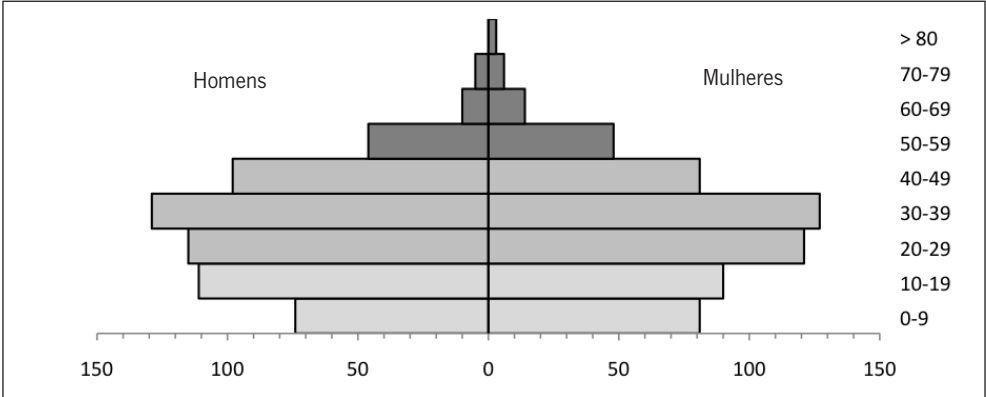
Tabela 14 - Distribuição etária dos membros do agregado familiar

Escalões etários	n	%	% Válidas
0 - 9	155	13,2	13,4
10 - 19	201	17,2	17,3
20 - 29	236	20,2	20,4
30 - 39	256	21,9	22,1
40 - 49	179	15,3	15,4
50 - 59	94	8,0	8,1
60 - 69	24	2,0	2,1
70 - 79	11	0,9	0,9
≥ 80	3	0,3	0,3
Não responde	12	1,0	-
Total	1171	100	100

Tabela 15 - Tipo de população segundo idade dos membros do agregado familiar do inquirido¹

Tipo de população	n	%	% Válidas
População jovem	244	20,8	21,1
População (potencialmente) activa	893	76,3	77,0
População idosa	22	1,9	1,9
Não responde	12	1,0	-
Total	1171	100	100

Gráfico 6 - Pirâmide etária do agregado familiar do inquirido (valores absolutos)



GRAU DE PARENTESCO COM O INQUIRIDO

Quanto às relações de parentesco com o inquirido (Tabela 16), uma parte considerável vive com os filhos (40%), seguindo-se os que coabitam com o cônjuge/companheiro(a) (28%). De sublinhar ainda os que vivem com o pai e/ou mãe (10%), assim como com irmãs ou irmãos (10%). Podendo-se daqui depreender que prevalecem neste contexto as famílias simples (casais com e sem filhos, mãe/pai com filhos).

¹ Dos 0 aos 14 anos = população jovem, dos 15 aos 64 anos = população (potencialmente) activa, mais de 65 anos = população idosa.

Tabela 16 - Grau de parentesco com o inquirido

Grau de parentesco	n	%	% Válidas
Filho(a)	300	39,8	40,8
Cônjuge/Companheiro(a)	207	27,5	28,2
Pai ou Mãe	74	9,8	10,1
Irmã(o)	74	9,8	10,1
Sobrinho(a)	24	3,2	3,3
Cunhado(a)	13	1,7	1,8
Neto(a)/Bisneto(a)	12	1,6	1,6
Sogro ou Sogra	10	1,3	1,4
Padrasto/Madrasta	9	1,2	1,2
Primo(a)	7	0,9	1,0
Nora ou Genro	2	0,3	0,3
Enteado(a)	1	0,1	0,1
Avô ou Avó	1	0,1	0,1
Tio(a)	1	0,1	0,1
Não responde	18	2,4	-
Total	753	100	100

ESTADO CIVIL

Cerca de metade dos membros do agregado familiar são solteiros (Tabela 17), o que poderá estar relacionado com o facto de estarmos perante uma população com uma estrutura etária ainda jovem e que ainda não protagonizaram projectos de conjugalidade. No entanto, se somarmos as percentagens dos indivíduos casados com os que se encontram em união de facto, percebemos que 43,9% dos inquiridos estão a viver uma relação de conjugalidade.

Tabela 17 - Estado civil dos membros do agregado familiar inquirido

Estado civil	n	%	% Válidas
Casado	374	31,9	32,3
União de facto	141	12,0	12,2
Solteiro	580	49,5	50,1
Separado de facto	13	1,1	1,1
Divorciado	28	2,4	2,4
Viúvo	21	1,8	1,8
Não responde	14	1,2	-
Total	1171	100	100

NATURALIDADE

Quanto à naturalidade dos membros do agregado familiar (Tabela 18), verifica-se que a maioria é natural de um país estrangeiro, sendo que apenas 24% têm naturalidade portuguesa. Assim, se depreende que estaremos perante famílias mistas (um dos cônjuges/companheiro nasceu em Portugal e o outro no estrangeiro) e perante filhos e netos de imigrantes que já nasceram em solo português. De frisar que o número de não respostas a esta questão se prende com o facto de alguns dos inquiridos apenas saberem que o familiar nasceu em Portugal, não conseguindo discriminar se nasceu em Sesimbra ou num outro concelho.

Tabela 18 - Naturalidade dos membros do agregado familiar inquirido

Naturalidade	n	%	% Válidas
Portuguesa	280	23,9	24,3
Estrangeira	870	74,3	75,7
Não responde	21	1,8	-
Total	1171	100	100

Dos indivíduos com naturalidade estrangeira a residir em Sesimbra (Tabela 19), verifica-se que quase metade dos membros do agregado familiar do inquirido é natural do Brasil, sendo sem dúvida este o contingente estrangeiro com uma presença mais visível no concelho. Seguem-se os cabo-verdianos, os angolanos e os naturais de outros PALOP. Agregando-se todos os naturais dos PALOP verifica-se que estes perfazem 31,9% dos indivíduos. De destacar ainda a importância dos europeus de Leste (7,5%) e dos asiáticos (5,5%).

Tabela 19 - Naturalidade dos membros do agregado familiar do inquirido nascidos no estrangeiro

Países	n	%	% Válida
Brasil	418	48,0	50,0
Cabo Verde	109	12,5	13,0
Angola	99	11,4	11,8
Outros PALOP	70	8,0	8,4
Europa de Leste	65	7,5	7,8
Ásia	48	5,5	5,7
Outros África	20	2,3	2,4
Países da UE	5	0,6	0,6
Outros países americanos	2	0,2	0,2
Não responde	34	3,9	-
Total	870	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos nascidos no estrangeiro.

A maioria dos indivíduos com nacionalidade portuguesa nasceu no concelho de residência (Tabela 20), ou seja, em Sesimbra. Em segundo lugar aparecem os nascidos em outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (37,1%), sendo que apenas 5,7% nasceram noutros concelhos fora da AML. Destacam-se nestes agregados familiares, os naturais de Almada, de Lisboa e do Barreiro, notando-se assim uma relativa polarização das origens geográficas dos indivíduos em torno da Área Metropolitana de Lisboa.

Tabela 20 - Concelho de naturalidade dos membros do agregado familiar do inquirido nascidos em Portugal

Concelhos	n	%	% Válidas
Setúbal	20	7,1	7,2
Sesimbra	138	49,3	49,6
Outros concelhos da AML	104	37,1	37,4
Concelhos fora da AML	16	5,7	5,8
Não responde	2	0,7	-
Total	280	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos nascidos em Portugal.

NACIONALIDADES

No que diz respeito às nacionalidades (Tabela 21), verifica-se que a maioria dos indivíduos que integram os agregados domésticos da amostra possuem nacionalidade apenas estrangeira (59,5%). Os indivíduos com nacionalidade exclusivamente portuguesa aparecem em segundo lugar (27,5%), existindo ainda 11,4% com dupla nacionalidade.

É curioso perceber que o número de indivíduos com nacionalidade portuguesa, ou portuguesa e estrangeira (452 casos), é bastante mais elevado que o número de indivíduos com naturalidade portuguesa (280 casos), o que significa que 172 indivíduos não nasceram em Portugal mas tem nacionalidade portuguesa². Os restantes serão indivíduos que, ao

2
Filhos de mãe ou pai português nascidos em território nacional, filhos de mãe ou pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português estava aí ao serviço do Estado português, indivíduos nascidos em território português e que não possuam outra nacionalidade; podem ainda a adquirir por casamento ou união de facto com cidadão português, por naturalização e em outras situações definidas pela Lei da Nacionalidade (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril), com entrada em vigor a 15 de Dezembro de 2006. Anteriormente e até 1975, considerava-se que todas as crianças nascidas em território português eram portuguesas, excepto no caso de os pais serem representantes de outro Estado. Nesse ano, o Decreto-Lei nº 308-A/75 de 24 de Junho, estabeleceu as condições de acesso à nacionalidade portuguesa por parte dos residentes e dos naturais das antigas colónias portuguesas em África, permitindo a concessão de nacionalidade a pessoas nascidas naquelas, desde que tivessem ascendência portuguesa ou que, em virtude de circunstâncias particulares, possuíssem um especial vínculo a Portugal (e.g. serviço no exército colonial, ligação à administração portuguesa) (art.º 5º do supracitado DL). A Lei nº 37/81 de 3 de Outubro (posteriormente alterada pela Lei nº25/94 de 20 de Outubro e pela legislação de 2006) veio então estabelecer as condições gerais de acesso à nacionalidade portuguesa, determinando que o critério de jus sanguinis (direito do sangue, baseado na ascendência portuguesa) assumisse a primazia (não exclusiva) na atribuição da nacionalidade e que a aquisição desta passasse a ser feita através do casamento, da adopção ou da naturalização.

cumprirem todos os requisitos necessários conseguiram obter a nacionalidade portuguesa, ou ainda repatriados das ex-colónias que mantiveram a nacionalidade portuguesa.

Tabela 21 - Nacionalidade dos membros do agregado familiar do inquirido

Nacionalidade	n	%	% Válidas
Portuguesa	322	27,5	27,9
Dupla nacionalidade – portuguesa e outra	130	11,1	11,3
Dupla nacionalidade – outros casos	4	0,3	0,3
Estrangeira	697	59,5	60,5
Não responde	18	1,5	-
Total	1171	100	100

As situações de dupla nacionalidade mais frequentes são a conjugação da nacionalidade portuguesa com a nacionalidade brasileira, angolana e cabo-verdiana.

Existem apenas três agregados familiares com elementos que possuem dupla nacionalidade, não sendo nenhuma delas a portuguesa. Uma das famílias possui um indivíduo com nacionalidade cabo-verdiana e holandesa, outra com um indivíduo com nacionalidade brasileira e norte-americana, e ainda outra família com dois indivíduos com dupla nacionalidade estrangeira, possuindo os dois a nacionalidade brasileira e italiana.

Relativamente às nacionalidades só estrangeiras, os contingentes mais representativos são por ordem decrescente, a brasileira, a cabo-verdiana, a angolana e, ainda com algum peso, embora inferior, a chinesa, a ucraniana e a moldava.

Tabela 22 - Nacionalidade estrangeira e dupla nacionalidade – portuguesa e outra dos membros do agregado familiar do inquirido

Países	Nacionalidade estrangeira			Dupla nacionalidade - portuguesa e outra		
	n	%	% Válidas	n	%	% Válidas
Áustria	-	-	-	1	0,8	0,8
Bulgária	1	0,1	0,1	-	-	-
Roménia	1	0,1	0,1	1	0,8	0,8
Bielorrússia	2	0,3	0,3	-	-	-
Geórgia	2	0,3	0,3	-	-	-
Moldávia	30	4,3	4,3	11	8,5	8,5
Rússia	10	1,4	1,4	-	-	-
Ucrânia	35	5,0	5,1	6	4,6	4,6
Angola	50	7,2	7,2	22	16,9	16,9
Cabo Verde	77	11,0	11,1	22	16,9	16,9
Guiné	12	1,7	1,7	10	7,7	7,7
Moçambique	4	0,6	0,6	4	3,1	3,1
São Tomé e Príncipe	15	2,2	2,2	1	0,8	0,8
África do Sul	-	-	-	2	1,5	1,5
Marrocos	5	0,7	0,7	13	10,0	10,0
Brasil	393	56,4	56,8	33	25,4	25,4
E.U.A.	-	-	-	2	1,5	1,5
Bangladesh	1	0,1	0,1	-	-	-
China	40	5,7	5,8	1	0,8	0,8
Índia	4	0,6	0,6	-	-	-
Tailândia	1	0,1	0,1	-	-	-
Outros Ásia e Oceânia	9	1,3	1,3	1	0,8	0,8
Não responde	5	0,7	-	-	-	-
Total	697	100	100	130	100	100

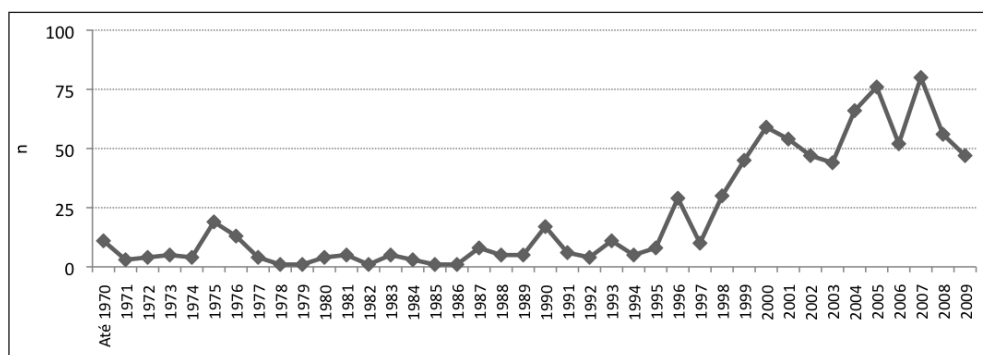
Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos com nacionalidade estrangeira e dupla nacionalidade – portuguesa e outra.

CHEGADA A PORTUGAL

Relativamente ao ano de chegada a Portugal dos vários indivíduos que compõem os agregados domésticos dos inquiridos (Gráfico 7), pode-se observar alguns picos de maior intensidade ao nível das entradas, uns com maior relevância do que outros. O primeiro poderá dizer-se que foi em 1975, ano posterior à revolução de Abril, podendo este facto ser explicado,

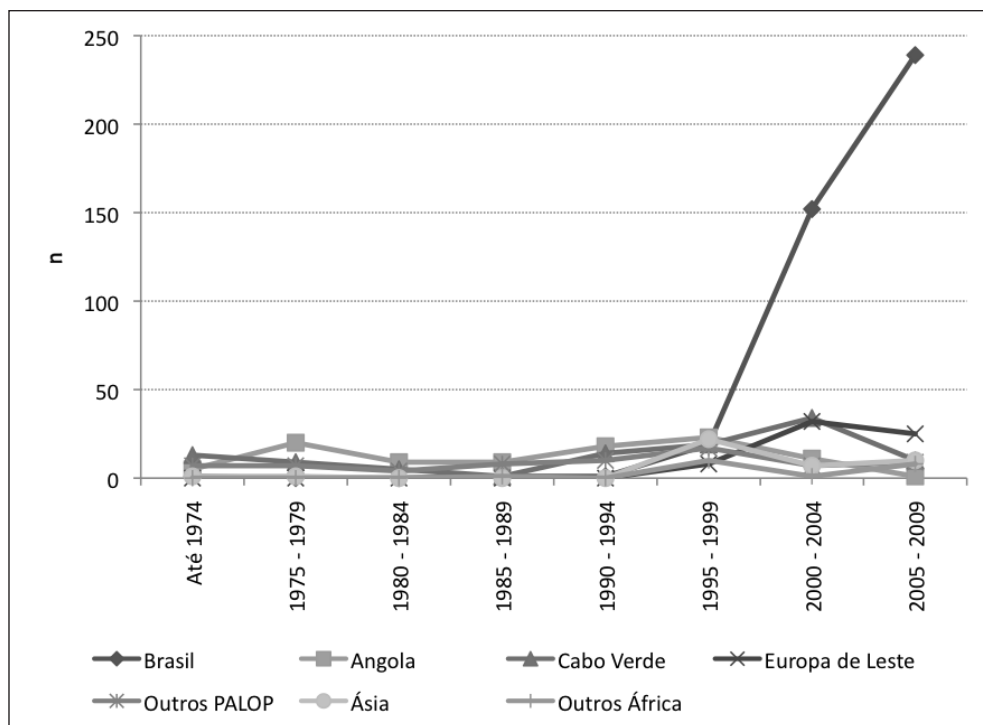
segundo Baganha *et al.* (2009: 123) pela chegada ao país de bastantes repatriados de origem africana dos PALOP. Em 1990 nota-se igualmente um aumento das chegadas ao país, assim como em 1996. Este último pico poderá estar associado com o processo de regularização extraordinária de 1996, uma vez que este pode ter atraído um maior número de pessoas para Portugal. A partir de 1997, no geral, os quantitativos de entrada sobem bastante, registando-se picos de entradas em 2000, 2005 e 2007.

Gráfico 7 - Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar do inquirido (valores absolutos)



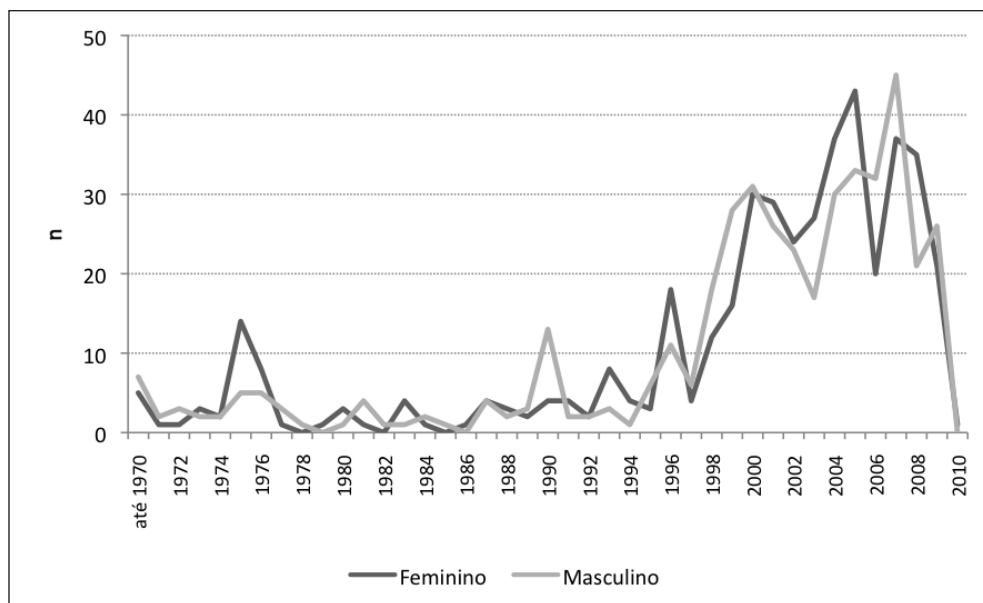
Cruzando o ano de chegada a Portugal com a nacionalidade dos indivíduos (Gráfico 8) é possível notar ao longo do tempo algumas diferenciações, consoante a origem geográfica dos indivíduos que se fixaram em Sesimbra. Até ao período de 1995/1999, a imigração para o concelho é constituída sobretudo por indivíduos oriundos dos PALOP, a partir desse marco temporal há uma maior diversificação das origens dos fluxos migratórios. Particularizando, os cabo-verdianos chegaram, principalmente, em meados dos anos 70 do século passado e em 2000/2004, os angolanos têm um comportamento similar, no entanto, o período de maior afluência foi nos anos 90, o que se prende com a situação de instabilidade político-militar que se vivia em Angola. A partir do ano de 2000 (e até 2004), é visível a presença dos europeus de Leste e dos asiáticos, enquanto os brasileiros têm um ritmo de entrada sustentado e continuado desde essa data, ganhando até um novo alento em 2004 e 2009. Este grupo acaba por ter uma presença dominante nos fluxos de entrada no concelho em análise, estando-se, segundo Malheiros (2007: 16) perante uma população imigrante que aumenta bastante no território nacional em finais dos anos 90 e início do século XXI.

Gráfico 8 - Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar do inquirido por principais naturalidades (valores absolutos)



Cruzando o ano de chegada a Portugal com a variável sexo (Gráfico 9) é possível identificar algumas diversidades. Em 1975, chegam claramente mais mulheres do que homens ao nosso país, em 1990 dá-se a situação contrária, entrando em Portugal um maior número de homens. Em 1993, regista-se novamente um pico de mulheres a entrar no país e em 1996 verifica-se a chegada ao país de bastantes homens e mulheres, embora o número de mulheres seja mais elevado, o que estará relacionado com a realização dos processos de regularização em 1992-93 e em 1996. A partir desta data o número de imigrantes a entrar no país vai aumentando progressivamente, dando-se uma quebra notória no número de homens em 2003, continuando a chegar um número elevado de mulheres até 2005, sofrendo uma quebra no ano seguinte. A partir de 2007, e ainda que com ligeiras oscilações e discrepâncias entre homens e mulheres, vai entrando em território nacional um contingente relevante de indivíduos de ambos os sexos.

**Gráfico 9 - Ano de chegada a Portugal dos membros do agregado familiar por sexo
(valores absolutos)**



Relativamente ao primeiro distrito onde os elementos do agregado familiar do inquirido fixaram residência (Tabela 23), verifica-se que a grande maioria optou por Setúbal (80,1%) e, dentro deste, pelo concelho de Sesimbra, ou seja, o concelho onde reside actualmente. Em segundo lugar, aparece o distrito de Leiria (7,2%), embora com um quantitativo muito inferior a Setúbal, mas que poderá demonstrar no entanto, alguma propensão para a mobilidade geográfica por parte dos indivíduos da amostra. Lisboa surge a seguir, com um valor muito baixo, servindo, assim, de lugar de passagem para apenas 4,7% dos membros do agregado familiar do inquirido, que o preteriram em favor de outros locais.

Tabela 23 - Primeiro local de residência dos membros do agregado familiar do inquirido (por distritos)

Distrito	n	%	% Válidas
Aveiro	1	0,1	0,1
Beja	1	0,1	0,1
Castelo Branco	2	0,2	0,2
Coimbra	3	0,3	0,4
Évora	3	0,3	0,4
Faro	10	1,1	1,2
Leiria	63	7,2	7,6
Lisboa	39	4,5	4,7
Portalegre	1	0,1	0,1
Porto	9	1,0	1,1
Santarém	4	0,5	0,5
Setúbal	697	80,1	83,7
Alcácer do Sal	4	0,5	0,5
Almada	10	1,1	1,2
Barreiro	6	0,7	0,7
Moita	2	0,2	0,2
Palmela	1	0,1	0,1
Seixal	51	5,9	6,1
Sesimbra	579	66,6	69,5
Setúbal	44	5,1	5,3
Não responde	37	4,3	-
Total	870	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos inquiridos com naturalidade estrangeira.

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO ESCOLAR

No que toca ao grau de escolaridade dos elementos do agregado familiar dos inquiridos (Tabela 24), **verifica-se que a maior parte se centra nos três ciclos do ensino básico e no secundário**, sendo de ressaltar os que detêm o diploma do 3º ciclo e dos que possuem o ensino secundário. É possível ainda constatar que apenas 7,2% conseguiram concluir algum dos graus de ensino superior.

Tabela 24 - Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido

Grau de escolaridade	n	%	% Válidas
Nenhum	39	3,3	3,7
Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	12	1,0	1,1
Pré-escolar	50	4,3	4,7
1º ciclo EB	175	14,9	16,5
2º ciclo EB	186	15,9	17,5
3º ciclo EB	264	22,5	24,9
Secundário	228	19,5	21,5
Curso médio/profissional	24	2,0	2,3
Bacharelato	8	0,7	0,8
Licenciatura	70	6,0	6,6
Mestrado	2	0,2	0,2
Doutoramento	3	0,3	0,3
Não responde	110	9,4	-
Total	1171	100	100

Não se notam grandes desigualdades relativamente à posse de recursos escolares por parte de homens e mulheres (Tabela 25). Podendo apenas referir-se algumas diferenças mínimas, evidencia-se a presença de um maior número de homens com o 1º (19% *vs.* 16,4%) e o 2º ciclo do EB (19% *vs.* 16,4%) e um pouco mais de mulheres com diplomas do ensino secundário (24,4% de mulheres e 19,1% de homens) e do ensino superior (8,4% *vs.* 7,1%), sendo as restantes diferenças bastante marginais.

Tabela 25 - Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido por sexos (% em coluna)

Grau de escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Nenhum	21	4,1	18	3,3	39	3,7
Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	3	0,6	2	0,4	5	0,5
Pré-escolar	24	4,7	25	4,6	49	4,7
1º ciclo EB	75	14,6	99	18,4	174	16,6
2º ciclo EB	84	16,4	102	19,0	186	17,7
3º ciclo EB	124	24,2	138	25,7	262	25,0
Secundário	125	24,4	103	19,1	228	21,7
Curso médio/profissional	11	2,1	13	2,4	24	2,3
Bacharelato	5	1,0	3	0,6	8	0,8
Licenciatura	36	7,0	34	6,3	70	6,7
Mestrado	2	0,4	-	-	2	0,2
Doutoramento	2	0,4	1	0,2	3	0,3
Total	512	100	538	100	1050	100

Embora as tendências gerais se mantenham, os níveis de escolaridade variam um pouco no que toca às diferentes nacionalidades (Tabela 26). Os naturais de outros países africanos não-PALOP e os cabo-verdianos parecem ser os menos qualificados, já que na sua maioria têm apenas o 1º, 2º ou 3º ciclo. Os brasileiros e os angolanos estão maioritariamente distribuídos pelo 2º e 3º ciclo do ensino básico e pelo secundário, embora este nível de ensino seja o mais recorrente entre brasileiros. Entre os europeus de Leste, por outro lado, há mais diplomados do ensino superior, a par de pessoas com ensino o secundário e com o 3º ciclo EB. Os indivíduos com outras nacionalidades dos PALOP atingiram sobretudo o 3º ciclo e o secundário, enquanto entre os asiáticos o grau de escolaridade mais frequente é o secundário.

Tabela 26 - Grau de escolaridade completo dos membros do agregado familiar do inquirido por principais naturalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Europa de Leste		Outros PALOP		Ásia		Outros África		Total	
Grau de escolaridade	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Inferior ao 1º ciclo EB	9	2,2	3	3,1	6	5,7	-	-	3	4,7	3	7,5	1	5,6	25	3,2
1º ciclo EB	59	14,7	16	16,7	33	31,4	1	1,6	7	10,9	7	17,5	7	38,9	130	16,6
2º ciclo EB	91	22,7	22	22,9	18	17,1	4	6,6	9	14,1	1	2,5	5	27,8	150	19,1
3º ciclo EB	103	25,7	32	33,3	34	32,4	14	23,0	23	35,9	9	22,5	3	16,7	218	27,8
Secundário	115	28,7	18	18,8	10	9,5	15	24,6	13	20,3	15	37,5	2	11,1	188	23,9
Curso médio/profissional	5	1,2	-	-	1	1,0	6	9,8	2	3,1	1	2,5	-	-	15	1,9
Ensino Superior	19	4,7	5	5,2	3	2,9	21	34,4	7	10,9	4	10,0	-	-	59	7,5
Total	401	100	96	100	105	100	61	100	64	100	40	100	18	100	785	100

Nota: A categoria “menos que o 1º ciclo” engloba as categorias “nenhum”, “sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola” e “pré-escolar”; a categoria “ensino superior” engloba as categorias “bacharelato”, “licenciatura”, “mestrado” e “doutoramento”.

AUTO-AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Sendo este um dos possíveis indicadores usados para aferir o grau de integração na sociedade de acolhimento, foi pedido aos inquiridos para avaliarem o nível de conhecimento da língua portuguesa por parte dos membros do seu agregado familiar, observando-se que de uma forma geral os indivíduos têm um “bom” e “muito bom” conhecimento da língua da sociedade de acolhimento. Esta convergência na percepção do domínio da língua portuguesa não é surpreendente visto que grande parte destes indivíduos tem como língua materna o português.

Tabela 27 - Avaliação do nível de conhecimento da língua portuguesa dos membros do agregado doméstico

Avaliação	n	%	% Válidas
Muito bom	273	23,3	24,7
Bom	506	43,2	45,7
Suficiente	251	21,4	22,7
Fraco	67	5,7	6,1
Nulo	10	0,9	0,9
Não responde	64	5,5	-
Total	1171	100	100

PRINCIPAL MEIO DE VIDA

O principal meio de vida dos elementos do agregado familiar dos inquiridos (Tabela 28) parece ser o trabalho, o que mais uma vez demonstra o carácter laboral destes fluxos migratórios. Em segundo lugar, surgem os indivíduos que estão a cargo da família que na sua maioria serão, provavelmente, crianças e jovens sem idade para trabalhar e pessoas que se dedicam exclusivamente às tarefas domésticas. De realçar ainda a baixa percentagem dos que estão a receber o subsídio de desemprego (5%) e pensões de reforma (2,5%).

Tabela 28 - Principal meio de vida dos membros do agregado familiar do inquirido

Meio de vida	n	%	% Válidas
Trabalho	534	45,6	47,0
Rendimento Social de Inserção	3	0,3	0,3
Pensão/Reforma	29	2,5	2,6
Rendimentos de propriedade ou de empresa	36	3,1	3,2
Subsídio temporário de doença	7	0,6	0,6
Subsídio temporário de desemprego	58	5,0	5,1
Outros subsídios temporários	15	1,3	1,3
Apoio Social	1	0,1	0,1
A cargo da família	427	36,5	37,6
Biscates	16	1,4	1,4
Outras situações	11	0,9	1,0
Desempregado e sem apoios	7	63,6	63,6
Trabalhador-estudante	3	27,3	27,3
Subsídio de invalidez	1	9,1	9,1
Total	1171	100	100

Segmentando o principal meio de vida por sexo, não se notam grandes diferenciações entre homens e mulheres, de sublinhar apenas ligeiras nuances, que se reflectem no facto de haver uma maior percentagem de homens para quem o trabalho é o seu principal meio de vida, a par de um maior efectivo de mulheres que está a viver do subsídio temporário de desemprego e a cargo da família.

Tabela 29 - Principal meio de vida dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Trabalho	246	44,6	288	50,5	534	47,6
Rendimento Social de Inserção	2	0,4	1	0,2	3	0,3
Pensão/Reforma	16	2,9	13	2,3	29	2,6
Rendimentos de propriedade ou de empresa	15	2,7	21	3,7	36	3,2
Subsidio temporário de doença	5	0,9	2	0,4	7	0,6
Subsidio temporário de desemprego	35	6,3	23	4,0	58	5,2
Outros subsidios temporários	7	1,3	8	1,4	15	1,3
Apoio Social	1	0,2	0	0,0	1	0,1
A cargo da família	218	39,5	205	36,0	423	37,7
Biscates	7	1,3	9	1,6	16	1,4
Total	552	100	570	100	1122	100

CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

No que toca à condição perante o trabalho dos elementos do agregado familiar (Tabela 30), é notória uma maior expressão estatística dos activos com profissão (49,5%), seguindo-se os estudantes (20,2%) e ainda os desempregados, com um valor a rondar os 10%. Os desempregados salientam que estão nesta situação há cerca de um ano (valor médio).

Se compararmos a proporção de desempregados patenteada nas estatísticas oficiais, verificamos que não existe uma grande disparidade, pois, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, a taxa de desemprego para o 4º trimestre de 2009, extrapolada para o total da população portuguesa, era de 10,1%. Contudo, devemos ter em conta que a definição de desempregado e a forma de cálculo da taxa de desemprego utilizada pelo INE é distinta da usada pelo presente estudo, pois no INE o denominador utilizado é apenas a população activa e somente são considerados como desempregados os inquiridos que tenham efectuado uma procura activa de emprego na semana em que foram inquiridos.³

³

Para limitações à taxa de desemprego calculada pelo INE ver Pais (2005: 28-30).

Tabela 30 - Condição perante o trabalho dos membros do agregado familiar do indivíduo

Condição perante o trabalho	n	%	% Válidas
Activo com profissão	580	49,5	58,7
Desempregado	119	10,2	12,0
À procura do 1º emprego	5	0,4	0,5
Doméstica	18	1,5	1,8
Reformado	20	1,7	2,0
Inválido/doença permanente	9	0,8	0,9
Estudante	237	20,2	24,0
Não responde	183	15,6	-
Total	1171	100	100

Comparando a condição perante a actividade económica nos dois sexos (Tabela 31), é possível observar que não existem grandes divergências, verificando-se mais homens activos com profissão e estudantes, e mais de mulheres desempregadas, domésticas e reformadas.

Tabela 31 - Condição perante o trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)

Condição perante o trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Activo com profissão	264	55,1	316	62,6	580	58,9
Desempregado	67	14,0	52	10,3	119	12,1
À procura do 1º emprego	2	0,4	3	0,6	5	0,5
Doméstica	18	3,8	-	-	18	1,8
Reformado	14	2,9	6	1,2	20	2,0
Inválido/doença permanente	6	1,3	3	0,6	9	0,9
Estudante	108	22,5	125	24,8	233	23,7
Total	479	100	505	100	984	100

PROFISSÃO

Em relação às profissões dos membros dos grupos familiares (Tabela 32), verificou-se que a maioria se distribui por três categorias profissionais, sendo elas, começando com a que tem maior peso, o “pessoal dos serviços e vendedores” (30,9%), seguido dos “operários e artífices” e dos “trabalhadores não qualificados”, ambas com quantitativos muito semelhantes⁴ (21%, respectivamente). De referir ainda que o regime de trabalho mais frequente é o permanente/regular (92,4%), sendo que apenas 6,6% dos indivíduos trabalham em regime ocasional e apenas um indivíduo trabalha em regime de sazonalidade.

Tabela 32 - Profissões dos membros do agregado familiar do inquirido

Profissão	n	%	% Válidas
Directores e quadros dirigentes	3	0,4	0,5
Profissões intelectuais e científicas	18	2,5	2,7
Técnicos e profissionais intermédios	25	3,4	3,8
Pessoal administrativo	32	4,4	4,8
Pessoal dos serviços e vendedores	225	30,9	33,9
Trabalhadores da agricultura e pesca	18	2,5	2,7
Operários e artífices	156	21,4	23,5
Operadores de instalações de máquinas e montagem	32	4,4	4,8
Trabalhadores não qualificados	155	21,3	23,3
Não responde	64	8,8	-
Total	728	100	100

Nota: Questão apenas aplicada aos indivíduos activos na profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente.

Na inserção laboral de homens e mulheres há diferenciações (Tabela 33), nestas há uma forte inserção em categorias como o “pessoal dos serviços e vendedores” (mais de metade) e nos “trabalhadores não qualificados”. Em contraposição, nos homens a maior percentagem insere-se nos “operários e artífices” (mais de 40%), dispersando-se depois pelos “trabalhadores não qualificados” e pelo “pessoal dos serviços e vendedores”. De realçar que

4

Para informação mais detalhada sobre as profissões dos elementos do agregado familiar, consultar a tabela com as profissões a dois dígitos segundo a Classificação Nacional das Profissões, Quadro 12, anexo 2.

se nota uma masculinização nos “trabalhadores da agricultura e pescas” (essencialmente, pescadores).

**Tabela 33 - Profissões dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo
(% em coluna)**

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	-	-	3	0,9	3	0,5
Profissões intelectuais e científicas	9	2,8	9	2,6	18	2,7
Técnicos e profissionais intermédios	13	4,1	12	3,5	25	3,8
Pessoal administrativo	24	7,5	8	2,3	32	4,8
Pessoal dos serviços e vendedores	166	52,2	59	17,1	225	33,9
Trabalhadores da agricultura e pesca	-	-	18	5,2	18	2,7
Operários e artífices	3	0,9	153	44,2	156	23,5
Operadores de instalações de máquinas e montagem	9	2,8	23	6,6	32	4,8
Trabalhadores não qualificados	94	29,6	61	17,6	155	23,3
Total	318	100	346	100	664	100

Nota: Questão apenas aplicada aos indivíduos activos na profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente; qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Nota-se que a esmagadora maioria dos inquiridos activos com profissão trabalha por conta de outrem (Tabela 34), registando-se apenas 14,1% de trabalhadores por conta própria. Este valor revela que uma pequena parte dos imigrantes consegue criar o seu próprio emprego, tratando-se provavelmente de pequenas empresas ou empresas familiares, até porque 6,4% é também trabalhador familiar. Esta informação empírica não deixa de ser um indicador pertinente de empreendedorismo imigrante, até porque se trata de valores superiores aos detectados para o território nacional. Assim, Catarina Oliveira afirma que a nível nacional a iniciativa empresarial dos imigrantes tem vindo a reforçar-se, entre 2000 e 2005, a importância relativa de estrangeiros nos trabalhadores por conta própria passou de 3,6% para 5,4%, segundo dados do SOPEMI (2007) (Oliveira, 2008: 111).

Tabela 34 - Situação na profissão dos membros do agregado familiar do inquirido

Situação na profissão	n	%	% Válidas
Trabalhador por conta de outrem	448	77,2	79,0
Trabalhador por conta própria sem empregados	65	11,2	11,5
Trabalhador por conta própria com empregados	17	2,9	3,0
Trabalhador familiar não remunerado	37	6,4	6,5
Não responde	13	2,2	-
Total	580	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos activos com profissão.

VÍNCULO CONTRATUAL

Quanto ao vínculo contratual (Tabela 35), 41% dos indivíduos possuem contrato sem termo, sendo a segunda situação mais comum o contrato com termo. Uma percentagem considerável parece caracterizar-se por uma certa precariedade laboral, pois, trabalham sem nenhum tipo de contrato (17,1%). O grande número de não respostas deve-se, provavelmente, ao facto de muitos dos inquiridos não terem uma ideia precisa sobre o tipo de vínculo contratual dos elementos do seu agregado familiar.

Tabela 35 - Vínculo contratual dos membros do agregado familiar do inquirido

Vínculo contratual	n	%	% Válidas
Contrato sem termo	238	41,0	45,2
Contrato com termo	156	26,9	29,7
Recibos verdes	33	5,7	6,3
Trabalho sem contrato	99	17,1	18,8
Não responde	54	9,3	-
Total	580	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos activos com profissão.

POSICIONAMENTO NA ESTRUTURA DAS CLASSES SOCIAIS

Para situar os imigrantes inquiridos na estrutura das classes sociais, recorreremos à classificação individual de classe, bem como, à classificação do grupo doméstico do indivíduo, tal como foi formulada por Costa⁵ (2008 [1999]: 228-236) e cuja operacionalização passa pelo cruzamento das variáveis profissão actual e situação na profissão.

5

Este indicador foi inicialmente apresentado por Almeida *et al.* (1988), sendo posteriormente ajustado (Costa *et al.*, 1990) para o presente estudo recorremos à versão mais recente (Costa, 1999).

Uma parte substancial dos indivíduos que fazem parte do grupo familiar do inquirido posiciona-se nos empregados executantes (45,5%), havendo ainda uma percentagem relevante de pessoas que se inserem no operariado (24,3%). De realçar ainda que 6,6% localizam-se no topo da escala social (são EDL).

Tabela 36 - Classe social dos membros do agregado familiar do inquirido

Classe social	n	%	% Válidas
EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	44	6,0	6,6
PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento	37	5,1	5,6
TI - Trabalhadores Independentes	87	12,0	13,1
AI - Agricultores Independentes	2	0,3	0,3
EE - Empregados Executantes	303	41,6	45,5
OO – Operários	177	24,3	26,6
AA - Assalariados Agrícolas	16	2,2	2,4
Não classificável	62	8,5	-
Total	728	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente.

Cruzando a classe social do agregado familiar com a variável sexo (Tabela 37), é possível atestar que há mais mulheres localizadas nos empregados executantes e mais homens no operariado.

Tabela 37 - Classe social dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)

Classe social	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	21	6,6	23	6,6	44	6,6
PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento	17	5,3	20	5,7	37	5,6
TI - Trabalhadores Independentes	35	11,0	52	14,9	87	13,1
AI - Agricultores Independentes	-	-	2	0,6	2	0,3
EE - Empregados Executantes	234	73,6	69	19,8	303	45,5
OO – Operários	11	3,5	166	47,7	177	26,6
AA - Assalariados Agrícolas	-	-	16	4,6	16	2,4
Total	318	100	348	100	666	100

Nota: Questão apenas aplicada aos indivíduos activos na profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente; qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Procedemos também à classificação da classe social do grupo doméstico do inquirido, através do cruzamento da classe social do homem ou da mulher e do respectivo cônjuge ou companheiro(a). Considera-se, assim, pertinente classificar não só os indivíduos isoladamente mas também o casal, uma vez que nesta situação os indivíduos partilham os seus recursos com o respectivo cônjuge. Contudo, não é possível classificar todos os casos, pois, o inquérito por questionário só nos fornece informação sobre as situações em que ambos os membros do casal trabalham e coabitam actualmente na mesma unidade familiar (n=143).

Assim, é possível perceber que quase metade dos casos apurados se posicionam nos assalariados executantes pluriactivos (41,3%), situação que resulta de, nos casais, grande parte dos homens ser classificado como operário e as mulheres ocuparem posições de empregadas executantes. Existem também alguns casais que se localizam na categoria de trabalhadores independentes pluriactivos (18,2%), uma vez que existem alguns homens trabalhadores independentes ou assalariados agrícolas, cujas companheiras são empregadas executantes. De destacar ainda os casais que fazem parte da classe dos empregados executantes (13,3%) e empresários, dirigentes e profissionais liberais (10,5%).

Tabela 38 - Classe social do grupo doméstico do inquirido

	n	%
EDL - Empresários, dirigentes e profissionais liberais	15	10,5
PTE - Profissionais técnicos e de enquadramento	16	11,2
TI - Trabalhadores independentes	6	4,2
TIpl - Trabalhadores independentes pluriactivos	26	18,2
EE - Empregados executantes	19	13,3
O - Operários	2	1,4
Aepl - Assalariados executantes pluriactivos	59	41,3
Total	143	100

LOCAL DE TRABALHO

Observa-se que a maioria dos inquiridos trabalha no concelho de Sesimbra (65,2%) enquanto uma percentagem ínfima (2,2%) trabalha no estrangeiro.

Tabela 39 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do indivíduo

Local de trabalho	n	%	% Válidas
No concelho onde reside	378	65,2	65,9
Noutro concelho	183	31,6	31,9
No estrangeiro	13	2,2	2,3
Não responde	6	1,0	-
Total	580	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos activos com profissão.

Embora não sendo uma diferença muito vincada, existe uma maior percentagem de homens a trabalhar fora do concelho de residência e no estrangeiro (Tabela 40), o que demonstra uma maior mobilidade geográfica por motivos de trabalho por parte dos indivíduos do sexo masculino.

Tabela 40 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido por sexo (% em coluna)

Local de trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
No concelho onde reside	186	71,0	192	61,5	378	65,9
Noutro concelho	74	28,2	109	34,9	183	31,9
No estrangeiro	2	0,8	11	3,5	13	2,3
Total	262	100	312	100	574	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos activos com profissão; qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Dos inquiridos que trabalham fora do concelho, verifica-se que a maior parte trabalha em concelhos próximos de Sesimbra, sendo Lisboa, Setúbal e Seixal os concelhos com mais expressão (por ordem decrescente). Dos indivíduos que trabalham no estrangeiro, quatro trabalham em França e dois em Espanha, ou seja, países próximos e que se inscrevem

no espaço comunitário. Os restantes trabalham em Angola, Holanda, Reino Unido (Grã-Bretanha), Suíça, e noutro país africano (um caso cada).

Tabela 41 - Local de trabalho dos membros do agregado familiar do inquirido fora de Sesimbra

Concelho	N	%
Lisboa	59	35,3
Setúbal	54	32,3
Seixal	14	8,4
Barreiro	9	5,4
Palmela	9	5,4
Almada	7	4,2
Mafra	3	1,8
Matosinhos	2	1,2
Montijo	2	1,2
Outros	8	4,8
Não responde	18	9,7

Nota: Questão aplicada aos inquiridos activos com profissão com local de trabalho noutro concelho que não Sesimbra; resposta tratada como múltipla, total=183.

DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A maior parte dos agregados familiares dos inquiridos é composta por um a quatro elementos, sendo mais frequentes os casos dos agregados com três elementos.

Tabela 42 - Dimensão do agregado familiar

Nº de elementos	n	%
1	92	22,0
2	100	23,9
3	105	25,1
4	72	17,2
5	27	6,5
6	14	3,3
7	5	1,2
8	3	0,7
Total	418	100

Relativamente à partilha da habitação com pessoas que não fazem parte do agregado familiar do inquirido (Tabela 43), verificou-se que 17,9% afirmam partilhar efectivamente a sua habitação com “não familiares”, e que, em média, a partilham com duas pessoas, sendo estas, também em média, oriundas do país de origem do inquirido. Pode-se afirmar que a partilha da habitação com pessoas de outras nacionalidades diferentes da do próprio, não é uma prática comum entre inquiridos.

Tabela 43 - Partilha de habitação com não familiares

	n	%	% Válidas
Sim	75	17,9	18,0
Não	342	81,8	82,0
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

TIPO DE AGREGADO DOMÉSTICO

Para caracterizarmos o tipo de agregado doméstico (agregado familiar e outras pessoas a residir na mesma habitação) recorreremos à classificação de Laslett Hammel (também usada com adaptações por Almeida *et al.*, 1998: 45-77).

Assim, verifica-se que a maioria dos agregados domésticos é formada por famílias simples, e que nestas a situação mais recorrente é a de casal com filhos (35,2%). Dentro dos agregados domésticos sem núcleo familiar é de destacar os agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal (17% da amostra).

Tabela 44 - Tipo de agregado doméstico do inquirido

Tipo de agregado doméstico	n	%	% Válidas
Agregados domésticos sem núcleo familiar	115	27,5	28,0
Agregados domésticos de pessoas só	44	10,5	10,7
Agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal	71	17,0	17,3
Agregados domésticos de famílias simples	237	56,7	57,7
Casais sem filhos (sem outros)	51	12,2	12,4
Casais com filhos (sem outros)	147	35,2	35,8
Pai/mãe com filhos (sem outros)	39	9,3	9,5
Agregados domésticos de famílias complexas	59	14,1	14,4
Não classificável por não ter respostas	7	1,7	-
Total	418	100	100

CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

Passando agora à caracterização dos indivíduos que responderam ao inquérito por questionário (Tabela 45), pode-se afirmar que, apesar de existirem mais mulheres do que homens, esta disparidade é muito ligeira, estando a amostra relativamente bem equilibrada entre os dois sexos, registando-se uma relação de masculinidade de cerca de 94 homens para cada 100 mulheres. Estes dados, de certo modo, atestam uma das tendências dos anos 90 que foi a feminização da imigração (Castles, 2000).

Tal como acontece no que toca aos agregados familiares, a maior parte dos indivíduos encontra-se em idade (potencialmente) activa, o que não é surpreendente, pois estamos perante imigrantes que migraram por motivos económicos e laborais.

Em relação ao estado civil, os inquiridos subdividem-se entre solteiros (38,5%) e casados (36,8%), mas se somarmos os casados com os que vivem em união de facto, verificamos que 52,6% vive uma relação de conjugalidade. Evidencia-se ainda a expressão estatística da percentagem de pessoas divorciadas (5%) e separadas (1,4%).

Tabela 45 - Indicadores sócio-demográficos de caracterização do inquirido

Indicadores	n	%	% Válidas
Sexo			
Feminino	215	51,4	51,4
Masculino	203	48,6	48,6
Grupo etário			
10 – 19	27	6,5	6,5
20 – 29	114	27,3	27,3
30 – 39	140	33,5	33,5
40 – 49	80	19,1	19,1
50 – 59	45	10,8	10,8
60 – 69	9	2,2	2,2
70 – 79	2	0,5	0,5
> 80	1	0,2	0,2
Tipo de população segundo a idade			
(Potencialmente) Activos	413	98,8	98,8
Idosos	5	1,2	1,2
Estado civil			
Casado	154	36,8	36,9
União de facto	66	15,8	15,8
Solteiro	161	38,5	38,6
Separado de facto	6	1,4	1,4
Divorciado	21	5,0	5,0
Viúvo	9	2,2	2,2
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

NATURALIDADE

Em relação à naturalidade dos inquiridos, verifica-se que cerca de metade dos indivíduos originários de países estrangeiros é natural do Brasil, seguindo-se a grande distância os naturais de Angola e os naturais de Cabo Verde. Apenas um indivíduo tem naturalidade portuguesa, tendo nascido no concelho de Lisboa.

Tabela 46 - Naturalidade do inquirido

País	n	%
Brasil	212	50,8
Angola	48	11,5
Cabo Verde	47	11,3
Moldávia	21	5,0
Ucrânia	15	3,6
São Tomé e Príncipe	14	3,4
Marrocos	14	3,4
Guiné	11	2,6
China	10	2,4
Moçambique	8	1,9
Índia	4	1,0
Rússia	4	1,0
Bielorrússia	2	0,5
Outros	7	1,5
Total	417	100

Nota: Questão aplicada apenas aos naturais de países estrangeiros.

Cruzando as principais nacionalidades com a variável sexo (Tabela 47), é possível detectar algumas ligeiras nuances, observando-se por um lado, a prevalência das mulheres angolanas, cabo-verdianas e da Europa de Leste, e por outro, o predomínio de homens asiáticos, de outros países africanos e naturais de outros PALOP.

Tabela 47 - Principais naturalidades segundo o sexo (% em linha)

Naturalidade	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	110	51,9	102	48,1	212	100
Angola	30	62,5	18	37,5	48	100
Cabo Verde	25	53,2	22	46,8	47	100
Ásia	7	41,2	10	58,8	17	100
Europa de Leste	25	56,8	19	43,2	44	100
Outros PALOP	15	45,5	18	54,5	33	100
Outros África	2	13,3	13	86,7	15	100
Total	214	51,4	202	48,6	416	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Ao cruzar as idades com o sexo, principais países e regiões de naturalidade (Tabela 48), é possível observar que os imigrantes provenientes do Brasil e da Europa de Leste são os mais novos, seguidos dos asiáticos e dos outros africanos. Ou seja, os imigrantes associados aos fluxos mais recentes são no geral mais novos do que os imigrantes conotados com os “mais antigos” (PALOP). É de notar que nas nacionalidades mais representadas, em geral, as mulheres são mais velhas do que os homens (brasileiros, angolanos, cabo-verdianos e europeus de Leste), sendo que as mulheres cabo-verdianas são, em média, bastante mais velhas que os homens.

Tabela 48 - Média das idades de homens e mulheres por país/região de naturalidade

Naturalidade	Feminino	Masculino	Total
Brasil	33,8	31,5	32,7
Angola	41,7	40,3	41,2
Cabo Verde	44,9	35,9	40,7
Ásia	35,7	37,2	36,6
Europa de Leste	35,8	32,2	34,3
Outros PALOP	39,5	42,0	40,8
Outros África	32,0	35,8	35,3

Nota: Total de mulheres = 215, total de homens = 203.

NACIONALIDADE

Quanto às nacionalidades (Tabela 49), a **esmagadora maioria dos inquiridos possui nacionalidade estrangeira**, seguindo-se os que possuem nacionalidade portuguesa, evidenciando-se a baixa percentagem dos que possuem apenas nacionalidade portuguesa (9,6%). Existe ainda o caso de um indivíduo com duas nacionalidades estrangeiras, nomeadamente cabo-verdiana e holandesa.

Tabela 49 - Nacionalidade do inquirido

Nacionalidade	n	%
Portuguesa	40	9,6
Dupla nacionalidade - portuguesa e outra	53	12,7
Dupla nacionalidade - outros casos	1	0,2
Estrangeira	324	77,5
Total	418	100

A nacionalidade estrangeira com mais peso é, sem dúvida, a brasileira, que, conforme revelavam os dados estatísticos do XIV Recenseamento Geral da População, já nessa altura (2001) era a nacionalidade estrangeira mais representada no concelho. Com muito menos expressão estatística surgem os inquiridos com nacionalidade cabo-verdiana e angolana, e logo de seguida os indivíduos com nacionalidade moldava e ucraniana.

Tabela 50 - Nacionalidades estrangeiras

Nacionalidade	n	%	% Válidas
Brasil	199	61,4	61,6
Cabo Verde	27	8,3	8,4
Angola	23	7,1	7,1
Moldávia	17	5,2	5,3
Ucrânia	14	4,3	4,3
China	10	3,1	3,1
São Tomé e Príncipe	8	2,5	2,5
Guine	5	1,5	1,5
Rússia	5	1,5	1,5
Marrocos	5	1,5	1,5
Índia	3	0,9	0,9
Outros	7	2,1	2,1
Não responde	1	0,3	-
Total	324	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos com nacionalidade estrangeira.

Dos inquiridos que detêm dupla nacionalidade, portuguesa e estrangeira, podem-se destacar a nacionalidade cabo-verdiana e brasileira (12 casos cada), bem como a marroquina (8 casos) e angolana (7 casos).

Tabela 51 - Inquiridos com dupla nacionalidade – portuguesa e estrangeira

Nacionalidade	n	%
Cabo Verde	12	22,6
Brasil	12	22,6
Marrocos	8	15,1
Angola	7	13,2
Moldávia	4	7,5
Guiné	3	5,7
Moçambique	3	5,7
Ucrânia	2	3,8
África do Sul	1	1,9
E.U.A.	1	1,9
Total	53	100

Nota: Questão aplicada apenas aos indivíduos com dupla nacionalidade – portuguesa e estrangeira.

ÁREA DE RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS

Como é possível observar, a grande maioria das pessoas inquiridas reside na freguesia da Quinta do Conde, uma vez que segundo o Recenseamento Geral da População de 2001 esta seria a freguesia do concelho com maior número de estrangeiros e foi, de facto, onde se conseguiu inquirir um maior número de imigrantes. Segundo os últimos dados censitários, haveria, em 2001, mais imigrantes no Castelo do que em Santiago e, como se pode atestar, a amostra recolhida converge nesse mesmo sentido.

Tabela 52 - Área de residência dos inquiridos

Área de residência	n	%	% Válidas
Quinta do Conde	262	62,7	63,0
Boa Água	11	2,6	2,6
Vale do Paraíso	1	0,2	0,2
Santiago	33	7,9	7,9
Sesimbra Centro	17	4,1	4,1
Castelo	15	3,6	3,6
Almoinha	18	4,3	4,3
Cotovia	13	3,1	3,1
Santana	12	2,9	2,9
Zambujal	8	1,9	1,9
Alfarim	5	1,2	1,2
Azóia	4	1,0	1,0
Meco	4	1,0	1,0
Aldeia dos Gatos	3	0,7	0,7
Alto das Vinhas	3	0,7	0,7
Aldeia	1	0,2	0,2
Caixas	1	0,2	0,2
Lagoa de Albufeira	1	0,2	0,2
Praia dos Bicos	1	0,2	0,2
Quintinha	1	0,2	0,2
Sampaio	1	0,2	0,2
Venda Nova	1	0,2	0,2
Não responde	2	0,5	-
Total	418	100	100

Verificámos que, à excepção dos naturais de outros países africanos, de entre os inquiridos das restantes naturalidades, a maioria dos indivíduos reside na freguesia da Quinta do Conde. Existem, no entanto ligeiras diferenciações que convém realçar. Tendencialmente os brasileiros residem na Quinta do Conde (58,1%) e no Castelo (28,6%). Quanto aos naturais dos PALOP, a esmagadora maioria reside na Quinta do Conde. Os asiáticos têm mais expressão na Quinta do Conde e os europeus de Leste, para além do seu peso na Quinta do Conde, têm também um contingente considerável na freguesia do Castelo (34,1%). Relativamente aos naturais de outros países africanos, verifica-se que residem oito indivíduos em Santiago e seis na freguesia do Castelo.

Tabela 53 - Principais naturalidades por freguesia de residência (% em linha)

	Quinta do Conde		Santiago		Castelo		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	122	58,1	28	13,3	60	28,6	210	100
Angola	41	85,4	4	8,3	3	6,3	48	100
Cabo Verde	40	85,1	2	4,3	5	10,6	47	100
Ásia	12	70,6	3	17,6	2	11,8	17	100
Europa de Leste	24	54,5	5	11,4	15	34,1	44	100
Outros PALOP	32	97,0	-	-	1	3,0	33	100
Outros África	1	6,7	8	53,3	6	40,0	15	100
Total	272	65,7	50	12,1	92	22,2	414	100

ESCOLARIDADE

No que se refere ao grau de escolaridade dos respondentes (Tabela 54), a maioria tem uma baixa qualificação escolar (cerca de 60% tem entre o 1º e o 3º ciclos do EB). Para além da maior percentagem de indivíduos com o 3º ciclo completo, há um segmento relevante de inquiridos com diploma do ensino secundário. No entanto, apenas 7% têm qualificações de nível superior.

Tabela 54 - Grau de escolaridade do inquirido

Grau de escolaridade	n	%	% Válidas
Nenhum	5	1,2	1,2
Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola	1	0,2	0,2
Pré-escolar	5	1,2	1,2
1º ciclo do EB	57	13,6	13,7
2º ciclo do EB	72	17,2	17,3
3º ciclo do EB	122	29,2	29,3
Secundário	115	27,5	27,6
Curso médio/profissional	10	2,4	2,4
Bacharelato	5	1,2	1,2
Licenciatura	22	5,3	5,3
Mestrado	2	0,5	0,5
Não responde	2	0,5	-
Total	418	100	100

Atendendo à repartição dos inquiridos segundo a nacionalidade e o grau de escolaridade (Tabela 55), a maior parte dos brasileiros detêm o 3º ciclo do EB e o secundário, entre os angolanos as qualificações escolares dominantes são o 2º e o 3º ciclos, a situação dos cabo-verdianos não é muito distinta destes últimos, registando-se mais indivíduos com o 1º e o 3º ciclo. Por seu turno, nos asiáticos e naturais de outros PALOP destacam-se os diplomados com 3º ciclo e com o ensino secundário. Numa posição de destaque estão os europeus de Leste, sendo nestes que se detecta uma maior percentagem de diplomados do ensino superior e com cursos médio/profissional.

Tabela 55 - Grau de escolaridade por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Inferior ao 1º ciclo	1	0,5	2	4,2	3	6,5	1	5,9	-	-	-	-	-	-	7	1,7
1º ciclo EB	23	11,0	8	16,7	14	30,4	3	17,6	-	-	4	12,9	5	35,7	57	13,9
2º ciclo EB	42	20,0	12	25,0	7	15,2	1	5,9	1	2,3	4	12,9	4	28,6	71	17,3
3º ciclo EB	61	29,0	15	31,3	12	26,1	5	29,4	14	31,8	12	38,7	3	21,4	122	29,8
Secundário	73	34,8	10	20,8	7	15,2	4	23,5	10	22,7	8	25,8	2	14,3	114	27,8
Curso médio/profissional	1	0,5	-	-	-	-	1	5,9	7	15,9	1	3,2	-	-	10	2,4
Superior	9	4,3	1	2,1	3	6,5	2	11,8	12	27,3	2	6,5	-	-	29	7,1
Total	210	100	48	100	46	100	17	100	44	100	31	100	14	100	410	100

Nota: A categoria “menos que o 1º ciclo” engloba as categorias “nenhum”, “sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola” e “pré-escolar”; a categoria “ensino superior” abarca “bacharelato”, “licenciatura”, “mestrado” e “doutoramento”.

PERCEPÇÃO SUBJECTIVA DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Uma outra dimensão de análise importante e que tem incidência nas modalidades e no nível de integração dos indivíduos centra-se na percepção subjectiva do nível de conhecimento da língua portuguesa (Tabela 56). Como se depreende do quadro abaixo exposto, a maioria auto-avalia-se como tendo um bom e muito bom conhecimento da língua portuguesa (66,2%). De sublinhar ainda que um segmento relevante da amostra classifica o seu domínio da língua da sociedade de acolhimento como suficiente (28,9%), o que não deixa de ser um pouco surpreendente já que a maioria tem como língua materna o português.

Tabela 56 - Avaliação do conhecimento da língua portuguesa

	n	%	% Válidas
Muito bom	77	18,4	18,4
Bom	200	47,8	47,8
Suficiente	121	28,9	28,9
Fraco	20	4,8	4,8
Nulo	-	-	-
Total	418	100	100

Segmentando a auto-avaliação do conhecimento da língua portuguesa por nacionalidade (Tabela 57), **constata-se que entre os que afirmam falar muito bem português estão os indivíduos com dupla nacionalidade, os brasileiros e os nacionais dos PALOP** (sendo que grande parte destes têm a língua portuguesa como primeira língua). Existe ainda uma percentagem considerável de nacionais dos PALOP, europeus de Leste e indivíduos com dupla nacionalidade e até portugueses que afirmam que o seu grau de conhecimento é apenas suficiente. De destacar ainda os asiáticos, que se auto-avaliam como tendo um fraco conhecimento do português, o que seria de esperar devido, quer às diferenças linguísticas, quer em virtude da sua menor permeabilidade face à sociedade de recepção.

Tabela 57 - Auto-avaliação do conhecimento da língua portuguesa por principais nacionalidades (% em linha)

Nacionalidades	Muito bom		Bom		Suficiente		Fraco		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	41	20,6	118	59,3	37	18,6	3	1,5	199	100
PALOP	13	20,3	23	35,9	25	39,1	3	4,7	64	100
Europa de Leste	1	2,7	14	37,8	20	54,1	2	5,4	37	100
Ásia	1	5,6	3	16,7	6	33,3	8	44,4	18	100
Dupla	14	26,4	18	34,0	19	35,8	2	3,8	53	100
Portuguesa	7	17,5	22	55,0	10	25,0	1	2,5	40	100
Total	77	18,7	198	48,2	117	28,5	19	4,6	411	100

As condições de vida abarcam vários domínios que podem facilitar a integração do imigrante na sociedade de recepção. Neste contexto, a análise irá centrar-se na situação habitacional, na posse de equipamentos e meios de transporte pessoais e no acesso e disponibilidade de meios de transporte no espaço local.

ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Uma das dimensões que condiciona a integração do imigrante na sociedade de acolhimento é o seu acesso ao mercado da habitação e as condições de habitabilidade por eles experienciadas. Neste domínio, pretendemos dar conta essencialmente de aspectos mais de ordem factual sobre o alojamento, como o tipo, regime de propriedade e de arrendamento, havendo apenas uma pergunta mais da ordem das representações e que remete para as intenções de aquisição de casa própria por parte do inquirido.

ALOJAMENTO

Apesar da esmagadora maioria dos inquiridos viver em alojamentos clássicos (apartamentos ou moradias), detectam-se 19 indivíduos a morar em partes de casas e 16 que declaram viver em anexos. Acrescente-se ainda outras situações de habitabilidade, marcadas por uma certa precariedade como a residência em sótãos, garagens e num barco.

Tabela 58 - Tipo de alojamento em que vive o inquirido

Alojamento	n	%
Clássico (apartamento ou moradia)	374	89,5
Parte de casa (casa compartilhada, quarto, etc.)	19	4,5
Pensão ou residencial	1	0,2
Móvel (caravana ou outro)	1	0,2
Outras situações:	23	5,5
Anexo	16	3,8
Sótão	3	0,7
Garagem	3	0,7
Barco	1	0,2
Total	418	100

Nota: Totais calculados sem a categoria "outras situações".

ARRENDAMENTO

No que toca ao regime de propriedade (Tabela 59), quase metade dos inquiridos vive em alojamento arrendado no mercado privado formal (48,6%), existindo ainda um número considerável a residir em habitações próprias, adquiridas no mercado formal (28,2%).

Convém aqui explicar que, neste caso, o mercado formal é sinónimo de habitações adquiridas ou arrendadas através de procedimentos legais e mercado informal está associado a habitações adquiridas ou arrendadas através de vias à margem da legalidade. Obviamente que esta questão não foi de fácil resposta para os inquiridos, tanto por motivos de possível desconhecimento desta terminologia, como pelo receio de que a questão os pudesse comprometer de alguma forma. Assim, no processo de inquirição, optou-se por colocar a questão de uma forma simples e directa, perguntando-se, no caso do arrendamento informal, se o senhorio lhes passava recibo quando pagavam a renda.

Tabela 59 - Regime de propriedade da habitação

Regime de propriedade	n	%
Arrendado no mercado privado formal	203	48,6
Arrendado no mercado informal	37	8,9
Público (arrendamento social)	12	2,9
Subarrendado	28	6,7
Próprio - mercado formal	118	28,2
Próprio - mercado informal	2	0,5
Casa de amigos	5	1,2
Outras situações:	13	3,1
Do patrão ou paga por este	7	53,8
Propriedade de familiares	5	38,5
Total	418	100

Para os inquiridos que responderam à questão sobre intenção de comprar casa em Portugal (Tabela 60), observa-se que grande parte (57,7%) pretende adquirir casa em Portugal, embora ainda não tenha feito nenhuma diligência/prospecção nesse sentido (36,9%), o que poderá indicar que antevêem este projecto como não exequível a curto prazo. Mas estes dados não deixam de ser reveladores da satisfação dos imigrantes face ao país de imigração, podendo também ser um indicador de que estes indivíduos e as suas respectivas famílias têm projectos que passam pela permanência em Portugal a médio e longo prazo.

Tabela 60 - Intenção de compra de casa em Portugal

	n	%	% Válidas
Não	105	35,2	35,5
Ainda não pensou no assunto/não tem a certeza	19	6,4	6,4
Sim, mas nunca fez nenhuma diligência/prospecção de mercado	110	36,9	37,2
Sim, e já fez diligências nesse sentido	62	20,8	20,9
Não responde	2	0,7	-
Total	298	100	100

Nota: questão não aplicada a inquiridos que tenham respondido que residiam em habitação própria.

De notar que a esmagadora maioria dos que pretendem comprar casa em Portugal (Tabela 61), tencionam fazê-lo no concelho de Sesimbra, o que demonstra, por um lado, agrado e satisfação face ao actual concelho de residência e por outro uma manifestação de interesse em continuar a residir no concelho, embora em casa própria.

Tabela 61 - Intenção de compra de casa em Sesimbra

	n	%	% Válidas
Sim	132	76,7	91,7
Não	12	7,0	8,3
Não responde	28	16,3	-
Total	172	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos inquiridos com intenção de comprar casa em Portugal.

SITUAÇÃO SÓCIO-HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

As condições de habitabilidade dos imigrantes serão operacionalizadas através de indicadores como o número de divisões do alojamento, satisfação face à habitação, existência de problemas no alojamento e ainda o acesso a infra-estruturas básicas. Outros indicadores de conforto permitem aceder, ainda que de forma não muito aprofundada, às condições de vida dos inquiridos, como o acesso a vários serviços de telecomunicações, a posse de electrodomésticos e de meios de transporte próprios.

Relativamente ao número de divisões das habitações dos inquiridos (Tabela 62), verifica-se que grande parte (43,3%) vive num alojamento com 3 divisões (excluindo cozinha e casas de banho). Agregando os casos dos indivíduos que vivem em habitações com uma a quatro divisões, observa-se que corresponde a 89,3% dos inquiridos, sendo que apenas os restantes 10,7% vivem em habitações com 4 a 9 divisões.

Tabela 62 - Número de divisões da habitação dos inquiridos

Nº de divisões	n	%	% Válidas
1	20	4,8	4,9
2	78	18,7	18,9
3	181	43,3	43,9
4	94	22,5	22,8
5	27	6,5	6,6
6	9	2,2	2,2
7	2	0,5	0,5
9	1	0,2	0,2
Não responde	6	1,4	-
Total	418	100	100

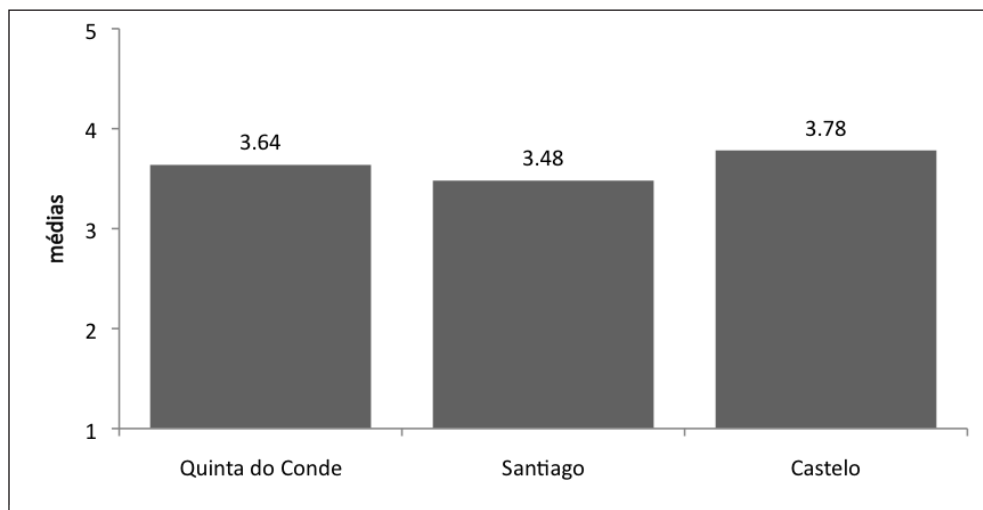
De uma forma geral, os inquiridos manifestam elevados níveis de satisfação face ao seu alojamento (1+2) (61,2%), apesar de se detectar um conjunto de respostas que vão no sentido inverso, revelando níveis de insatisfação face à actual habitação (4+5) (16%).

Tabela 63 - Avaliação do grau de satisfação face à habitação

Grau de satisfação	n	%	% Válidas
1 - Muito insatisfeito	28	6,7	6,7
2	38	9,1	9,1
3	95	22,7	22,8
4	148	35,4	35,5
5 - Muito satisfeito	108	25,8	25,9
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

Comparando agora os níveis médios de satisfação expressos por freguesia de residência (Gráfico 10), verificamos que as diferenças não são muito marcantes. De uma forma geral, a avaliação média é superior a 3, podendo-se então considerar que as avaliações oscilam entre o razoável e o satisfeito. Porém, os habitantes da freguesia de Santiago são os que demonstram menores níveis de satisfação face ao seu alojamento, em oposição, os residentes no Castelo são os que melhor avaliam a sua habitação.

Gráfico 10 - Avaliação do grau de satisfação face à habitação por freguesia de residência (médias)



Escala: De 1-Muito insatisfeito até 5-Muito satisfeito

Apesar de a maioria dos inquiridos declarar a inexistência de problemas na sua habitação, contudo, não deixa de ser interessante observar que cerca de um terço admite que a sua habitação apresenta alguns problemas.

Tabela 64 - Existência de problemas na habitação

	n	%	% Válidas
Sim	152	36,4	38,1
Não	247	59,1	61,9
Não responde	19	4,5	-
Total	418	100	100

Dos inquiridos que revelaram ter problemas na habitação (Tabela 65), a maioria assinala problemas de humidade/infiltrações, seguindo-se a falta de espaço e outros problemas diversificados, como o facto de a habitação ser fria.

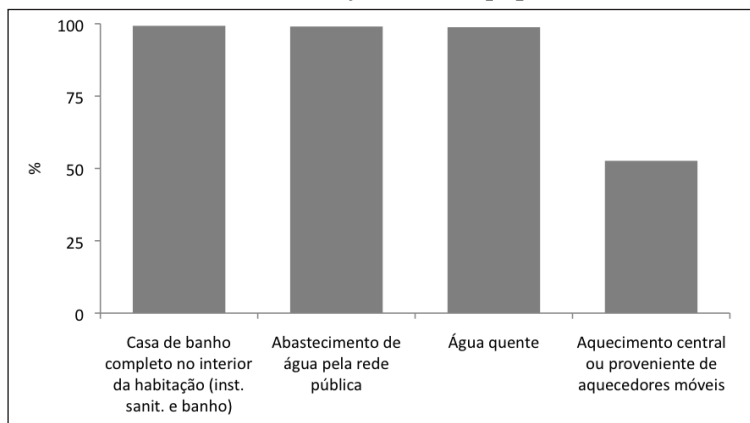
Tabela 65 - Problemas na habitação

Tipo de problema	Sim		Não	
	n	%	n	%
Humidade/infiltrações	96	63,2	56	36,8
Falta de espaço	54	35,5	98	64,5
Portas e janelas em mau estado	11	7,2	141	92,8
Problemas com a canalização da água	11	7,2	141	92,8
Fissuras nas paredes	9	5,9	143	94,1
Falta de luz natural	9	5,9	143	94,1
Outras situações:	35	23,0	117	77,0
Fria	18	47,4	-	-
Telhado em mau estado	2	5,3	-	-
Não tem esgotos da rede pública	2	5,3	-	-
Instalação eléctrica	2	5,3	-	-
Outros	14	36,8	-	-

Nota: Pergunta apenas aplicada aos inquiridos que indicaram possuir problemas na sua habitação, total=152

A maioria dos inquiridos refere ter acesso às infra-estruturas básicas e equipamentos, sendo residual o número de inquiridos que não tem acesso a casa de banho completa, abastecimento de água pela rede pública e água quente. No que toca ao aquecimento, este é um aspecto menos consensual, na medida em que apenas metade dos inquiridos referem possuir aquecimento central ou aquecedor móvel. No entanto, pode-se afirmar que as condições básicas de habitabilidade parecem estar razoavelmente garantidas.

Gráfico 11 - Infra-estruturas do alojamento e equipamentos domésticos (%)



No sentido de conhecer de forma mais pormenorizada o acesso dos alojamentos dos imigrantes às infra-estruturas básicas, colocaram-se perguntas complementares e de carácter específico (Tabela 66). Assim, a totalidade dos inquiridos referiu ter acesso ao fornecimento de electricidade/luz da rede pública legal, por outro lado, a maioria afirma ter esgotos ligados à rede pública havendo um pequeno grupo que ainda tem fossa séptica (14,4%). As não respostas a esta questão prendem-se com o desconhecimento dos inquiridos relativamente ao tipo de esgotos que possuem. Em relação ao fornecimento de gás, as respostas de certa forma divergem, registando-se 39,2% de alojamentos com gás canalizado, enquanto 58,2% ainda usa gás de botija.

Tabela 66 - Fornecimento de luz, esgotos e gás ao alojamento

	n	%	% Válidas
Tem luz da rede pública legal	416	99,5	100,0
Tem luz da rede pública ilegal	-	-	-
Tem luz, mas fornecida por vizinhos, familiares ou amigos	-	-	-
Não responde	2	0,5	-
Tem esgotos ligados à rede pública	323	77,3	84,1
Tem fossa séptica	60	14,4	15,6
Não tem esgotos	1	0,2	0,3
Não responde	34	8,1	-
Tem gás canalizado	164	39,2	40,0
Tem gás de botija	244	58,4	59,5
Não usa gás	2	0,5	0,5
Não responde	8	1,9	-
Total	418	100	100

Quanto à posse de equipamentos de comunicação, verificou-se uma menor adesão ao telefone fixo (63,9%), por comparação com a posse de telemóvel, já que a quase totalidade dos inquiridos declarou possuir este equipamento (99%).

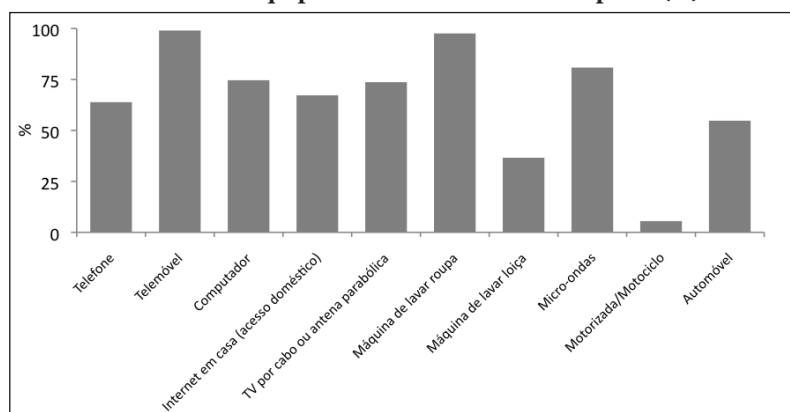
Tabela 67 - Equipamentos e meios de transporte

Equipamentos/meios de transporte	Sim		Não	
	n	%	n	%
Telefone	267	63,9	151	36,1
Telemóvel	414	99,0	4	1,0
Computador	312	74,6	106	25,4
Internet em casa (acesso doméstico)	281	67,2	137	32,8
TV por cabo ou antena parabólica	308	73,7	110	26,3
Máquina de lavar roupa	408	97,6	10	2,4
Máquina de lavar loiça	153	36,6	265	63,4
Micro-ondas	338	80,9	80	19,1
Motorizada/Motociclo	23	5,5	395	94,5
Automóvel	229	54,8	189	45,2

De notar que, na sua grande parte, estes indivíduos possuem computador (74,6%), embora nem todos os que possuem este equipamento tenham acesso à Internet a partir de casa (apenas 67,2%). Relativamente acesso à TV por cabo ou antena parabólica, constata-se que, mais uma vez, estes serviços e equipamentos têm um acesso mais alargado (73,7%). Os electrodomésticos que melhor equipam os alojamentos dos inquiridos são a máquina de lavar roupa (em 97,6% dos alojamentos) e o micro-ondas (80,9%), sendo a máquina de lavar loiça o equipamento menos comum nas habitações dos respondentes (apenas em 36,6% dos casos).

Em relação aos meios de transporte próprios, mais de metade dos inquiridos afirma ter automóvel (54,8%), enquanto apenas um número bastante residual declara possuir uma motorizada ou motociclo (5,5%), não sendo, portanto, um meio de transporte popular entre os inquiridos.

Gráfico 12 - Equipamentos e meios de transporte (%)



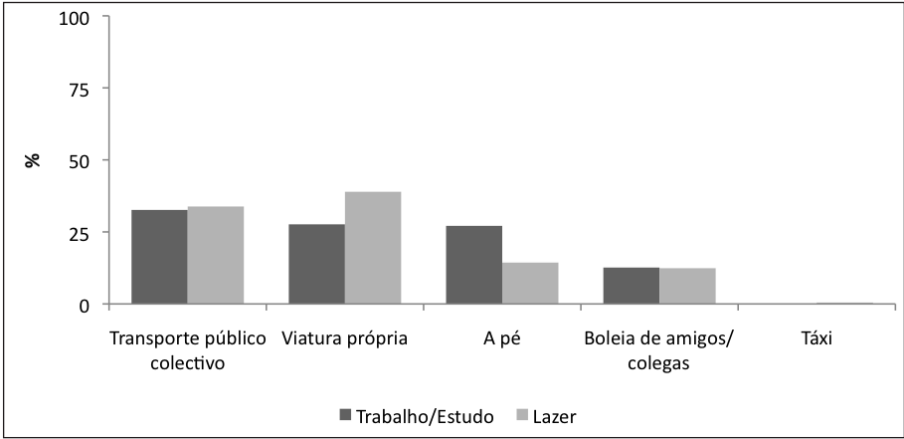
MEIOS DE TRANSPORTE

Nesta secção serão apresentados os principais meios de transporte que os inquiridos utilizam para se deslocarem quer para o trabalho/escola, quer em situações de lazer. Neste contexto, iremos ainda focar os meios de transporte públicos mais utilizados e disponíveis na zona de residência dos inquiridos e a apreciação que os inquiridos fazem sobre a disponibilidade e acessibilidade aos mesmos.

No que toca aos meios de transporte mais utilizados para deslocação para o local de trabalho ou de estudo (Gráfico 13), as respostas mais frequentes estão divididas, de forma relativamente equivalente, por três meios de deslocação. Em primeiro, com uma percentagem ligeiramente mais elevada, surgem os transportes públicos colectivos (29,7%), seguindo-se a viatura própria (25,1%) e as deslocações pedestres (24,6%). Convém ressaltar que as não respostas a esta questão referem-se sobretudo a pessoas que não trabalham e/ou não estudam e a situações de pessoas que usam outros meios de locomoção, como por exemplo bicicleta.

Quando se trata de deslocações fora do âmbito de trabalho e/ou estudo, ou seja, para fins de lazer, o tipo de respostas diverge pouco, relativamente às respostas obtidas na questão anterior. As não respostas diminuem bastante, passando de 9,1% para apenas 1,7%. O número de pessoas que se deslocam a pé diminui cerca de 10%, e o número de pessoas que se desloca em transporte público colectivo (+8,6%) e em viatura própria (+8,2%) sobe um pouco, passando este último meio de transporte a ser um pouco mais utilizado que o transporte público colectivo, mas com um diferença relativamente marginal.

Gráfico 13 - Principais meios de transporte utilizados (%)



Cruzando o meio de transporte utilizado para deslocações no âmbito de trabalho/escola com a variável sexo (Tabela 68), é possível notar algumas diferenças. Os indivíduos do sexo masculino utilizam muito mais a viatura própria do que as mulheres, assim como a boleia de amigos ou colegas. Por seu lado, as mulheres utilizam mais os transportes públicos do que os homens fazem mais deslocações a pé por motivos de trabalho e/ou de estudo.

Tabela 68 - Principal meio de transporte utilizado para deslocações de trabalho e/ou estudo por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Viatura própria	38	19,8	67	35,6	105	27,6
Boleia de amigos/ colegas	9	4,7	39	20,7	48	12,6
Transporte público colectivo	79	41,1	45	23,9	124	32,6
A pé	66	34,4	37	19,7	103	27,1
Total	192	100	188	100	380	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

No que toca às deslocações fora do âmbito do trabalho ou estudo (Tabela 69), são os homens que mais continuam a utilizar a viatura própria, mas, no entanto, são também os que mais se deslocam a pé. As mulheres continuam a ser as que mais utilizam os transportes públicos e as que mais se deslocam através da boleia de amigos ou colegas.

Tabela 69 - Principal meio de transporte utilizado para deslocações além do trabalho e/ou estudo por sexo (% em coluna)

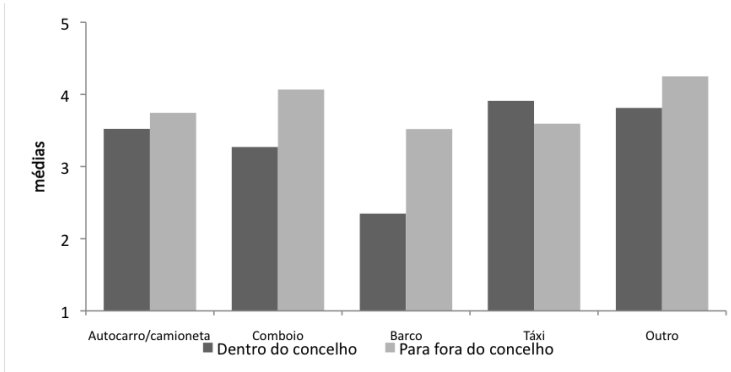
	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Viatura própria	76	35,5	84	42,6	160	38,9
Boleia de amigos/colegas	34	15,9	17	8,6	51	12,4
Transporte público colectivo	80	37,4	59	29,9	139	33,8
Táxi	2	0,9	-	-	2	0,5
A pé	22	10,3	37	18,8	59	14,4
Total	214	100	197	100	411	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Foi ainda pedido aos inquiridos que utilizam os meios de transporte que avaliassem a disponibilidade destes meios nas deslocações que fazem dentro e para fora do concelho através de uma escala tipo *Likert* em que 1 significa “nada suficiente” e 5 significa “completamente suficiente” (Gráfico 14).

Verificou-se então que, os valores médios de avaliação ultrapassam sempre o valor 3 em todos os meios de transporte contemplados na pergunta do questionário. Isto significa que, tendencialmente, estes meios são avaliados de forma positiva. Na avaliação das deslocações dentro do concelho, o transporte que é avaliado de forma menos positiva quanto ao seu grau de disponibilidade é o autocarro/camioneta, o mesmo acontecendo relativamente às deslocações para fora do concelho, sendo o táxi o melhor avaliado. Por sua vez, o comboio é o meio de transporte melhor avaliado no âmbito das deslocações para fora do concelho.

Gráfico 14 - Avaliação dos meios de transporte disponíveis na área/concelho de residência – Dentro do concelho e para fora do concelho (médias)



Escala: 1 – Nada Suficiente a 5 – Completamente Suficiente

Nota: Questão apenas aplicada aos inquiridos que indicam utilizar os vários meios de transporte “diariamente”, “pelo menos 2x/semana” e “pelo menos 1x/mês”.

Cruzando a avaliação da disponibilidade dos meios de transporte disponíveis na área/concelho de residência (Tabela 70), é possível observar que relativamente aos autocarros/camionetas, dentro do concelho, são os europeus de Leste quem melhor os avalia, sendo também estes indivíduos, a par dos asiáticos quem melhor os avalia no que toca às deslocações para fora do concelho. Quanto ao comboio, quem melhor o avalia são os europeus de Leste e os portugueses. Já na avaliação do barco, são os europeus de Leste, asiáticos e indivíduos com dupla nacionalidade quem pior os avalia. Por fim, em relação ao serviço de táxis, dentro do concelho, quem pior os avalia são os indivíduos com dupla nacionalidade, asiáticos e europeus de Leste, e para fora do concelho são também os europeus de Leste e os inquiridos com dupla nacionalidade quem pior os avalia.

Tabela 70 - Avaliação da disponibilidade dos meios de transporte existentes na área/concelho por principais nacionalidades (valores médios)

Destino	Meio de transporte	Brasil	PALOP	Europa de Leste	Ásia	Dupla	Portuguesa
Dentro do concelho	Autocarro/camioneta	3,5	3,5	3,9	3,4	3,5	3,4
	Táxi	4,0	4,1	3,3	3,5	3,5	4,3
Fora do concelho	Autocarro/camioneta	3,8	3,6	4,0	4,2	3,7	3,3
	Comboio	4,0	4,2	4,3	4,0	3,8	4,5
	Barco	3,7	4,3	3,1	2,5	3,0	3,8
	Táxi	3,6	3,9	3,3	3,7	3,1	4,5

Nota: de 1 – nada suficiente a 5 – completamente suficiente; questão apenas aplicada aos inquiridos que indicam utilizar os vários meios de transporte

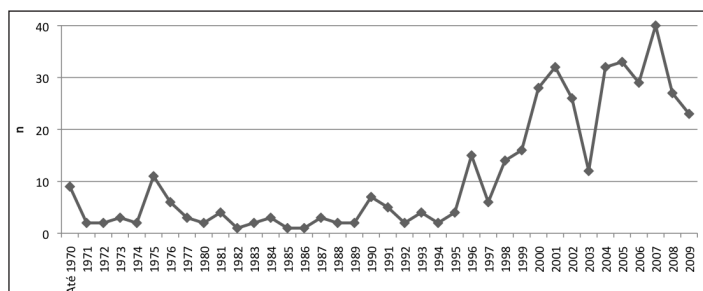
Para compreender o trajecto percorrido pelos inquiridos serão apresentados os motivos apontados para a escolha de Portugal como destino migratório, bem como os motivos que fizeram com que estes abandonassem o seu país natal. Analisamos também os recursos que os imigrantes tiveram que activar para conseguirem chegar a Portugal, sendo o historial migratório entre o país de origem e Portugal indicado quando existente. Serão ainda mostrados os motivos para a escolha do concelho de Sesimbra como local de residência. Por fim, damos conta dos documentos usados pelos imigrantes para entrar em território nacional.

A VINDA PARA PORTUGAL

ANO DE CHEGADA A PORTUGAL E NÚMERO DE ANOS EM PORTUGAL

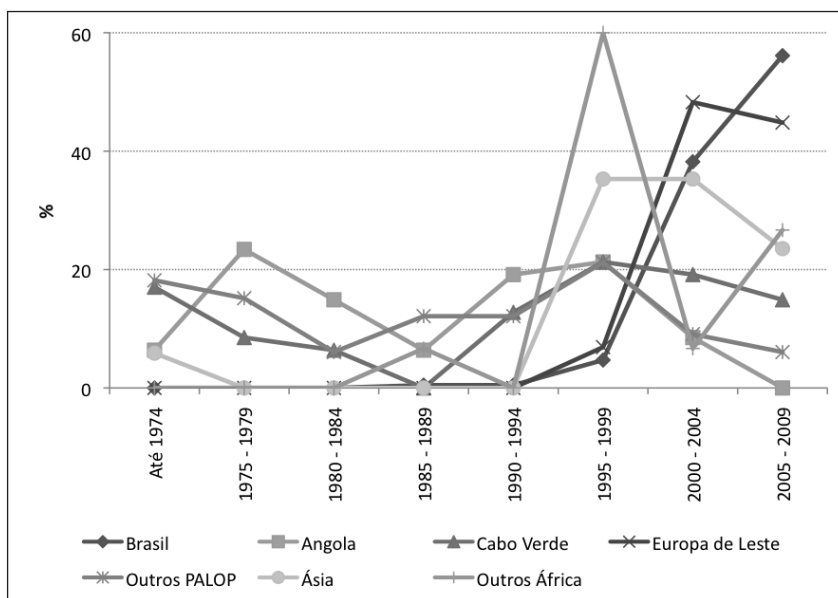
Em relação aos anos de chegada dos inquiridos (Gráfico 15), o panorama observado é relativamente similar ao descrito para o conjunto dos agregados familiares. Destacam-se os picos de entradas em 1975 (sendo o ano posterior à revolução de Abril, estando este aumento provavelmente associado à entrada de repatriados), 1990 e 1996 (processo extraordinário de regularização), sendo ainda visível um notório acréscimo a partir de 1999 até 2001, observando-se quebras entre 2002-2003. Este movimento volta a ter um sentido ascensional em 2004 e até 2007, voltando a decair nos anos mais recentes.

Gráfico 15 - Ano de chegada dos inquiridos a Portugal (valores absolutos)



Cruzando o ano de chegada a Portugal com as principais nacionalidades (Gráfico 16), é possível verificar algumas diferenças. Até 1974 prevaleciam as migrações de Cabo Verde e dos outros PALOP. Os angolanos, assim como os cabo-verdianos, chegaram no período pós-Revolução dos Cravos e ainda durante a década de 90 do século passado. Em particular, os cabo-verdianos mantêm um ritmo de entrada em território nacional sem grandes quebras até 2004. É também durante esta década de 90, do século XX, que aumenta o número de entradas de outros africanos e de asiáticos. Por seu turno, os fluxos de entrada de brasileiros crescem de forma sustentada desde 1995/1999 até à actualidade. É a partir do fim dos anos 90 e até 2004 que ocorre a maior afluência de europeus de Leste, decrescendo nos anos seguintes.

Gráfico 16 - Ano de chegada a Portugal por principais nacionalidades (%)



Verifica-se que grande parte dos inquiridos estão em Portugal há poucos anos, já que quase um terço chegou há 5-9 anos (ou seja, entrou entre 2005 e 2009), verificando-se que o mesmo quantitativo se instalou em Portugal nos últimos 4 anos (desde 2006). Pode-se então concluir que esta amostra revela bem o panorama dos fluxos migratórios mais recentes no concelho de Sesimbra.

Tabela 71 - Tempo de residência dos inquiridos em Portugal

Nº de anos	n	%	% Válidas
0 - 4	124	29,7	30,6
5 - 9	129	30,9	31,9
10 - 19	87	20,8	21,5
20 - 29	23	5,5	5,7
30 - 39	32	7,7	7,9
+40	10	2,4	2,5
Não responde	13	3,1	-
Total	418	100	100

Os nacionais dos PALOP, no geral, são os imigrantes mais antigos, sendo praticamente os únicos a estarem estabelecidos em Portugal há 20 ou mais anos. Mesmo entre os indivíduos que se estabeleceram em Portugal durante a década de 90 (10-19 anos), do século passado, assumem, ainda, uma expressão relevante os angolanos e os cabo-verdianos, os asiáticos e os naturais de outros países africanos. Os imigrantes mais recentes são os brasileiros e os europeus de Leste, bem como alguns asiáticos e naturais de outros países de África. Se analisarmos os dois primeiros escalões (0-4 anos e 5-9 anos), pode constatar-se que os brasileiros concentram-se nos dois períodos mais recentes e que os europeus de Leste se instalaram na sua maioria há 5-9 anos. Os nacionais de outros países africanos também têm afluído ao território nacional nos anos mais recentes.

Tabela 72 - Tempo de residência em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)

	0 - 4		5 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	94	45,4	90	43,5	20	9,66	1	0,48	2	0,97	-	-	207	100
Angola	-	-	3	6,52	19	41,3	10	21,7	11	23,9	3	6,52	46	100
Cabo Verde	7	14,9	4	8,51	20	42,6	3	6,38	10	21,3	3	6,38	47	100
Ásia	4	25	5	31,3	6	37,5	-	-	-	-	1	6,25	16	100
Europa de Leste	12	29,3	24	58,5	5	12,2	-	-	-	-	-	-	41	100
Outros PALOP	2	6,06	2	6,06	9	27,3	8	24,2	9	27,3	3	9,09	33	100
Outros África	4	28,6	1	7,14	8	57,1	1	7,14	-	-	-	-	14	100
Total	123	30,4	129	31,9	87	21,5	23	5,69	32	7,92	10	2,48	404	100

PRIMEIRO LOCAL DE RESIDÊNCIA EM PORTUGAL

No que toca ao primeiro local de residência dos inquiridos (Tabela 73), verifica-se que a maior parte escolheu Sesimbra como primeiro local de residência (62,4%), seguindo-se os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), como por exemplo, os concelhos de Lisboa, Seixal e Setúbal, ou seja, concelhos bastante próximos de Sesimbra e que se polarizam no espaço da AML.

Tabela 73 - Primeiro local de residência dos inquiridos

Local de residência	n	%	% Válidas
Sesimbra	261	62,4	64,9
Concelhos da AML	119	28,5	29,6
Concelhos fora da AML	22	5,3	5,5
Não responde	16	3,8	-
Total	418	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos naturais de países estrangeiros.

RAZÃO PARA ESCOLHER PORTUGAL COMO PAÍS DE RESIDÊNCIA

Quanto às principais razões que subjazem à vinda dos inquiridos para Portugal (Tabela 74), sobressaem três ordens de factores: em primeiro lugar, emerge um conjunto de outros factores que não os contemplados na lista de motivos que estavam patentes na pergunta (24,2%), sendo de destacar o facto de ter familiares no país de imigração (não correspondendo a situações de reagrupamento familiar), as situações de turismo ou férias, acabando o inquirido por permanecer no país, o desejo de melhorar a sua de vida e a proximidade de amigos que se encontram em Portugal. Em segundo plano, surge o facto de o inquirido ter tido conhecimento de oportunidades de emprego no nosso país (21,6%), seguindo-se o reagrupamento familiar (20,9%). Estes factores revelam que estamos perante uma imigração essencialmente laboral que atribui alguma relevância às redes de apoio familiares e outras. O reagrupamento e a reunificação familiar contribuem decisivamente para a estabilidade psíquica e emocional do indivíduo imigrante (Fonseca (coord.), 2005), influenciando no seu bem-estar, na sua predisposição para construir projectos de migração permanente e até integração na sociedade de acolhimento.

Tabela 74 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência

Razões	n	%	% Válidas
Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal	90	21,6	21,7
Reagrupamento familiar	87	20,9	21,0
Conhecimento da língua/proximidade cultural	44	10,6	10,6
Acompanhar os pais	42	10,1	10,1
Ascendência portuguesa/família portuguesa	21	5,0	5,1
Queria estudar em Portugal/beneficiou de bolsa em Portugal	14	3,4	3,4
Facilidade de entrada	12	2,9	2,9
Queria utilizar o sistema de saúde português/abrigo de acordo	8	1,9	1,9
Outras situações:	96	23,0	23,1
Tinha cá familiares	19	19,8	-
Turismo/férias	14	14,6	-
Melhorar a vida	14	14,6	-
Proximidade de amigos	12	12,5	-
Fugir da guerra	5	5,2	-
Outros	32	33,3	-
Não responde	3	0,7	-
Total	417	100	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal.

Os motivos que levam homens e mulheres a migrar são relativamente díspares (Tabela 75), pelo menos na ordem de importância, os homens indicam como motivo mais recorrente a existência de oportunidades de emprego em Portugal, ficando, assim, bem patente o carácter laboral das migrações protagonizadas pelos homens. Embora, as mulheres evidenciem a importância das oportunidades de emprego, a razão mais importante é de outra ordem, ou seja, o reagrupamento familiar. Esta razão e a proximidade cultural e linguística assumem ainda alguma relevância entre os homens.

**Tabela 75 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência por sexo
(% em coluna)**

Razões	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Proximidade cultural/língua	14	9,0	30	19,0	44	14,1
Ascendência/família portuguesa	13	8,4	8	5,1	21	6,7
Facilidade de entrada	4	2,6	8	5,1	12	3,8
Queria estudar em Portugal	7	4,5	7	4,4	14	4,5
Reagrupamento familiar	50	32,3	32	20,3	82	26,2
Acompanhar os pais	24	15,5	18	11,4	42	13,4
Utilizar o sistema de saúde português	8	5,2	-	-	8	2,6
Oportunidades de emprego em Portugal	35	22,6	55	34,8	90	28,8
Total	155	100	158	100	313	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

As principais razões para a escolha de Portugal como país de residência divergem um pouco consoante as nacionalidades (Tabela 76). Os brasileiros apontam como principais razões o conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal, a proximidade cultural e linguística e o reagrupamento familiar, sendo esta última, uma das razões mais fortes em todas as nacionalidades (principalmente nos cabo-verdianos, angolanos e europeus de Leste). Os naturais de todos os PALOP, para além do reagrupamento familiar, apontam ainda o facto de virem acompanhar os pais. De entre estes, os angolanos salientam em particular, razões que se prendem com a ascendência portuguesa, enquanto os cabo-verdianos assinalam o conhecimento de oportunidades de emprego. Esta última é também uma das principais razões que levam os asiáticos, os europeus de Leste e os naturais de outros países africanos a escolher o nosso país como local de residência.

Tabela 76 - Principal razão para ter escolhido Portugal como país de residência por principais nacionalidades (% em coluna)

Razões	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Proximidade cultural/lingua	32	22,9	5	11,6	2	5,0	-	-	1	2,9	4	13,8	-	-
Ascendência/família portuguesa	4	2,9	8	18,6	3	7,5	2	14,3	1	2,9	3	10,3	-	-
Facilidade de entrada	7	5,0	-	-	-	-	1	7,1	3	8,6	-	-	1	8,3
Queria estudar em Portugal	4	2,9	2	4,7	4	10,0	-	-	2	5,7	2	6,9	-	-
Reagrupamento familiar	31	22,1	12	27,9	14	35,0	4	28,6	12	34,3	7	24,1	2	16,7
Acompanhar os pais	11	7,9	8	18,6	9	22,5	-	-	5	14,3	9	31,0	-	-
Utilizar o sistema de saúde português	-	-	5	11,6	1	2,5	-	-	-	-	2	6,9	-	-
Oportunidades de emprego em Portugal	51	36,4	3	7,0	7	17,5	7	50,0	11	31,4	2	6,9	9	75,0
Total	140	100	43	100	40	100	14	100	35	100	29	100	12	100

FORMA DE IMIGRAÇÃO

Parece ser unânime a forma de imigração mais recorrente entre os inquiridos (Tabela 77), já que pouco mais de metade migraram sozinhos para Portugal, utilizando meios próprios ou familiares. As outras duas categorias mais assinaladas abarcam uma parte substancial da amostra, que veio com a família ou em grupo, mobilizando meios próprios e familiares.

Tabela 77 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal

Forma de imigração	n	%
Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares	216	51,8
Com a família, utilizando meios próprios ou familiares	104	24,9
Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares	83	19,9
Recrutamento feito por um empregador português	5	1,2
Sozinho(a), com o auxílio de terceiros	3	0,7
Em grupo, com o auxílio de terceiros	1	0,2
Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal	1	0,2
Outras situações	4	1,0
Total	417	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal

Em ambos os sexos a forma mais comum de imigração é sozinho, utilizando meios próprios ou familiares, com mais preponderância nos homens do que nas mulheres. Por outro lado, entre as mulheres há um subgrupo que migrou sozinha, enquanto as outras tendem a mobilizar mais as redes sociais, nomeadamente o núcleo familiar ou o grupo.

Tabela 78 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares	97	45,8	119	59,2	216	52,3
Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares	49	23,1	34	16,9	83	20,1
Com a família, utilizando meios próprios ou familiares	64	30,2	40	19,9	104	25,2
Sozinho(a), com o auxílio de terceiros	1	0,5	2	1,0	3	0,7
Em grupo, com o auxílio de terceiros	-	-	1	0,5	1	0,2
Recrutamento feito por um empregador português	-	-	5	2,5	5	1,2
Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal	1	0,5	-	-	1	0,2
Total	212	100	201	100	413	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal.

Cruzando a forma de imigração com as principais nacionalidades, é possível ainda detectar algumas diferenciações. São os angolanos os que mais salientam ter imigrado com a família (utilizando meios próprios ou familiares). Esta última forma de imigração parece também ser algo comum entre os cabo-verdianos e os asiáticos. Os europeus de Leste são os que mais imigram em grupo, utilizando meios próprios ou familiares, logo seguidos dos brasileiros e dos naturais de outros países africanos (ver Quadro 14, anexo 2).

O número de inquiridos que referiu ter recorrido a “redes” ou “grupos organizados” de auxílio à imigração foi muito reduzido (2,9%). Por tratar-se de uma pergunta sensível é possível que haja algumas reservas por parte dos imigrantes para responder positivamente. Pensamos, assim, que esta resistência se traduz em respostas que ocultam a verdadeira extensão do fenómeno. Dos poucos indivíduos que afirmam ter recorrido a organizações, podem-se destacar os asiáticos, os europeus de Leste, os naturais de outros PALOP e ainda os naturais de outros países africanos, apesar das baixas frequências (ver Quadro 15, anexo 2). Estes dados estão em consonância com o que afirma Pereira (2005), ao considerar que este fenómeno é mais notório em imigrantes com origem na Europa de Leste, Brasil, China e África Subsaariana.

Tabela 79 - Recorreu a organizações para vir para Portugal

	n	%	% Válidas
Sim	12	2,9	2,9
Não	396	95,0	97,1
Não responde	9	2,2	-
Total	417	100	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal.

EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA ANTERIOR

A maior parte dos imigrantes não tem experiência migratória anterior à vinda para Portugal, uma vez que apenas 16,1% referem ter tido já essa experiência, principalmente imigrantes do sexo masculino (ver Quadro 16, anexo 2).

Tabela 80 - Experiência migratória anterior dos inquiridos

	n	%	% Válidas
Sim	67	16,1	16,3
Não	344	82,5	83,7
Não responde	6	1,4	-
Total	417	100	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal.

A maioria dos inquiridos que antes de virem para Portugal já tinham migrado para outro país (Tabela 81) **fizeram-no para outros países da União Europeia, sendo de ressaltar a importância da vizinha Espanha (14 casos) e de outros países da Europa, como a Suíça (5 casos)**. São de destacar ainda as experiências de imigração para os PALOP, sobretudo Angola, e Europa de Leste, com destaque para a Rússia.

Tabela 81 - Países intermédios (por regiões) por que passaram os inquiridos

Regiões intermédias	n	%
Europa	40	65,6
Europa de Leste	6	9,4
PALOP	7	10,9
Outros África	4	6,3
Ásia	1	1,6
América do Sul	7	10,9
América do Norte	3	4,7

Nota: Total=67.

Cruzando os países/regiões intermédias com as principais naturalidades (Tabela 82) verifica-se que são os brasileiros os que mais experiência migratória têm antes de vir para Portugal (sendo também esta, a naturalidade com mais peso na amostra), seguidos dos cabo-verdianos e dos europeus de Leste. Como já se tinha visto, são os países da Europa os destinos mais procurados pelos imigrantes, sendo os brasileiros os que mais procuraram este destino, e sendo a Espanha, sem dúvida, o país de eleição para estes imigrantes. Os inquiridos que mais procuraram os PALOP como destino de imigração intermédia, são os próprios imigrantes oriundos destes países, havendo assim migrações regionais dentro da África lusófona. Este fenómeno de migrações localizadas nos países mais próximos é também visível entre os europeus de Leste.

Tabela 82 - Regiões de imigração anterior por principais naturalidades (por regiões e em valores absolutos)

Regiões intermédias	Brasil	Angola	Cabo Verde	Ásia	Europa de Leste	Outros PALOP	Outros África	Total
Europa	16	1	8	4	5	-	4	38
Europa de Leste	-	-	-	-	5	1	-	6
PALOP	1	2	2	-	-	2	-	7
Outros de África	-	1	-	-	-	3	-	4
Ásia	1	-	-	-	-	-	-	1
América do Sul	4	1	-	-	-	-	-	5
América do Norte	2	-	-	-	1	-	-	3
Total	24	5	10	4	11	6	4	64

MOTIVOS PARA DEIXAR O PAÍS INTERMÉDIO E O PAÍS DE ORIGEM

Os motivos apontados para deixar o país de origem são similares aos que motivaram a vinda destes imigrantes para Portugal. Assim, mais de 40% apontaram as motivações económicas e laborais (41,4%), seguindo-se as “outras razões” muito díspares entre si (19,9%) e as razões associadas à reunião e reunificação familiar (17,9%). Entre os mais jovens, é de realçar a necessidade de acompanhar os pais.

Cruzando os motivos para sair do país de origem com a variável sexo, verifica-se que são mais os homens a referir os motivos económicos e de emprego, e as mulheres a invocar motivos relacionados com a reunião familiar e com a saúde (ver Quadro 17, anexo 2). Estes resultados vêm de certa forma, de encontro às principais razões para a escolha de Portugal como destino de imigração, apontadas por homens e mulheres.

Tabela 83 - Motivos para a saída do país de origem

Motivos	n	%	% Válidas
Motivos económicos/emprego	173	41,4	42,1
Reunir-se à família	75	17,9	18,2
Acompanhar os pais	45	10,8	10,9
Estudar	18	4,3	4,4
Razões de saúde	9	2,2	2,2
Motivos políticos	8	1,9	1,9
Outras situações:	83	19,9	20,2
Turismo/férias	28	6,7	33,7
Guerra	8	1,9	9,6
Acompanhar marido	5	1,2	6,0
Melhores condições de vida	4	1,0	4,8
Outros	38	9,1	41,0
Não responde	5	1,7	-
Total	417	100	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal.

No que se refere aos motivos que justificam o abandono do país anterior para o qual migraram antes de virem para território nacional (Tabela 84), **observa-se que o quadro de motivações centra-se essencialmente nos motivos económicos e de emprego, havendo depois uma diversidade de respostas que foram categorizadas nas “outras situações”.**

Tabela 84 - Motivo para deixar o país intermédio

Motivo	n	%	% Válidas
Motivos económicos/emprego	32	47,8	58,2
Reunir-se à família	6	9,0	10,9
Acompanhar os pais	5	7,5	9,1
Estudar	-	-	-
Razões de saúde	-	-	-
Motivos políticos	-	-	-
Outras situações:	12	17,9	21,8
Turismo/ férias	3	25,0	25,0
Não responde	12	17,9	-
Total	67	100	100

Nota: Pergunta aplicada a quem indicou ter residido num país intermédio.

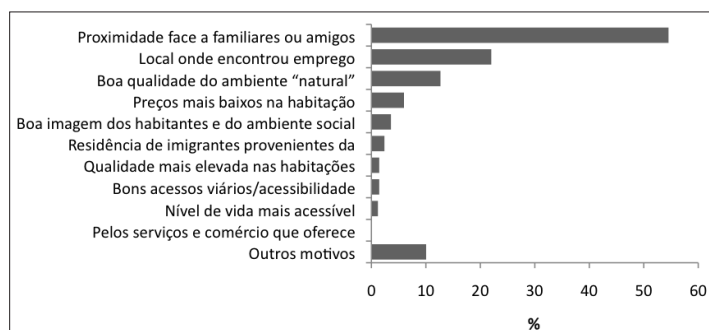
OPÇÃO PELO CONCELHO

Foi pedido aos inquiridos que, de entre uma lista de vários motivos, escolhessem os dois principais que determinaram a sua escolha do concelho de Sesimbra para fixar residência (Gráfico 17).

Dos motivos apontados depreende-se que esta não foi uma escolha aleatória, pois, o motivo mais assinalado foi a proximidade a familiares ou amigos (54,5%). Deste modo é possível aferir da importância que as redes de apoio e de solidariedade ainda assumem nestes fluxos migratórios de carácter laboral. O segundo motivo prende-se com o facto de Sesimbra ser o local onde encontrou emprego, o que atesta mais uma vez a forte componente laboral subjacente a estes fluxos. De destacar ainda a boa qualidade ambiental da paisagem natural que caracteriza Sesimbra e que pesou nas escolhas efectuadas. Dos “outros motivos” apontados para estabelecer residência no concelho, é de realçar o facto de este ser um espaço calmo e o gosto por este local (5 casos cada), motivos religiosos, mero acaso, ou escolha dos pais (3 casos cada).

Segmentando por sexos, verifica-se que são mais as mulheres que apontam como motivo a proximidade face aos familiares ou amigos, enquanto os homens assinalam que foi em Sesimbra que encontraram emprego (ver Quadro 18, anexo 2).

Gráfico 17 - Principais motivos para a residência em Sesimbra (%)



Cruzando as principais razões da escolha de Sesimbra como local de residência com as principais nacionalidades (Tabela 85), verifica-se que são os asiáticos e os naturais de outros países africanos os que indicam de forma mais recorrente que foi aqui que encontraram trabalho. Apesar de em todas as nacionalidades a proximidade a familiares/amigos ser um dos motivos mais fortes, é entre os brasileiros, cabo-verdianos e europeus de Leste que essa ordem de motivos assume maior expressão. Os angolanos e os naturais de outros países dos PALOP para além das motivações já referenciadas, indicam que um dos mais relevantes factores de atracção foi os baixos preços da habitação.

Tabela 85 - Principais motivos para a residência em Sesimbra por principais nacionalidades (% em coluna)

Motivo	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Local de emprego *	45	21,2	3	6,3	10	21,3	7	41,2	15	34,1	4	12,1	8	53,3	92	22,1
Bom ambiente natural	16	7,5	11	22,9	10	21,3	-	-	8	18,2	7	21,2	1	6,7	53	12,7
Bom ambiente social	7	3,3	3	6,3	3	6,4	-	-	1	2,3	1	3,0	-	-	15	3,6
Bons acessos	6	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1,4
Residência de imigrantes	8	3,8	-	-	-	-	-	-	1	2,3	-	-	1	6,7	10	2,4
Proximidade de amigos **	134	63,2	22	45,8	23	48,9	6	35,3	23	52,3	13	39,4	6	40,0	227	54,6
Preços baixos da habitação	6	2,8	8	16,7	2	4,3	1	5,9	2	4,5	6	18,2	-	-	25	6,0
Nível de vida acessível	2	0,9	-	-	1	2,1	-	-	-	-	2	6,1	-	-	5	1,2
Habitacões de qualidade	2	0,9	2	4,2	-	-	-	-	-	-	2	6,1	-	-	6	1,4

Nota: * Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$), ** Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Importa agora averiguar se os motivos de escolha do concelho em análise são influenciados pelo tempo de permanência em território nacional (Tabela 86), **observando-se que, em termos percentuais, são os indivíduos que estão em Portugal há mais de 20 anos que seleccionaram a opção “proximidade de familiares/amigos” como principal motivo para residência no concelho.** Os imigrantes mais recentes (dos 0 aos 19 anos em Portugal) são os que mais invocam a escolha do concelho por motivos laborais. O “bom ambiente natural” é mais recorrente entre os inquiridos que vieram para Portugal entre 30 e 39 anos.

Tabela 86 - Principais motivos para a residência em Sesimbra por número de anos em Portugal (% em coluna)

	0 - 4		5 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Local de emprego	23	26,7	30	34,9	23	26,4	2	8,7	7	21,9	1	10,0	86	21,2
Bom ambiente natural	7	13,5	15	28,8	13	14,9	3	13,0	12	37,5	2	20,0	52	12,8
Bom ambiente social	1	7,1	6	42,9	5	5,7	2	8,7	-	-	-	-	14	3,5
Bons acessos	3	50,0	1	16,7	1	1,1	1	4,3	-	-	-	-	6	1,5
Residência de imigrantes	4	50,0	1	12,5	3	3,4	-	-	-	-	-	-	8	2,0
Proximidade de amigos*	89	39,7	79	35,3	33	37,9	10	43,5	8	25,0	5	50,0	224	55,8
Preços baixos da habitação	1	4,0	6	24,0	9	10,3	3	13,0	5	15,6	1	10,0	25	6,2
Nível de vida acessível	1	20,0	-	-	2	2,3	1	4,3	1	3,1	-	-	5	1,2
Habitações de qualidade	-	-	3	50,0	1	1,1	2	8,7	-	-	-	-	6	1,5

Nota: * Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

REGULARIZAÇÃO

No que se refere aos documentos que os imigrantes detinham à entrada nas fronteiras nacionais, observou-se que a maioria entrou em Portugal apenas com o passaporte (66,9%), alguns, poucos, entraram apenas com o visto de turista (13,9%) e há um conjunto considerável de respondentes que apresenta uma diversidade de situações, entre as quais se destaca o Bilhete de Identidade e sem documentos.

Tabela 87 - Documento(s) com que entrou em Portugal

Documentos	n	%	% Válidas
Apenas Passaporte (sem qualquer visto)	279	66,9	67,9
Visto de “turista”	58	13,9	14,1
Visto de trabalho ou equivalente	14	3,4	3,4
Visto de estudo ou equivalente	6	1,4	1,5
Visto de estada temporária ou equivalente	6	1,4	1,5
Outras situações:	49	11,8	11,9
Bilhete de Identidade	22	44,9	44,9
Sem documentos	5	10,2	10,2
Visto de residência	4	8,2	8,2
Visto de reagrupamento familiar	4	8,2	8,2
Não responde	5	1,2	-
Total	417	100	100

Nota: Pergunta não aplicada a nascidos em Portugal

Nos indivíduos de ambos os sexos, os documentos mais comuns para entrar em Portugal foi o passaporte, verificando-se, porém, que mais mulheres entram com visto de turista e visto de estada temporária ou equivalente, enquanto nos homens, é mais frequente a entrada com visto de trabalho ou de estudo.

Tabela 88 - Documento(s) com que entrou em Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Apenas Passaporte (sem qualquer visto)	140	75,7	139	78,1	279	76,9
Visto de “turista”	35	18,9	23	12,9	58	16,0
Visto de trabalho ou equivalente	3	1,6	11	6,2	14	3,9
Visto de estudo ou equivalente	2	1,1	4	2,2	6	1,7
Visto de estada temporária ou equivalente	5	2,7	1	0,6	6	1,7
Total	185	100	178	100	363	100

Não deixa de ser curioso constatar a existência de ligeiras nuances no que se refere ao tipo de documentos que usou para entrar em Portugal consoante a naturalidade. Assim, pode-se constatar que grande parte dos asiáticos entrou em Portugal com o visto de trabalho ou

equivalente e quase metade dos europeus de Leste entraram com o visto de turista (ver Quadro 19, anexo 2).

No que toca à regularização dos inquiridos (Tabela 89), é notório que a grande maioria tem já a sua situação regularizada em Portugal (cerca de três quartos dos inquiridos), enquanto cerca de um quarto dos indivíduos se dividem pelas duas outras situações, havendo um segmento de indivíduos que aguarda decisão dos serviços e cerca de 10,8% que não estão regularizados. No entanto, esta questão, a par de outras que já foram referidas, poderá ser conotada como “sensível”, uma vez que alguns inquiridos poderiam ter ocultado a sua verdadeira situação legal. Tal como afirma Baganha *et al.* (2002: 147), a veracidade das respostas obtidas a esta questão deve ser posta em causa por se tratar de uma pergunta delicada, podendo assim este valor estar sobrerrepresentado (e enviesado).

De acrescentar que de um modo geral há uma ligeira diferença entre homens e mulheres, estando os primeiros numa situação mais favorável do que as mulheres (64% *vs.* 57,7%) (ver Quadro 20, anexo 2).

Tabela 89 - Estatuto em Portugal

Situação regularizada	n	%
Sim	319	76,3
Aguarda decisão dos serviços	54	12,9
Não	45	10,8
Total	418	100

É ainda possível verificar que menos de metade dos brasileiros afirmam ter a sua situação regularizada no nosso país, sendo no entanto os que têm maior peso entre os que ainda se encontram a guardar decisão dos serviços. Os níveis de não regularização são ainda relevantes entre os brasileiros, os europeus de Leste, angolanos e asiáticos (com valores entre os 23-29%).

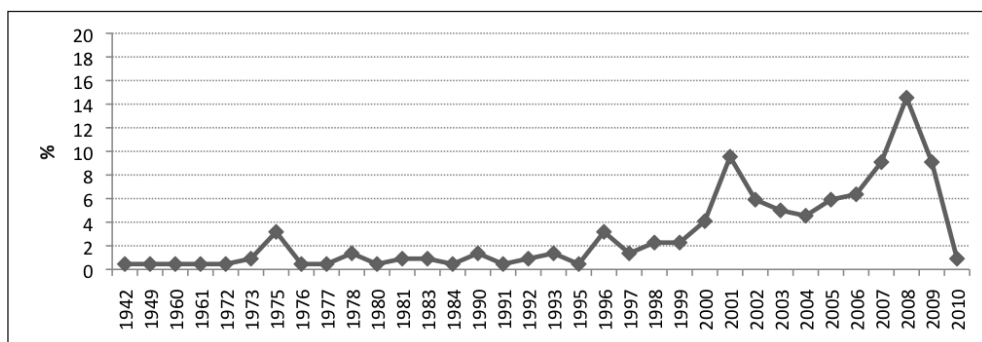
Tendo em conta também o número de anos que os inquiridos estão em Portugal, é possível afirmar que a tendência para a regularização depende em grande medida (embora não exclusivamente) do tempo de permanência em Portugal (ver Quadro 21, anexo 2).

Tabela 90 - Estatuto em Portugal por principais nacionalidades

	Sim		Aguarda decisão dos serviços		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	103	48,6	47	22,2	62	29,2	212	100
Angola	34	70,8	1	2,1	13	27,1	48	100
Cabo Verde	35	74,5	2	4,3	10	21,3	47	100
Ásia	12	70,6	1	5,9	4	23,5	17	100
Europa de Leste	32	72,7	-	-	12	27,3	44	100
Outros PALOP	25	75,8	2	6,1	6	18,2	33	100
Outros África	11	73,3	1	6,7	3	20,0	15	100
Total	252	60,6	54	13,0	110	26,4	416	100

Observando o ano de regularização dos inquiridos que afirmam ter a sua situação regularizada e que respondem à questão (Gráfico 18), verificam-se alguns “picos” ao longo do tempo. De realçar o período pós-Revolução de Abril e da descolonização, em que regressaram à metrópole milhares de portugueses e africanos. Alguns dos inquiridos inscrevem-se neste movimento de regresso. O segundo parece ser 1996, o que corresponde a um dos períodos extraordinários de legalização, este movimento no sentido ascensional diminui de intensidade em 1997 e volta a subir até 2001. E por fim destaca-se o período que se inicia precisamente em 2001 (em que se concederam milhares de Autorizações de Permanência) e que parece prolongar-se até 2009.

Gráfico 18 - Ano de regularização da situação em Portugal (%)



Nota: Pergunta apenas aplicada aos inquiridos que referiram ter a situação regularizada em Portugal, total=319

A esmagadora maioria dos inquiridos que ainda não possui nacionalidade portuguesa tenciona formalizar esse pedido, o que poderá, por um lado, ser sinónimo de uma intenção de permanecer em Portugal a médio e longo prazo, mas por outro, essa intenção de obter nacionalidade de um dos países da União Europeia, facilita a mobilidade para outros países da UE. Poderá ainda dizer-se, a este respeito, que o número de anos em Portugal influencia um pouco a intenção de obter nacionalidade portuguesa, sendo que os imigrantes mais recentes, tendencialmente, são os que menos desejam obter a nacionalidade portuguesa (ver Quadro 22, anexo 2).

Tabela 91 - Intenção de obter nacionalidade portuguesa

	n	%	% Válidas
Sim	276	84,9	87,1
Não	41	12,6	12,9
Não responde	8	2,5	-
Total	325	100	100

Nota: Questão não aplicada a inquiridos com nacionalidade portuguesa.

RELAÇÕES COM O PAÍS DE ORIGEM/RELAÇÕES TRANSNACIONAIS

Neste eixo de análise, limitar-nos-emos a apresentar os pontos referenciais que nos permitem perceber as relações que estes imigrantes mantêm com o país de origem e que foram aferidas através de indicadores como as viagens que efectuam ao seu país natal, os motivos que tiveram para o fazer (ou não o fazer), a existência de familiares dependentes no país de origem e a intenção de os trazer para Portugal. Analisa-se ainda, de forma exploratória, os montantes das remessas enviadas para o país natal e faz-se uma breve incursão aos projectos de permanência em Portugal ou de re-emigração para outros países. Vejamos, contudo, de uma forma mais circunstanciada, cada um dos blocos analíticos que estruturam este eixo analítico.

Quando questionados sobre se já regressaram ao país de origem (Tabela 92), as respostas dos inquiridos divergem, sendo que a maioria ainda não regressou e 47,4% afirmam já tê-lo feito. Esta constatação poderá estar relacionada com o facto de grande partes destes imigrantes residirem em Portugal há relativamente pouco tempo.

Tabela 92 - Deslocações ao país de origem

	n	%
Sim	198	47,4
Não	219	52,4
Não responde	1	0,2
Total	418	100

Interessa averiguar o número de vezes e as razões que justificam estas deslocações, assim, mais de metade dos inquiridos (57,1%) deslocaram-se ao seu país de origem entre uma e duas vezes, sendo o máximo verificado de 50 vezes (1 caso). Pode-se dizer, que em média, os indivíduos que já regressaram fizeram-no cerca de quatro vezes.

Tabela 93 - Número de visitas ao país de origem

Nº de vezes	n	%	% Válidas
1	70	35,4	35,7
2	43	21,7	21,9
3	25	12,6	12,8
4	16	8,1	8,2
5	8	4,0	4,1
6	6	3,0	3,1
7	7	3,5	3,6
8 ou mais	21	10,6	10,7
Não responde	2	1,0	-
Total	198	100	100

Nota: Questão apenas aplicada a quem indicou que já visitou o país de origem.

No que se refere aos motivos que levaram os inquiridos a regressar ao país de origem (Tabela 94), a maioria referiu já ter ido ao país de origem “passar férias”. Uma grande parte afirmou ter ido ao país de origem para “tratar de assuntos familiares” ou devido a “acontecimentos familiares (casamentos, funerais, outros)”.

Tabela 94 - Motivações para o retorno ao país de origem

Motivos	Sim		Não	
	n	%	n	%
Passar férias	114	57,6	84	42,4
Tratar de assuntos familiares	65	32,8	133	67,2
Acontecimentos familiares (casamentos, funerais, outros)	23	11,6	174	87,9
Tratar de documentos	10	5,1	188	94,9
Negócios	3	1,5	195	98,5
Levar/trazer bens	2	1,0	196	99,0
Outras situações:	9	4,5	189	95,5
Trabalho	4	44,4	-	-
Questões de saúde	2	22,2	-	-
Outros	3	33,3	-	-

Nota: Questão tratada como múltipla, apenas aplicada a quem indicou que desde que está em Portugal já regressou ao país de origem, total=198

De entre os vários motivos que explicam o não ter voltado ao país de origem (Tabela 95) destaca-se em primeiro lugar, a falta de recursos financeiros, seguindo-se outros factores que ajudam a compreender a ausência de deslocações à sociedade de origem, o não ter tido necessidade de voltar, o facto de estar há pouco tempo no país e a falta de documentos, e ainda factores como não ter motivos para voltar, não ter vontade e ter falta de tempo para regressar ao país de origem.

Tabela 95 - Principais motivos para não ter regressado ao país de origem

Motivos	n	%	% Válidas
Falta de recursos financeiros	56	25,6	27,9
Não teve necessidade	29	13,2	14,4
Está há pouco tempo no país	18	8,2	9
Falta de documentos	14	6,4	7
Sem motivo	11	5	5,5
Não tem vontade	10	4,6	5
Falta de tempo	9	4,1	4,5
Esta a tratar da legalização	5	2,3	2,5
Estava irregular	5	2,3	2,5
Não teve oportunidade/recursos financeiros	4	1,8	2
Não quis regressar	4	1,8	2
Vai em breve	4	1,8	2
Já não tem ligações	4	1,8	2
Não teve condições/possibilidade	4	1,8	2
Outros motivos	24	11,5	12
Não responde	18	8,2	-
Total	219	100	100

Nota: Questão aplicada a quem indicou que desde que está em Portugal já regressou ao país de origem.

De notar que 41,1% dos imigrantes inquiridos declaram ter familiares dependentes no país de origem. Segmentando por sexos, verifica-se que, embora não sendo uma diferença muito acentuada, são mais os homens a indicar ter familiares dependentes no país de origem (ver Quadro 23, anexo 2). Isto acontece, provavelmente, devido a situações em que primeiro imigra o homem, estabelecendo-se no país de acolhimento, e só posteriormente vem o resto da família.

Tabela 96 - Existência de familiares dependentes no país de origem

	n	%	% Válidas
Sim	172	41,1	42,5
Não	233	55,7	57,5
Não responde	13	3,1	-
Total	418	100	100

Dos familiares dependentes no país de origem (Tabela 97), os mais frequentes parecem ser os pais/sogros, os filhos e os irmãos. E ainda com algum destaque os avô(s)/avó(s), os primos(as) e os tios(as). Das outras situações existentes, para além das que foram mencionadas, é de realçar os sobrinhos(as), a existência de duas mulheres e a ex-mulher, no entanto todas com frequências muito baixas.

Tabela 97 - Familiares dependentes no país de origem

Familiares	n	%
Cônjuge	10	5,8
Filhos	75	43,6
Pais/sogros	84	48,8
Irmãos	58	33,7
Outras situações:	23	13,4
Avô(s)/avó(s)	7	31,8
Primos(as)	6	27,3
Tios(as)	5	22,7
Outros	4	18,2

Nota: Questão tratada como múltipla, aplicada apenas a quem indicou ter familiares dependentes no país de origem, total=172.

A maioria dos inquiridos revelou no momento de inquirição que não tinha intenção de trazer familiares para Portugal (Tabela 98). No entanto, dos que pretendem trazer familiares para o país de imigração destacam-se, sobretudo, os descendentes e ascendentes directos, mais concretamente os filhos(as), pai ou mãe, mas também irmã(s) ou irmão(s).

Tabela 98 - Intenção de trazer familiares para Portugal

	n	%	% Válidas
Sim	158	37,8	38,3
Não	255	61,0	61,7
Não responde	5	1,2	-
Total	418	100	100

Tabela 99 - Familiares que o inquirido pretende trazer para Portugal

Familiares	n	%
Filhos(as)	56	35,4
Pai ou mãe	48	30,4
Irmã(s) ou irmão(s)	33	20,9
Sobrinho(s)	10	6,3
Avô ou avó	8	5,1
Tio(s)	7	4,4
Primo(s) ou prima(s)	6	3,8
Cônjuge	5	3,2
Sogro(a)	3	1,9
Família toda	2	1,3

Nota: Resposta múltipla, n=158.

ENVIO DE REMESSAS

Quando inquiridos se enviavam, ou não, remessas para o país de origem, as respostas subdividem-se de forma relativamente equitativa 49,5% *vs.* 49,3%.

Tabela 100 - Envio de remessas para o país de origem

	n	%	% Válidas
Sim	207	49,5	50,1
Não	206	49,3	49,9
Não responde	5	1,2	-
Total	418	100	100

Dos inquiridos que enviam recursos financeiros para o país de origem, pode-se afirmar que a maioria envia montantes até €250. Porém, de notar que apenas 19,3% enviam montantes superiores a este valor, sendo que apenas um indivíduo envia montantes superiores a €1.000. Poderá acrescentar-se, que as não respostas, se devem ao facto de existirem inquiridos que não estavam certos quanto ao valor das remessas que costumavam enviar mensalmente, porque, segundo os mesmos, tais envios não têm um valor e uma periodicidade pré-estabelecida.

Tabela 101 - Montante das remessas enviadas para o país de origem

Montante	n	%	% Válidas
Até €50	25	12,1	13,0
€51-€100	48	23,2	24,9
€101-€250	80	38,6	41,5
€251-€500	29	14,0	15,0
€501-€1.000	10	4,8	5,2
Mais de €1.000	1	0,5	0,5
Não responde	14	6,8	-
Total	207	100	100

Nota: Questão aplicada apenas aos inquiridos que afirmaram enviar remessas para o país de origem.

Denotam-se ligeiras diferenciações nos montantes enviados por homens e mulheres (Tabela 102). Assim, dos escalões de montantes de remessas enviadas, onde se notam mais diferenças é no de 101€ a 250€, que apesar de ser o montante de remessas mais frequentemente enviado, são as mulheres que mais afirmam enviar estes valores. Apesar de em menor número relativamente às mulheres, são os homens que enviam montantes mais elevados para o país de origem.

Tabela 102 - Montante das remessas enviadas para o país de origem por sexo

Montante	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Até €50	12	13,0	13	12,9	25	13,0
€51 - €100	21	22,8	27	26,7	48	24,9
€101 - €250	46	50,0	34	33,7	80	41,5
€251 - €500	12	13,0	17	16,8	29	15,0
€501 - €1.000	1	1,1	9	8,9	10	5,2
Mais de €1.000	-	-	1	1,0	1	0,5
Total	92	100	101	100	193	100

PROJECTOS DE RE-EMIGRAÇÃO

A maioria dos inquiridos não tem projectos futuros de re-emigração (Tabela 103), o que poderá revelar satisfação com as suas condições de vida e com o lugar onde habitam. Dos que pretendem emigrar, existem ligeiramente mais inquiridos a querer regressar ao país de origem do que a querer ir para outro país. De entre os imigrantes que gostariam ou pretendem regressar ao país de origem, revelam querer fazê-lo, em média, daqui a cerca de cinco anos.

Tabela 103 - Projectos de emigração

	n	%	% Válidas
Não	262	62,7	65,0
Sim, para o país de origem	73	17,5	18,1
Sim, para outro país	68	16,3	16,9
Não responde	15	3,6	-
Total	418	100	100

Cruzando as pretensões de emigração com as principais nacionalidades (Tabela 104) nota-se que em todas as nacionalidades a maioria não faz intenções de abandonar o nosso país, ainda que seja possível detectar algumas discrepâncias. É nos europeus de Leste e nos asiáticos que se nota a maior vontade de permanecer no país, em situação inversa, estão os inquiridos com dupla nacionalidade que manifestam um maior desejo em emigrar para outro país, seguidos dos brasileiros. Nestes dois grupos, em que se detecta um maior desejo de no futuro deixar o país, parece haver ligeiramente mais vontade de regressar ao país de origem do que de ir para um terceiro país.

Tabela 104 - Projecto de emigração por principais nacionalidades (% em linha)

Nacionalidades	Não		Sim, para o país de origem		Sim, para outro país		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	119	61,7	39	20,2	35	18,1	193	100
PALOP	42	66,7	13	20,6	8	12,7	63	100
Europa de Leste	31	86,1	2	5,6	3	8,3	36	100
Ásia	15	88,2	-	-	2	11,8	17	100
Dupla	28	56,0	12	24,0	10	20,0	50	100
Portuguesa	24	63,2	6	15,8	8	21,1	38	100
Total	259	65,2	72	18,1	66	16,6	397	100

Analisando os projectos de emigração atendendo às idades dos inquiridos (Tabela 105), nota-se que são os indivíduos com idades até aos 29 anos que mais desejam sair do país, porventura porque se sentem insatisfeitos ou porque ainda não ganharam um estatuto de estabilidade na sociedade de acolhimento. Este padrão é também observado ao cruzarmos esta intenção com o número de anos em Portugal, assim, são os indivíduos que estão há menos tempo em Portugal os que mais pretendem vir a emigrar novamente (ver Quadro 39, Anexo 2).

Tabela 105 - Projecto de emigração por faixa etária (% em linha)

Idade	Não		Sim, para o país de origem		Sim, para outro país		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 19	13	50,0	6	23,1	7	26,9	26	100
20 - 29	69	63,9	19	17,6	20	18,5	108	100
30 - 39	88	65,2	25	18,5	22	16,3	135	100
40 - 49	56	70,9	10	12,7	13	16,5	79	100
50 - 59	28	65,1	10	23,3	5	11,6	43	100
60 - 69	6	66,7	3	33,3	-	-	9	100
+ 70	2	66,7	-	-	1	33,3	3	100
Total	262	65,0	73	18,1	68	16,9	403	100

Como seria de esperar, são os indivíduos que se consideram menos integrados, os que mais têm intenções de vir a emigrar, preferindo fazê-lo para o país de origem do que para outro país. Observando as três categorias da auto-avaliação do nível de integração, nota-se que a pretensão em emigrar vai aumentando à medida que enfraquece o nível de integração.

Tabela 106 - Projecto de emigração por auto-avaliação do nível de integração (% em linha)

	Não		Sim, para o país de origem		Sim, para outro país		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Plenamente/muito integrado	125	69,4	24	13,3	31	17,2	180	100
Integrado	123	65,4	36	19,1	29	15,4	188	100
Pouco/nada integrado	14	40,0	13	37,1	8	22,9	35	100
Total	262	65,0	73	18,1	68	16,9	403	100

Nota: A categoria "Plenamente/muito integrado" engloba as categorias "Plenamente/muitíssimo integrado" e "Muito integrado", a categoria "Pouco/nada integrado" engloba as categorias "Pouco integrado" e "Nada integrado"; Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Do conjunto de indivíduos que referiu que têm intenções em emigrar para outro país que não o de origem (Tabela 107), constatou-se que os estados mais mencionados foram os E.U.A. e países membros da EU, como o Reino Unido, a França e a Espanha (por ordem decrescente).

É possível que para estes imigrantes seja difícil posicionarem-se sobre projectos migratórios, já que a decisão de migrar não é estritamente uma decisão pessoal. Como verificou Checa (1995), a propósito dos imigrantes africanos no sul de Espanha, existe um projecto mais amplo, relacionado com o cálculo de probabilidades e de risco-benefício de toda a família ou grupo doméstico de origem (Checa, 1995: 55). Geralmente, sai para o estrangeiro o elemento do grupo doméstico mais capacitado, e a relação com a família na origem mantém-se já que o imigrante contribui para a melhoria do bem-estar da família no país de origem.

Tabela 107 - Países de destino para emigração

Países	n	%
Brasil	2	3,0
China	1	1,5
Zimbabwe	1	1,5
Outros de África	1	1,5
México	1	1,5
Austrália	2	3,0
Canadá	3	4,5
E.U.A.	13	19,7
Alemanha	1	1,5
Áustria	1	1,5
Bélgica	2	3,0
Espanha	6	9,1
Finlândia	2	3,0
França	11	16,7
Holanda	4	6,1
Irlanda	1	1,5
Itália	2	3,0
Luxemburgo	4	6,1
Reino Unido	12	18,2
Suíça	4	6,1

Nota: Resposta múltipla; n=68.

VI - INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO

Neste capítulo serão tematizadas algumas das dimensões-chave que ajudam a perceber numa perspectiva diacrónica e também sincrónica o processo de integração dos imigrantes em Portugal. Neste contexto, damos conta das dificuldades sentidas pelos imigrantes tanto na chegada a Portugal como actualmente, sendo ainda possível conhecermos quem tem carta de condução no país de acolhimento, quem participa formalmente nas eleições locais e quem adere a organismos da sociedade civil. Um dos aspectos cruciais da integração em Portugal prende-se com a inserção dos imigrantes em redes de sociabilidade e de ajuda, e a este respeito apresentamos evidências empíricas interessantes e reveladoras do seu quadro de relações sociais. Em complementaridade, faz todo o sentido conhecer a frequência com que os imigrantes desenvolvem várias práticas culturais, o que denuncia uma maior ou menor permeabilidade face à sociedade de acolhimento ou até uma maior ou menor resistência face à cultura da sociedade majoritária. Por fim, terminamos com a auto-avaliação que os inquiridos fazem da sua própria integração, bem como o seu posicionamento face aos factores que facilitam a sua integração em Portugal.

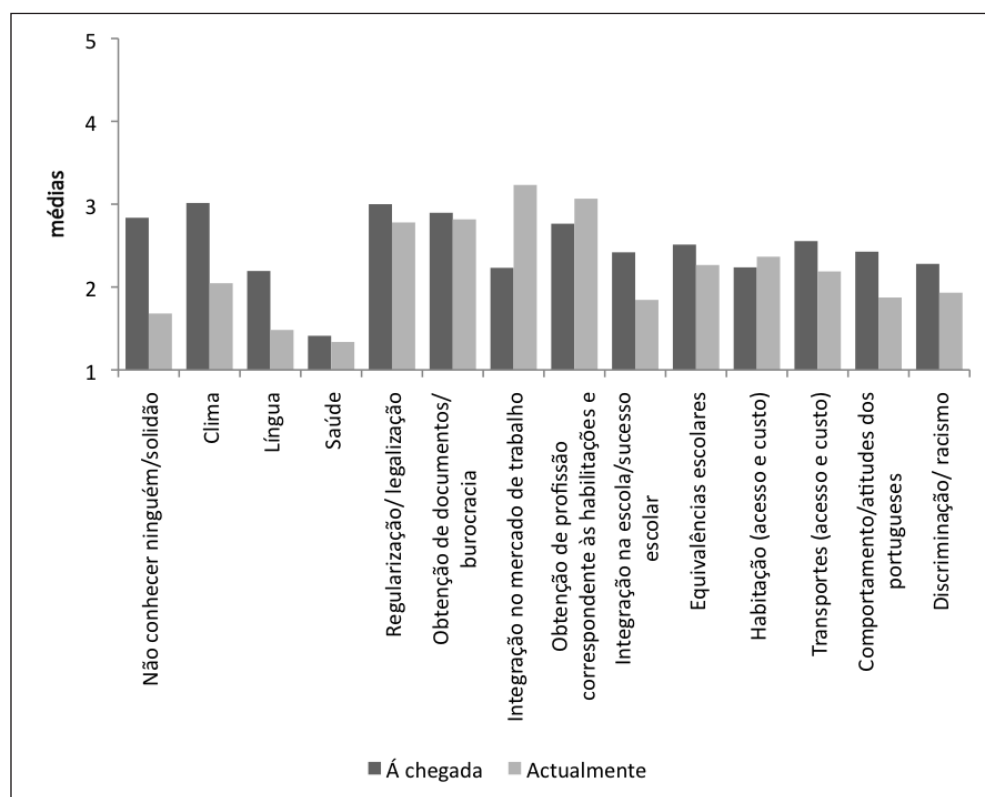
PASSADO E PRESENTE

Comparando as dificuldades sentidas na chegada a Portugal com as dificuldades sentidas actualmente (Gráfico 19), **é possível constatar** que, independentemente do tipo de dificuldade pressentida ou período temporal (à chegada ou actualmente), os valores médios nunca ultrapassam o meio da escala (3 numa escala de 1 a 5).

Em quase todos os indicadores o grau de dificuldade é maior à chegada do que na actualidade, exceptuando a integração no mercado de trabalho e a obtenção de profissão correspondente às habilitações e à experiência, ou seja, em questões relacionadas com o mercado de trabalho. Também em relação ao acesso e ao custo da habitação verifica-se um maior grau de dificuldade na actualidade do que à chegada.

As dificuldades relativas à solidão, adaptação ao clima e língua, são ligeiramente mais acentuadas no período de chegada do que na actualidade, todas as outras categorias acabam por variar pouco entre os dois períodos, podendo eventualmente destacar-se também a integração na escola/sucesso escolar e o comportamento/atitude dos portugueses.

Gráfico 19 - Dificuldades de integração sentidas à chegada a Portugal e na actualidade (médias)



Escala: 1- Nada difícil a 5- Muito difícil; Questão aplicada apenas aos naturais de países estrangeiros, total=417.

Importa agora inventariar o nível médio de dificuldades segundo o género do indivíduo quer à chegada a Portugal, quer na actualidade (Tabela 108), sendo possível verificar que existem diferenças entre homens e mulheres. Verificou-se então, que, em ambos os períodos (à chegada e actualmente), exceptuando os aspectos relacionados com a regularização

e obtenção de documentos/burocracia, são sempre as mulheres que revelam maiores níveis de dificuldade. Nos dois momentos, os assuntos em que essas dificuldades mais se fazem notar são diversificados, envolvendo o clima, a saúde, a obtenção de profissão correspondente às qualificações, a obtenção de equivalências escolares e os próprios comportamentos discriminatórios.

Para além destes âmbitos de dificuldade, em particular, à chegada, as mulheres depararam-se com dificuldades de integração no mercado de trabalho e com situações relativas ao comportamento e atitudes dos portugueses.

À chegada, os homens manifestaram mais dificuldades em lidar com os comportamentos discriminatórios e situações relativas ao comportamento e atitudes dos portugueses, o que poderá estar associado a uma certa distância cultural e relacional no início da sua inserção na sociedade de acolhimento. Na actualidade, parece ser mais difícil obter um posto de trabalho, bem como uma profissão correspondente às suas qualificações. Como bem refere João Peixoto, subsiste ainda em Portugal um padrão de sobre qualificação de muitos estrangeiros, que possuem um nível de competências superior ao requerido pelas tarefas desempenhadas (Peixoto, 2008: 31).

Tabela 108 - Dificuldades de integração sentidas à chegada a Portugal e na actualidade por sexo (médias)

Dificuldades	À chegada		Actualmente	
	F	M	F	M
Solidão	3,0**	2,7	1,7	1,6
Clima	3,2*	2,8	2,2**	1,9
Língua	2,3	2,1	1,5	1,5
Saúde	1,5*	1,3	1,4*	1,2
Legalização	2,9	3,1	2,7	2,9
Documentos e burocracia	2,8	3,0	2,8	2,9
Integração no mercado de trabalho	2,4*	2,0	3,3	3,1
Obter profissão correspondente	3,0**	2,5	3,2	2,9
Integração escolar	2,7	2,1	2,3*	1,4
Equivalências escolares	3,0*	2,0	2,7*	1,6
Habituação	2,3	2,2	2,4	2,4
Transportes	2,7	2,4	2,3	2,1
Comportamentos	2,5	2,3	2,0**	1,8
Discriminação	2,6*	2,0	2,1*	1,7

Escala: 1- Nada difícil a 5- Muito difícil; * T-teste significativo ($p \leq 0,01$) e ** T-teste significativo ($p \leq 0,05$).

POSSE DE CARTA DE CONDUÇÃO

Não deixa de ser interessante constatar que apenas 37,8% dos imigrantes inquiridos afirmam ter na sua posse uma carta de condução válida em território português.

Tabela 109 - Posse de carta de condução válida em Portugal

	n	%	% Válidas
Sim	158	37,8	37,9
Não	259	62,0	62,1
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

Verificou-se ainda que a posse de carta de condução está relacionada com a variável sexo (Tabela 110), já que são os imigrantes do sexo masculino os mais encartados (51%), enquanto apenas 25,6% das mulheres o são.

Tabela 110 - Posse de carta de condução válida em Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	55	25,6	103	51,0	158	37,9
Não	160	74,4	99	49,0	259	62,1
Total	215	100	202	100	417	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

A nacionalidade parece influenciar de sobremaneira a posse deste documento, assim, e segmentando a posse de carta de condução válida em Portugal por nacionalidades (Tabela 111), é possível observar que a posse de nacionalidade portuguesa influencia a obtenção de carta de condução, uma vez que são os inquiridos com nacionalidade portuguesa e dupla nacionalidade os que

mais afirmam ter este documento válido em Portugal. Por outro lado, os menos encartados são os brasileiros e os inquiridos com nacionalidade dos PALOP.

Tabela 111 - Posse de carta de condução válida em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)

Nacionalidades	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	54	27,3	144	72,7	198	100
PALOP	19	29,7	45	70,3	64	100
Europa de Leste	17	45,9	20	54,1	37	100
Ásia	8	44,4	10	55,6	18	100
Dupla	31	58,5	22	41,5	53	100
Portuguesa	25	62,5	15	37,5	40	100
Total	154	37,6	256	62,4	410	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Quando questionados sobre o exercício do direito de voto nas eleições locais (Tabela 112) só um segmento minoritário declara ter como hábito votar (18,9%) e 32,5% afirmam não o fazer porque não se lhes aplica o direito de voto. De ressaltar que o modo como a pergunta está formulada não é muito claro, o que fez com que, durante o processo de inquirição surgissem algumas dúvidas junto dos inquiridos, uma vez que alguns indicaram que votavam às vezes, outros responderam que costumavam votar mas que não votaram nas últimas eleições, havendo assim algumas dúvidas em adaptar as verbalizações à grelha fechada das opções de resposta.

Tabela 112 - Exercício do direito de voto nas eleições

	n	%
Sim	79	18,9
Não	203	48,6
Não se aplica	136	32,5
Total	418	100

Tendo em conta as nacionalidades dos inquiridos, conclui-se que são os naturais de outros PALOP e de outros países africanos quem mais vota, seguidos dos cabo-verdianos e dos angolanos. Verifica-se ainda que são os naturais de países asiáticos e da Europa de Leste os que mais afirmam que não votam porque não se lhes aplica o direito de voto. Tendo em conta também as nacionalidades, nota-se que são os indivíduos com nacionalidade portuguesa e dupla os que mais votam (67,5% e 58,5%, respectivamente), com quantitativos muito mais elevados que as outras nacionalidades (ver Quadro 24, anexo 2).

De acordo com o princípio da reciprocidade presente na Lei Fundamental, a atribuição de direitos políticos a imigrantes só sucede em relação a cidadãos que sejam originários de países que também confirmam esses direitos aos cidadãos portugueses. Actualmente, e considerando apenas as principais origens dos imigrantes instalados em Portugal, esta prerrogativa só foi accionada com Cabo Verde e Brasil (ou seja, cabo-verdianos e brasileiros podem votar e ser eleitos nas autárquicas). Assim, não surpreende que os cabo-verdianos sejam os mais participativos, mais curioso é a fraca participação dos cidadãos brasileiros.

Tabela 113 - Exercício de voto em eleições locais por principais nacionalidades (% em linha)

Naturalidade	Sim		Não		Não se aplica		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	11	5,2	121	57,1	80	37,7	212	100
Angola	18	37,5	22	45,8	8	16,7	48	100
Cabo Verde	18	38,3	22	46,8	7	14,9	47	100
Ásia	4	23,5	5	29,4	8	47,1	17	100
Europa de Leste	3	6,8	19	43,2	22	50,0	44	100
Outros PALOP	17	51,5	9	27,3	7	21,2	33	100
Outros África	7	46,7	5	33,3	3	20,0	15	100
Total	78	18,8	203	48,8	135	32,5	416	100

Nota: Qui-quadrado significativo (p≤0,01).

Embora os níveis de participação sejam reduzidos, estes parecem ir aumentado à medida que a idade vai progredindo (Tabela 114). **De destacar também o reduzido número de votantes até aos 39 anos, que tendem a aumentar gradualmente nas faixas etárias subsequentes.**

Tabela 114 - Exercício do direito de voto por idade (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Até aos 19	-	-	27	100,0	27	100
20 - 29	11	9,6	103	90,4	114	100
30 - 39	26	18,6	114	81,4	140	100
40 - 49	20	25,0	60	75,0	80	100
50 - 59	16	35,6	29	64,4	45	100
60 - 69	5	55,6	4	44,4	9	100
Mais de 70	1	33,3	2	66,7	3	100
Total	79	18,9	339	81,1	418	100

Nota: A categoria “não se aplica” foi agregada à categoria “não”.

Comparando os votantes e não votantes através do seu grau de escolaridade (Tabela 115), nota-se uma quebra na percentagem de votantes com qualificações correspondentes ao 2º ciclo do EB, diminuindo gradualmente nos graus de ensino ulteriores, aumentando depois nos indivíduos com ensino superior (embora correspondendo a poucos casos).

Tabela 115 - Exercício do direito de voto segundo o grau de escolaridade (% em linha)

Grau de escolaridade	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Inferior ao 1º ciclo	1	14,3	6	85,7	7	100
1º ciclo EB	16	28,1	41	71,9	57	100
2º ciclo EB	15	20,8	57	79,2	72	100
3º ciclo EB	25	20,5	97	79,5	122	100
Secundário	12	10,4	103	89,6	115	100
Curso médio/profissional	1	10,0	9	90,0	10	100
Superior	7	24,1	22	75,9	29	100
Total	77	18,7	335	81,3	412	100

O exercício do direito de voto está ainda relacionado com o sentimento de integração (Tabela 116), constatando-se que à medida que diminui o sentimento de integração menor é também a quantidade de votantes.

Tabela 116 - Exercício do direito de voto segundo a auto-avaliação do nível de integração (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Plenamente/muito integrado	51	27,3	136	72,7	187	100
Integrado	26	13,3	170	86,7	196	100
Pouco/nada integrado	2	5,7	33	94,3	35	100
Total	79	18,9	339	81,1	418	100

Nota: No exercício do direito de voto a categoria “não se aplica” foi agregada à categoria “não”. Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Parece haver uma certa transversalidade da variável participação nas eleições locais de acordo com o posicionamento na estrutura das classes sociais (Tabela 117), deste modo os que mais votam (em termos percentuais) são os assalariados agrícolas, os empresários, os dirigentes e profissionais liberais, os profissionais e técnicos de enquadramento e empregados executantes.

Tabela 117 - Exercício do direito de voto segundo a classe social (% em linha)

	Sim		Não		Não se aplica		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	8	38,1	6	28,6	7	33,3	21	100
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	2	28,6	3	42,9	2	28,6	7	100
Trabalhadores Independentes	7	14,6	19	39,6	22	45,8	48	100
Empregados Executantes	30	18,6	87	54,0	44	27,3	161	100
Operários	16	15,5	58	56,3	29	28,2	103	100
Assalariados Agrícolas	6	60,0	1	10,0	3	30,0	10	100
Total	69	19,7	174	49,7	107	30,6	350	100

Nota: Questão aplicada apenas aos activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente.

ASSOCIATIVISMO

No que diz respeito à participação associativa (Tabela 118), verificamos que a adesão dos imigrantes a este tipo de organizações da sociedade civil é reduzida, cifrando-se nos 10%.

Em particular, dos inquiridos que revelaram fazer parte de associações, alguns afirmam pertencer a associações e organizações de imigrantes não sediadas no concelho no momento do processo de inquirição (Associação de Angolanos de Setúbal e Fundo de Apoio Social aos Cabo-verdianos em Portugal), outro afirma fazer parte de um sindicato e três integram partidos ou organizações políticas. De entre os outros tipos de associações e organizações mencionadas, destacam-se a Igreja Universal do Reino de Deus, o Grupo Batucadeiras de Coração Aberto, o CDCCII, Associação da Cotovia, Grupo ADQC e algumas associações religiosas não especificadas⁶.

Tabela 118 - Adesão a associações/grupos da sociedade civil

	n	%	% Válidas
Sim	44	10,2	10,8
Não	362	83,6	89,2
Não responde	27	6,2	-
Total	433	100	100

Apesar do número bastante reduzido de inquiridos que fazem parte de associações e de organizações da sociedade civil, existe uma percentagem um pouco superior de homens a participar do que mulheres (Tabela 119). São os naturais dos vários PALOP os

6

Outras associações/grupos referidos uma vez cada: Igreja Portugal para Cristo, Igreja Assembleia Evangélica, G.D.S., Fundo de Apoio Social aos Cabo-verdianos em Portugal, Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, Bombeiros, Associação Profissional de Professores, Associação escolar – representante dos alunos, Associação de Comerciantes, Ajuda (caridade), ADEA – Associação Forças Armadas, IDPMI – Movimento Internacional, Associação de Polícia Aérea, Vitória de Setúbal, Rancho Folclórico e Humanitário do concelho de Sesimbra, Grupo Desportivo de Sesimbra, Grupo Desportivo da Quinta do Conde, Grupo Desportivo de Alvarim, Brasil Futebol Clube, Centro Comunitário Quinta do Conde, Azeitonense, Associação Desportiva Cávados, Associação Cultural do Zambujal, Escola de Samba Vilazimbra, e outra associação desportiva não especificada (com futebol e boxe).

que, embora em pequena escala, mais participam em associações da sociedade civil (ver Quadro 25, anexo 2).

Tabela 119 - Adesão a associações/grupos da sociedade civil por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	18	8,6	26	13,3	44	100
Não	192	91,4	170	86,7	362	100
Total	210	100	196	100	406	100

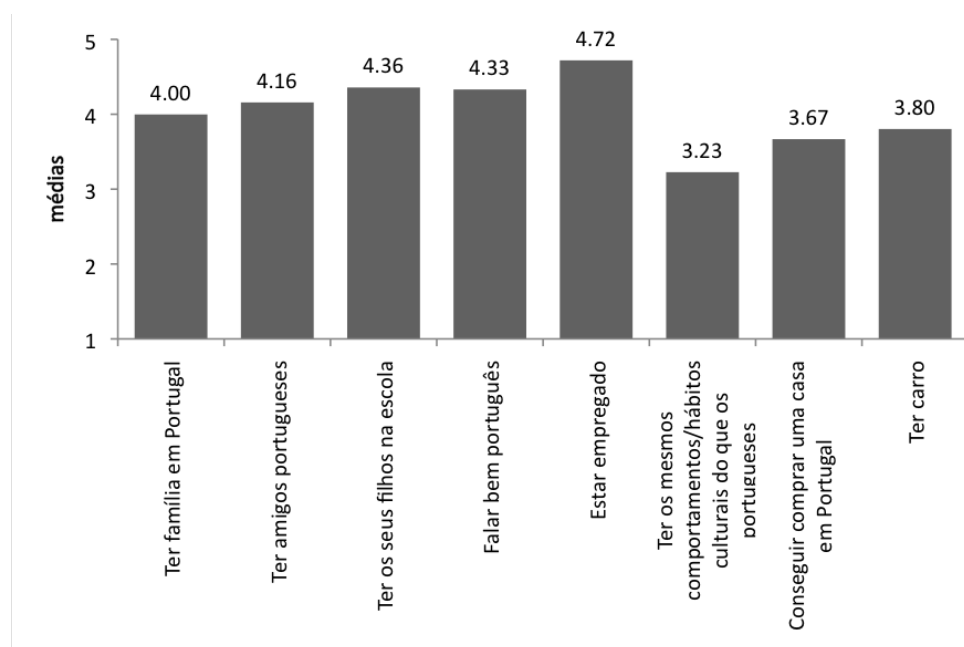
FACTORES DE INTEGRAÇÃO

De uma bateria de vários factores considerados relevantes para a integração dos imigrantes em Portugal, foi pedido aos inquiridos que classificassem esses factores numa escala de importância (Gráfico 20). A primeira ilação a retirar destes dados é que todos os factores em média são considerados importantes (com valores superiores a 3). Ter emprego, ter os filhos na escola, falar bem português e ter amigos portugueses são os factores avaliados como mais importantes (média acima de 4). O factor que assume menor relevância é ter os mesmos hábitos/comportamentos culturais que os portugueses, o que pode indicar que estes indivíduos não se sentem cultural e socialmente distantes dos autóctones.

O factor a que é atribuída maior importância é “estar empregado”, o que é compreensível, visto que a maior parte dos imigrantes veio para Portugal por motivos económicos e laborais. Segmentando a importância atribuída aos factores de integração pelas principais naturalidades, é possível notar algumas diferenças nas respectivas avaliações. Analisando os factores mais cotados, verifica-se que relativamente ao factor “estar empregado”, são os brasileiros e os outros nacionais dos PALOP que lhe atribuem mais importância, enquanto os europeus de Leste são os que menos valorizam este aspecto. São os outros africanos, angolanos, cabo-verdianos e asiáticos que conferem maior importância ao factor “falar bem

português, por sua vez, os europeus de Leste valorizam menos este factor. Quanto ao factor “ter os filhos na escola”, também ele um dos mais cotados, são os angolanos, logo seguidos dos brasileiros, cabo-verdianos e asiáticos, os que mais importância lhe atribuem, enquanto os europeus de Leste e os outros africanos estão no pólo oposto, atribuindo-lhe menor importância (ver Quadro 26, anexo 2).

Gráfico 20 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal (médias)



Escala: De 1 - Nada importante até 5 – Muito importante

Tendo em conta o número de anos em Portugal é possível vislumbrar alguns aspectos interessantes (Tabela 120). Por exemplo, são os indivíduos que estão em Portugal há mais tempo (mais de 40 anos), quem, claramente, dá menor importância a ter família em Portugal, e são também os imigrantes mais antigos (30-39 anos e mais de 40 anos em Portugal) que conferem menor importância a ter amigos portugueses. Ora, estes resultados poderão significar que os imigrantes mais antigos fizeram esta apreciação, tendo por base a sua situação pessoal, é possível que já não precisem, ou já não atribuam tanta relevância ao

apoio das redes familiares ou de amizades, uma vez que estes já terão provavelmente uma situação mais estabilizada no país de acolhimento, dispondo de redes de relações bem consolidadas, comparativamente aos imigrantes mais recentes. É ainda possível notar que outros factores, como por exemplo “ter carro”, é sobretudo valorizado pelos imigrantes mais recentes.

Tabela 120 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal por número de anos em Portugal (médias)

Nº de anos	Ter família em Portugal	Ter amigos portugueses	Ter os filhos na escola	Falar português	Estar empregado	Ter hábitos culturais portugueses	Conseguir comprar casa	Ter carro
0 – 4 (n=124)	4,0	4,1	4,4	4,4	4,8	3,2	3,8	4,0
5 – 9 (n=129)	4,0	4,2	4,3	4,2	4,7	3,3	3,7	4,0
10 – 19 (n=87)	4,1	4,2	4,5	4,5	4,8	3,4	3,6	3,8
20 – 29 (n=23)	4,0	4,5	4,6	4,4	4,8	3,3	3,9	3,7
30 – 39 (n=32)	4,1	3,9	4,2	4,2	4,6	3,3	3,5	3,2
+40 (n=10)	3,4	3,6	4,4	4,1	4,5	3,2	3,5	3,4

REDES SOCIAIS

Quando questionados sobre quais os seus principais amigos em Portugal (Tabela 121), apenas uma das opções de resposta reúne alguma consensualidade, mais concretamente a resposta “imigrantes da mesma nacionalidade”. Deste modo, nota-se que grande parte dos imigrantes tem como principais amigos os seus compatriotas, seguindo-se com valores muito próximos os “portugueses que conheceu no trabalho” e os “portugueses que conheceu noutros locais”. A categoria “familiares”, provavelmente, aparece com tão poucas respostas porque tratando-se de familiares os inquiridos colocam-nos não no patamar das amizades, mas num plano à parte, nas redes de apoio familiares.

Tabela 121 - Principais amigos em Portugal

	Sim		Não	
	n	%	n	%
Imigrantes da mesma nacionalidade	258	61,7	160	38,3
Imigrantes de outras nacionalidades seus vizinhos	27	6,5	391	93,5
Portugueses que conheceu no trabalho	128	30,6	290	69,4
Portugueses que são seus vizinhos	82	19,6	336	80,4
Portugueses que conheceu noutros locais	123	29,4	295	70,6
Familiares	29	6,9	389	93,1

A constituição de redes de amizade não pode ser encarada como fruto do acaso, ou como mera escolha pessoal e neutral dos indivíduos. No caso dos imigrantes, a existência destas redes na sociedade de acolhimento poderá facilitar em muito a sua integração na sociedade de recepção. Contudo, estas escolhas são, em grande medida, condicionadas pela pertença de classe, escolaridade, idade, local de residência (Bochaca, 2003) e nacionalidade. Assim sendo, verifica-se que as amizades construídas em Portugal dependem, em grande medida, da rede co-étnica e nacional para ambos os géneros, embora haja ligeiras diferenciações entre homens e mulheres. Observamos que existe nos homens um peso superior de amigos portugueses que conheceram no trabalho, enquanto as mulheres nomeiam os “portugueses seus vizinhos”, “portugueses que conheceu noutros locais” e ainda “familiares”.

Tabela 122 - Principais amigos por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Imigrantes da mesma nacionalidade	128	59,5	130	64,0
Imigrantes de outras nacionalidades seus vizinhos	12	5,6	15	7,4
Portugueses que conheceu no trabalho	60	27,9	68	33,5
Portugueses que são seus vizinhos	46	21,4	36	17,7
Portugueses que conheceu noutros locais	67	31,2	56	27,6
Familiares*	24	11,2	5	2,5

Nota: Total mulheres =215 e total homens =203; *Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Quanto à nomeação dos principais amigos por naturalidade (Tabela 123), importa salientar que o padrão geral ao nível das relações de amizade observado para os imigrantes em geral assume menor relevância entre os naturais de outros PALOP e nos angolanos. Quanto aos

amigos “imigrantes vizinhos”, no geral são poucas as respostas afirmativas, embora seja uma situação mais recorrente entre os angolanos, o que poderá dever-se à dispersão geográfica da população imigrante, não existindo zonas de concentração de imigrantes e/ou bairros étnicos. Os provenientes de outros PALOP, de outros países africanos e de Cabo Verde são os que mais escolhem como amigos os “portugueses que conheceu no trabalho”. De salientar ainda que são os provindos dos PALOP, que mais assinalam as amizades com vizinhos portugueses e com portugueses que conheceu noutros locais; tal ficar-se-á a dever ao facto de serem os imigrantes com algum tempo de instalação em Portugal, caracterizados por um maior enraizamento local e com uma rede de sociabilidades mais alargada. Estes imigrantes elegem ainda os seus familiares como principais amigos.

Tabela 123 - Principais amigos em Portugal por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Imigrantes da mesma nacionalidade*	140	66,0	27	56,3	29	61,7	11	64,7	28	63,6	11	33,3	12	80,0
Imigrantes vizinhos	9	4,2	8	16,7	-	-	1	5,9	3	6,8	4	12,1	1	6,7
Portugueses que conheceu no trabalho	62	29,2	11	22,9	17	36,2	3	17,6	13	29,5	15	45,5	6	40,0
Portugueses vizinhos	41	19,3	11	22,9	10	21,3	3	17,6	5	11,4	11	33,3	1	6,7
Portugueses de outros locais	58	27,4	18	37,5	16	34,0	5	29,4	13	29,5	10	30,3	3	20,0
Familiares	9	4,2	6	12,5	7	14,9	-	-	2	4,5	5	15,2	-	-

Nota: Total Brasil=212, total Angola =48, total Cabo Verde=47, total Europa de Leste=44, total Outros PALOP=33, total Ásia=17 e total Outros África=15; *Qui-quadrado significativo (p≤0,05).

No referente às escolhas dos principais amigos segundo a freguesia de residência (Tabela 124), é possível detectar ligeiras nuances. Apesar da preponderância das amizades entre os compatriotas, os portugueses que conheceram no local de trabalho, surge em segundo lugar nas escolhas dos residentes na Quinta do Conde. Entre os habitantes nas freguesias de Santiago e na do Castelo, assume particular relevância os portugueses que conheceram em outros locais.

Tabela 124 - Principais amigos em Portugal por freguesia de residência (% em coluna)

	Quinta do Conde		Santiago		Castelo	
	n	%	n	%	n	%
Imigrantes da mesma nacionalidade	174	63,5	29	58,0	54	58,7
Imigrantes vizinhos	23	8,4	1	2,0	3	3,3
Portugueses que conheceu no trabalho	86	31,4	13	26,0	27	29,3
Portugueses vizinhos**	63	23,0	3	6,0	16	17,4
Portugueses de outros locais*	66	24,1	26	52,0	31	33,7
Familiares	20	7,3	2	4,0	6	6,5

Nota: Total Quinta do Conde=274, total Santiago=50, total Castelo=92; *Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$) e **Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Ao serem questionados sobre a quem ou a que entidades recorreriam em primeiro lugar em situações de emergência (Tabela 125), surge em posição de maior destaque os “familiares instalados em Portugal”, seguindo-se os “amigos imigrantes” e em terceiro lugar os “amigos portugueses”. Como se pode observar, os imigrantes privilegiam as redes de solidariedade de carácter informal em detrimento das solidariedades institucionais, assim como os núcleos relacionais de cariz co-étnico.

Tabela 125 - Principais redes de ajuda

	n	%	% Válidas
Familiares instalados em Portugal	164	39,2	39,5
Amigos imigrantes	97	23,2	23,4
Amigos portugueses	78	18,7	18,8
Serviços públicos portugueses	43	10,3	10,4
Instituições religiosas	13	3,1	3,1
Vizinhos portugueses	10	2,4	2,4
Colegas de trabalho	9	2,2	2,2
Associações privadas/IPSS sem carácter religioso	1	0,2	0,2
Não responde	3	0,7	-
Total	418	100	100

Cruzando as principais redes de ajuda com as nacionalidades, de uma maneira geral, nota-se que os imigrantes mais recentes, nomeadamente os brasileiros, europeus de Leste e asiáticos são os que mais afirmam que, em caso de necessidade, recorreriam primeiro aos imigrantes da mesma nacionalidade. Por sua vez, os oriundos dos PALOP são os que mais referem o apoio familiar. De notar que estes imigrantes, ou já concluíram o processo de reagrupamento familiar ou constituíram a sua família no país de acolhimento, encontrando o seu principal suporte nas redes familiares (ver Quadro 27, anexo 2).

Estes resultados tornam-se mais perceptíveis quando introduzimos o número de anos em Portugal (Tabela 126), uma vez que as percentagens de “amigos imigrantes” vão diminuindo conforme aumenta o número de anos de permanência em Portugal, curiosamente, a importância das redes familiares são reforçadas à medida que aumenta o tempo de instalação em território nacional.

Tabela 126 - Principais redes de ajuda por número de anos em Portugal (% em coluna)

	0 - 4		5 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Amigos imigrantes	45	36,3	30	23,3	13	15,5	1	4,3	1	3,1	-	-	90	22,4
Amigos portugueses	15	12,1	29	22,5	17	20,2	4	17,4	8	25,0	1	10,0	74	18,4
Colegas de trabalho	1	0,8	6	4,7	1	1,2	-	-	1	3,1	-	-	9	2,2
Vizinhos portugueses	1	0,8	4	3,1	3	3,6	1	4,3	1	3,1	-	-	10	2,5
Familiares em Portugal	48	38,7	43	33,3	33	39,3	15	65,2	16	50,0	7	70,0	162	40,3
Serviços públicos portugueses	10	8,1	14	10,9	14	16,7	1	4,3	3	9,4	1	10,0	43	10,7
Instituições religiosas	4	3,2	3	2,3	2	2,4	1	4,3	2	6,3	1	10,0	13	3,2
IPSS sem carácter religioso	-	-	-	-	1	1,2	-	-	-	-	-	-	1	0,2
Total	124	100	129	100	84	100	23	100	32	100	10	100	402	100

PERCEPÇÃO SUBJECTIVA DO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO

Os desenvolvimentos seguintes são a respeito da percepção subjectiva dos inquiridos sobre o seu nível de integração na sociedade de acolhimento, verificando-se que há uma maior percentagem de respostas que apontam para uma integração razoável na sociedade de acolhimento (46,9%). Acresce a este quantitativo uma percentagem considerável de respondentes que se auto-classificam como muito e plenamente integrados (44,7%).

Tabela 127 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal

	n	%
Plenamente/muitíssimo integrado	70	16,7
Muito integrado	117	28,0
Integrado	196	46,9
Pouco integrado	34	8,1
Nada integrado	1	0,2
Total	418	100

Cruzando a auto-avaliação do nível de integração com as principais nacionalidades (Tabela 128), é possível salientar algumas diferenças. Os angolanos, cabo-verdianos e naturais de outros PALOP são os que se sentem mais integrados. Os asiáticos, europeus de Leste e outros africanos afirmam estar, na sua maioria, integrados. Já os brasileiros encontram-se divididos entre a plena integração e um nível de integração considerado razoável, tendo esta classificação um maior peso entre os respondentes. Entre os que revelam maiores dificuldades de integração, destacam-se os outros africanos, os brasileiros, seguindo-se os europeus de Leste e os outros africanos dos PALOP.

Se tivermos em conta também as nacionalidades verificamos que a obtenção de nacionalidade portuguesa influencia o sentimento de integração, já que são os indivíduos com nacionalidade portuguesa (75% nas categorias plenamente/muito integrado) e dupla (58,5%) os que se sentem mais integrados, seguidos pelos indivíduos com nacionalidade dos PALOP (45,3%) (ver Quadro 28, anexo 2).

Tabela 128 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)

Naturalidade	Plenamente/muito integrado		Integrado		Pouco/nada integrado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	85	40,1	104	49,1	23	10,8	212	100
Angola	30	62,5	18	37,5	-	-	48	100
Cabo Verde	29	61,7	17	36,2	1	2,1	47	100
Ásia	5	29,4	11	64,7	1	5,9	17	100
Europa de Leste	13	29,5	27	61,4	4	9,1	44	100
Outros PALOP	20	60,6	10	30,3	3	9,1	33	100
Outros África	4	26,7	8	53,3	3	20,0	15	100
Total	186	44,7	195	46,9	35	8,4	416	100

Pode-se dizer que a auto-avaliação do nível de integração é influenciada pelo tempo de permanência em Portugal (Tabela 129), uma vez que quanto mais aumenta o número de anos em Portugal maior o nível de integração dos imigrantes. São os imigrantes mais recentes (0 - 4 anos) os que mostram mais baixos níveis de integração (15,3%).

Tabela 129 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por número de anos em Portugal (% em linha)

	Plenamente/muito integrado		Integrado		Pouco/nada integrado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 - 4	34	27,4	71	57,3	19	15,3	124	100
5 - 9	57	44,2	62	48,1	10	7,8	129	100
10 - 19	42	48,3	42	48,3	3	3,4	87	100
20 - 29	15	65,2	7	30,4	1	4,3	23	100
30 - 39	24	75,0	8	25,0	-	-	32	100
+40	8	80,0	2	20,0	-	-	10	100
Total	180	44,4	192	47,4	33	8,1	405	100

O nível de integração difere ligeiramente consoante o tipo de profissão exercida (Tabela 130), sendo que quem se sente melhor integrado são os técnicos e profissionais intermédios (5 dos 6 indivíduos), o pessoal das profissões intelectuais e científicas (5 dos 6 indivíduos) e os directores e quadros dirigentes (9 dos 15 indivíduos), ou seja, os trabalhadores que exercem profissões mais qualificadas. Dos indivíduos que se sentem apenas integrados, destaque para os trabalhadores não qualificados (51,7%), pessoal dos serviços e vendedores (50%), trabalhadores da agricultura e pescas (50%) e ainda operadores de instalações de máquinas e montagem (6 dos 12 indivíduos). Ainda relativamente aos inquiridos que se sentem pouco/nada integrados, apesar de estarem em minoria, existem em maior percentagem entre o pessoal dos serviços e vendedores (9,2%).

Tabela 130 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por profissões (% em linha)

	Plenamente/ muito integrado		Integrado		Pouco/ nada integrado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	9	60,0	6	40,0	-	-	15	100
Profissões intelectuais e científicas	5	83,3	1	16,7	-	-	6	100
Técnicos e profissionais intermédios	5	83,3	1	16,7	-	-	6	100
Pessoal administrativo	4	57,1	3	42,9	-	-	7	100
Pessoal dos serviços e vendedores	40	40,8	49	50,0	9	9,2	98	100
Trabalhadores da agricultura e pesca	5	50,0	5	50,0	-	-	10	100
Operários e artífices	32	43,8	36	49,3	5	6,8	73	100
Operadores de instalações de máquinas e montagem	5	41,7	6	50,0	1	8,3	12	100
Trabalhadores não-qualificados	23	39,7	30	51,7	5	8,6	58	100
Total	128	44,9	137	48,1	20	7,0	285	100

Nota: Questão colocada apenas aos indivíduos activos com profissão.

MERCADO DE TRABALHO

Neste eixo de análise discute-se os resultados referentes à integração socioprofissional dos imigrantes inquiridos. Neste sentido, para além de se apresentar uma caracterização das condições que contextualizam a integração destes imigrantes no mercado de trabalho (o principal meio de vida, a condição perante a actividade económica, o regime de prestação do trabalho, a situação na profissão, o vínculo contratual, o local de trabalho), tentaremos ainda traçar a sua trajectória profissional, comparando a profissão desempenhada pelo menos em 3 momentos-chave: o último emprego no país de origem, o primeiro emprego em Portugal e o emprego actual. Faremos ainda uma breve incursão às estratégias mobilizadas pelos inquiridos na obtenção de emprego. Esta análise irá ser complementada com a classificação dos inquiridos na estrutura de classes sociais.

Quanto ao principal meio de vida dos inquiridos (Tabela 131) verifica-se que a maioria vive do trabalho (64,1%), 13,9% está a cargo da família, podendo-se ainda destacar os 8,4% da amostra que, no momento do inquérito, beneficiavam do subsídio temporário de desemprego.

Tabela 131 - Principal meio de vida

Meio de vida	n	%	% Válidas
Trabalho	268	64,1	65,4
A cargo da família	58	13,9	14,1
Subsídio temporário de desemprego	35	8,4	8,5
Rendimentos de propriedade ou de empresa	14	3,3	3,4
Pensão/Reforma	8	1,9	2,0
Biscates	8	1,9	2,0
Subsídio temporário de doença	6	1,4	1,5
Outros subsídios temporários	4	1,0	1,0
Rendimento Social de Inserção	1	0,2	0,2
Apoio social	1	0,2	0,2
Outras situações:	7	1,7	1,7
Desempregado e sem apoios	5	71,4	71,4
Outras	2	28,6	28,6
Não responde	8	1,9	1,9
Total	418	100	100

Nota: Totais calculados sem a categoria “outras situações”.

CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA

De salientar, por um lado, a elevada taxa de actividade entre os imigrantes inquiridos, que atinge os 69,7%, mas por outro é notória a incidência do fenómeno do desemprego, que atinge 17% dos respondentes. É ainda importante evidenciar que 5 dos 71 desempregados não recebem subsídio de desemprego. Em média, os desempregados estão nesta situação há 9,6 meses.

Tabela 132 - Condição perante a actividade económica

Condição	n	%	% Válidas
Activo com profissão	288	68,9	69,7
Desempregado	71	17,0	17,2
Estudante	36	8,6	8,7
Doméstica	8	1,9	1,9
Reformado	6	1,4	1,5
Inválido/doença permanente	3	0,7	0,7
Procura 1º emprego	1	0,2	0,2
Não responde	5	1,2	-
Total	418	100	100

REGIME DE TRABALHO E SITUAÇÃO NA PROFISSÃO

Como é possível observar através da Tabela 133, a esmagadora maioria dos imigrantes activos com profissão trabalha em regime permanente/regular (92,7%), o que lhes poderá proporcionar, de certa forma, uma maior estabilidade, comparativamente a outros regimes de trabalho.

Tabela 133 - Regime de trabalho

Regime de trabalho	n	%	% Válidas
Permanente/regular	267	92,7	93,0
Ocasional	19	6,6	6,6
Sazonal	1	0,3	0,3
Não responde	1	0,3	-
Total	288	100	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão.

Quanto à situação na profissão (Tabela 134), a maioria dos inquiridos são trabalhadores por conta de outrem (79,5%), sendo que os trabalhadores por conta própria sem empregados detêm ainda algum peso (10,8%), o que pode ser indicador, como já foi dito, de que alguns imigrantes revelam, assim, uma certa dinâmica de empreendedorismo. Esta percentagem de trabalhadores por conta própria sem empregados aproxima-se da taxa de empreendedorismo⁷ nos estrangeiros, apontada por Oliveira (2008: 68) para 2001, que era de 10,2%. No

.....

7

A taxa de empreendedorismo é calculada com base no número de patrões/empresários por cada 100 activos).

entanto, a percentagem de trabalhadores por conta própria com empregados é de apenas 3,5%, indicando que, provavelmente, a maior parte das situações de empreendedorismo dizem respeito a pequenos negócios familiares. Mas este quantitativo tem que ser lido ainda em conjugação com a percentagem de trabalhadores familiares não remunerados que atinge cerca de 6%, sobretudo imigrantes de origem chinesa.

Tabela 134 - Situação na profissão

Situação na profissão	n	%	% Válidas
Trabalhador por conta de outrem	229	79,5	79,8
Trabalhador por conta própria sem empregados	31	10,8	10,8
Trabalhador familiar não remunerado	17	5,9	5,9
Trabalhador por conta própria com empregados	10	3,5	3,5
Não responde	1	0,3	-
Total	288	100	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão.

VÍNCULO CONTRATUAL

Cerca de 45% dos inquiridos que exercem profissão possuem um contrato sem termo, no entanto, as situações de contrato com termo são também numerosas (32,8%). Os casos de trabalhadores sem contrato têm ainda algum peso, abarcando 19,7% dos casos. Assim sendo, é visível nestes imigrantes uma tendência para a precariedade dos seus vínculos face ao mercado de trabalho.

Tabela 135 - Vínculo contratual

Vínculo contratual	n	%	% Válidas
Contrato sem termo	104	45,4	45,6
Contrato com termo	75	32,8	32,9
Recibos verdes	4	1,7	1,8
Trabalho sem contrato	45	19,7	19,7
Não responde	1	0,4	-
Total	229	100	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão e trabalhadores por conta de outrem.

Segmentando o vínculo contratual pelas principais nacionalidades (Tabela 136), verifica-se que são os brasileiros e os asiáticos os que menos usufruem de um contrato sem termo (ter em conta o reduzido número de asiáticos). São os asiáticos e os naturais de outros PALOP quem mais afirma ter um contrato com termo (apesar das baixas frequências), e convém ainda destacar os 36,4% de brasileiros com esta modalidade de contrato. Verifica-se ainda que apenas existem quatro brasileiros com recibos verdes, ocorrendo uma maior percentagem de trabalhadores sem qualquer tipo de contrato entre os cabo-verdianos, os naturais de outros países africanos e, também, entre os brasileiros.

Tabela 136 - Vínculo contratual por principais nacionalidades (% em linha)

	Contrato sem termo		Contrato com termo		Recibos verdes		Trabalho sem contrato		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	52	39,4	48	36,4	4	3,0	28	21,2	132	100
Angola	14	63,6	5	22,7	-	-	3	13,6	22	100
Cabo Verde	12	54,5	3	13,6	-	-	7	31,8	22	100
Ásia	3	37,5	4	50,0	-	-	1	12,5	8	100
Europa de Leste	11	55,0	7	35,0	-	-	2	10,0	20	100
Outros PALOP	7	46,7	6	40,0	-	-	2	13,3	15	100
Outros África	5	55,6	2	22,2	-	-	2	22,2	9	100
Total	104	45,6	75	32,9	4	1,8	45	19,7	228	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão e trabalhadores por conta de outrem.

Com o intuito de perceber se existem diferenças na estabilidade profissional entre os diversos grupos socioprofissionais, cruzámos a variável vínculo contratual com a profissão (Tabela 137). Denota-se que os contratos sem termo são mais comuns entre os “directores e quadros dirigentes” (todos, ou seja, duas pessoas), “técnicos e profissionais intermédios” (75%, ou seja, três casos) e “operadores de instalações de máquinas” (63,6%, ou seja, sete casos).

Os contratos com termo são mais recorrentes entre os “operários e artífices” (44,4%, 24 casos) e entre o “pessoal administrativo” (42,9%, três pessoas). Os trabalhadores com uma situação mais precária parecem ser os “trabalhadores da agricultura e pesca” (44,4%, mas que correspondem apenas a quatro indivíduos), assim como os trabalhadores não qualificados (24%, 12 casos) e os operários e artífices (22,2%, 12 casos).

Tabela 137 - Vínculo contratual por profissão (% em linha)

	Contrato sem termo		Contrato com termo		Recibos verdes		Trabalho sem contrato		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	2	100,0	-	-	-	-	-	-	2	100
Profissões intelectuais e científicas	3	50,0	2	33,3	-	-	1	16,7	6	100
Técnicos e profissionais intermédios	3	75,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100
Pessoal administrativo	4	57,1	3	42,9	-	-	-	-	7	100
Pessoal dos serviços e vendedores	42	50,6	24	28,9	2	2,4	15	18,1	83	100
Trabalhadores da agricultura e pesca	4	44,4	1	11,1	-	-	4	44,4	9	100
Operários e artífices	17	31,5	24	44,4	1	1,9	12	22,2	54	100
Operadores de instalações de máquinas e montagem	7	63,6	3	27,3	-	-	1	9,1	11	100
Trabalhadores não-qualificados	21	42,0	16	32,0	1	2,0	12	24,0	50	100
Total	103	45,6	74	32,7	4	1,8	45	19,9	226	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão e trabalhadores por conta de outrem.

LOCAL DE TRABALHO

Verifica-se que a grande maioria dos indivíduos trabalha no concelho de residência (Tabela 138), evidenciando isto que o concelho mostra algum dinamismo económico na medida em que assegura postos de trabalho a 213 pessoas (74%). Dos imigrantes que trabalham noutros concelhos que não Sesimbra, pode-se observar que exercem a sua actividade em locais relativamente próximos do município de residência, sendo que uma parte considerável trabalha no concelho de Setúbal (38,4%) e outro segmento se desloca para Lisboa (24,7%). Tal pode ser explicável pelo facto de estes municípios serem sedes de distrito, próximos de Sesimbra e certamente dotados de uma certa densidade de concentração de actividades económicas e de postos de trabalho. Apenas dois inquiridos afirmam trabalhar no estrangeiro, sendo que um trabalha na Holanda e o outro num país africano não especificado.

Tabela 138 - Local de trabalho

Local de trabalho	n	%	% Válidas	Concelho	n	%	% Válidas
Noutro concelho	73	25,3	25,3	Setúbal	28	38,4	42,4
No concelho onde reside	213	74	74	Lisboa	18	24,7	27,3
No estrangeiro	2	0,7	0,7	Seixal	6	8,2	9,1
Total	288	100	100	Barreiro	3	4,1	4,5
Nota: Questão aplicada a activos com profissão				Palmela	3	4,1	4,5
				Almada	2	2,7	3
				Mafra	1	1,4	1,5
				Moita	1	1,4	1,5
				Montijo	1	1,4	1,5
				Odivelas	1	1,4	1,5
				Santarém	1	1,4	1,5
				Vila Franca de Xira	1	1,4	1,5
				Não responde	7	9,6	-
				Total	73	100	100

TRAJECTÓRIA PROFISSIONAL

Analizando as profissões que os inquiridos exerceram em três momentos-chave da sua trajectória migratória, ou seja, no seu país de origem e antes de emigrarem, depois e já em contexto migratório, a primeira profissão que desempenharam em Portugal e a profissão que desempenham na actualidade (Tabela 139). A primeira ilação a retirar é que se denota uma certa continuidade em alguns grupos profissionais e em outros observam-se processos visíveis de desqualificação socioprofissional, principalmente entre a última profissão no país de origem e a primeira no país de acolhimento.

Os fenómenos de desqualificação na chegada ao mercado de trabalho português são mais comuns entre os “directores e quadros dirigentes”, nas “profissões intelectuais” e nos “técnicos profissionais intermédios”. Estes resultados poderão demonstrar que existe ainda alguma resistência no mercado de trabalho face à inserção da população imigrante nos empregos mais qualificados, podendo isto acontecer por falta de qualificações académicas, por dificuldades nas equivalências escolares, por discriminação ou por outras razões.

No entanto, quando se trata da profissão actual, verifica-se que estes indivíduos ao longo do tempo melhoraram a sua posição no mercado de trabalho, principalmente os trabalhadores do primeiro grupo que têm uma actividade profissional na actualidade muito próxima da que tinham antes de vir para o nosso país.

De uma forma geral, os grupos profissionais que mais crescem com a chegada dos trabalhadores imigrantes são o “pessoal dos serviços” e os “trabalhadores não qualificados”.

O “pessoal dos serviços e vendedores”, é, nos três períodos, a categoria com mais peso, aumentando desde a última profissão no país de origem para a primeira profissão em Portugal e depois diminuindo ligeiramente no emprego actual, sendo esta área, então, uma das que emprega imigrantes no concelho.

No que diz respeito aos trabalhadores não qualificados, como seria de esperar, visto que diz respeito essencialmente a profissões como empregada doméstica e de limpezas, no caso das mulheres, e de servente da construção civil no caso dos homens, o seu significado aumenta consideravelmente aquando da primeira profissão em Portugal, mantendo ainda quantitativos elevados na profissão actual.

As continuidades são mais notórias no “pessoal administrativo”, “operários e artificies” e “operadores de instalações de máquinas”.

A categoria “operários e artífices”, a par do “pessoal dos serviços e vendedores”, embora com um pouco menos de peso, crescem também ao longo dos três períodos mencionados. Esta categoria profissional é facilmente explicada como sendo uma das mais frequentes, já que abarca o sector da construção civil, sendo este um dos que mais absorve população imigrante do sexo masculino de várias nacionalidades/nacionalidades.

Quanto aos operadores de instalações de máquinas e montagem, verificam-se em maior número na última profissão no país de origem e diminuindo aquando da chegada a Portugal, voltando a aumentar ligeiramente no emprego actual.

Convém ainda referir que as não respostas dentro da questão relativa à última profissão que tinham no país de origem surgem com quantitativos algo elevados, devendo-se isto, provavelmente, ao facto de muitos dos imigrantes não desempenharem na altura nenhum tipo de profissão, ou porque estudavam, ou porque estavam inactivos

Verifica-se ainda que, em média, os inquiridos já tiveram cerca de três empregos em Portugal.

Tabela 139 - Trajectória profissional

	Última profissão no país de origem			Primeira profissão em Portugal			Profissão actual		
	n	%	% Válidas	n	%	% Válidas	n	%	% Válidas
Directores e quadros dirigentes	17	4,6	6,3	2	0,5	0,6	16	4,3	4,4
Profissões intelectuais e científicas	15	4,1	5,6	5	1,4	1,4	8	2,2	2,2
Técnicos e profissionais intermédios	18	4,9	6,7	6	1,6	1,7	7	1,9	1,9
Pessoal administrativo	31	8,4	11,6	14	3,8	4,0	13	3,5	3,6
Pessoal dos serviços e vendedores	74	20,1	27,6	135	36,7	38,5	128	34,8	35,4
Trabalhadores da agricultura e pesca	11	3,0	4,1	14	3,8	4,0	11	3,0	3,0
Operários e artífices	45	12,2	16,8	62	16,8	17,7	89	24,2	24,6
Operadores de instalações de máquinas e montagem	27	7,3	10,1	10	2,7	2,8	15	4,1	4,1
Trabalhadores não qualificados	30	8,2	11,2	103	28,0	29,3	75	20,4	20,7
Não responde	100	27,2	-	17	4,6	-	6	1,6	-
Total	368	100	100	368	100	100	368	100	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Se cruzarmos a última profissão que o inquirido teve no país de origem com a variável sexo (Tabela 140), **é possível apreender algumas regularidades e diversidades nas profissões exercidas por homens e mulheres.** Tendencialmente, as profissões mais qualificadas (“directores e quadros dirigentes”, “profissões intelectuais e científicas”), assim como as ligadas à área administrativa e ao comércio eram mais exercidas por mulheres. Antes de migrarem para Portugal, os homens tinham uma presença mais vincada em grupos profissionais como os “trabalhadores da agricultura e pesca”, os “operários e artífices” e os “operadores de instalações de máquinas e montagem”, o que corresponde a posições sociais mais associadas ao operariado.

Tabela 140 - Última profissão no país de origem por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	11	8,4	6	4,4	17	6,3
Profissões intelectuais e científicas	10	7,6	5	3,6	15	5,6
Técnicos e profissionais intermédios	8	6,1	10	7,3	18	6,7
Pessoal administrativo	25	19,1	6	4,4	31	11,6
Pessoal dos serviços e vendedores	51	38,9	23	16,8	74	27,6
Trabalhadores da agricultura e pesca	1	0,8	10	7,3	11	4,1
Operários e artífices	5	3,8	40	29,2	45	16,8
Operadores de instalações de máquinas e montagem	4	3,1	23	16,8	27	10,1
Trabalhadores não qualificados	16	12,2	14	10,2	30	11,2
Total	131	100	137	100	268	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes; qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

No que concerne à primeira profissão em Portugal (Tabela 141), nota-se uma escassez de mulheres trabalhadoras nas três primeiras categorias profissionais (“directores e quadros dirigentes”, “profissões intelectuais e científicas”, “técnicos e profissionais intermédios”), depreendendo-se que estas imigrantes passaram por processos de desclassificação socio-profissional, já que 28 se inseriam neste sector no país de origem e à chegada ao país de imigração, apenas cinco conseguem posicionar-se nestas categorias. Nos homens, esta tendência também se verifica mas de forma mais atenuada (numa relação de 21 para 8 indivíduos nos três primeiros grupos profissionais).

As mulheres, à chegada a Portugal, são essencialmente canalizadas para dois segmentos do mercado de trabalho: o “pessoal dos serviços e vendedores”, sendo esta, de facto, a categoria profissional com mais peso no caso das mulheres e os “trabalhadores não qualificados”. Os homens vão ingressar também nesta categoria e na dos “operários e artífices”, grupo profissional que, em geral, tende a concentrar imigrantes recém-chegados ao território nacional.

Tabela 141 - Primeira profissão em Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	1	0,6	1	0,6	2	0,6
Profissões intelectuais e científicas	2	1,1	3	1,7	5	1,4
Técnicos e profissionais intermédios	2	1,1	4	2,3	6	1,7
Pessoal administrativo	8	4,5	6	3,4	14	4,0
Pessoal dos serviços e vendedores	108	61,0	27	15,5	135	38,5
Trabalhadores da agricultura e pesca	1	0,6	13	7,5	14	4,0
Operários e artífices	2	1,1	60	34,5	62	17,7
Operadores de instalações de máquinas e montagem	5	2,8	5	2,9	10	2,8
Trabalhadores não qualificados	48	27,1	55	31,6	103	29,3
Total	177	100	174	100	351	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Já no que toca à profissão que os inquiridos desempenham actualmente (Tabela 142), verifica-se, de uma forma geral, uma ligeira melhoria da sua situação socioprofissional na medida em que tendencialmente se regista um reforço do efectivo de imigrantes nas categorias mais qualificadas. Assim, as duas primeiras categorias profissionais (“directores e quadros dirigentes” e “profissões intelectuais e científicas”) conhecem um novo alento em termos numéricos em ambos os sexos, embora a presença dos homens seja mais preponderante. As mulheres reforçam ainda a sua posição no “pessoal administrativo” e nas quatro primeiras categorias, principalmente entre os “directores e quadros dirigentes”. Verifica-se que com o passar do tempo da sua permanência em Portugal, os homens tendem a abandonar a categoria dos “trabalhadores não qualificados”, transitando para os “operários e artífices” e “operadores de instalações de máquinas de montagem”.

Tabela 142 - Profissão actual por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	7	3,9	9	5,0	16	4,4
Profissões intelectuais e científicas	3	1,7	5	2,8	8	2,2
Técnicos e profissionais intermédios	4	2,2	3	1,7	7	1,9
Pessoal administrativo	11	6,1	2	1,1	13	3,6
Pessoal dos serviços e vendedores	103	56,9	25	13,8	128	35,4
Trabalhadores da agricultura e pesca	-	-	11	6,1	11	3,0
Operários e artificies	3	1,7	86	47,5	89	24,6
Operadores de instalações de máquinas e montagem	3	1,7	12	6,6	15	4,1
Trabalhadores não qualificados	47	26,0	28	15,5	75	20,7
Total	181	100	181	100	362	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Cruzando as profissões com as principais nacionalidades (Tabela 143) verificam-se algumas diversidades interessantes e que interessa dar conta. Embora boa parte dos vários grupos imigrantes estejam bem representados no “pessoal dos serviços e vendedores”, constata-se algumas singularidades, apesar de este grupo ter alguma relevância nos imigrantes do Leste da Europa e dos PALOP, os seus efectivos concentram-se com uma maior expressividade no primeiro caso, nos “trabalhadores não qualificados” e no segundo, nos “operários e artificies”. Uma situação peculiar mas compreensível é o facto de os asiáticos e portugueses estarem bem representados nos “directores e quadros de empresas”, predominando aqui os indivíduos que têm pequenos negócios e empresas. Nas restantes nacionalidades nota-se uma clara supremacia, ainda que com pesos diferenciados do “pessoal dos serviços e vendedores” e dos “operários e artificies”. A tendência para a proletarização dos imigrantes no sector da indústria e nos serviços é ainda uma tendência bem visível neste contexto de análise.

Tabela 143 - Profissão actual por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		PALOP		Europa de Leste		Ásia		Dupla		Portuguesa		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Directores e quadros dirigentes	4	2,2	-	-	-	-	4	25,0	2	4,3	6	17,1	16	4,5
Profissões intelectuais e científicas	4	2,2	-	-	-	-	1	6,3	1	2,1	1	2,9	7	2,0
Técnicos e profissionais intermédios	4	2,2	-	-	-	-	-	-	2	4,3	1	2,9	7	2,0
Pessoal administrativo	2	1,1	1	2,0	-	-	1	6,3	4	8,5	5	14,3	13	3,7
Pessoal dos serviços e vendedores	76	42,0	16	31,4	8	30,8	8	50,0	12	25,5	8	22,9	128	36,0
Trabalhadores da agricultura e pesca	3	1,7	-	-	-	-	-	-	5	10,6	-	-	8	2,2
Operários e artífices	45	24,9	18	35,3	6	23,1	2	12,5	12	25,5	6	17,1	89	25,0
Operadores de instalações de máquinas e montagem	6	3,3	3	5,9	-	-	-	-	3	6,4	3	8,6	15	4,2
Trabalhadores não qualificados	37	20,4	13	25,5	12	46,2	-	-	6	12,8	5	14,3	73	20,5
Total	181	100	51	100	26	100	16	100	47	100	35	100	356	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

POSICIONAMENTO NA ESTRUTURA DAS CLASSES SOCIAIS

No que se refere ao posicionamento dos indivíduos na estrutura de classes sociais⁸ (Tabela 144) denota-se uma sobre representação dos imigrantes inquiridos nas posições mais baixas da escala social, pois uma parte considerável insere-se nos empregados executantes (43,8%) e nos operários (29,4%). O lugar de classe localizado na posição mais cimeira da escala social compreende um número muito escasso de indivíduos (apenas 6%).

Tabela 144 - Classe social do próprio

Classes sociais	n	%	% Válidas
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	21	5,7	6,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	7	1,9	2,0
Trabalhadores independentes	48	13,0	13,7
Empregados executantes	161	43,8	46,0
Operários	103	28,0	29,4
Assalariados agrícolas	10	2,7	2,9
Não classificável	18	4,9	-
Total	368	100	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

8

Sobre a operacionalização da variável classe social via indicador socioprofissional individual ver capítulo sobre caracterização sócio-demográfica do agregado familiar do inquirido (p.59).

Como se pode verificar há uma diferença clara na localização dominante de homens e mulheres na estrutura de classes. As mulheres, na sua esmagadora maioria, concentram-se nos empregados executantes, enquanto os homens se localizam na sua grande parte nos operários.

Tabela 145 - Classe social do próprio por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	10	5,8	11	6,2	21	6,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	2	1,2	5	2,8	7	2,0
Trabalhadores independentes	22	12,7	26	14,7	48	13,7
Empregados executantes	134	77,5	27	15,3	161	46,0
Operários	5	2,9	98	55,4	103	29,4
Assalariados agrícolas	-	-	10	5,6	10	2,9
Total	173	100	177	100	350	100

Nota: Questão aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

A variável nacionalidade ilustra bem algumas das clivagens encontradas no posicionamento na estrutura de classe por parte dos imigrantes inquiridos (Tabela 146). É clara a maior presença de asiáticos, imigrantes com dupla nacionalidade e imigrantes que já obtiveram nacionalidade portuguesa no topo da escala social, mais precisamente nos empresários e profissionais liberais.

Não deixa ainda de ser interessante verificar que metade dos europeus de Leste, assim como portugueses e quase metade dos brasileiros se situam nos empregados executantes. Nestes também é possível encontrar uma parte considerável de brasileiros, de africanos originários dos PALOP, de asiáticos e dos que têm dupla nacionalidade. No operariado prevalecem os imigrantes dos PALOP, indivíduos com dupla nacionalidade e brasileiros. Os imigrantes provenientes do Leste da Europa, da Ásia e dos PALOP têm uma presença não negligenciável nos trabalhadores independentes.

Tabela 146 - Classe social do indivíduo por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		PALOP		Europa de Leste		Ásia		Dupla		Portuguesa		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	7	4,0	-	-	-	-	4	25,0	4	9,1	6	17,6	21	6,1
Profissionais técnicos e de enquadramento	3	1,7	-	-	-	-	1	6,3	1	2,3	1	2,9	6	1,7
Trabalhadores independentes	24	13,6	8	16,3	6	23,1	3	18,8	4	9,1	3	8,8	48	13,9
Empregados executantes	85	48,3	21	42,9	13	50,0	7	43,8	17	38,6	17	50,0	160	46,4
Operários	54	30,7	20	40,8	7	26,9	1	6,3	14	31,8	7	20,6	103	29,9
Assalariados agrícolas	3	1,7	-	-	-	-	-	-	4	9,1	-	-	7	2,0
Total	176	100	49	100	26	100	16	100	44	100	34	100	345	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

ESTRATÉGIAS PARA OBTENÇÃO DE EMPREGO

Na obtenção do primeiro emprego, mais de metade dos imigrantes privilegiaram os recursos associados à sua rede co-étnica (Tabela 147), tendo recorrido às redes familiares e de amigos da mesma nacionalidade/grupo étnico (59,3%). Em segundo lugar, os inquiridos mobilizaram também o seu capital social, nomeadamente as suas redes de amizade com os portugueses (12,4%). A resposta a anúncios (9,6%) e a iniciativa do próprio (7,8%), na categoria “outras situações”, assumem também alguma relevância na procura de emprego no momento da chegada à sociedade de acolhimento

Com o tempo de permanência destes imigrantes na sociedade portuguesa é de esperar que na obtenção do emprego actual, os imigrantes accionem outras estratégias. Neste contexto, verifica-se a tendência para a utilização de uma maior diversidade de recursos, nomeadamente a mobilização das relações de amizade com amigos e conhecidos portugueses (20,1%), assim como, com padrões portugueses (9,7%) em detrimento da relativa e efectiva perda de importância da rede co-étnica (33,8%). É de realçar ainda o aumento do número de trabalhadores que criaram o seu próprio emprego (14,3%).

Tabela 147 - Como obteve o 1º emprego em Portugal e o emprego actual

	1º Emprego em Portugal			Emprego actual		
	n	%	% Válidas	n	%	% Válidas
Familiares/amigos do mesmo grupo étnico	211	57,3	59,3	52	18,1	33,8
“Recrutador”/“angariador” no país de origem	9	2,4	2,5	-	-	-
Patrão português	9	2,4	2,5	15	5,2	9,7
Patrão imigrante da mesma origem étnica	3	0,8	0,8	3	1,0	1,9
Patrão imigrante de outra origem étnica	2	0,5	0,6	1	0,3	0,6
Amigos/conhecidos portugueses	44	12,0	12,4	31	10,8	20,1
Resposta a anúncio	34	9,2	9,6	21	7,3	13,6
Serviços de emprego	4	1,1	1,1	1	0,3	0,6
Criação do próprio emprego	3	0,8	0,8	22	7,6	14,3
Outras situações:	37	10,1	10,4	8	2,8	5,2
Iniciativa própria	29	78,4	80,6	3	37,5	37,5
Outras	7	18,9	19,4	5	62,5	62,5
Não responde	12	3,3	-	134	46,5	-
Total	368	100	100	288	100	100

Nota: Questão sobre obtenção do primeiro emprego foi aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes; a questão sobre obtenção do emprego actual aplicada apenas aos activos com profissão.

Cruzando a questão das estratégias de obtenção do primeiro emprego em Portugal com a naturalidade dos imigrantes (Tabela 148), é notória a importância da rede co-étnica, sobretudo para os brasileiros, cabo-verdianos, europeus de Leste e asiáticos. O recurso ao “recrutador”/“angariador” no país de origem, apesar de corresponder a uma percentagem muito baixa, é uma estratégia utilizada principalmente pelos naturais de outros países africanos (por exemplo, pelos marroquinos). São os naturais da Europa de Leste, outros PALOP, Angola e Cabo Verde que mais utilizam as redes sociais informais do país de imigração. As vias mais formais, como a resposta a anúncio, são mais comuns entre angolanos e cabo-verdianos. Como se pode atestar, aqueles que quando cá chegaram mobilizaram recursos na criação do seu próprio emprego são, essencialmente, naturais de países asiáticos.

Tabela 148 - Como obteve o 1º emprego por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares/amigos do mesmo grupo étnico	126	74,6	18	58,1	21	63,6	9	60,0	19	63,3	13	48,1	4	33,3	210	66,2
"Recrutador"/"angariador" no país de origem	2	1,2	-	-	-	-	1	6,7	-	-	2	7,4	4	33,3	9	2,8
Patrão (português ou imigrante)	6	3,6	-	-	-	-	-	-	4	13,3	1	3,7	3	25,0	14	4,4
Amigos/conhecidos portugueses	18	10,7	5	16,1	5	15,2	2	13,3	7	23,3	5	18,5	1	8,3	43	13,6
Resposta a anúncio	16	9,5	7	22,6	6	18,2	-	-	-	-	5	18,5	-	-	34	10,7
Serviços de emprego	1	0,6	1	3,2	1	3,0	-	-	-	-	1	3,7	-	-	4	1,3
Criação do próprio emprego	-	-	-	-	-	-	3	20,0	-	-	-	-	-	-	3	0,9
Total	169	100	31	100	33	100	15	100	30	100	27	100	12	100	317	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Quando se analisam as estratégias de obtenção do emprego actual comparativamente ao primeiro (Tabela 149), notam-se algumas mudanças, a começar pela queda de importância da rede co-étnica em quase todos os grupos de imigrantes. Regista-se ainda um aumento do efectivo de imigrantes que encontrou o seu emprego através de anúncio, principalmente entre angolanos, cabo-verdianos e naturais dos outros PALOP. De sublinhar que a mobilização do capital social, principalmente das relações com a entidade patronal, tem alguma incidência na obtenção de emprego por parte dos cabo-verdianos e brasileiros. Por sua vez, as redes de relações com amigos e conhecidos portugueses ganharam importância em praticamente todos os grupos, exceptuando nos asiáticos (com predomínio dos chineses, que de uma forma geral se pautam por estratégias de relativa invisibilidade social e autarcia face à sociedade maioritária). É de ressaltar ainda o aumento da percentagem de imigrantes cujo emprego actual resultou de iniciativas de auto-emprego (principalmente, os asiáticos, outros africanos e outros dos PALOP).

Tabela 149 - Como obteve o emprego actual por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares/amigos do mesmo grupo étnico	35	44,9	1	8,3	2	13,3	3	42,9	7	38,9	2	18,2	2	40,0	52	35,6
Patrão (português ou imigrante)	12	15,4	1	8,3	4	26,7	-	-	1	5,6	-	-	1	20,0	19	13,0
Amigos/conhecidos portugueses	14	17,9	3	25,0	3	20,0	-	-	6	33,3	4	36,4	1	20,0	31	21,2
Resposta a anúncio	7	9,0	4	33,3	4	26,7	1	14,3	2	11,1	3	27,3	-	-	21	14,4
Serviços de emprego	-	-	1	8,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,7
Criação do próprio emprego	10	12,8	2	16,7	2	13,3	3	42,9	2	11,1	2	18,2	1	20,0	22	15,1
Total	78	100	12	100	15	100	7	100	18	100	11	100	5	100	146	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão.

Relacionando agora a forma de obtenção do primeiro emprego com o tempo de estadia em Portugal (Tabela 150), é possível observar que esta variável influencia as estratégias mobilizadas pelos respondentes. Assim sendo, são os imigrantes que estão em Portugal há menos tempo que tendem a recorrer à rede co-étnica (mais de 70% dos que chegaram há nove e menos anos). Os imigrantes que estão em Portugal desde a década de 80 do século XX são os que menos recorreram a esta estratégia, utilizando, em alternativa, a resposta a anúncios. Os imigrantes que cá chegaram entre a década de 70 e a de 90 do século passado são os que afirmam que mais fizeram valer as suas redes de amizade com os portugueses na obtenção do seu primeiro emprego, na sociedade receptora.

Tabela 150 - Como obteve o 1º emprego em Portugal por número de anos em Portugal (% em coluna)

	0 - 4		5 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares/amigos do mesmo grupo étnico	68	72,3	75	78,1	37	54,4	5	27,8	16	64,0	3	50,0	204	66,4
"Recrutador"/"angariador" no país de origem	1	1,1	2	2,1	3	4,4	2	11,1	1	4,0	-	-	9	2,9
Patrão (português ou imigrante)	3	3,2	3	3,1	6	8,8	-	-	-	-	1	16,7	13	4,2
Amigos/conhecidos portugueses	11	11,7	10	10,4	9	13,2	3	16,7	7	28,0	1	16,7	41	13,4
Resposta a anúncio	10	10,6	5	5,2	9	13,2	8	44,4	1	4,0	1	16,7	34	11,1
Serviços de emprego	1	1,1	1	1,0	2	2,9	-	-	-	-	-	-	4	1,3
Criação do próprio emprego	-	-	-	-	2	2,9	-	-	-	-	-	-	2	0,7
Total	94	100	96	100	68	100	18	100	25	100	6	100	307	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Já relativamente à obtenção do emprego actual (Tabela 151), verifica-se que o tempo de permanência em Portugal leva a que os inquiridos mobilizem outras estratégias alternativas em detrimento da rede co-étnica. Tendencialmente, é de supor que o número de anos em Portugal poderá proporcionar uma maior estabilidade, segurança e reforço do capital relacional no contexto da sociedade de acolhimento. Com efeito, são os imigrantes que se instalaram em Portugal nos anos 70, 80 e 90 do século passado que exercem actualmente um emprego que resultou da iniciativa do próprio. São também os imigrantes com mais tempo de permanência na sociedade de acolhimento (entre as décadas de 70 a 90) que mais recorrem a anúncios para conseguir emprego.

Tabela 151 - Como obteve o emprego actual por número de anos em Portugal (% em coluna)

	0 - 4		5 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Familiares/amigos do mesmo grupo étnico	21	51,2	21	53,8	3	9,7	2	25,0	2	14,3	-	-	49	36,0
Patrão (português ou imigrante)	3	7,3	6	15,4	5	16,1	-	-	2	14,3	-	-	16	11,8
Amigos/conhecidos portugueses	10	24,4	7	17,9	7	22,6	1	12,5	2	14,3	2	66,7	29	21,3
Resposta a anúncio	5	12,2	2	5,1	6	19,4	4	50,0	3	21,4	1	33,3	21	15,4
Serviços de emprego	-	-	-	-	1	3,2	-	-	-	-	-	-	1	0,7
Criação do próprio emprego	2	4,9	3	7,7	9	29,0	1	12,5	5	35,7	-	-	20	14,7
Total	41	100	39	100	31	100	8	100	14	100	3	100	136	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão.

MOBILIDADE TRANSNACIONAL

Uma das maneiras possíveis de se aferir sobre a capacidade de mobilidade transnacional dos imigrantes é conhecer as estratégias de emigração que estes accionaram depois de se instalarem em Portugal (Tabela 152). Apenas uma percentagem residual de imigrantes (11,1%) declaram já ter migrado para outros países. Embora com uma base de cálculo baixa, é notório que os países de emigração são quase exclusivamente europeus, pelo que parece que Portugal serve como espaço nodal entre o país de origem do imigrantes e outros estados europeus, ainda que apenas para uma pequena parcela da amostra.

A maior parte dos que já emigraram para outros países desde que estão em Portugal, fizeram-no apenas uma vez, tendo-o efectuado com uma duração média de cerca de cinco anos. Os países que mais têm atraído estes imigrantes são a Espanha e a França, ou seja, estados pertencentes ao espaço único europeu e geograficamente mais próximos de Portugal.

Tabela 152 - Países para onde emigrou desde que está em Portugal

	n	%	% Válidas
Angola	2	4,1	6,7
Espanha	14	28,6	46,7
França	5	10,2	16,7
Holanda	3	6,1	10
Reino Unido (Grã-Bretanha)	2	4,1	6,7
Suiça	3	6,1	10
Outros	9	18	29,7
Não responde	11	22,4	-

Nota: Resposta tratada como múltipla, total=41.

Convém saber um pouco mais sobre quem são estes protagonistas de projectos de emigração. Como se pode observar, prevalecem os homens e naturais, principalmente, e por ordem importância, de Angola, Cabo Verde e Brasil (ver Quadro 31, anexo 2), e com idades acima dos 30 anos. De facto, são sobretudo os que têm idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos que mais saíram por uma ou mais temporadas para ir trabalhar no estrangeiro. (ver Quadro 41, anexo 2).

Tabela 153 - Desde que está em Portugal já trabalhou no estrangeiro por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	10	5,3	31	16,7	41	11,0
Não	177	94,7	155	83,3	332	89,0
Total	187	100	186	100	373	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

PRÁTICAS CULTURAIS

Observando a frequência com que os inquiridos exercem um conjunto de práticas culturais, verificamos que a nossa amostra tem como actividade cultural de eleição ver canais de televisão portugueses ($m=4,7$ em 5)⁹, com uma média bastante superior às restantes práticas culturais, seguindo-se actividades como a audição de música do país de origem ($m=3,9$), comer comida típica do país de origem ($m=3,7$), a leitura jornais/revistas portuguesas e audição de música portuguesa ($m=3,6$).

Relacionando a frequência destas práticas com a variável naturalidade, é possível perceber algumas diversidades entre os diferentes grupos de imigrantes residentes em Sesimbra. Deste modo, os angolanos, os cabo-verdianos e os brasileiros apresentam algumas similaridades na medida em que apresentam as frequências mais elevadas em actividades como ver canais portugueses e ouvir música do país de origem. Não obstante, os naturais do Brasil distinguem-se dos restantes imigrantes no que se refere, em particular, ao facto de praticarem actividades ligadas a outras igrejas que não a católica.

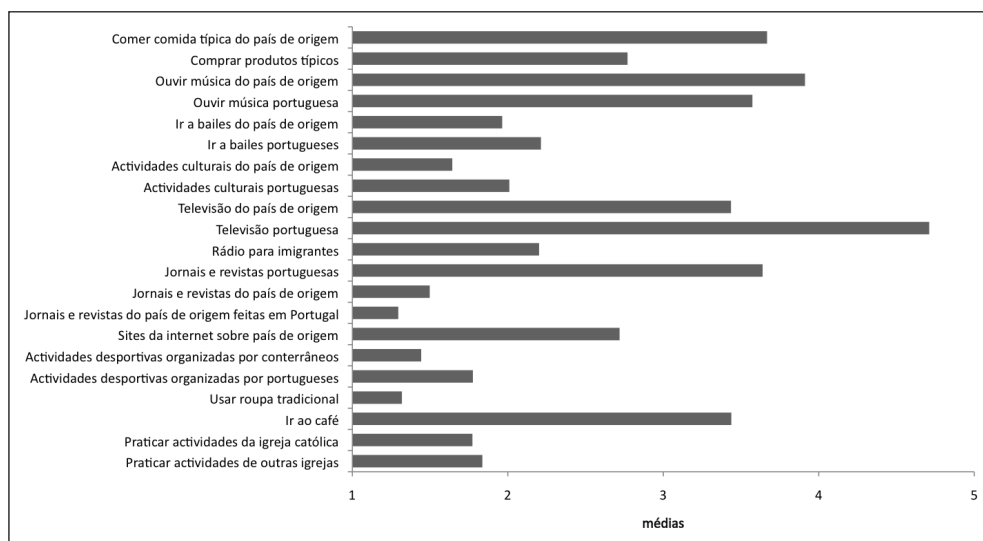
Os naturais de Cabo Verde apresentam níveis de frequência superiores aos demais inquiridos em algumas actividades, a saber: ir a bailes e participar em actividades culturais do país de origem, usar roupa tradicional e praticar actividades da Igreja Católica.

Os imigrantes da Europa de Leste apresentam algumas singularidades no plano das actividades culturais que mais praticam, destacando-se a audição de música portuguesa, o visionamento de canais do país de origem, a ida ao café, a ida a bailes e a participação em actividades culturais e desportivas portuguesas. Por seu turno, o asiático mantém-se bastante mais ligados ao seu país de origem, com a consulta de sites da Internet e a leitura de jornais e revistas do país de origem (com a maior cotação entre os

⁹
Ver escala no gráfico 23.

vários grupos de imigrantes), e mantendo hábitos gastronómicos, notando-se ainda nestes imigrantes uma menor adesão face a actividades comuns da sociedade de acolhimento. Os imigrantes dos outros PALOP demarcam-se dos demais principalmente na leitura de jornais e revistas portuguesas e na prática de actividades ligadas à Igreja Católica. Os outros africanos são os que mais vão ao café e depois exercem algumas actividades proporcionadas pela sociedade de acolhimento (audição de música, leitura de jornais e revistas).

Gráfico 21 - Frequência das práticas culturais (médias)



Nota: As respostas foram convertidas em valores correspondendo o 1 a nunca, o 2 a raramente, o 3 a de vez em quando, o 4 a todas as semanas e o 5 a todos os dias.

Tabela 154 - Frequência das práticas culturais por principais nacionalidades (médias)

	Brasil	Angola	Cabo Verde	Ásia	Europa de Leste	Outros PALOP	Outros África
Comer comida típica do país de origem	3,9	3,2	3,4	4,5	3,8	2,8	3,6
Comprar produtos típicos	2,8	2,7	2,8	3,2	2,9	2,6	2,8
Ouvir música do país de origem	4,0	4,1	3,8	3,7	3,9	3,3	3,9
Ouvir música portuguesa	3,6	3,5	3,7	2,8	3,4	3,7	3,8
Ir a bailes do país de origem	2,0	2,0	2,2	1,5	2,0	1,8	1,6
Ir a bailes portugueses	2,2	2,3	2,3	1,6	2,5	2,1	2,4
Actividades culturais do país de origem	1,6	1,6	1,8	1,3	1,7	1,7	1,5
Actividades culturais portuguesas	2,0	1,9	2,0	1,4	2,3	2,2	1,7
Televisão do país de origem	3,7	3,0	3,0	3,4	3,7	2,8	3,2
Televisão portuguesa	4,7	4,9	4,9	3,9	4,6	4,9	4,7
Rádio para imigrantes	2,1	2,2	2,7	1,8	1,8	2,9	2,3
Jornais e revistas portuguesas	3,6	3,8	3,6	2,3	3,6	4,0	3,8
Jornais e revistas do país de origem	1,5	1,3	1,3	2,3	2,0	1,4	1,1
Jornais e revistas do país de origem feitas em Portugal	1,3	1,2	1,1	1,7	1,8	1,2	1,0
Sites da Internet sobre o país de origem	3,0	2,3	2,1	3,7	3,3	1,8	2,3
Actividades desportivas organizadas por conterrâneos	1,5	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4	1,3
Actividades desportivas organizadas por portugueses	1,8	1,8	1,6	1,2	2,0	1,6	2,1
Usar roupa tradicional	1,3	1,3	1,6	1,4	1,2	1,5	1,3
Ir ao café	3,4	3,6	3,0	3,4	3,8	3,1	4,7
Praticar actividades da Igreja Católica	1,8	1,8	2,2	1,3	1,4	2,3	1,1
Praticar actividades de outras igrejas	2,1	1,6	1,3	1,6	1,4	1,9	1,5

Nota: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- De vez em quando, 4- Todas as semanas e 5- Todos os dias.

Com o tempo de permanência dos imigrantes na sociedade portuguesa, constata-se que há actividades que tendem a ter menor nível de adesão por parte dos inquiridos, como por exemplo, a audição de música do país de origem, o visionamento de canais de televisão do seu país, a participação em actividades desportivas organizadas por conterrâneos. Em outras, observa-se a situação inversa, na medida em que o grau de frequência aumenta com o número de anos em Portugal, sendo isto mais evidente no crescimento dos níveis de participação em actividades culturais portuguesas, no visionamento da televisão portuguesa,

na audição de música portuguesa e de canais de rádio para imigrantes, na leitura de jornais e revistas portuguesas, na ida ao café e na prática de actividades religiosas em geral. Com o tempo de permanência em Portugal, parece haver uma maior permeabilidade e adesão dos imigrantes a actividades que partem da iniciativa da sociedade de acolhimento e mais conotadas com a cultura dominante.

Tabela 155 - Práticas culturais por nº de anos em Portugal (valores médios)

	0 - 4	5 - 9	10 - 19	20 - 29	30 - 39	+40
Comer comida típica do país de origem	3,9	3,9	3,5	3,1	3,0	2,7
Comprar produtos típicos	2,7	2,9	2,6	2,8	2,5	2,7
Ouvir música do país de origem	4,1	3,8	3,9	3,9	3,5	3,5
Ouvir música portuguesa	3,6	3,5	3,6	3,3	3,7	3,9
Ir a bailes do país de origem	2,2	1,8	1,9	2,1	1,8	1,7
Ir a bailes portugueses	2,3	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2
Actividades culturais do país de origem	1,7	1,6	1,7	1,8	1,8	1,2
Actividades culturais portuguesas	2,0	2,0	2,0	2,0	2,1	1,9
Ver televisão do país de origem	3,5	3,6	3,5	3,0	3,0	2,6
Ver televisão portuguesa	4,6	4,7	4,7	4,9	4,9	4,9
Ouvir rádio para imigrantes	2,2	2,0	2,4	2,3	2,5	2,7
Ler jornais e revistas portuguesas	3,5	3,6	3,7	3,8	3,6	4,1
Ler jornais e revistas do país de origem	1,5	1,6	1,4	1,3	1,6	1,1
Ler jornais e revistas do país de origem feitas em Portugal	1,3	1,3	1,3	1,1	1,4	1,0
Ver sites da Internet sobre país de origem	3,1	2,8	2,3	2,7	1,9	2,5
Actividades desportivas organizadas por conterrâneos	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3	1,4
Actividades desportivas organizadas por portugueses	1,8	1,8	1,7	1,8	1,6	1,6
Usar roupa tradicional	1,4	1,3	1,3	1,4	1,1	1,4
Ir ao café	3,3	3,4	3,4	3,5	3,7	3,5
Praticar actividades da Igreja Católica	1,7	1,8	1,7	1,8	2,2	2,1
Praticar actividades de outras igrejas	1,9	1,8	1,8	1,3	1,8	2,4

Escala: 5- Todos os dias, 4- Todas as semanas, 3- De vez em quando, 2- Raramente e 1- Nunca.

RELIGIÃO

A religião poderá ser encarada como uma possível dimensão que, entre outras, serve para aferir sobre o nível de integração societal do indivíduo, isto numa perspectiva *durkheimiana* (1925 [1912]), sendo também um dos elementos que permite conhecer a abertura e o carácter plural (ou unanimista) de uma sociedade, em matéria de liberdade religiosa. A integração religiosa dos indivíduos, na medida em que lhes confere capital social, alguma segurança ontológica e lhes permite fazer parte e usufruir de redes de apoio e de solidariedade, pode assumir, em contextos migratórios, alguma importância perante dificuldades associadas por exemplo a eventualidades, como a doença, o desemprego ou outros fenómenos como o isolamento, a solidão e a falta de redes de apoio. Por outro lado, e como bem refere Blanes (2008:21), o fenómeno religioso contemporâneo não é mais mediado por fronteiras políticas, mas tem que ser compreendido num contexto global de circulação e mobilidade humana.

Focalizando o nosso olhar nos fluxos migratórios do concelho de Sesimbra e a sua relação com a religião (Tabela 156), verifica-se que menos de metade dos imigrantes professa a religião católica (45,9%), evidenciando-se a crescente importância dos protestantes evangélicos (23,7%), confissão religiosa associada em grande medida à forte presença dos brasileiros e de alguns africanos no concelho. A importância de católicos e protestantes entre estes grupos de imigrantes reflecte bem o processo de “avivamento” da religião promovido pelos movimentos de missão católica e protestante, visível sobretudo nos continentes africano e americano (Blanes, 2008:21). De realçar ainda que um segmento dos inquiridos é ateu/agnóstico (11,2%) e um grupo não despidendo é ortodoxo (9,3%, predominando os moldavos e alguns russos). A este propósito, Vilaça (2008) refere que já nos últimos Censos era bem clara a maior concentração de indivíduos de religião ortodoxa na Região de Lisboa. A sua presença está essencialmente ligada a uma maior presença dos imigrantes sobretudo romenos, moldavos e russos a partir de 2001 (Vilaça, 2008; Mendes, 2007). Relativamente às outras religiões não contempladas na lista de

opções, a mais frequente é a religião budista, associada essencialmente aos inquiridos oriundos da China. O que revela a coexistência de fenómenos diversos, por um lado, a relativa importância da secularização e o um lado, e o reforço do pluralismo religioso no concelho em análise.

Tabela 156 - Confissão religiosa professada

Religião	n	%	% Válidas
Católica	192	45,9	46,0
Protestante Evangélica	99	23,7	23,7
Ateu/agnóstico	47	11,2	11,3
Ortodoxa	39	9,3	9,4
Islâmica	19	4,5	4,6
Hindu	1	0,2	0,2
Outras situações:	20	4,8	4,8
Budista	6	1,4	30,0
Testemunha de Jeová	4	1,0	20,0
Outros	10	2,4	50,0
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

Nota: Totais calculados sem contemplar as respostas incluídas na categoria “outras situações”.

Cruzando a confissão religiosa com a variável sexo (Tabela 157), sobressai a maior presença de homens entre os ateus/agnósticos e islâmicos. As mulheres, por seu lado, estão em maior número entre os ortodoxos e os protestantes evangélicos. É na religião católica que se observa um maior equilíbrio numérico entre crentes do sexo masculino e do sexo feminino.

Tabela 157 - Confissão religiosa por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sem religião (ateu/agnóstico)	15	7,4	32	16,6	47	11,8
Católica	98	48,0	94	48,7	192	48,4
Ortodoxa	25	12,3	14	7,3	39	9,8
Islâmica	4	2,0	15	7,8	19	4,8
Protestante Evangélica	62	30,4	37	19,2	99	24,9
Hindu	-	-	1	0,5	1	0,3
Total	204	100	193	100	397	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Quanto à distribuição das principais naturalidades pela confissão religiosa (Tabela 158) conclui-se que os brasileiros subdividem-se entre católicos e evangélicos. Na sua maior parte, cabo-verdianos, angolanos e outras naturalidades dos PALOP são católicos.

De assinalar a este propósito, que, nas entrevistas aos actores sócio-institucionais, é sublinhada a expansão e a diversidade de grupos evangélicos recentemente instalados no concelho associados à presença de cidadãos brasileiros na sociedade local.

É assim, nós temos algumas igrejas (...) a nível da comunidade brasileira nós temos, e temos verificado que realmente eles estão a começar a construir até um núcleo bastante forte dos seus rituais, porque eles há pouco tempo organizaram um ritual (...) na Aldeia do Meco (...) acho que aquilo foi uma manifestação à Iemanjá, e acho que eles estão muito organizados nesse sentido. Depois existe também a Igreja Batista em Chamas ali na Corredoura, onde sabemos que já muitas pessoas frequentam essa igreja, portanto penso que eles estão bastante organizados a nível dessa questão religiosa... (CLAII)

A esmagadora maioria dos europeus de Leste são ortodoxos (88,6%), enquanto a maior parte dos naturais de outros países africanos são islâmicos (de sublinhar, o peso dos marroquinos neste grupo). Os asiáticos assumem valores expressivos entre os ateus.

Tabela 158 - Confissão religiosa por principais naturalidades (% em linha)

	Sem religião (ateu/agnóstico)		Católica		Ortodoxa		Islâmica		Protestante Evangélica		Hindu	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	23	11,4	98	48,5	-	-	-	-	81	40,1	-	-
Angola	6	13,3	31	68,9	-	-	-	-	8	17,8	-	-
Cabo Verde	6	12,8	37	78,7	-	-	-	-	4	8,5	-	-
Ásia	5	55,6	-	-	-	-	2	22,2	1	11,1	1	11,1
Europa de Leste	2	4,5	3	6,8	39	88,6	-	-	-	-	-	-
Outros PALOP	5	15,2	21	63,6	-	-	2	6,1	5	15,2	-	-
Outros África	-	-	-	-	-	-	15	100,0	-	-	-	-
Total	47	11,9	190	48,1	39	9,9	19	4,8	99	25,1	1	0,3

Com o objectivo de detectar a configuração de grupos homogéneos nos imigrantes inquiridos procedemos a uma Análise de Correspondências Múltiplas (Carvalho 2008). Através desta técnica é possível projectar num plano bidimensional algumas das características sociais dos inquiridos (naturalidade, profissão, tempo de permanência em Portugal e confissão religiosa) visualizando, assim, relações de interdependência entre as categorias das variáveis. Para esta projecção, escolhemos apenas algumas variáveis associadas à inserção social do indivíduo, nomeadamente profissional, mas também temporal e contextual em Portugal, assim como, as suas vinculações a um meio religioso.

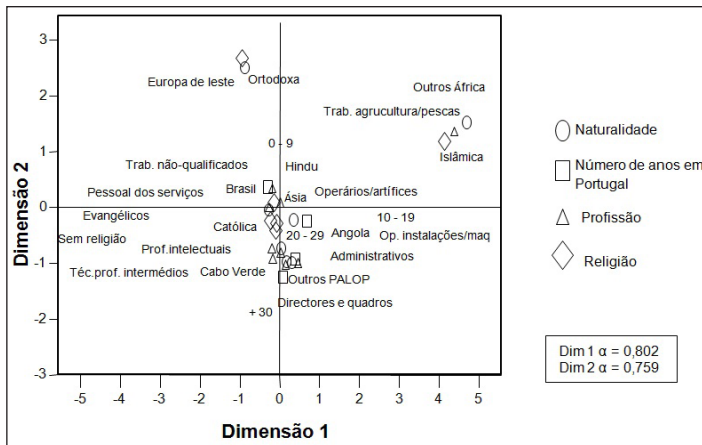
Assim, uma leitura possível pode basear-se na aproximação ou distanciamento dos pontos face à origem (o ponto de intercepção dos dois eixos) tendo em conta que os pontos mais próximos da origem correspondem ao perfil médio do inquirido, os pontos mais distanciados estão associados aos casos mais extremos. A primeira dimensão é estruturada especialmente pelo número de anos em Portugal, enquanto na segunda é a profissão a variável mais relevante.

É possível visualizar a configuração de dois grupos mais isolados nos quadrantes superiores onde se observa um primeiro grupo que aproxima a naturalidade de países africanos (excepto PALOP), a categoria socioprofissional dos trabalhadores da agricultura/pescas e a religião islâmica, no segundo grupo, nota-se uma quase sobreposição entre as categorias religião ortodoxa e naturalidade de países da Europa de Leste e que estão em Portugal há nove e menos anos.

Este tempo de residência também é observável nos brasileiros, que associa características como o facto de serem evangélicos e haver também alguma incidência do secularismo nestes imigrantes, tendendo a inserir-se no pessoal do comércio e serviços.

Outra ilação a tirar é que as categorias socioprofissionais mais qualificadas estão dispostas nas partes inferiores do plano e coincidem com os períodos de permanência em Portugal mais longos, aqui estão posicionados os angolanos, os cabo-verdianos e os naturais dos PALOP sem muita distinção entre eles.

Gráfico 22 - Projecção de alguns atributos no espaço social



LÍNGUAS

Neste eixo de análise, iremos abordar a questão das línguas utilizadas pelos imigrantes inquiridos. Iremos, assim, demonstrar quantas e quais as línguas que os imigrantes falam em casa, em que medida recorrem à formação em língua portuguesa e como se auto-avaliam em relação ao seu conhecimento da língua portuguesa.

Como se poderá constatar (Tabela 159), a **esmagadora maioria** dos imigrantes inquiridos fala apenas uma língua em casa. Apenas cerca de 20% falam duas línguas e somente um número muito reduzido de indivíduos comunica através de três línguas em casa (3 casos). As não respostas a esta questão poderão, em parte, dizer respeito a indivíduos que moram sozinhos, que, por esse mesmo motivo, poderão ter considerado não terem com quem falar em casa.

Tabela 159 - Número de línguas faladas habitualmente em casa

Nº de línguas	n	%	% Válidas
1	315	75,4	78,6
2	83	19,9	20,7
3	3	0,7	0,7
Não responde	17	4,1	-
Total	418	100	100

A língua maioritariamente falada é o português, facto compreensível, uma vez que grande parte dos imigrantes do concelho é de origem brasileira ou dos PALOP. A seguir ao português, as línguas mais faladas são o crioulo de Cabo Verde, o russo, o moldavo e o árabe, muito embora o número dos que as utiliza para comunicar seja bastante reduzido.

Tabela 160 - Total das línguas faladas em casa

Língua	n	%
Português	352	87,8
Crioulo de Cabo Verde	34	8,5
Russo	18	4,5
Moldavo	17	4,2
Árabe	12	3,0
Chinês	9	2,2
Inglês	9	2,2
Ucraniano	8	2,0
Balanta e variantes (Guiné-Bissau)	6	1,5
Crioulo da Guiné-Bissau	5	1,2
Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angolar)	5	1,2
Romeno	3	0,7
Hindi (Índia)	2	0,5
Castelhano (espanhol)	2	0,5
Francês	2	0,5
Outras línguas	2	0,5
Kikongo (língua angolana)	1	0,2
Panjabi (Punjab – Índia)	1	0,2
Búlgaro	1	0,2
Thai (Tailândia)	1	0,2
Galego	1	0,2
Total	491	122,4

Nota: Pergunta de escolha múltipla, total=418.

Nas famílias onde se comunica apenas numa língua (Tabela 161), é em português que se fala, muito embora existam alguns casos – bastante reduzidos do ponto de vista quantitativo – em que só se fala em moldavo, chinês ou árabe.

Tabela 161 - Língua falada em famílias que só falam uma língua em casa

Língua	n	%
Português	271	86,0
Moldavo	10	3,2
Chinês	8	2,5
Árabe	7	2,2
Balanta e variantes (Guiné-Bissau)	4	1,3
Crioulo de Cabo Verde	3	1,0
Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angolar)	3	1,0
Ucraniano	3	1,0
Hindi (Índia)	2	0,6
Russo	2	0,6
Panjabi (Punjab – Índia)	1	0,3
Romeno	1	0,3
Total	315	100

Nas famílias em que se comunica em duas línguas (Tabela 162), a língua principal continua a ser o português – falado por 47% dos imigrantes inquiridos - seguido do crioulo de Cabo Verde, muito embora esta seja a língua principal apenas para cerca de 17% dos entrevistados. O número dos que utilizam outras línguas como elemento de comunicação principal é ainda mais reduzido. Assim, somente 12% dos imigrantes inquiridos utilizam o russo e 6% o moldavo. Todas as outras línguas são faladas por um número ainda mais reduzido de inquiridos, como se poderá observar na tabela que a seguir se apresenta.

Tabela 162 - Línguas faladas por famílias que falam duas línguas em casa

Língua	1ª Língua		2ª Língua	
	n	%	n	%
Português	39	47,0	38	45,8
Crioulo de Cabo Verde	14	16,9	17	20,5
Russo	10	12,0	4	4,8
Moldavo	5	6,0	1	1,2
Árabe	3	3,6	2	2,4
Ucraniano	2	2,4	3	3,6
Balanta e variantes (Guiné-Bissau)	1	1,2	1	1,2
Línguas de São Tomé e Príncipe (forro, lunguyé e angolár)	1	1,2	1	1,2
Kikongo (língua angolana)	1	1,2	-	-
Chinês	1	1,2	-	-
Búlgaro	1	1,2	-	-
Romeno	1	1,2	-	-
Galego	1	1,2	-	-
Inglês	1	1,2	7	8,4
Francês	1	1,2	1	1,2
Thai (Tailândia)	-	-	1	1,2
Castelhano (espanhol)	-	-	2	2,4
Crioulo da Guiné-Bissau	-	-	5	6,0
Outras línguas	1	1,2	-	-
Total	83	100	83	100

No referente à aprendizagem da língua portuguesa em contextos formais (Tabela 163), é possível observar que a grande maioria (cerca de 80%) nunca frequentou nenhum curso por não sentir necessidade de o fazer, já que apenas cerca de 12% declararam não ter frequentado nenhum curso por não ter tido oportunidade. Do total da amostra inquirida, somente 7,7% dos inquiridos já frequentaram ou estão a frequentar neste momento um curso de língua portuguesa¹⁰. Deve ainda ser feita a ressalva de que um dos momentos de inquirição decorreu nas aulas de português para estrangeiros, assim, os 3,6% das respostas “estou a frequentar neste momento” devem estar sobrevalorizados face ao universo.

Entre estes imigrantes, são os indivíduos com idades entre os 20 e os 29 anos e entre os 30 e os 39 anos os que mais frequentam/frequentaram um curso de português (9 e 10 indivíduos, respectivamente) (ver Quadro 32, anexo 2).

10

Cursos de língua portuguesa para estrangeiros referidos e possíveis de identificar: Língua Portuguesa como 2ª. Língua, Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Escola Costa Marques, Curso de português da Câmara Municipal de Santarém, Escola Básica Quinta do Conde, E.F.A., Português para Estrangeiros.

Tabela 163 - Frequência de cursos de língua portuguesa

	n	%	% Válidas
Sim, já frequentaram e concluíram	13	3,1	3,1
Sim, já frequentaram e não concluíram	4	1,0	1,0
Sim, estão a frequentar neste momento	15	3,6	3,6
Não, nunca frequentaram por falta de oportunidade	51	12,2	12,2
Não, nunca frequentaram porque nunca sentiram necessidade	334	79,9	80,1
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

Compreensivelmente, são os europeus de Leste (43,2%), os asiáticos (41,2%) e os naturais de outros países africanos (20%) quem afirma já ter frequentado ou estar a frequentar este tipo de cursos, uma vez que os brasileiros, angolanos, cabo-verdianos e os naturais de outros PALOP não sentiram essa necessidade. São, assim, os naturais de países/regiões onde a língua portuguesa não é a primeira língua que mais aderem aos cursos de língua portuguesa.

Tabela 164 - Frequência de cursos de língua portuguesa por principais nacionalidades (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	N	%
Brasil	-	-	211	100,0	211	100
Angola	-	-	48	100,0	48	100
Cabo Verde	1	2,1	46	97,9	47	100
Ásia	7	41,2	10	58,8	17	100
Europa de Leste	19	43,2	25	56,8	44	100
Outros PALOP	1	3,0	32	97,0	33	100
Outros África	3	20,0	12	80,0	15	100
Total	31	7,5	384	92,5	415	100

No que respeita à auto-avaliação dos inquiridos sobre o seu conhecimento da língua portuguesa, numa escala de muito bom a nulo (Tabela 165), verifica-se que a maioria considera ter, pelo menos, um bom conhecimento da língua portuguesa (66,2% - muito bom + bom). Ao considerarmos também todos os indivíduos que entendem ter um nível de

conhecimento do português pelo menos suficiente, percebemos que a quase totalidade dos imigrantes inquiridos considera dominar a língua portuguesa, embora em diferentes graus (95,1% - muito bom + bom + suficiente).

Tabela 165 - Auto-avaliação do conhecimento da língua portuguesa

	n	%	% Válidas
Muito bom	77	18,4	18,4
Bom	200	47,8	47,8
Suficiente	121	28,9	28,9
Fraco	20	4,8	4,8
Nulo	-	-	-
Total	418	100	100

VIII - DIFICULDADES E CARÊNCIAS RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES

RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES

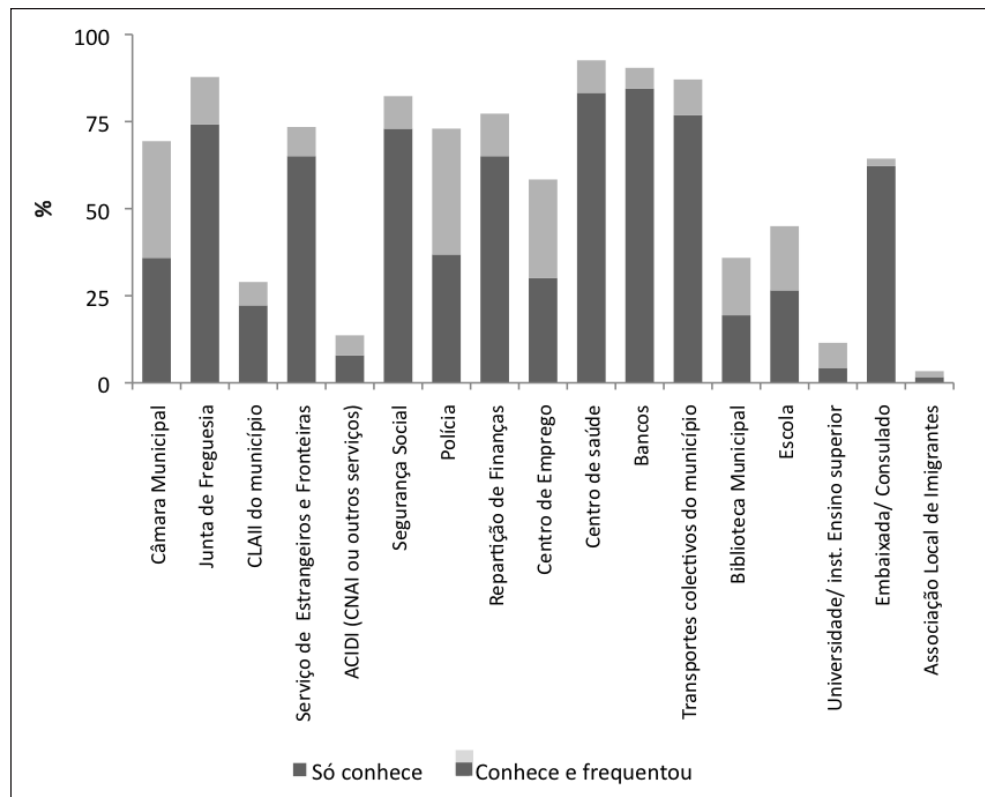
Interessou perceber a relevância e o recurso aos actores socioinstitucionais no dia-a-dia da vida destes imigrantes. Assim, esta dimensão de análise subdivide-se em quatro eixos analíticos: a notoriedade dos serviços junto dos inquiridos; a utilização dos mesmos; a avaliação sobre a eficácia do seu funcionamento e sugestões/recomendações que os inquiridos tecem ao funcionamento de tais serviços e instituições.

NOTORIEDADE E UTILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (SERVIÇOS)

Sobre a notoriedade dos serviços disponíveis (Gráfico 23) destacam-se o centro de saúde e os bancos, conhecidos por mais de 90% dos inquiridos, seguindo-se, com bons níveis de notoriedade, as juntas de freguesia, a segurança social, e os transportes colectivos no município (conhecidos por mais de 80% dos respondentes). Os serviços menos conhecidos pelos inquiridos são o ACIDI, as universidades/instituições de ensino superior e as associações locais de imigrantes.

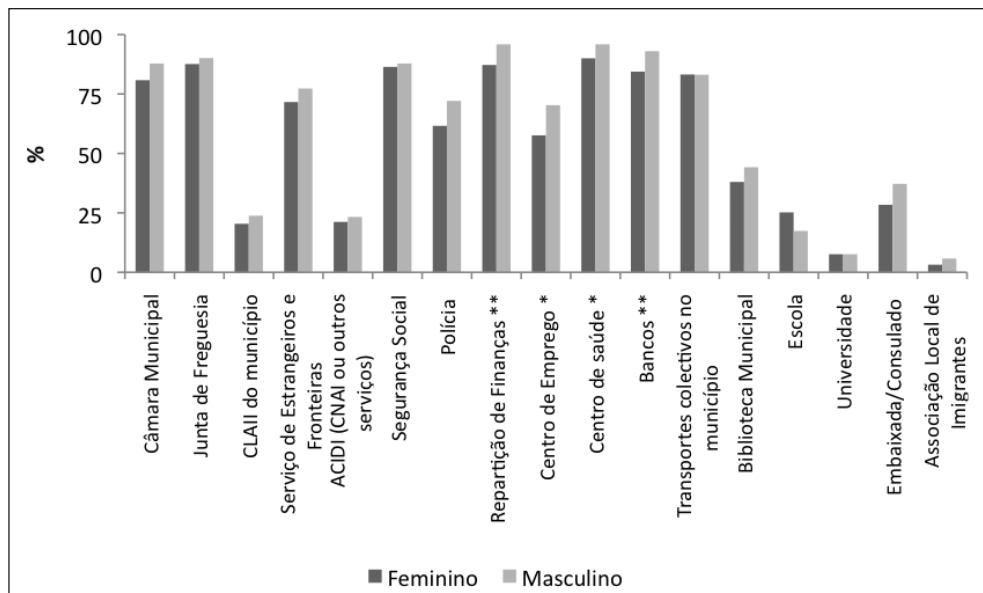
Embora não existam grandes diferenças entre os sexos no que respeita ao conhecimento dos serviços institucionais disponíveis, são mais as mulheres a afirmar que conhecem a segurança social e mais os homens a declarar que conhecem a polícia (ver tabela 34, anexo 2).

Gráfico 23 - Notoriedade e recurso a serviços (%)



No plano da utilização também não se registam grandes diferenças no recurso a serviços e equipamentos por sexo (Tabela 24), **parecem ser as mulheres as suas principais utilizadoras**, principalmente da segurança social, centro de emprego, centro de saúde e biblioteca municipal, enquanto os homens tendem a recorrer em maior número, sobretudo, à polícia e às instituições bancárias.

Gráfico 24 - Recurso aos serviços por sexo



*Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$) **Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

A utilização dos serviços institucionais apresenta sobretudo diferenças em termos das nacionalidades dos imigrantes (Tabela 166). Assim, os asiáticos, naturais de outros PALOP e angolanos são os que mais recorrem aos serviços da Câmara Municipal e à polícia. Em contrapartida, os brasileiros são os que menos recorrem à Câmara Municipal e os cabo-verdianos e naturais de outros países africanos os que menos afirmam utilizar a polícia. Já os europeus de Leste utilizam sobretudo a escola, sendo seguidos nesta prática pelos naturais de outros PALOP e pelos angolanos. Por sua vez, os asiáticos e os europeus de Leste são também os grupos de imigrantes que mais recorrem à embaixada/consulado, sendo os naturais de outros países africanos os que menos declararam fazê-lo.

Tabela 166 - Recurso aos serviços por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Câmara *	57	26,9	24	50	19	40,4	10	58,8	17	38,6	18	54,5	5	33,3	150	36,1
Junta de freguesia	153	72,2	37	77,1	36	76,6	10	58,8	35	79,5	27	81,8	10	66,7	308	74,0
CLAI	44	20,8	14	29,2	13	27,7	4	23,5	8	18,2	8	24,2	1	6,67	92	22,1
SEF*	146	68,9	19	39,6	25	53,2	14	82,4	39	88,6	17	51,5	10	66,7	270	64,9
ACIDI	15	7,08	1	2,08	4	8,51	1	5,88	10	22,7	1	3,03	1	6,67	33	7,93
Segurança social	150	70,8	37	77,1	34	72,3	13	76,5	33	75	26	78,8	10	66,7	303	72,8
Polícia **	72	34,0	26	54,2	14	29,8	9	52,9	15	34,1	15	45,5	3	20,0	154	37
Finanças	127	59,9	35	72,9	31	66,0	11	64,7	28	63,6	29	87,9	10	66,7	271	65,1
Centro de emprego	55	25,9	20	41,7	15	31,9	4	23,5	14	31,8	15	45,5	2	13,3	125	30,0
Centro de saúde	172	81,1	43	89,6	41	87,2	13	76,5	40	90,9	25	75,8	13	86,7	347	83,4
Bancos	178	84,0	43	89,6	37	78,7	16	94,1	37	84,1	29	87,9	11	73,3	351	84,4
Transportes colectivos	165	77,8	40	83,3	35	74,5	14	82,4	32	72,7	24	72,7	10	66,7	320	76,9
Biblioteca	46	21,7	10	20,8	7	14,9	1	5,88	9	20,5	4	12,1	3	20,0	80	19,2
Escola *	36	17,0	19	39,6	13	27,7	5	29,4	21	48,8	14	42,4	1	6,67	109	26,3
Universidade	3	1,42	3	6,25	6	12,8	1	5,88	3	6,82	2	6,06	-	-	18	4,33
Embaixada **	125	59,0	27	56,3	31	66,0	14	82,4	36	81,8	18	54,5	7	46,7	258	62,0
Associação de imigrantes	3	1,42	-	-	1	2,13	-	-	1	2,27	2	6,06	-	-	7	1,68

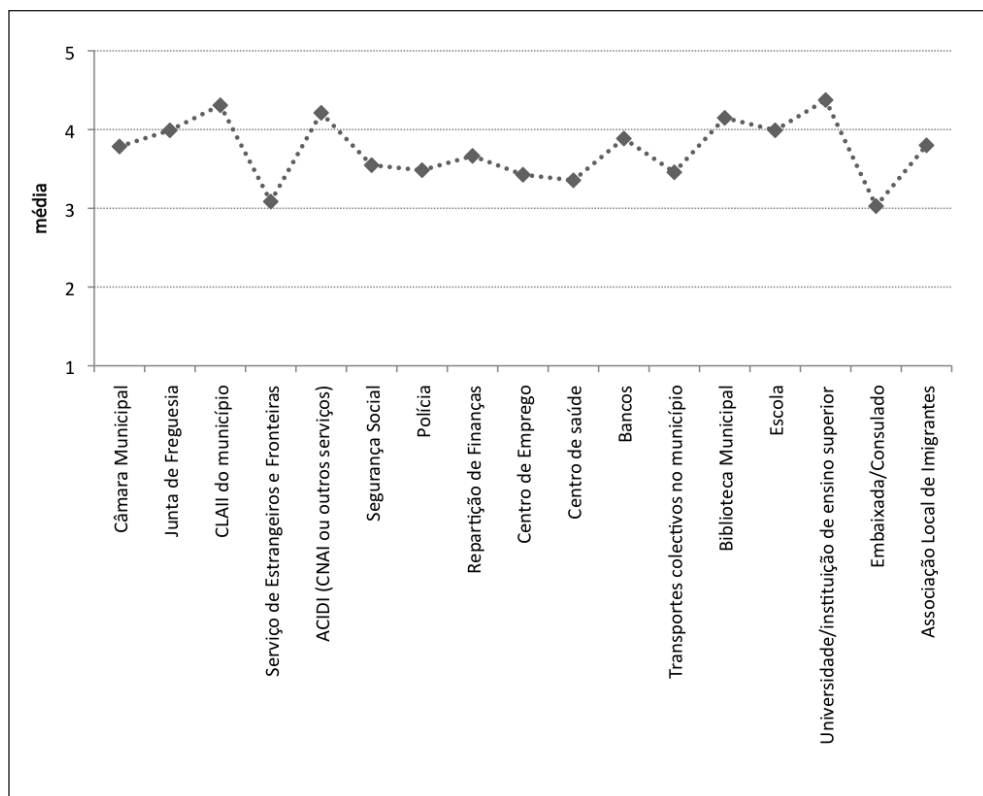
Nota: Total Brasil=212, total Angola=48, total Cabo Verde=47, total Europa de leste=44, total Outros PALOP=33, total Ásia=17 e total Outros África=15; *Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$) e **Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Salientamos ainda, a existência, a nível das freguesias, de muitas igrejas, locais de culto e organizações de cariz religioso, que prestam apoio não só espiritual mas por vezes social e ao nível do encaminhamento e prestação e informação útil a quem chega à sociedade portuguesa, e que foram contactadas pela equipa de investigação durante o trabalho de campo. Referimo-nos à Igreja Portugal para Cristo, à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, à Igreja Deus Pentecostal Movimento Internacional, à Igreja Universal do Reino de Deus, ao Templo Sagrado de Umbanda, à Igreja Batista em Chamas, à Igreja Nossa Senhora da Esperança e à Igreja Nossa Senhora da Boa Água.

AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (SERVIÇOS)

Foi solicitado aos inquiridos que avaliassem os serviços institucionais numa escala de um (muito deficiente) a cinco (muito bom). Como os valores médios obtidos nunca são inferiores a 3 (correspondente à categoria “Razoável”), tudo indica que, de uma maneira geral, os serviços e equipamentos são avaliados de forma positiva. Ainda assim, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e as embaixadas/consulados são serviços avaliados menos positivamente. Em contrapartida, o CLAII do município (Espaço Cidadania), o ACIDI/CNAI, e as universidades/instituições de ensino superior são, em média, os melhores avaliados, apesar de estes dois últimos serviços serem os menos frequentados.

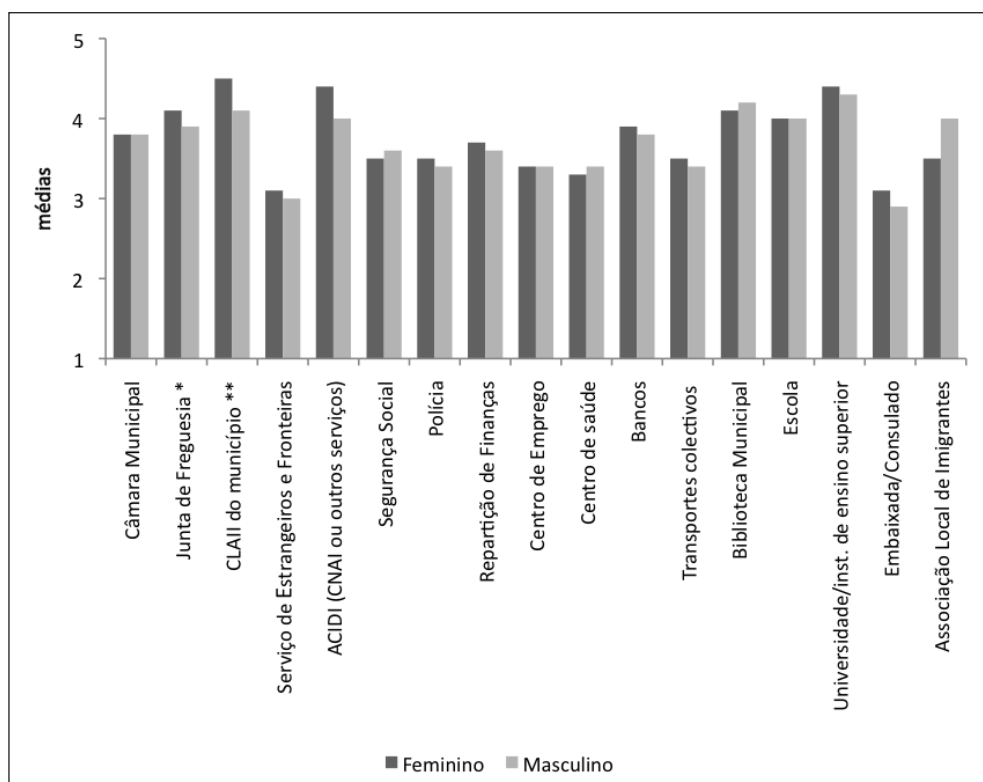
Gráfico 25 - Avaliação dos serviços (médias)



Escala: 1- Muito deficiente, 2- Deficiente, 3- Razoável, 4- Bom e 5- Muito bom

É possível depreender que existem algumas diferenças, embora não muito vincadas, na avaliação média feita pelos inquiridos dos dois sexos (Gráfico 26). Deste modo, enquanto as mulheres avaliam melhor o CLAII do município e o ACIDI/CNAI, os homens, por sua vez, classificam em melhor posição os serviços prestados pelas associações locais de imigrantes, embora a frequência dos que as conhecem e/ou frequentam seja muito reduzida.

Gráfico 26 - Avaliação dos serviços por sexo (médias)



* T-teste significativo ($p \leq 0,01$) ** T-teste significativo ($p \leq 0,05$).

Cruzando a avaliação dos serviços institucionais com as principais naturalidades (Tabela 167) notam-se algumas diferenças nas avaliações que são feitas pelos vários grupos de indivíduos. Relativamente aos angolanos, estes atribuem a melhor avaliação ao ACIDI/ CNAI

e as piores ao SEF e às embaixadas, sendo seguidos pelos naturais de outros PALOP nestas avaliações negativas. Os serviços disponibilizados pelo ACIDI/CNAI são bem classificados por parte dos cabo-verdianos e dos europeus de Leste.

O centro de emprego é uma outra instituição avaliada negativamente pelos naturais de outros países africanos e dos outros PALOP. Para este grupo, para os naturais de Cabo Verde e para os da Europa de Leste, a instituição que recebe uma classificação mais positiva pelos serviços prestados é o CLAII. Os brasileiros apresentam uma opinião quase similar, mas atribuem uma avaliação ainda mais elevada à universidade. É também a universidade, logo seguida pela escola, a instituição que os europeus de Leste avaliam mais positivamente.

Tabela 167 - Avaliação dos serviços por principais nacionalidades (médias)

	Brasil (n=212)	Angola (n=48)	Cabo Verde (n=47)	Ásia (n=17)	Europa de Leste (n=44)	Outros PALOP (n=33)	Outros África (n=15)
Câmara	3,8	3,7	3,7	4,0	3,9	3,5	4,0
Junta de freguesia	4,0	3,9	4,0	4,1	4,2	3,9	4,0
CLAII	4,4	4,2	4,5	3,8	4,1	4,4	4,0
SEF	3,1	2,5	3,3	3,3	3,3	2,5	3,8
ACIDI	3,9	5,0	4,5	4,0	4,5	4,0	4,0
Segurança social	3,6	3,3	3,6	3,7	3,8	3,1	4,0
Polícia	3,4	3,3	3,7	3,9	3,4	3,5	4,3
Finanças	3,8	3,5	3,6	3,3	3,7	3,5	3,8
Centro de emprego	3,7	3,3	3,4	3,8	3,4	2,7	3,0
Centro de saúde	3,5	3,1	3,6	3,3	3,0	2,9	3,8
Bancos	3,9	3,9	3,9	4,1	3,7	3,7	3,9
Transportes colectivos	3,4	3,4	3,4	3,8	3,8	3,2	3,8
Biblioteca	4,2	4,0	4,0	4,0	3,9	4,0	4,3
Escola	4,0	4,0	3,7	3,8	4,3	3,8	4,0
Universidade	4,7	4,5	4,3	4,0	4,5	4,0	-
Embaixada	3,0	2,6	3,4	3,5	3,1	2,8	4,0
Associação local de imigrantes	4,0	-	4,0	-	-	3,5	-

COMENTÁRIOS E SUGESTÕES ÀS INSTITUIÇÕES (SERVIÇOS)

Foi pedido aos inquiridos que fizessem comentários/sugestões relativamente aos serviços institucionais. Listaremos aqui os aspectos principais desses comentários. Em primeiro lugar, importa referir que os comentários foram sempre feitos relativamente a aspectos que, na perspectiva do respondente, não eram positivos. Assim, a índole dos respectivos

comentários/sugestões é quase sempre feita pela negativa.

Analisando apenas os serviços e instituições mais visados, verifica-se que é à embaixada/consulado que são feitos mais comentários (19,2%), logo seguido pelo SEF (18%), centro de saúde (17,4%), transportes (11,6%) e segurança social (10,1%). De uma maneira geral, o problema mais referido relativamente a estas instituições diz respeito ao longo de tempo de espera/demora no atendimento (Ver Quadro 34 a 37, anexo 2).

Entre os 63 inquiridos que se pronunciaram sobre a embaixada, a maioria referiu-se à tempo de espera/demora no atendimento, tendo os outros comentado a desorganização/confusão, o mau atendimento, a sobrelotação, a ineficácia na resolução de problemas e a falta de informações e/ou informações incorrectas.

A questão da espera no atendimento, bem como a sobrelotação, o mau atendimento, a burocracia, a incapacidade na resolução de problemas e a desorganização são algumas das críticas dirigidas ao SEF.

Os comentários (num total de 57) que se focalizam no centro de saúde dizem respeito ao tempo de espera/demora no atendimento, enquanto as outras críticas centram-se na falta de médicos, nas más condições/infra-estruturas, no mau atendimento, na existência de atitudes discriminatórias/racismo, na falta de preparação/formação do pessoal e na ineficácia na resolução de problemas.

A grande maioria dos comentários dirigidos aos serviços da segurança social centram-se sobretudo na morosidade dos períodos de espera/atendimento. A pouca eficácia na resolução de problemas e a falta de preparação dos funcionários fizeram ainda parte das observações a esta instituição.

Já as considerações dirigidas aos transportes (38 comentários) dividiram-se entre as observações centradas na morosidade da espera, nos horários insatisfatórios, na inexistência e escassez de transportes, no seu elevado custo, no mau atendimento e nas más condições e deficientes infra-estruturas.

Dos 16 comentários feitos aos bancos, metade também disseram respeito ao tempo de espera/demora, sendo os outros relativos às dificuldades em abrir conta, à burocracia, à existência de atitudes discriminatórias/racismo, ao custo, à pouca eficácia/capacidade na resolução de problemas e questões referentes aos juros.

Tabela 168 - Número de comentários/sugestões às instituições (serviços)

Instituições (serviços)	n	%
Embaixada/Consulado	63	19,2
SEF	59	18,0
Centro de Saúde	57	17,4
Transportes	38	11,6
Segurança Social	33	10,1
Bancos	16	4,9
Finanças	15	4,6
Centro de Emprego	13	4,0
Polícia	11	3,4
Associação Local de Imigrantes	6	1,8
CLAII	4	1,2
Escola	4	1,2
Câmara Municipal	3	0,9
Junta de Freguesia	3	0,9
Biblioteca	2	0,6
ACIDI	1	0,3
Universidade	-	-
Total	328	100

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Atendendo ao racismo enquanto prática discriminatória, os inquiridos foram questionados sobre a sua percepção subjectiva de já terem sido alvo de acções racistas e discriminatórias. É de sublinhar que a discriminação, nomeadamente racial, tem reflexos em práticas e comportamentos de carácter colectivo, que podem ser observáveis e mensuráveis e que não podem ser dissociados de modos de funcionamento social. As práticas discriminatórias surgem ligadas à defesa dos interesses de determinado grupo. O mecanismo explicativo da discriminação explica-se em certa medida a partir do estabelecimento e marcação de uma diferença, assim se instituindo a discriminação (tratamento desfavorável) que se torna a regra fundamental do poder, da ordem e da segurança (Mendes, 2007). No entender de Banton, quando alguém

define outrem como pertencendo a uma outra categoria racial, simultaneamente está a atribuir-lhe direitos e obrigações diferentes dos atribuídos aos membros da categoria de pertença do sujeito (Banton, 1991: 123).

Assim, quando questionados sobre o seu sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal (Tabela 169), é considerável a percentagem dos que afirmam já se terem sentido discriminados (40,7%). As mulheres auto-avaliam-se como mais discriminadas por comparação com os homens (Tabela 170).

Tabela 169 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal

	n	%	% Válidas
Sim	170	40,7	40,8
Não	247	59,1	59,2
Não responde	1	0,2	-
Total	418	100	100

Tabela 170 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	105	48,8	65	32,2	170	40,8
Não	110	51,2	137	67,8	247	59,2
Total	215	100	202	100	417	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

Cruzando a variável sentimento de discriminação étnico-racial com as principais naturalidades (Tabela 171), verifica-se que são os angolanos (60,4%), os naturais de outros PALOP (48,5%), seguindo-se os brasileiros (45%) os que se sentem mais discriminados. Em contrapartida, são os europeus de Leste, os asiáticos, os cabo-verdianos e os naturais de outros países africanos os que menos referem sentir-se discriminados.

Tabela 171 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por principais naturalidades (% em linha)

Naturalidade	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	95	45,0	116	55,0	211	100
Angola	29	60,4	19	39,6	48	100
Cabo Verde	14	29,8	33	70,2	47	100
Ásia	4	23,5	13	76,5	17	100
Europa de Leste	8	18,2	36	81,8	44	100
Outros PALOP	16	48,5	17	51,5	33	100
Outros África	4	26,7	11	73,3	15	100
Total	170	41,0	245	59,0	415	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

O sentimento de discriminação parece ser mais fortemente percebido e sentido pelos indivíduos mais escolarizados, nomeadamente pelos que possuem qualificações de nível superior e o ensino secundário.

Tabela 172 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por grau de escolaridade (% em linha)

Grau de escolaridade	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Inferior ao 1º ciclo	2	28,6	5	71,4	7	100
1º ciclo EB	17	29,8	40	70,2	57	100
2º ciclo EB	27	37,5	45	62,5	72	100
3º ciclo EB	51	41,8	71	58,2	122	100
Secundário	56	49,1	58	50,9	114	100
Curso médio/profissional	2	20,0	8	80,0	10	100
Superior	15	51,7	14	48,3	29	100
Total	170	41,4	241	58,6	411	100

Por outro lado, são os indivíduos situados nas faixas etárias entre os 20 e os 49 anos - os que (supostamente) se encontram inseridos no mercado de trabalho - que mais denunciam o sentimento de discriminação.

Em termos de posicionamento dos indivíduos na estrutura de classes sociais são os empregados executantes e os empresários, dirigentes e profissionais liberais os que mais afirmam sentir-se discriminados (ver Quadro 38, anexo 2).

Tabela 173 - Sentimento de discriminação étnico-racial em Portugal por escalão etário (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Até 19	5	18,5	22	81,5	27	100
20 - 29	49	43,4	64	56,6	113	100
30 - 39	67	47,9	73	52,1	140	100
40 - 49	37	46,3	43	53,8	80	100
50 - 59	9	20,0	36	80,0	45	100
60 - 69	2	22,2	7	77,8	9	100
+ 70	1	33,3	2	66,7	3	100
Total	170	40,8	247	59,2	417	100

Quanto aos contextos em que o racismo tem maior expressão em termos de prática e acção discriminatória, F. Luís Machado (2000) chama a atenção para o facto de o racismo não se manifestar só em contextos institucionais e em preconceitos individuais; o racismo inscreve-se na própria multiplicidade dos contextos quotidianos, constituindo um “complexo de práticas cumulativas” (Essed, citada por Machado, 2000: 25). Convém esclarecer que o racismo quotidiano também não se manifesta apenas nas relações impessoais e anónimas, estende-se igualmente à esfera institucional. O racismo interindividual (relacional e o racismo institucional (estrutural) relevam de duas esferas distintas – a esfera privada e a esfera pública (Mendes, 2007). O conceito de racismo quotidiano permite articular o micro nível (nível do vivido) e o macro nível (nível estrutural e ideológico), e melhor perceber a continuidade de um a outro. (Oommen, 1994: 105).

Deste modo, os inquiridos foram questionados sobre os contextos em que já se sentiram discriminados por motivos étnico-raciais (Tabela 174); dos que já o foram, quase metade afirma tê-lo sido no trabalho. A rua, por sua vez, surge como um dos locais de discriminação mais apontados pelos imigrantes (30 casos dos 35 existentes). As restantes respostas apontam contextos tão diferentes como os serviços de café/restauração (15,9%), serviços públicos (12,9%), a escola (12,9%), transportes públicos (12,4%), a discoteca, a universidade, a vizinhança ou familiares de namorada(o), sendo estes últimos referidos apenas por um caso cada.

Tabela 174 - Contextos de discriminação étnico-racial

	n	%
No trabalho	80	47,1
Num café, restaurante ou serviço similar	27	15,9
Num serviço público	22	12,9
Na escola	22	12,9
Nos transportes públicos	21	12,4
Numa entrevista de emprego	20	11,8
Quando fazia compras num supermercado ou loja	19	11,2
Num Banco/organismo de concessão de crédito	12	7,1
No arrendamento de uma casa/quarto	11	6,5
Quando utilizou táxis	3	1,8
Outras situações	35	20,6

Nota: Questão tratada como múltipla, aplicada apenas aos inquiridos que já se sentiram discriminados por motivos étnico-raciais em Portugal, total=170.

Dentro dos contextos do trabalho, os agentes perpetradores de discriminação mais frequentemente apontados pelos inquiridos são os colegas de trabalho e no contexto escolar são os colegas de escola, no fundo, os seus pares.

Tabela 175 - Agentes discriminatórios no contexto do trabalho

	n	%
A entidade patronal	28	35,0
Os colegas de trabalho	44	55,0
Os clientes	25	31,3

Nota: Questão aplicada apenas aos inquiridos que se sentiram discriminados no trabalho.

Tabela 176 - Agentes discriminatórios no contexto escolar

	n	%
Os professores	5	22,7
Os colegas	17	77,3
Os funcionários não docentes	4	18,2

Nota: Questão aplicada apenas aos inquiridos que se sentiram discriminados na escola.

Verifica-se que, embora muito ligeiramente, existem mais homens a sentirem-se discriminados no trabalho e são também mais os homens a sentirem-se discriminados nos transportes públicos e nos bancos/organismos de concessão de crédito, mas igualmente de forma pouco vincada. Nos restantes contextos são sempre as mulheres as que mais se sentem discriminadas. Dentro do contexto do trabalho, verifica-se que os homens consideram ser mais discriminados pela entidade patronal e colegas de trabalho, e as mulheres referem mais os clientes como agente discriminador (talvez por serem as que mais desempenham funções que impliquem o contacto directo com os clientes). Já no contexto escolar, são as mulheres quem mais referem ser discriminadas pelos professores e colegas, enquanto os homens afirmam terem sido mais discriminados pelos funcionários não docentes (embora o número de homens que afirmam ter sido discriminados no contexto escolar seja muito reduzido, apenas cinco casos).

Tabela 177 - Contextos de discriminação étnico-racial por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
No trabalho	49	46,7	31	47,7	80	94,4
Na escola	17	16,2	5	7,7	22	23,9
Num café, restaurante ou serviço similar	17	16,2	10	15,4	27	31,6
Num serviço público	15	14,3	7	10,8	22	25,1
Numa entrevista de emprego	14	13,3	6	9,2	20	22,6
Quando fazia compras num supermercado ou loja	14	13,3	5	7,7	19	21,0
Nos transportes públicos	12	11,4	9	13,8	21	25,3
No arrendamento de uma casa/quarto	8	7,6	3	4,6	11	12,2
Num Banco/organismo de concessão de crédito	6	5,7	6	9,2	12	14,9
Quando utilizou táxis	2	1,9	1	1,5	3	3,4
A entidade patronal	15	14,3	13	20,0	28	34,3
Os colegas de trabalho	27	25,7	17	26,2	44	51,9
Os clientes *	22	21,0	3	4,6	25	25,6
Os professores	4	3,8	1	1,5	5	5,3
Os colegas **	15	14,3	2	3,1	17	17,4
Os funcionários não docentes	2	1,9	2	3,1	4	5,0

Nota: total=170, total mulheres =105, total homens =65.

* Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$) e ** Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

A maior parte dos inquiridos pensa que, no geral, os imigrantes em Portugal são discriminados por motivos étnico-raciais, não de forma frequente, mas algumas vezes (48,1%).

Tabela 178 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral

	n	%	% Válidas
Sim, muitas vezes	105	25,1	25,5
Sim, algumas vezes	201	48,1	48,8
Não	106	25,4	25,7
Não responde	6	1,4	-
Total	418	100	100

Quanto se cruza a regularidade das situações de discriminação no contexto geral da sociedade portuguesa com o género (Tabela 179), são os homens que declaram em maior número que os imigrantes são discriminados algumas vezes, mas somando-se as duas categorias (algumas e muitas vezes), verifica-se que as mulheres são as que mais afirmam que os imigrantes, no geral, são discriminados.

Tabela 179 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim, muitas vezes	65	30,7	40	20,0	105	25,5
Sim, algumas vezes	102	48,1	99	49,5	201	48,8
Não	45	21,2	61	30,5	106	25,7
Total	212	100	200	100	412	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Atendendo ao cruzamento da regularidade da discriminação pelas principais nacionalidades (Tabela 180), denota-se que, de uma maneira geral, são os brasileiros, os angolanos, os naturais de outros PALOP e, embora menos acentuadamente, os cabo-verdianos, os mais críticos e que declaram que os imigrantes, no geral, são discriminados. Por sua vez, os asiáticos, os europeus de Leste e os naturais de outros países africanos, na sua maioria, entendem que os imigrantes não são discriminados.

Tabela 180 - Percepção de discriminação étnico-racial dos imigrantes no geral por principais nacionalidades (% em linha)

Naturalidade	Sim, muitas vezes		Sim, algumas vezes		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	70	33,0	108	50,9	34	16,0	212	100
Angola	13	28,3	28	60,9	5	10,9	46	100
Cabo Verde	7	15,2	21	45,7	18	39,1	46	100
Ásia	1	7,1	5	35,7	8	57,1	14	100
Europa de Leste	4	9,1	16	36,4	24	54,5	44	100
Outros PALOP	8	24,2	17	51,5	8	24,2	33	100
Outros África	2	13,3	4	26,7	9	60,0	15	100
Total	105	25,6	199	48,5	106	25,9	410	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

IX – REPRESENTAÇÕES DOS ACTORES SÓCIO-INSTITUCIONAIS FACE AO FENÓMENO DA IMIGRAÇÃO

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONCELHO

Neste capítulo, apresenta-se uma análise da informação recolhida através de entrevistas exploratórias a dez representantes de instituições locais que proporcionam serviços, actividades e valências à população imigrante. Estes agentes constituem bons informantes privilegiados, pois encontram-se bem posicionados na sociedade local, possuem um conhecimento relevante face ao fenómeno migratório no concelho de Sesimbra e boas capacidades de auscultação e mediação junto dos imigrantes.

Foram realizadas entrevistas a técnicos de serviços pertencentes à Câmara Municipal de Sesimbra (Espaço Cidadania, Gabinete de Inserção Social de Sesimbra (GIP), Espaço Onda Jovem); aos técnicos vinculados à ONG Anime e ao Projecto de Inclusão pela Arte (PIPA), bem como de uma Cooperativa (CAI – Cercizimbra); à Responsável do Fundo de Apoio Social aos Cabo-Verdianos em Portugal (FASCP); a um membro do grupo recreativo informal Batucadeiras de Coração Aberto (BCA); a um representante da Igreja Evangélica e ao director de um agrupamento escolar.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO CONCELHO

De acordo com os entrevistados, desde meados dos anos 70 do século passado, que o efectivo de imigrantes tem vindo a aumentar de forma gradual, encontrando-se actualmente numa fase de estabilização.

Eu sinto que nós chegámos agora a uma etapa que está estável. Estável, ou seja, há um equilíbrio de fluxos. (ONG)

A principal razão apontada por alguns dos entrevistados para esta estagnação, ou até eventual decréscimo, prende-se com a situação de crise económica que se vive em Portugal.

O mesmo número que entra acaba por ser equivalente ao mesmo número que sai. E saem porque pronto... não é chatearam, viram que não... que não saíam da mesma situação. E os que estão a chegar vêm à procura, não conhecem

o país, então vêm com os horizontes mais... horizontes, não pode dizer horizontes abertos, se calhar com um nível de esperança maior. (ONG)

A maioria dos entrevistados tem uma posição consensual relativamente às “nacionalidades dominantes”, ao afirmar que no concelho predominam imigrantes oriundos do Brasil, dos países do Leste da Europa e dos PALOP (principalmente de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde). Estes últimos são identificados como os imigrantes com mais tempo de inserção no concelho, em particular na Quinta do Conde, uma vez que a sua fixação radica na década de 70 do século XX.

Na freguesia da Quinta do Conde há uma drástica mudança, aliás, nos primórdios, e até 90 e qualquer coisa, o que nós temos é uma predominância da imigração africana, nomeadamente daquela vaga dos retornados, eu próprio recordo-me de ver aqui três ou quatro grandes bolos de retornados... e eram pessoas que vieram depois de 75/76, e que se instalaram aqui, e alguns deles já vão na segunda geração... e por isso daí que cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos eram bastante (...) da primeira vaga. (serviço público municipal)

Em contrapartida, os imigrantes do Brasil e os do Leste europeu prefiguram-se como os “novos imigrantes”, sendo, no entanto, estes últimos percepcionados como os mais recentes. Na actualidade, parece ser inequívoca a evidência de que os brasileiros constituem o grupo migrante com mais efectivos no concelho.

A comunidade mais representativa é sem dúvida a comunidade brasileira, seguindo-se a comunidade da Bulgária, Moldávia, Roménia, Ucrânia e Rússia (...) claro que se depois por exemplo se nós juntarmos as pessoas da comunidade oriunda dos PALOP também é bastante representativa, mas para nós aqui temos sem dúvida a comunidade brasileira como a principal e depois a comunidade do Leste europeu e só depois então os países dos PALOP. (CLAII)

E nestes últimos 5 anos o que nós temos vindo a assistir é ao fenómeno global da Europa, ou seja, passamos a ter muita imigração numa primeira fase, de romenos, moldavos (...). (serviço público municipal)

Não deixa de ser significativo o facto de se registar nos últimos cinco anos uma diversificação quanto às nacionalidades dos imigrantes que procuram Sesimbra para residir. Assim, os entrevistados fazem alusão a outros grupos imigrantes com expressão visível no concelho, como é o caso dos marroquinos (Santiago), bem como dos chineses e dos indianos (Quinta do Conde).

E nestes últimos cinco anos o que nós temos vindo a assistir é ao fenómeno global da Europa, ou seja, passamos a ter muita imigração, numa primeira fase, de romenos, moldavos e depois numa segunda fase talvez (...), depois há dois ou três anos a China (...), indianos... e pronto o aumento da comunidade brasileira, isso sim traz um expontencial nos últimos 5/6 anos... (serviço público municipal)

Os entrevistados caracterizam os imigrantes como sendo predominantemente indivíduos *jovens ou adultos activos*. Se alguns são identificados como fazendo parte das segundas e terceiras gerações de imigrantes mais antigos, outros são tidos como recém-chegados e que constituíram família na sociedade de acolhimento; estes últimos, coexistem com uma primeira geração de imigrantes que se instalou em Sesimbra em meados dos anos 70, do século passado.

Na casa dos 18-40, 18-40 sim... vêm muito jovens ou entretanto casam cá, têm filhos cá, mas é entre os 18 e os 40 mais ou menos. Há mais velhos, claro, há mais jovens mas já nascidos cá ou vindos, mas maioritariamente entre os 18 e os 40. (serviço público municipal)

No que concerne à *distribuição dos imigrantes por género*, as opiniões dividem-se um pouco. Algumas apontam para um equilíbrio entre homens e mulheres imigrantes, referindo a migração de famílias inteiras. Outras opiniões consideram que o homem imigra em primeiro lugar, imigrando posteriormente a mulher e o resto da família, de forma a ser estabelecido o reagrupamento familiar.

Quando têm família, vêm primeiro eles e depois tentam trazer as famílias. (igreja)

Mas o que se nota, de facto é nesta imigração destas comunidades, desta imigração mais recente, é que primeiro vem o homem, não é? E depois de já estar estabelecido então começa a chamar a esposa, depois os filhos. (CLAII)

Nota-se alguma heterogeneidade de opiniões entre os actores sócio-institucionais entrevistados no que se refere à caracterização dos *grupos familiares* de origem imigrante. Uma das posições defende que alguns grupos imigrantes, como é o caso dos europeus de leste ou dos brasileiros, quando alcançam alguma estabilidade legal e laboral trazem os familiares para o país de imigração. Um outro posicionamento centra-se nas famílias monoparentais, nomeadamente nas mulheres sós e com filhos, como sucede com as imigrantes brasileiras.

Parece-me que sim, em relação aos chineses, claramente em relação aos indianos não, parece-me que vem essencialmente homens, são homens isolados e depois porventura mais tarde se conseguirem é que se conseguem estabelecer trazem a família mas é mais raro e é mais demorado. (serviço público municipal)

(...) por exemplo, as comunidades eu acho que de Leste, normalmente vem primeiro o homem, depois vem então a mulher e depois vêm os filhos, ou vem o homem e depois vem a mulher e os filhos. Eu acho que a nível da comunidade brasileira, vem muitas vezes a mulher e deixa lá os filhos, ou vem o casal e deixa lá os filhos. Mas nós temos aqui várias situações de mulheres que estão cá sozinhas, portanto famílias monoparentais, por exemplo umas que deixaram os filhos a cargo dos pais, dos familiares (...) e eu acho que muito a nível da comunidade de leste... temos tido situações em que os pais já estão cá há uns quanto anos e depois acabam por conseguir trazer para cá os filhos, e tratam de todo o processo dos filhos. (CLAII)

Uma outra perspectiva entende, que na população imigrante predominam as famílias alargadas e as famílias numerosas. Por vezes, no mesmo alojamento observam-se situações de co-habitação e de partilha de habitação, contudo, não é claro para os entrevistados se os co-habitantes fazem ou não parte do mesmo núcleo familiar.

É assim... os estrangeiros vivem muito... várias pessoas dentro da mesma casa, mas também não sabemos até que ponto são família, são amigos, são não sei o quê... não consigo ter uma noção muito... mas penso que sejam mais famílias nucleares, sendo que depois muitas famílias têm outras pessoas a morar com elas. (ONG)

Eu acho que passam mais por famílias nucleares e famílias alargadas. São pessoas que já estão cá há alguns anos e que tentam sempre trazer para cá os familiares que ainda estão no seu país de origem, os primos, os irmãos, portanto que acabam sempre por trazer o resto da família que ficou lá. (CLAII)

(...) a grande média de populações étnicas anda à volta dos cinco, seis filhos. Portanto com distanciamento de dois anos de idade, de diferença. (ONG)

A existência de famílias numerosas parece ser uma situação mais comum entre os búlgaros e os romenos. No entanto, alguns entrevistados referem que o número de filhos por família tende a aumentar já em território português.

(...) depois também depende do país de origem deles. Se for um búlgaro se calhar já tem mais de três ou quatro filhos, mas se calhar na situação de um brasileiro, se calhar se arriscar trazer, traz só um filho ou depois tem cá um filho... (serviço público municipal)

(...) às vezes quando digo famílias, nesse caso a situação é, por exemplo, já virem com o primeiro filho e depois continuarem a constituir família depois de já estarem cá... (ONG)

Os *níveis de escolaridade* atribuídos aos imigrantes do concelho divergem consoante a nacionalidade dos indivíduos. De uma maneira geral, considera-se que os imigrantes dos países do Leste europeu têm qualificações escolares que sobressaem relativamente aos demais imigrantes, sendo detentores de diplomas do ensino secundário e do ensino superior. Ainda assim, um dos entrevistados refere que o fenómeno da imigração oriunda da Europa de Leste com qualificações escolares superiores é algo do passado, já não se verificando essa tendência nos fluxos mais recentes.

Mas também eu acho que já este fenómeno das pessoas de Leste com grande qualificação, também foi uma situação que já passou um pouco. Nós não assistimos, portanto, a população que vem mais recentemente não é população com grande qualificação. Eu acho que os primeiros, os primeiros sim, foram pessoas com grande qualificação e que conseguiram assim... houve aí uns casos que também vieram na comunicação social, não é? De médicos (...) que foram reconhecidos... de pessoal de enfermagem que foi reconhecido, etc., etc., etc. Mas eu acho que agora não existe... (agrupamento de escolas)

Para os actores sócio-institucionais entrevistados, os imigrantes brasileiros possuem geralmente a escolaridade obrigatória enquanto os dos PALOP detêm baixos níveis de escolaridade, tendência que está a mudar entre as gerações mais jovens que tendem a possuir pelo menos o 3º ciclo do ensino básico. No que se refere às credenciais escolares dos imigrantes chineses e indianos, os entrevistados deixam transparecer algum desconhecimento a este respeito.

(...) da comunidade do Leste europeu nós temos pessoas com qualificações a nível superior mas que não as exercem cá em Portugal (...). A nível por exemplo da comunidade brasileira eu acho que não... muito a nível da escolaridade obrigatória, algumas pessoas que nem frequentaram a escola, também temos algumas situações dessas, mas a nível de licenciados eu acho que temos poucos, não é assim muito significativo. [E a população oriunda dos PALOP...?] A população oriunda dos PALOP é uma população que já está cá em Portugal há mais anos... portanto, muitos que até já têm nacionalidade portuguesa ou estão a tratar disso, são pessoas que também têm poucas qualificações. (CLAII)

No que toca à *inserção socioprofissional* dos imigrantes, os discursos deixam transparecer uma tendência para a sobre representação destes indivíduos nas actividades profissionais pouco qualificadas, o que não deixa de ser revelador da polivalência destes trabalhadores e da sua capacidade para a assunção de actividades laborais dissonantes da sua formação escolar e profissional.

O imigrante que está aqui vê-se mesmo que não tem qualquer problema em se virar para qualquer coisa e trabalhar. Geralmente agarram na hotelaria que é o que há mais aqui em Sesimbra não é... mas se tiver que ir para a agricultura vai, se tiver que ir como administrativo vai, se tiver que ir como engenheiro civil porque tem formação disso e sabe trabalhar, também vai. Portanto, varia um bocadinho, não consigo dizer que este tem esta formação e vão fazer isto, não, eles muitas vezes trazem formação, superior à nossa muitas vezes... e sujeitam-se... (serviço público municipal)

A avaliar pela opinião dos entrevistados, os critérios nacionalidade e sexo permitem perceber padrões de inserção específica entre homens e mulheres. Assim, os homens e mulheres brasileiros, chineses, assim como os indianos tendem a inserir-se em sectores como a hotelaria e a restauração. No sector da construção civil, é visível a presença de brasileiros e de imigrantes dos países do Leste europeu. A pesca é um sector associado especificamente aos imigrantes marroquinos. O trabalho doméstico, as limpezas, a restauração e actividades de apoio social e familiar são geralmente exercidos pelas mulheres do Leste da Europa. As mulheres africanas, segundo um dos depoimentos, apresentam uma inserção diferenciada, geralmente no sector público, embora tendam a assumir funções pouco qualificadas.

A nível de Sesimbra, e principalmente na altura do Verão, a restauração sem dúvida, principalmente a nível da cozinha, na copa, etc. (...) e depois é a construção civil, a construção civil e também algumas pedreiras, porque nós temos aqui no concelho alguma actividade nessa área e é para onde eles vão (...). Se nós, por exemplo, formos às cozinhas de qualquer restaurante aqui do concelho no Verão, as cozinheiras que estão lá e as ajudantes de cozinha são muitas vezes pessoas imigrantes, nomeadamente oriundas do Brasil, porque são trabalhos pesados... o facto é que são... o facto é que pelo que eu me tenho apercebido, se não forem muitas vezes essas pessoas a fazer estes trabalhos acaba por haver alguma dificuldade em entidades patronais arranjam trabalhadores que desempenhem estas funções (...) as mulheres de leste algumas também estão na restauração, mas algumas também ficam em casa (...) mas as outras senhoras que estão a trabalhar acaba por ser sempre a restauração e realmente algumas estão inseridas no apoio domiciliário, mas a maioria das mulheres é na restauração... [Incluindo o caso das mulheres africanas?] É assim, as mulheres africanas é a tal história, é a tal situação que é diferente. Por exemplo até temos algumas senhoras que até estão a trabalhar aqui nos serviços da câmara, trabalham no refeitório... outras senhoras que já são mais idosas e que já estão reformadas, mas pronto acabam também sempre por trabalhar em trabalhos que não... trabalhos não qualificados. [E em fábricas...?] Não... nós aqui também não temos... aqui é construção civil, restauração, etc. (CLAII)

LOCAIS DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Quanto à existência, ou não, de *padrões residenciais* entre os imigrantes que residem neste concelho, é de notar a sua dispersão pelo território concelhio e a sua capacidade de mobilidade residencial.

Não é assim uma concentração em massa, só aquela comunidade naquele local, portanto, não é por aí, não há nenhum gueto, não há nenhum gueto, portanto em termos de convivência parece-me que até é uma boa convivência em termos de vizinhança não temos aqui feedback, enfim. (CLAI)

Apesar de ser difícil identificar locais e espaços de concentração, os entrevistados não deixam de ressaltar a importância da presença de alguns grupos migrantes nas freguesias do Castelo e Santiago, nomeadamente dos brasileiros e dos marroquinos. A Quinta do Conde, por sua vez, é a freguesia mais centrípeta em termos de atracção de fluxos migratórios e o local preferido para fixação de residência por parte dos imigrantes do Leste da Europa, dos indianos e dos africanos.

(...) mas eu penso que nós temos aqui mais brasileiros aqui a nível das freguesias de Santiago e Castelo do que na Quinta do Conde, se calhar pela proximidade ao mar... enquanto eu acho que na Quinta do Conde a comunidade de Leste é mais expressiva. Não conseguimos ver através destes dados porque nós aqui colocamos os dois atendimentos, tanto o que é realizado em Sesimbra como o que é realizado na Quinta do Conde, (...) apesar de que aqui nós temos... as pessoas oriundas do norte de África, ali Marrocos, nós temos, portanto, nós temos muita gente aqui em Sesimbra... (CLAI)

Não, aqui na Quinta do Conde são dispersos, completamente diversos e enquanto estão completamente dispersos estão associados a grandes, no caso dos indianos é curioso porque o que acontece é que eles alugam um grande edifício que normalmente permite ter vários quartos e todos eles estão alojados quase em regime de comunidade. (serviço público municipal)

Os imigrantes vivem geralmente em apartamentos ou moradias arrendadas, denotando-se uma certa flutuação quanto ao *regime de ocupação e mobilidade geográfica*, o que é sobretudo visível nos indianos. De realçar ainda a presença dos imigrantes, não só em zonas urbanas, mas também em zonas percecionadas como rurais e junto às zonas de praia.

(...) isso é uma questão aqui que nós temos mais dificuldade, uma das questões que temos mais dificuldade é essa, eu às vezes falo com as minhas colegas na Quinta do Conde e elas dizem que há ruas que já se nota. Agora não nos podemos esquecer que isto também é uma população muito flutuante e que muitas vezes eles estão sempre em casa... muitas vezes ou a maioria deles estão em casas arrendadas, o que significa que hoje estão naquela casa e noutro dia já estão noutra casa, então realmente é muito difícil. Nós notamos, que por exemplo, na freguesia do Castelo (...) mas eu noto que ali Alfarim, Azoia... é uma zona... mas é assim, é uma zona rural, não é fácil nós identificarmos, mas sabemos que ali na zona existem muitos, muitos imigrantes (...) Alfarim, Azóia, Aldeia do Meco... são aldeias, mas quer dizer isto são tudo sítios bastante dispersos... (CLAII)

Pelo conhecimento que tenho, a comunidade indiana, que temos alguma. Eles trabalham muito nesse sentido, aliás, há uma rotatividade, já tenho visto. Há indianos que vêm trabalhar temporariamente, e depois há rotatividade, vão-se embora, vêm outros, e a casa mantém-se ocupada à mesma. (ONG)

De acordo com os entrevistados, há ainda imigrantes que habitam em anexos ou partes de casas com más condições de habitabilidade, bem como em habitações sobrelotadas, sendo ainda comum a partilha de habitação com outros compatriotas.

Exacto, inicialmente, provavelmente até é mesmo um anexo sem grandes condições, temos esse feedback de alguns utentes, mas pronto, as pessoas também têm iniciativa, tentam procurar melhor, sendo um pouquinho difícil porque as rendas são, são um pouco caras, não é? (CLAII)

(...) mas também há uma grande tendência em termos, lá está, comunidades... eu quando digo comunidades já ultrapasso o conceito de família. Há grupos de pessoas que vêm trabalhar, que vêm dos países de origem, às vezes com contratos realizados no próprio país de origem sob o compromisso de co-habitarem no mesmo espaço e há situações de moradias e de apartamentos em que são capazes de viver dez pessoas no mesmo sítio, e que se calhar trabalham no mesmo espaço de trabalho. (ONG)

INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

No que toca à *condição perante o trabalho*, alguns dos entrevistados referem que a maioria população imigrante consegue arranjar trabalho em Portugal, mesmo que este corresponda a um trabalho precário, ou a economia informal, o que dificulta a sua regularização no nosso país. Outros consideram, no entanto, que o desemprego está a aumentar entre a população imigrante.

Precária. Portanto, esses têm dificuldade em encontrar emprego, até porque a situação no país não está nada famosa. E alguns vêm do Brasil, por exemplo, pensando que isto cá em Portugal é melhor, mas a situação não está muito... muito boa, não é? (igreja)

Já em relação à *situação na profissão*, a opinião dos técnicos dos serviços da autarquia é a de que a população imigrante trabalha sobretudo por conta de outrem, no entanto, são visíveis casos pontuais em que os imigrantes conseguem estabelecer uma actividade económica por conta própria.

(...) existem muito poucos imigrantes que tenham conseguido criar o seu próprio negócio, tivemos uma situação na Quinta do Conde de um senhor que até abriu uma loja de produtos, já não me recordo do país, acho que era da Moldávia, não, da Moldávia ou da Bulgária mas depois acabou por fechar a loja. As pessoas que já estão cá há mais anos em Portugal, por exemplo estão na construção civil, alguns já começam a trabalhar por sua conta, mas coisas pequeninas, mas são muito pouco. (CLAII)

Por exemplo, nós temos aqui esta senhora que é por conta própria, temos outra rapariga que também há pouco tempo, através de um micro crédito, porque era muito complicado arranjar emprego, ela foi para a frente e fez um... uma casa de costura, uma coisa assim. (igreja)

O empreendedorismo imigrante, por via do exercício de actividades por conta própria, segundo a opinião de um outro entrevistado, pode, contudo, corresponder apenas a uma estratégia utilizada para se obter a autorização de residência.

É assim, nós não conseguimos perceber muito bem se eles têm o seu negócio, quando saiu a nova lei da imigração, um dos artigos pelos quais as pessoas podiam adquirir a sua autorização de residência, que era o artigo 89 nº2, era bastante simples, bastava terem actividade aberta nas finanças, portanto, passar ou começarem a passar recibos verdes, e o que é que isto deu origem? Deu origem a que todos os imigrantes se fossem inscrever nas finanças e comesçassem a passar recibos verdes, ou seja, tínhamos uma série de pessoas empreendedoras a criarem o seu próprio negócio, o facto é que quando eles depois eram chamados para ir ao SEF, aquilo não corria lá muito bem. (CLAII)

Segundo a maioria dos entrevistados, parece já existir em Sesimbra alguma oferta em termos de *comércio gerido por imigrantes*, e nalguns casos mesmo dirigido especificamente à população imigrante. Os tipos de comércio mais referidos são por exemplo os restaurantes chineses e indianos e até mesmo brasileiros, assim como as lojas multi-produtos geridas por chineses.

É ainda referido por vários entrevistados a loja situada na Quinta do Conde que vende produtos regionais do Leste europeu, gerida por uma imigrante ucraniana; também é referida uma loja com produtos alimentares brasileiros em Santana, bem como alguns serviços de estética prestados por senhoras brasileiras, indianas e paquistanesas que o fazem nas suas próprias casas às suas conterrâneas e até, em alguns casos já alargaram os seus serviços à população em geral. Um dos entrevistados refere ainda ter conhecimento do caso de um imigrante da Europa de Leste que montou uma empresa de jardinagem e que emprega vários compatriotas. Todos estes dados acabam por revelar alguma dinâmica de empreendedorismo por parte da população imigrante, apesar de não ser ainda um fenómeno pontual e de pequena escala.

Um supermercado de Leste, que vende produtos de Leste. E por acaso conheci uma pessoa que é de Leste e tem uma empresa de jardinagem. Portanto, ele é um empresário de sucesso, portanto com uma empresa de jardinagem que claro, não é... só emprega pessoas de Leste, mas é empregador. (agrupamento de escolas)

Estes não têm lojas mas trabalham nas suas próprias casas, temos uma técnica muito engraçada de uma senhora que acho que é da Índia ou do Paquistão que tira o buço às senhoras com uma linha (...). Fazem muito as unhas de gel, por exemplo as brasileiras, mas nas suas próprias casas. Ou fazem a depilação, mas entre elas e muito dentro do seio da comunidade, depois vão passando a palavra e depois vão, não é que tenham propriamente aberto um cabeleireiro ou assim mas dentro das suas próprias casas fazem o seu próprio negócio. Portanto, às vezes até em part-time, tivemos conhecimento de algumas que durante o dia trabalhavam num trabalho, tinham um contrato de

trabalho e depois ao final do dia era quando faziam as suas coisas, faziam as depilações, etc. (CLAII)

Curiosamente, os imigrantes africanos, apesar de estarem há mais tempo no concelho, parecem ser os menos empreendedores, sendo feita alusão a alguns projectos futuros, mas que até ao momento ainda não tinham sido concretizados.

E, por exemplo, na comunidade africana que tem mais tempo cá no concelho? Cabeleireiras? Peixeiras?

Há aqui um senhor, que é o marido da D. Z., que está em vias de abrir uma casinha que acho que é de sapateiro. (CLAII)

Quanto ao tipo de vínculos contratuais, como já foi referido, a opinião geral é a de que os trabalhadores imigrantes trabalham em condições marcadas por uma certa precariedade, instabilidade e incerteza quanto ao seu futuro profissional.

Restauração, sim, café, sim, sim, sim, café, maioritariamente, assim porque pronto, também são vagas, são postos de trabalho flutuantes, são os contratos temporários, quando há contrato que isso já é uma grande sorte, não é? Portanto, são tarefas flutuantes, porque pronto reflecte também um bocado o mercado económico, não é? (CLAII)

Sim, tem contrato de trabalho, mas nem todos, as vezes é complicado, primeiro que eles consigam ter um contrato de trabalho é muito difícil, é muito difícil, é uma coisa que eles lutam muito porque só através do contrato de trabalho é que conseguem depois dar entrada nos papéis para o SEF, mas é muito difícil, ainda temos muitos imigrantes que estão a trabalhar mas não têm contrato de trabalho, às vezes pessoas a trabalhar há um ano, dois anos, três anos e que não conseguem. (CLAII)

VALORES FACE À ESCOLA E À ESCOLARIDADE

Em relação aos *valores face à escola*, uma das opiniões mais fortes e mais unânimes é a de que os alunos provenientes do Leste

Europeu, ou descendentes de imigrantes desta região, são alunos extremamente competentes e geralmente com boas notas, destacando-se muitas vezes em relação aos colegas. E segundo os entrevistados, um dos factores que propicia esse sucesso escolar entre estes alunos é o facto de os pais acompanharem de forma dedicada o percurso escolar dos filhos e serem bastante exigentes com estes.

Não, existem ali outros princípios, outros valores, são alunos que vêm com outros valores, que vêm com a, portanto, com a perspectiva do sucesso e que se esforçam muito, muito, muito para terem sucesso na escola e, portanto, e as famílias preocupam-se muito com o sucesso dos alunos na escola, isso estava ontem ou anteontem estava a falar com uma professora de português língua não-materna e verifica, e ela diz-me que existe uma aluna, portanto do Leste, que está cá há 3 ou 4 meses e está quase a mudar de nível no português língua não-materna porque consegue... (agrupamento de escolas)

É assim, até pelo bom desempenho deles na escola eu acho que nas famílias de Leste, aquilo que sentia com alguns pais que nós até convivemos de perto em relação é educação e as pessoas são muito exigentes em relação a educação dos filhos e são muito exigentes com os filhos. (...) Com a comunidade brasileira, isso eles frequentam mas não sinto tanto, tanto esta presença dos pais face à escola é mais próximo da nossa, dos portugueses, sem dúvida. (ONG)

Também é referido que os africanos se encontram bem integrados no meio escolar, mas que o mesmo já não se passa relativamente aos alunos brasileiros, sendo referido que no caso destes últimos, os pais são mais desatentos quanto à situação dos filhos na escola.

E com os africanos que já cá estão há vários anos? Como é que é a relação com a escola?

Quer dizer, estão completamente integradas na escola, não é que muitas vezes os filhos já nasceram cá em Portugal, frequentam a escola portuguesa desde os 6 anos, dos 5 anos. [Não há uma maior taxa de insucesso entre os alunos africanos ou de origem africana?]

Depende, eu não considero que haja uma maior taxa de insucesso nesses alunos, eu acho que são alunos que estão perfeitamente integrados na nossa escola. (CLAII)

SUCESSO, INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

Abordando em primeiro lugar o *abandono escolar*, verificamos que, por um lado, alguns entrevistados consideram que, em geral, os jovens estão integrados na escola e que os casos de abandono são meramente pontuais. Por outro lado, um entrevistado com ligação ao meio escolar refere que o abandono escolar acontece frequentemente com estudantes imigrantes, nomeadamente nos jovens de origem brasileira, angolana e cabo-verdiana. Um outro actor institucional entrevistado e ligado à autarquia afirma que o acesso à escola é mais ou menos difícil, consoante as nacionalidades: se no caso dos brasileiros é mais fácil, devido à semelhança da língua, no caso de algumas nacionalidades dos países do Leste da Europa poderá ser um entrave ao acesso e permanência no sistema de ensino.

O que acontece, e isso acontece muitas vezes com as crianças de Leste, lá está, com a comunidade romena que muitas vezes não tem como objectivo inserir aquelas crianças na escola, que eles não trazem o certificado de habilitações, não tem possibilidades económicas para o traduzir e muitas vezes a escola também é muito complicado, e às vezes coloca-se questões a nível da língua e etc. (...) Com a comunidade brasileira não temos, acho que não existem problemas, portanto a língua é a mesma não temos problemas no acesso à educação. Com a comunidade da Europa de Leste às vezes é um bocado complicado em termos de se notar algumas pessoas que depois quando vão ao atendimento nós descobrimos que aquela criança não está a frequentar a escola e tentamos accionar mecanismos com as escolas e tentamos falar com a família no sentido dela colocar essa criança na escola... (CLAII)

No que toca ao *sucesso e insucesso escolar*, a opinião geral é a de que as crianças provenientes do Leste europeu e quando inseridas no sistema de ensino, são das que têm mais sucesso. Os cabo-verdianos são também considerados casos de sucesso escolar por

um dos entrevistados ligados à autarquia (contrariando o que foi referido pelo entrevistado ligado ao meio escolar). Já no que respeita aos imigrantes brasileiros considera-se que estes têm dificuldades a nível escolar.

(...) recordo-me até há uns anos porque tenho acompanhado até por relações de amizade com a comunidade cabo-verdiana, muitas organizações e nunca se organizou enquanto tal apesar de ser uma presença viva e portanto desde há muitos anos na Quinta do Conde a verdade é que os mais novos actualmente estão todos na faculdade e por isso tiveram um percurso perfeitamente normal. (serviço público municipal)

As de Leste sim, noto, sem sombra de dúvida, porque nós também aqui vamos conversando com eles a saber como é que as coisas estão a correr e mesmo com o Programa Escolhas, que faz intervenção nas turmas, mas as crianças de Leste normalmente são os melhores alunos da turma. Com os brasileiros há assim mais algumas dificuldades. (ONG)

PRÁTICAS LINGÜÍSTICAS

No que se refere às *línguas* faladas pelos grupos imigrantes, segundo os entrevistados, o português é bastante falado, uma vez que grande parte dos imigrantes do concelho são provenientes do Brasil e dos PALOP. Verificando-se também casos em que são faladas duas línguas, variando conforme o contexto. A língua materna, a segunda língua e alguns dialectos são mais utilizados quando se trata de comunicar com os seus compatriotas, como se passa por exemplo em relação à utilização do crioulo por algumas comunidades africanas.

(...) há culturas que fazem, que estão a dar continuidade, mesmo estando num país diferente, dar continuidade à linguagem. Fazendo os possíveis para falar a própria língua, ou às vezes falando as duas línguas, falando o português mas falando o crioulo, ou outros dialectos. (ONG)

No entanto, é também referido que relativamente a outras nacionalidades há mais dificuldades na aprendizagem da língua da sociedade de acolhimento, logo tendem a utilizar maioritariamente as línguas maternas, como é caso, por exemplo, dos indianos, búlgaros e russos.

Internamente continuam a falar indiano, sim... é o normal. Países de Leste, há mais predominância de búlgaros (...) e falam como língua corrente do dia-a-dia, o búlgaro. (ONG)

(...) os russos e isso é que as vezes é difícil, mesmo pessoas que já estão cá há anos, às vezes têm alguma dificuldade ainda em falar connosco, mas eu acho que eles também se esforçam imenso para que nós os tentemos compreender (...). (CLAII)

Outra das situações que, segundo alguns dos entrevistados, começa também a ser frequente, principalmente entre as crianças e jovens de origem africana e do leste europeu, é estes deixarem de utilizar, ou não chegarem mesmo a aprender as línguas do país de origem dos progenitores, o que é mais visível relativamente ao crioulo e ao russo.

É que já estão cá há algum tempo e vão tendo os filhos e o que acontece é que os filhos nascendo cá vão aprendendo o português, não é. E depois há a necessidade de os próprios filhos que falam português, não sabem russo (...). (ONG)

Eu gosto mais de falar crioulo até com a portuguesa eu falo crioulo e ela já me percebe, mas só que os miúdos, por exemplo, a minha filha não fala, há miúdos que nasceram cá, que são cabo-verdianos não falam. (associação informal)

Não é natural falarem crioulo?

Falam mas muito pouco, já não é uma coisa tão fluente, alguns, penso até por desusos e também pela total integração no novo regime. Penso que até alguns deles, os mais velhos, actualmente assumem-se como portugueses de coração, como eu costumo dizer e tem um certo distanciamento com a língua materna... (serviço público municipal)

PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

Em relação à temática da *discriminação e racismo*, os entrevistados entendem que não se verificam actos muito visíveis e sistemáticos de discriminação e racismo dos autóctones face aos imigrantes. Ainda assim, referem a existência de alguns casos na escola e relacionados com o mercado de trabalho, subsistindo ainda neste meio a opinião de que os imigrantes são uma ameaça ao emprego dos nacionais (ou seja, uma ameaça realista), o que se pode manifestar em conflitos em torno da competição por recursos económicos, sociais e políticos que possam pôr em causa o bem-estar do *ingroup* (Stephen & Renfro, *in* Mackie & Smith (eds.), 2002: 197).

(...) de facto há pouco disse os cidadãos nacionais perante os imigrantes, se de facto às vezes existe algum, enfim, alguma opinião menos favorável isso também repercute-se na situação que se vive, não é? Porque quando a situação não está bem, quando estamos em crise, temos automaticamente tendência de justificar e arranjar um motivo ou algo que justifique o que é que a situação. (CLAII)

É assim, nós agora quando falámos com eles todos foi o que eles disseram, as crianças às vezes são sempre um bocadinho mazinhas umas com as outras e daí às vezes os professores às vezes começaram a sentir esta necessidade de realizar estas acções de sensibilização mas nada também de muito grave, não é realmente, são aquelas questões que às vezes se colocam nas salas de aula, alguns comentários menos correctos que possa fazer mas nada por aí além. (CLAII)

Ainda relativamente aos actos de discriminação que envolvem autóctones e imigrantes, um dos entrevistados afirma que, por vezes, os imigrantes poderão perceber e amplificar situações de tratamento desfavorável quando estas não o são na realidade. No fundo, o que está aqui em jogo é a descoincidência entre auto e hetero percepções face a este tipo de situações.

O “OUTRO”, O ESTRANGEIRO: SOCIABILIDADES E MODOS DE SER

Quanto às *relações entre autóctones e imigrantes*, segundo as percepções dos entrevistados estas parecem ser, no geral, positivas e pacíficas, pois, tal como refere um dos entrevistados, a própria Quinta do Conde foi desde a sua constituição um local de acolhimento quer de migrantes internos quer de movimentos de migrantes provindos do estrangeiro.

Até porque, só para dizer, se formos falar de um caso prático. Não sei se vou responder a uma próxima pergunta. Há situações que as próprias colectividades, que estão cá desde o início da construção da vila, começaram com pessoas das Beiras e doutros sítios, já têm um sentido de abertura tão vasto, que já permitem que determinadas comunidades e grupos organizados, por exemplo de danças etnográficas, possam ensaiar dentro desses espaços. Logo há uma abertura não é, senão nem lhes abriam as portas. (ONG)

As relações intra imigrantes reflectem-se em relações de convivência interna mais intensa, principalmente entre romenos e brasileiros; enquanto as relações de inter-ajuda são mais visíveis especialmente nos cabo-verdianos e nos angolanos.

Em relação à outra população, a angolana, cabo-verdiana e não sei quê, eu acho que também existe uma certa inter-ajuda. Tanto... estas pessoas, também muitas delas não vêm sozinhas, não é? Vêm porque existe cá alguém... (agrupamento de escolas)

(...) vejo que há a preocupação de ao fim de semana a malta romena junta-se toda no mesmo sítio, a malta brasileira gosta muito de churrasco e de se juntar e de comer ali a divertir em convívio, isso eu vejo que sim, que há essa preocupação de eles se reunirem todos e de não só com os outros imigrantes da mesma origem mas também com pessoas de cá. (serviço público municipal)

Quanto às opiniões sobre as *relações entre imigrantes de diferentes países de origem* as opiniões parecem dividir-se um pouco, sendo que há quem afirme que as relações existem e são de inter-ajuda, subsistindo também a opinião de que a maior parte dos grupos imigrantes são fechados sobre si mesmos, não interagindo muito entre si e com a sociedade envolvente.

E as sociabilidades entre estes vários grupos de imigrantes existem ou não?

Não, não, nada, são normalmente grupos fechados sobre si próprios, a comunidade brasileira talvez entre ela conviva muito, ou pela via religiosa ou mesmo pela via mais lúdica, mas entre elas não. Não há assim grande relação. (serviço público municipal)

De acordo com os entrevistados, de uma forma geral, não existem tensões e conflitos de cariz discriminatório e racista intra e entre os grupos imigrantes.

Entre grupos de imigrantes, também, também estou a ver rivalidade entre comunidades também não estou a ver pelo menos nesse ponto não transpira cá para fora, não é? Entre eles é como eu às vezes digo, portanto isso é como na nossa casa, às vezes há desentendimentos, falta de comunicação ou quebra de comunicação, portanto são cidadãos como nós, não é? Portanto não... (CLAII)

As percepções em relação ao *modo de ser e aos atributos pessoais* dos imigrantes apresentam variabilidades consoante as diferentes nacionalidades. Para grande parte dos entrevistados, o grupo imigrante mais fechado, mais reservado e que se dá menos a conhecer é o chinês. Mesmo tendo em conta que a sua actividade profissional implica interacção com os clientes, estas relações económicas dificilmente extravasam para um plano mais pessoal.

É muito fechada, portanto tem os seus próprios mecanismos, portanto, enfim, nós entramos nas lojas e somos simplesmente cliente como é óbvio não há neste momento qualquer outro tipo de abordagem, mas também não é muito representativa nem dominante aqui mas como falou em comércio é evidente que temos lojas da comunidade chinesa aqui (...). (CLAII)

Também os imigrantes indianos são percepcionados como sendo um grupo muito reservado e fechado, embora um dos entrevistados afirme que os indianos acabam por ser um pouco mais acessíveis no que toca a divulgação de alguns aspectos culturais. Já os imigrantes do Leste europeu são considerados reservados e fechados, mas também lhes são associadas outras características, nomeadamente, serem dedicados, esforçados, empenhados e serem exigentes com os filhos, por exemplo, em relação à escola.

Mesmo nas comunidades de Leste, também os homens muito. Não são muito abertos no sentido de transmitirem... eu não digo anular a cultura, mas não nos passam muito

o que é que fazem. Muitas vezes não falam das tradições, porquê? Porque também já estão muito marcados pelo próprio país que largaram, não é. (ONG)

Os brasileiros, por outro lado, são percebidos como sendo pessoas mais abertas, mais acessíveis do ponto de vista da comunicação e com maior facilidade em estabelecer relações que extravasem o seu *ingroup*. São também conotados como sendo pessoas extrovertidas, entusiastas e que gostam de conviver em períodos de lazer, embora privilegiem nos seus relacionamentos o convívio com os seus conterrâneos.

(...) mas realmente às vezes com os utentes brasileiros nota-se que existe uma maior facilidade de comunicação, de desabafarem connosco, de nos contarem a história de vida, de mostrarem fotografias dos filhos, acontece muito frequentemente. (CLAII)

É assim, os brasileiros são uma comunidade mais, mais extrovertida e que faz transparecer que se encontra mais, por exemplo ao final da tarde. Eu já tenho passado ali, principalmente a nível da aldeia do Meco e Alfarim, muitas vezes encontram-se à tarde para beber a sua cervejinha e etc.. (CLAII)

Quanto aos africanos no geral, são percebidos como imigrantes mais acessíveis e que se misturam mais com os autóctones. No entanto, para alguns entrevistados, nomeadamente para uma entrevistada de origem guineense, os marroquinos e guineenses são muito mais reservados do que os outros africanos.

Os africanos já não são tanto assim, já se conseguem misturar mais na população. (igreja)

Guineenses são um povo muito fechado, muito, toda a gente sabe, somos povo tipo chineses. Somos povo muito fechado mesmo, não gostamos muito de falar da nossa vida privada. (associação informal)

É assim, aquilo que sinto. Por exemplo a população marroquina até porque é mais fechada, pelo menos eu sinto isso, mesmo as próprias miúdos aqui são mais reservados, não sei. (ONG)

Quanto à importância que os imigrantes atribuem às relações de conjugalidade, alguns dos entrevistados acabam por considerar que, em particular, existem algumas diferenças na importância do casamento no que concerne a determinados grupos migrantes. É referido que os homens africanos apesar de valorizarem o casamento incorrem muitas vezes em situações de infidelidade e de poligamia. Nos depoimentos, denota-se a ideia de que tal é considerado normal e até uma característica cultural, como refere um dos entrevistados. Em relação aos marroquinos, um dos entrevistados considera que estes dão bastante importância ao casamento, devido à sua religião, mas que o mesmo talvez já não aconteça em relação aos imigrantes provenientes do Brasil.

Dar importância, depende. Dar importância até dão. Mas, por exemplo, nos africanos existe uma situação, que também está a acontecer já nos portugueses, que é situações de várias mulheres por exemplo. Há tipo a mulher principal, digamos assim, não estou a falar entre as pessoas da igreja, estou a falar na população em geral. Mas depois existe situações de infidelidade e às vezes até grandes problemas por causa disso, não é (...). Portanto, está a ver que são situações muito difíceis. E depois também depende da nacionalidade. Mesmo entre os africanos há nacionalidades que são mais fortes neste tipo de situações. Imagine situações do género que até os próprios pais acham normal o relacionamento deste tipo, porque já é cultural. (igreja)

Já no que toca ao papel do género na vida familiar dos grupos imigrantes, a opinião geral é a de que é o homem é o elemento dominante, que tem mais importância, sendo referido principalmente o caso dos PALOP, em que é claramente o homem o “chefe de família”, sendo esta opinião veiculada inclusive por um entrevistado de origem africana. Em relação ao que se passa entre os imigrantes da Europa de Leste, os entrevistados afirmam não conseguir perceber quais são as suas características a este nível, porque se trata de um grupo muito fechado, não sendo fácil aceder a aspectos da vida privada destes imigrantes.

Eu acho que sim, comparativamente às outras, a comunidade de Leste que é uma comunidade mais reservada, acho que sim, acho que são valores diferentes e comparativamente às pessoas oriundas dos PALOP, que são situações diferentes, em que o papel da mulher, pronto assume um papel mais reservado, por exemplo eu recorde-me quando foi o início do grupo das Batucadeiras, às vezes não era muito fácil elas saírem de casa para irem ensaiar. Foi também um processo de habituação dos maridos, portanto elas saem mas elas trazem os filhos para o ensaio. (CLAII)

Acontece muito, muito, muito, que os homens têm ainda mais: “Ah tenho que ir para casa, porque o meu marido está em casa, aí não-sei-quê, o meu marido, tenho que ir fazer jantar porque o meu marido está a chegar!”. (...) Não, isso é mais aos pretos. “O meu marido está em casa, não posso sair”. (associação informal)

No entanto, um dos entrevistados ligados à autarquia tem uma outra opinião relativamente aos africanos, assim sendo e na sua perspectiva a mulher tem uma posição dominante na família, já que é sobre ela que recai a gestão da família e das relações com o exterior, nomeadamente com os serviços instituições.

É possível se bem que eu tenho ideia que a mulher africana é matriarca, nós achamos que não, eu penso que a mulher africana é uma mulher que domina a gestão da família e a gestão da comunidade e a verdade é que se nota, por exemplo as Batucadeiras são Batucadeiras, são mulheres (...). Para eles eu penso que é um pouco isso, o trabalho

externo, o homem não se envolve muito nesta relação da comunidade da assistência social, da doença, o homem africano pelo menos aqueles que eu conheço têm a empresa, gere a empresa ou trabalha nas obras, trazem o dinheiro mas depois tudo o resto é do suporte, da responsabilidade, da gestão da mulher... (serviço público municipal)

VALORIZAÇÃO VERSUS DESVALORIZAÇÃO CULTURAL E INTEGRAÇÃO

A opinião mais comum entre os entrevistados é que normalmente se observa entre os imigrantes uma tendência para o hibridismo cultural, conciliando a cultura do país de origem com a cultura do país de acolhimento, não se denotando atitudes e práticas de resistência e de desvalorização cultural. Assim, os imigrantes assimilam alguns aspectos da cultura portuguesa, adaptando-se à sociedade de acolhimento, continuando a valorizar aspectos da sua cultura de origem, sendo que um dos entrevistados, ligado a uma ONG, fala inclusive numa “cultura de fusão”. No entanto, a preservação da cultura de origem é mais evidente entre os cabo-verdianos.

Não é tão perceptível. Porque há uma coisa que acontece, e que é muito frequente para os imigrantes, que é a situação que quando nós vamos para um país temos que adaptar-nos às características e às questões sociais desse país. E o que acontece, é o que nós chamamos é a cultura de fusão, que é assim, eles trazem um pouco da sua cultura do país de origem. Sentem necessidade de fazer festas, para comemorar as raízes... só que o que acontece é que nasce uma nova cultura, que é uma fusão. (ONG)

(...) há culturas que aí sim, posso dizer que... há culturas que fazem, que estão a dar continuidade, mesmo estando num país diferente, dar continuidade à linhagem. Fazendo os possíveis para falar a própria língua, ou às vezes falando as duas línguas, falando o português mas falando o crioulo, ou outros dialectos. A comunidade cabo-verdiana faz. A

angolana, posso dizer que nem tanto, são capazes de se desligarem muito nesse sentido. (ONG)

No entanto, a percepção da mistura entre as culturas majoritária e minoritária, apesar de ser a mais comum não é a única, sendo que um dos entrevistados refere a existência de processos de relativa assimilação por parte de alguns imigrantes e seus descendentes, na medida em que desvalorizam alguns elementos culturais do seu país de origem, ou do país de origem dos seus pais, o que é mais comum no domínio linguístico, principalmente entre as segundas e terceiras gerações de africanos. No entanto, também se notam dinâmicas de reatualização de práticas culturais do país de origem em contexto migratório, como é o caso do grupo das Batucadeiras.

É curioso, nós tínhamos aqui dois exercícios nesse sentido, com jovens em que havia várias línguas, lançámos um repto de fazer um pequeno vídeo em que cada um contava um pouco uma prole ou uma história da sua língua materna. O que aconteceu foi que aquilo resumiu-se a uma frase porque a maioria deles não quis trazer ou não quis escrever ou não quis ler nada na sua língua, para nós foi uma surpresa porque eles na realidade ainda convivem relativamente bem uns com os outros. Nós fizemos foi colocar as bandeiras das várias nacionalidades que frequentam a loja, os dados estatísticos de cada um dos países e fizemos o vídeo, mas o vídeo ficou apenas a dizer um frase, que nós dissemos em português e que eles depois traduziram para a sua língua de maneira que o objectivo inicial era que fossem para casa e que falassem com os pais, contassem uma pequena história, e que a história fosse escrita na língua materna, mas na realidade não houve essa apetência. (serviço público municipal)

Os africanos, eu penso que ainda estão numa fase de descoberta porque após tudo isto, aqui na Quinta do Conde, por exemplo aquele projecto das Batucadeiras, elas próprias se tem descoberto a si próprias, as suas origens. Penso que houve aqui um espaço e que foi o espaço de adaptação à cultura dominante que fez com que determinado conceito cultural que eles tinham ficasse marginal e por isso agora é uma descoberta. (serviço público municipal)

Existe ainda a percepção de que, por vezes, poderá também haver alguma resistência da população imigrante em adaptar-se à cultura majoritária, sendo isso mais visível entre os imigrantes homens, mais idosos e nos grupos imigrantes mais fechados, como os chineses, indianos e alguns imigrantes do Leste europeu.

Resistência, talvez mais da... das pessoas mais... dos anciãos. Os anciãos, pronto a geração que está agora a desaparecer aos poucos, porque as pessoas chegam a determinada altura da velhice e acabam por falecer. Pessoas que vêm do período colonial e

que foram a maior parte são pessoas... pessoas que ainda sofrem stress pós-traumático do período... (ONG)

Não, porque é assim, a própria cultura chinesa, e sendo uma cultura muito fechada também. A China é um país que em termos de sociedade são muito frios, nas atitudes, são coisas que não... que fogem um bocado à questão ocidental. (ONG)

Os indianos, parece-me mais, aliás o curioso disto basta irmos a um restaurante chinês e um restaurante indiano para percebermos a diferença, normalmente vamos a um restaurante indiano e a televisão está ligada no canal indiano, estamos a jantar ou no almoço e estamos ali a apanhar as notícias, eles têm orgulho em mostrar. (serviço público municipal)

Esta questão não deixa de se interligar com a integração, já que alguns entrevistados referem que em certos grupos imigrantes há um maior fechamento face ao exterior, privilegiando as relações com os seus compatriotas, acabando por ficarem isolados em contexto migratório. Isto acontece, na opinião de alguns entrevistados, porque o seu objectivo principal é trabalhar e juntar dinheiro, acabando por deixar a relação com a população autóctone e respectiva cultura, para segundo plano, como é o caso dos brasileiros, indianos e romenos. Já relativamente aos africanos, a opinião de um dos entrevistados é de que estes, pelo contrário, acabam por se misturar mais com a população autóctone.

Olhe eu olhando assim rapidamente para os chinês, para os indianos sim, porque eles não só se integram como de certa forma estão a montar o negócio não é, talvez mais os chineses porque os chineses metem os filhos na escola passam por uma vida de cidadania activa, os indianos parece-me que não, dá-me ideia que sim senhor tem o negócio, mas aquilo é um negócio das nove à meia-noite e depois é dormir e no outro dia é das nove à meia-noite. Já é um trabalho mais... os outros, os brasileiros, os romenos penso que não têm muito tempo sequer para a integração, acho que é realmente o trabalho das obras, ou seja, tudo aquilo que fazem é trabalho. (serviço público municipal)

No entanto, uma das opiniões vai um pouco em sentido contrário, pelo menos em relação aos brasileiros e romenos, referindo que estes para além de se juntarem com os seus congéneres nos tempos de lazer estendem também esses convívios à população autóctone.

Quanto às maiores dificuldades de integração, as opiniões a esse respeito parecem focar a questão da aprendizagem e do domínio da língua portuguesa, a falta de informação ou dificuldades na sua obtenção, a precariedade do emprego, e ainda, o fechamento em torno do *ingroup*.

Que eu tenha conhecimento não, às vezes há a barreira da língua sim ao início, mas geralmente há sempre um amigo deles ou familiar que os acolhe e que ultrapassa essa barreira. (serviço público municipal)

(...) aliás, por incrível que pareça, tirando as pessoas provenientes dos PALOP, que têm uma grande familiaridade com a língua, os países de Leste são das comunidades que se adaptam com maior rapidez à língua portuguesa. (ONG)

INSTITUIÇÕES, SERVIÇOS E MEDIDAS QUE MAIS APOIAM OS IMIGRANTES

Em relação às instituições ou serviços mais mencionados pela maioria dos entrevistados no que toca ao apoio aos problemas e integração dos imigrantes é principalmente focado o papel da Câmara Municipal através de dois dos seus serviços, nomeadamente o Espaço Cidadania e a Onda Jovem. Estes dois serviços são de facto os mais referidos, principalmente o antigo CLAII, agora denominado Espaço Cidadania. Para além destes, são ainda referidos também o projecto PIPA, as Batucadeiras de Coração Aberto (apesar de serem um grupo informal), a Cercizimbra através do seu programa Escolhas, algumas associações recreativas e desportivas da Quinta do Conde e ainda outros organismos associados à autarquia como o CLAS (Concelho Local de Acção Social) e os Núcleos de Acção Local.

Pronto, isso remete-nos em termos de comunidade imigrante depois nas camadas jovens, isso remete-nos para outros serviços que de facto a câmara também tem, como a nossa loja Onda Jovem, portanto aqui na Quinta do Conde como em Sesimbra. (CLAII)

(...) eu conheço melhor o que é das Batucadeiras do Coração que é da Quinta do conde, que é um grupo de batuques, que também tem pessoas principalmente do continente africano mas depois também tem muitos portugueses já a actuar no grupo. (...) Daquilo que sei, eu acho que a 1ª iniciativa

nossa foi mesmo com o programa Escolhas, depois visava o abandono escolar, a prevenção do abandono escolar precoce mas também muito esta questão da população e da integração da população. (ONG)

Os projectos que podemos falar é o projecto PIPA, o projecto de inclusão pela arte que foi visitado recentemente pelo Presidente da Republica, o projecto boas práticas à inclusão social dos jovens. (serviço público municipal)

Estas instituições e serviços tentam *contribuir para a resolução de problemas* que possam dificultar a boa integração dos imigrantes no concelho em vários domínios. O Espaço Cidadania contribui para a resolução de algumas dificuldades no processo de regularização dos imigrantes, actuando muitas vezes como intermediário entre estes e outros serviços como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, escolas ou o centro de saúde, ou até mesmo a nível da obtenção de emprego, através do seu Gabinete de Inserção Profissional, e ainda pelo simples facto de esclarecer algumas questões burocráticas e disponibilizar informações a vários níveis. A Onda Jovem, por outro lado, incide a sua acção sobretudo na integração dos jovens, disponibilizando-lhes equipamentos, tentando “abrir horizontes” através das suas actividades e prestando mesmo apoio psicológico e emocional quando necessário. O projecto PIPA tenta trabalhar numa perspectiva de interculturalidade, promovendo o contacto com as artes. Saliente-se ainda programas como o Escolhas, neste caso promovido pela Cercizimbra, que tenta agir ao nível da integração das crianças e jovens imigrantes nas escolas, propiciando o seu contacto com a própria escola, com os seus pares e mesmo com a língua portuguesa.

É assim, no fundo o principal problema dos imigrantes quando chegam cá é a questão do trabalho porque o trabalho também é algo que depois lhes permite conseguirem obter a sua regularização. E agora, este ano também, nós já trabalhávamos em parceria com o IEF, tínhamos uma UNIVA que agora se transformou em GIP, e agora também já temos um GIP dentro do Espaço Cidadania que, portanto, sempre que algum utente chega ao Espaço Cidadania pode ser logo encaminhado directamente para esse GIP sem ter que se deslocar. Portanto, temos essa área do emprego que é extremamente importante, depois temos a área da regularização que é uma área fundamental que evita que as pessoas, por exemplo se tenham que deslocar ao SEF inúmeras vezes. As pessoas muitas vezes já vão com os processos todos instruídos, nós fazemos a marcação no SEF e depois chegam lá e é só apresentarem a documentação. Podem ter que regressar lá mais uma vez para apresentar documentos novos, mas á partida a situação do utente fica resolvido. E com as escolas também acho que tem-se vindo a realizar um bom trabalho. A questão do acesso, principalmente dos meninos que chegam muitas vezes sem terem os documentos traduzidos, etc., portanto este serviço também permite

muito que haja uma desburocratização de certas coisas que às vezes a escola exige, o centro de saúde exige, etc. (CLAII)

No fim é aberto janelas ou pelo menos tem facultado descobertas novas. Não sei se resolve os problemas por si só, mas de certo abrirá novos horizontes e novos caminhos a esta população juvenil, encontramos também algum acompanhamento às vezes também individualizado até do ponto de vista da psicologia que possa ajudar um jovem em algum momento e já aconteceu em situações concretas jovens que estão no desemprego e frequentam a loja e nós até vemos que há ali alguma inactividade e portanto é feito o nosso trabalho com eles no sentido de ajudar... (serviço público municipal)

CONTRIBUTOS DOS IMIGRANTES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESAFIOS QUE SE COLOCAM AO CONCELHO

As opiniões dos entrevistados sobre os *contributos da população imigrante para o desenvolvimento local* concentram-se em três esferas: ao nível do desenvolvimento do tecido económico, uma vez que, segundo alguns dos entrevistados, são os imigrantes que exercem praticamente qualquer tipo de actividade laboral, aceitando postos de trabalho que são rejeitados pela população autóctone; na renovação das gerações, contribuindo para o aumento da natalidade no concelho e no país; e ainda no plano cultural, sobretudo, na divulgação gastronómica do seu país de origem.

Sim, olhe, é assim, pelo menos, isto independentemente das condições, não é? De trabalho ou as condições de vida serem duras mas de facto para uma dinamização do tecido económico com certeza, para manter a taxa de natalidade pelo menos não negativa, sim, com certeza (...) as senhoras pela gastronomia, “ai que cheirinho é aquele, que prato é aquele que eu não conheço?”. Nos homens se calhar noutros aspectos, sei lá, por exemplo, temos um senhor que é engenheiro florestal, não é? Não exerce, não exerce aqui, mas com certeza ajuda o vizinho porque na horta ou no jardim. (CLAII)

(...) porque são trabalhos pesados, o facto é que são, e o facto é que pelo que eu me tenho apercebido se não forem muitas vezes estas pessoas a fazerem estes trabalhos acaba por haver alguma dificuldade depois em as entidades patronais conseguirem arranjar trabalhadores que desempenhem estas funções, agora é assim, estas funções muitas vezes também são muitas vezes mal remuneradas não é. (CLAII)

Quanto aos desafios que se colocam ao concelho, estes, segundo um dos entrevistados, passam por uma melhoria das condições de vida de todos e em relação à freguesia da Quinta do Conde. Segundo outros dois entrevistados, é ainda necessário tentar consolidar e reforçar a identidade da freguesia, uma vez que é um local cada vez mais marcado pela diversidade étnica e cultural, com uma história recente e com um rápido crescimento populacional, sendo indispensável reforçar o sentimento de pertença local.

É assim, aquilo que, a zona de Sesimbra não é uma zona, portanto há muita coisa que fazer que, a Quinta do Conde por exemplo especificamente, a Quinta do Conde é um local relativamente recente digamos assim não é, que cresceu muito rapidamente, mas que é relativamente recente e mas que tem uma grande multiculturalidade também não é, tem muita gente de origens completamente diferentes eu já conheço a Quinta do Conde desde os meus 8 anos, ainda tinha 50 habitantes, é uma coisa que cresceu rapidamente com uma grande diversidade de coisas e acho que falta consolidar... (ONG)

O grande desafio aqui é exactamente a identidade, como é uma freguesia muito recente e como a sua construção a partir de origens muito diversificadas eu pensou que a construção da identidade, nomeadamente da população mais jovem talvez seja o mais difícil desta freguesia ao contrário de Sesimbra propriamente dito, Santiago, em que há uma identidade com a pesca, com uma história construída aqui Quinta do Conde tem uma história que está a ser construída e é um puzzle, todo um conjunto de culturas, um conjunto de gerações que está agora a emergir, portanto é uma história que se está a construir. (serviço público municipal)

SÍNTESE CONCLUSIVA

Fazendo agora uma síntese do que foi dito pelos actores socioinstitucionais entrevistados, concluímos que estes consideram que o volume do fenómeno migratório no concelho, apesar de ter aumentado ao longo dos anos, parece que nos últimos tempos ter vindo a estagnar, ou até mesmo a diminuir.

Os imigrantes do concelho são percepcionados como sendo, na sua maioria, jovens ou adultos em idade activa. As opiniões dividem-se quanto ao número de homens e mulheres,

sendo que por um lado há quem considere que há um equilíbrio, mas por outro, há alguns entrevistados que alegam que há uma prevalência dos homens, uma vez que estes tendem a migrar sozinhos, chegando em fase ulterior a mulher e o resto da família. Os dados da análise quantitativa indicam precisamente que entre a amostra por nós recolhida a proporção de homens e mulheres é relativamente equivalente, no entanto, confirma-se que há mais homens a alegar ter migrado sozinhos para Portugal. Em relação ao tipo de famílias, as opiniões dos entrevistados também divergem, sendo declarado que existem famílias monoparentais, nucleares e também numerosas, não existindo portanto um consenso. As representações sobre o grau de qualificação escolar variam consoante as diferentes nacionalidades, sendo a opinião mais geral, que os brasileiros e oriundos dos PALOP têm níveis de escolaridade mais baixos e que os europeus de leste são os mais qualificados. Quanto às profissões dominantes, os homens continuam a inserir-se em sectores como a construção civil (brasileiros e europeus de Leste), hotelaria e restauração (brasileiros e indianos), comércio (chineses), enquanto as mulheres se inserem na hotelaria, limpezas, apoio familiar (mais no caso das mulheres do Leste europeu), e algumas funções pouco qualificadas em serviços públicos e afins (mais no caso das africanas). Estas opiniões divergem um pouco dos resultados do inquérito. As mulheres (e em particular as de nacionalidade brasileira) inserem-se no pessoal dos serviços e vendedores, bem como na dos trabalhadores não qualificados (bastante frequente entre os imigrantes do Leste europeu). Entre os homens a categoria profissional mais frequente é a dos operários e artífices (nacionais dos PALOP, do Brasil e dos países Europa de Leste); enquanto os asiáticos se inserem quer nos dirigentes e quadros superiores, quer no pessoal dos serviços e vendedores.

No que toca aos locais de residência da população imigrante, a opinião mais consensual é a de que estes se encontram dispersos por todo o concelho, não havendo áreas de forte concentração, sendo no entanto evidenciada a maior visibilidade de brasileiros e marroquinos nas freguesias do Castelo e Santiago, e de europeus de Leste, indianos e africanos na Quinta do Conde.

No que concerne à situação sócio habitacional, os entrevistados são de opinião de que a maioria vive em apartamentos ou moradias arrendadas, ou ainda, nalguns casos, em anexos ou partes de casas. Esta informação vai de encontro aos dados por nós colhidos, uma vez que a maioria dos imigrantes habita em alojamentos clássicos, existindo ainda alguns casos de pessoas que residem em partes de casas ou anexos, maioritariamente em regime de arrendamento. É ainda referido a tendência para a sobrelotação dos fogos e a precariedade das condições.

No que toca ao abandono escolar, não há uma opinião unânime, já que alguns dos entrevistados afirmam que tal não é um fenómeno comum entre os alunos imigrantes; porém, um

dos entrevistados, ligado ao meio escolar evidencia a existência de situações de abandono entre brasileiros, angolanos e cabo-verdianos. Quanto ao sucesso e insucesso, grande parte dos entrevistados considera que os europeus de Leste se caracterizam por um bom aproveitamento, assim como também os africanos têm geralmente boas taxas de sucesso, o mesmo já não se passando em relação aos brasileiros.

A maior parte dos entrevistados pensa que não existem casos sistemáticos de discriminação e de racismo face aos imigrantes do concelho, quando tal se verifica ocorre geralmente no mercado de trabalho e na escola. Também os dados primários demonstram que a maioria dos entrevistados nunca se sentiu vítima de discriminação étnico-racial. As relações entre os autóctones e imigrantes parecem ser pacíficas e as relações intra-imigrantes parecem assentar em relações de entreajuda.

No que toca à valorização ou desvalorização cultural, as opiniões variam um pouco, sendo de evidenciar a ideia da existência de um certo hibridismo cultural, assim como de processos de assimilação cultural, encontrando-se ainda alusão a atitudes que denunciam uma certa resistência face à cultura maioritária, principalmente por parte dos mais idosos ou dos grupos imigrantes que se fecham mais sobre si. É também referido que alguns grupos migrantes, por se dedicarem principalmente ao trabalho, acabam por não ter abertura e disponibilidade para estabelecer relações de sociabilidade com os autóctones, o que parece ser mais frequente entre os brasileiros e indianos. Esta é uma das dificuldades de integração apontadas pelos entrevistados, assim como a barreira linguística e a dificuldade em obter informações.

Parece haver atributos associados ao modo de ser de cada grupo migrante. Os chineses, indianos, marroquinos, guineenses e europeus de Leste são considerados como sendo grupos mais reservados, sendo os brasileiros considerados como mais extrovertidos e comunicativos e os africanos em geral (excluindo os guineenses e os marroquinos), são considerados como os mais acessíveis e com maior facilidade de relacionamento com os autóctones.

Quanto às práticas linguísticas, é referido que o português é bastante falado, assim como a situação de serem faladas duas línguas, divergindo conforme os contextos. Segundo alguns dos entrevistados, são também perceptíveis situações em que a língua materna é abandonada pelas novas gerações e substituída pela língua portuguesa.

Em relação às actividades económicas de iniciativa dos grupos imigrantes, estas inserem-se sobretudo nos domínios do comércio, restauração e da prestação de serviços. Estas são ainda situações pontuais e pouco visíveis no concelho.

A instituição mais referenciada relativamente ao apoio à integração dos imigrantes foi a autarquia de Sesimbra, através do Espaço Cidadania e da Onda Jovem, sendo também

referidos outros serviços como o PIPA, as Batucadeiras de Coração Aberto, o programa Escolhas da Cercizimbra, e ainda o CLAS, os Núcleos de Acção Local e as colectividades desportivas da Quinta do Conde.

Segundo alguns dos entrevistados, a população imigrante potencia o desenvolvimento local através do seu contributo para a economia concelhia e do país, o que é mais evidente no exercício de postos de trabalho que os autóctones rejeitam ou desvalorizam, na demografia, contribuindo para o aumento do número de nascimentos e no plano cultural, sobretudo no domínio gastronómico. As opiniões a respeito dos desafios futuros para o concelho vão no sentido da melhoria geral das condições de vida e do reforço da identidade local, principalmente, da Quinta do Conde dada a sua expansão e crescimento recente, bem como do sentimento de pertença dos seus habitantes.

X – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo possibilitou ficar a conhecer com um certo grau de profundidade a população imigrante residente no concelho de Sesimbra; assim, não só ficámos a saber, quem são estes protagonistas sociais, mas também quais as suas características sociodemográficas, profissionais, culturais, as suas condições de vida, alguns elementos da sua história migratória e do seu processo de integração, bem como algumas das dificuldades e carências por que passaram, ou ainda passam actualmente na sociedade de acolhimento. Sendo toda esta informação fornecida pelos próprios imigrantes, bem como por algumas das instituições ou serviços que trabalham com, e junto dos mesmos, pensamos que estes dados pela sua actualidade podem fornecer pistas para uma intervenção mais próxima e ajustada às dinâmicas e lógicas de funcionamento do fenómeno migratório ao nível local e nacional. Não se pretendendo ser exaustivo, interessará retomar, ainda que de forma sintética, as principais conclusões.

Dos dados secundários analisados convém reter que, segundo os Censos 2001, as nacionalidades estrangeiras com mais representatividade no concelho eram a brasileira e a angolana, tendo a primeira uma presença mais forte na freguesia do Castelo, e a segunda na freguesia da Quinta do Conde. Os dados em referência mostravam ainda que existia uma maior percentagem de homens estrangeiros nas três freguesias do concelho, encontrando-se na sua maioria na faixa etária dos 20 aos 39 anos, sendo que os níveis de qualificação escolar dominantes eram o ensino secundário e o 1º ciclo do ensino básico. Para além disso, preponderavam claramente os trabalhadores da produção industrial e artesãos e os trabalhadores não qualificados, que, na sua maioria, trabalhavam por conta de outrem.

Já em relação aos dados sobre o emprego e fornecidos pelo IEFP era bem visível o crescimento do número de desempregados inscritos no centro de emprego (já que de 2008 para 2009 aumentaram 63%), principalmente entre os indivíduos de nacionalidade brasileira. De certa forma, estes dados deixavam desde já antever a importância numérica dos imigrantes brasileiros no concelho em análise.

Os dados sobre a habitação social em Sesimbra e fornecidos pela autarquia, permitiram-nos perceber que não existem concentrações geográficas de alojamento de renda social neste concelho, estando este tipo de habitação dispersa por vários locais; por outro lado, os residentes estrangeiros que habitam neste tipo de alojamento são em número bastante reduzido em comparação com a população de origem portuguesa que neles reside.

A expressão estatística dos estrangeiros oriundos do Brasil foi atestada com base nos dados do CLAII, verificando-se que, em 2008, os estrangeiros que mais procuraram o Espaço Cidadania (que funciona como CLAII) foram justamente os cidadãos brasileiros, sendo que os serviços mais solicitados se prendiam com questões ligadas à legalização.

Quanto ao sucesso e insucesso escolar no ano lectivo de 2008/2009, concluiu-se que no 1º e 2º ciclo do ensino básico as taxas de transição são relativamente elevadas entre os alunos estrangeiros; no entanto, no que toca ao 3º ciclo e principalmente ao secundário, os valores são relativamente mais baixos, o que se justifica em grande medida pelo facto de haver poucos alunos estrangeiros nestes níveis de ensino (exceptuando o caso dos alunos brasileiros).

Ainda no que toca aos dados secundários, através da informação disponibilizada pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais, foi possível confirmar que no ano 2009, a maioria dos detidos em reclusão prisional e com residência em Sesimbra eram de nacionalidade portuguesa, e não estrangeira, indo esta informação em sentido contrário a alguns preconceitos e estereótipos existentes a este respeito.

Recorrendo agora à informação obtida através do inquérito por questionário, observámos que os agregados domésticos e os indivíduos se encontram proporcionalmente divididos entre homens e mulheres, que a maioria dos seus elementos se encontra em idade activa, sendo a faixa etária predominante dos 20 aos 39 anos e o estado civil dominante é o de solteiro. Cerca de metade dos elementos dos agregados familiares nasceu no Brasil (48%), verificando-se ainda a presença visível dos nascidos nos PALOP, com especial destaque para os cabo-verdianos e angolanos. Alguns destes indivíduos, no entanto, possuem já nacionalidade portuguesa (27,5%), ou dupla nacionalidade, portuguesa e estrangeira (11,1%). A nacionalidade estrangeira predominante é, de longe, a brasileira (56,4%).

Quanto ao historial dos fluxos que têm como destino o concelho de Sesimbra, verificou-se que os naturais dos PALOP foram os primeiros a chegar ao concelho, principalmente entre os anos 1975 e 1979, enquanto a presença dos imigrantes brasileiros começou a ser mais notada apenas em finais dos anos 90 do século passado; os imigrantes do Leste europeu parecem ser a vaga mais recente, datando o início da sua instalação neste concelho a partir do ano 2000. Apesar de nalguns anos se notarem pequenas discrepâncias, verificando-se a chegada ao país de mais homens ou mais mulheres (por exemplo em 1975 no caso das

mulheres, ou em 1990 no caso dos homens), pode-se dizer que, no geral, existe um equilíbrio nos quantitativos de homens e mulheres que migraram para Sesimbra. Quanto ao capital escolar destes imigrantes, o ensino básico é o grau de ensino com mais peso entre os elementos dos agregados familiares dos imigrantes, principalmente o 3º ciclo. Os naturais de países do Leste da Europa destacam-se um pouco a este nível, uma vez que o grau de ensino completo mais frequente é o ensino superior seguido do secundário, podendo-se ainda acrescentar que o ensino secundário é o mais frequente entre os brasileiros e os asiáticos.

De uma forma geral, os elementos do agregado familiar dos inquiridos dominam razoavelmente a língua portuguesa, parecendo não existir a este nível dificuldades de maior.

O principal meio de vida destas pessoas é o trabalho, já que quase metade destes indivíduos exerce profissão; no caso dos homens predominam os operários e artífices e no caso das mulheres o pessoal dos serviços e vendedores. Estes trabalhadores tendem a exercer a sua actividade laboral no próprio concelho de residência. A maioria trabalha por conta de outrem e quase metade possui um contrato sem termo. As classes sociais que preponderam são os empregados executantes, principalmente, no caso das mulheres, e os operários, no caso dos homens. Os agregados domésticos, na sua maioria, oscilam entre um e quatro elementos, sendo em maior número os casos de agregados com três elementos. O tipo de família dominante é a “famílias simples”, sendo que os casais com filhos são a situação mais frequente.

Focando agora apenas os próprios inquiridos, verificou-se que os indicadores sócio-demográficos vão no mesmo sentido dos indicadores do conjunto dos elementos do agregado familiar, uma vez que foram inquiridos praticamente tantos homens como mulheres, na sua maioria com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos, sendo o estado civil mais frequente o de solteiro (38,5%) e o de casados (36,8%). De igual modo, as nacionalidades seguem o sentido dos elementos dos agregados familiares, sendo que metade dos inquiridos é de origem brasileira, sendo ainda relevante a percentagem de angolanos e cabo-verdianos (11,5% e 11,3%, respectivamente). Quanto às nacionalidades estrangeiras, também a brasileira está em maioria entre os inquiridos, seguida da cabo-verdiana e da angolana. No que toca ao grau de escolaridade, a situação dos inquiridos segue a tendência dos elementos dos seus agregados familiares, predominando o ensino básico e, dentro deste, os diplomados com o 3º ciclo, destacando-se igualmente a este nível os naturais de países da Europa de Leste com a maior percentagem de diplomados do ensino superior. Quanto à avaliação que os inquiridos fazem do seu nível de conhecimento da língua portuguesa pode-se dizer que, grande parte destes consideram ter um bom conhecimento da mesma. De realçar que, apesar de poucos, são os asiáticos quem faz uma pior avaliação a este respeito.

Quanto ao tipo de alojamento, conclui-se que a maioria reside em apartamentos ou moradias arrendadas no mercado formal e que grande parte dos inquiridos que ainda não possui casa própria pretende adquiri-la no concelho de Sesimbra. A maioria avalia a sua habitação de forma satisfatória, tendo acesso às infra-estruturas básicas e equipamentos (casa de banho completa, abastecimento de água pela rede pública, água quente e aquecimento), e ainda à luz da rede pública, aos esgotos ligados à rede pública e ao gás de botija.

Verificou-se ainda que a maior parte dos imigrantes que compõem a amostra residem em agregados que possuem equipamentos como telefone, telemóvel, computador, Internet em casa, TV por cabo ou parabólica, máquina de lavar roupa, micro-ondas e automóvel (embora só 54,8% possuam este último equipamento).

Ao nível dos meios de transporte, tanto nas deslocações para o trabalho/estudo, como fora destes âmbitos, os meios de transporte mais utilizados são a viatura própria, os transportes públicos colectivos e a deslocação pedonal. De destacar que o autocarro/camioneta é o meio de transporte colectivo mais utilizado tanto dentro do concelho, como para fora deste, por ambos os sexos e pelos indivíduos das várias nacionalidades. No entanto, é também este o meio de transporte pior avaliado em ambos os contextos (apesar de, no geral, a avaliação dos vários meios de transporte disponíveis no concelho ser positiva).

Quanto aos fluxos de chegada, os inquiridos dos PALOP começaram a chegar ao país, por volta dos anos 70 do século passado. Entre 1995 e 1999 inicia-se um novo ciclo com a chegada dos brasileiros, europeus de Leste e também asiáticos, continuando o número de brasileiros a aumentar até à actualidade. De notar que a maior parte dos inquiridos fazem parte de fluxos migratórios recentes (entre 0 e 9 anos em Portugal), com correspondência aos contingentes oriundos do Brasil e da Europa de Leste.

As principais razões apontadas para a escolha de Portugal como destino de imigração prendem-se sobretudo com o conhecimento de oportunidades de emprego e com situações de reagrupamento familiar, motivos que surgem geralmente interligados, o que acentua o carácter laboral da imigração. No entanto, tendo em conta as naturalidades, podemos verificar que, para além das razões atrás apontadas, os brasileiros referem também a proximidade cultural e os angolanos a ascendência portuguesa. Grande parte dos indivíduos afirma ter imigrado sozinho e que Portugal foi o primeiro país para onde imigraram. As razões que os levaram a deixar o país de origem são consonantes com as razões para a escolha de Portugal como destino, uma vez que as mais apontadas são os motivos económicos/emprego e reunião/reagrupamento familiar. Estes são, igualmente, os principais motivos que os levaram a escolher Sesimbra como local de residência (proximidade face a familiares ou amigos e local onde encontraram emprego).

A maioria dos inquiridos afirma ter a situação regularizada no país e refere ter utilizado apenas o passaporte (sem qualquer visto) para entrar em Portugal. Apesar da maior parte já ter a sua situação regularizada, são ainda os brasileiros, os europeus de Leste e os angolanos os que mais afirmam ainda não a ter. Em larga medida, os imigrantes que ainda não têm nacionalidade portuguesa afirmam que a pretendem obter.

Grande parte dos indivíduos inquiridos ainda não regressou ao país de origem, o que se deve essencialmente à falta de recursos financeiros. Verificou-se que a maior parte destes não tem familiares dependentes no país de origem, e os que têm, na sua maioria, não fazem intenções de os trazer para Portugal. Quanto ao envio de remessas, as respostas divergiram, podendo-se dizer que metade da amostra afirma enviar remessas e a outra metade afirma não o fazer. As remessas enviadas, em grande parte, envolvem montantes entre os 101€ e os 250€.

De uma forma geral, estes imigrantes configuram um projecto de vida que passa por permanecer em Portugal nos próximos anos, já que a maioria não tem intenção de emigrar, pelo menos num futuro próximo. Refira-se, também, que são os imigrantes mais novos e menos integrados os que mais afirmam que gostariam de emigrar.

Tendo em conta algumas das potenciais dificuldades que os inquiridos experienciaram ao chegarem a Portugal e as que ainda experimentam na actualidade, deve notar-se que o grau de dificuldade é sempre maior à chegada do que na actualidade em quase todos os aspectos apresentados (principalmente a solidão, o clima e a língua, por exemplo), excepto nas questões relacionadas com o mercado de trabalho, que constituem o domínio a respeito do qual os indivíduos afirmam ter mais dificuldades no presente momento.

A maioria dos inquiridos não tem carta de condução, sendo no entanto, os homens os mais encartados. O mesmo acontece relativamente à participação eleitoral, já que grande parte dos imigrantes que compõem a amostra não vota. Apesar de os votantes serem poucos, verifica-se que o exercício do voto aumenta com a idade dos indivíduos e diminui com o acréscimo do grau de escolaridade, aumentado, contudo, um pouco nos inquiridos com o ensino superior. O grau de participação cívica e associativa destes imigrantes parece ser bastante fraco, uma vez que apenas 10,2% afirma fazer parte de alguma associação da sociedade civil.

No que se refere aos factores que facilitam a integração, os inquiridos, conferiram mais importância ao facto de estarem empregados, terem os filhos na escola e falarem bem a língua portuguesa.

Uma outra dimensão de análise relacionada com a integração prende-se com as redes sociais,

sendo claro que grande parte dos inquiridos tem como principais amigos em Portugal os imigrantes da mesma nacionalidade e ainda portugueses que conheceram no trabalho. Já em relação às redes de ajuda, ou seja, a quem os imigrantes solicitariam auxílio caso tivessem algum problema, de evidenciar que uma grande parte referiu que pediria ajuda aos familiares instalados em Portugal, aos amigos imigrantes ou amigos portugueses (por ordem decrescente). Os inquiridos sentem-se integrados em Portugal, embora esse sentimento de integração varie consoante a naturalidade; com efeito, são os naturais dos PALOP que mais se sentem integrados, os brasileiros encontram-se divididos entre a máxima e a média integração, e os asiáticos, os europeus de Leste e os naturais de outros países africanos, na sua maioria estão apenas integrados, ou seja, afirmam ter um nível de integração médio. A percepção sobre o nível de integração depende ainda do número de anos em Portugal, uma vez que há uma tendência para os inquiridos se sentirem mais integrados conforme estão há mais tempo em Portugal e vice-versa.

Em relação à integração dos imigrantes inquiridos no mercado de trabalho, constata-se que o seu principal meio de vida é o trabalho, e que na sua maioria são activos com profissão. Pode-se também dizer que a grande maioria trabalha em regime permanente/regular e por conta de outrem, sendo que apenas 3,5% trabalham por conta própria com empregados. No que toca ao vínculo contratual, vimos que uma parte considerável dispõe de contrato sem termo (45,6%), sendo, no entanto, os brasileiros os que geralmente se caracterizam por este tipo de vínculo contratual em categorias profissionais como a dos operários e artífices e a dos trabalhadores não qualificados. Quanto ao tipo de profissões, vimos que, há uma certa continuidade entre a última profissão que tiveram no país de origem, na primeira que obtiveram em Portugal e ainda na profissão que desempenham actualmente, uma vez que as categorias profissionais dominantes são quase as mesmas ao longo destes três períodos - pessoal dos serviços e vendedores, operários e artífices e trabalhadores não qualificados. Nos três períodos atrás mencionados são sobretudo as mulheres que compõem a categoria profissional do pessoal dos serviços e vendedores, os homens, inserem-se na dos operários e artífices, havendo uma divisão equilibrada entre homens e mulheres na categoria dos trabalhadores não qualificados. A categoria do pessoal dos serviços e vendedores regista percentagens mais elevadas entre os asiáticos (apesar das baixas frequências) e brasileiros. Os operários e artífices são compostos sobretudo por nacionais dos PALOP, indivíduos com dupla nacionalidade, brasileiros e europeus de Leste. Quanto aos trabalhadores não qualificados, são os europeus de Leste, nacionais dos PALOP e brasileiros quem, de uma forma geral, compõem esta categoria profissional. Posicionando os inquiridos na estrutura das classes sociais, e como seria de esperar, tendo em conta as profissões dominantes, viu-se que as classes com maior peso eram a dos empregados executantes e a dos operários. Ainda no âmbito do emprego, a estratégia ou meio mais utilizado para obter tanto o primeiro

emprego em Portugal, como o emprego actual, é o recurso a redes familiares ou amigos do mesmo grupo étnico-nacional, embora esta estratégia tenha sido activada com muito mais peso aquando da obtenção do primeiro emprego, do que no emprego actual (57,3% *vs.* 18,1%). A maioria dos inquiridos afirmou não ter emigrado para outro país por motivos de trabalho desde que se encontra em Portugal, no entanto, os poucos que já o fizeram são maioritariamente do sexo masculino.

Quanto à frequência com que os imigrantes exercem algumas práticas culturais, observamos que as mais frequentes são “ver canais de televisão portugueses”, “ouvir música do país de origem”, “comer comida típica do país de origem”, “ler jornais/revistas portuguesas” e “ouvir música portuguesa”. No que toca à confissão religiosa professada pelos inquiridos, apurámos que a mais assinalada foi a católica (principalmente entre os imigrantes provenientes dos PALOP), posicionando-se em segundo lugar a protestante evangélica, que apresenta um valor bastante mais reduzido de crentes (principalmente entre os imigrantes brasileiros).

De sublinhar que maioria dos inquiridos fala apenas uma língua em casa e que as línguas mais faladas são o português (sendo esta a língua falada por 87,8% da amostra), seguindo-se o crioulo de Cabo Verde, o russo, o moldavo, o árabe e o ucraniano. A maioria nunca frequentou cursos de língua portuguesa porque não sentiu necessidade disso e considera que o seu nível de conhecimento da língua portuguesa é bom.

As instituições/serviços locais mais conhecidos entre a população imigrante são a Junta de Freguesia, a Segurança Social, os transportes colectivos do município e o centro de saúde. Os mais frequentados são o centro de saúde, os bancos e os transportes colectivos do município.

Por outro lado, os menos conhecidos e também menos frequentados entre os imigrantes são o ACIDI, universidades/instituições de ensino superior e associações de imigrantes. Estas instituições/serviços são, no geral, avaliados de forma positiva pelos inquiridos, sendo, mesmo assim, o CLAII, o ACIDI e universidades/instituições de ensino superior as instituições pior avaliadas.

Apesar de a maioria dos inquiridos ter afirmado que nunca se tinha sentido discriminada, 40,7% afirmam já ter sido vítimas de discriminação étnico-racial em Portugal. São os inquiridos com dupla nacionalidade e nacionalidade brasileira quem têm um sentimento de discriminação mais forte, assim como os inquiridos do sexo feminino e mais escolarizados. O contexto de discriminação mais apontado é o trabalho e, dentro deste, os agentes perpetradores de discriminação são os colegas de trabalho. Os inquiridos consideram que de uma forma geral os imigrantes são discriminados no nosso país.

RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados, pretendemos ainda apresentar algumas propostas de intervenção e algumas recomendações que estão organizadas por domínios de acção em áreas que carecem de maior atenção por parte das instituições e serviços que intervêm junto dos imigrantes e que podem constituir áreas de intervenção a melhorar ou a implementar num curto e médio prazos.

a) Investigação e estudos sobre o fenómeno migratório

Em primeiro lugar, seria de toda a conveniência criar um observatório local de recolha e actualização sistemática da informação empírica sobre as dinâmicas migratórias. Esta estrutura teria um carácter flexível e operacional e poderia contar com a colaboração de um técnico/investigador de um centro de investigação exterior aos serviços locais mas que trabalharia em articulação com os técnicos locais que exercem a sua actividade junto da população imigrante.

De modo a tornar operativa esta primeira recomendação, sugere-se que, anualmente, esta estrutura seja responsável pela aplicação de um pequeno questionário, durante um ou dois meses por ano, nas instalações das diversas instituições que prestam apoio aos imigrantes; como normalmente não são serviços com grandes fluxos de utentes não é de supor que esta tarefa colida com as actividades quotidianas destes serviços. O questionário poderia ser aplicado pelos técnicos ou até por inquiridores especializados, deveria ter um formato próximo do que foi aplicado nesta pesquisa, mas com uma dimensão mais reduzida e deveria comportar uma parte fixa, para permitir comparações longitudinais e uma parte com perguntas adicionais que seriam diferentes em cada questionário, em consonância com a actualidade da dinâmica do fenómeno, funcionando, assim, como uma espécie de painel.

b) Serviços de apoio e acções de sensibilização sobre os direitos dos cidadãos imigrantes

- Promoção de acções de sensibilização sobre a importância do exercício dos direitos políticos que são conferidos aos imigrantes em território nacional;
- As associações e instituições que intervêm directamente junto dos imigrantes têm um papel fundamental na sensibilização dos mesmos para a participação cívica e social e para fazerem lobbying junto dos órgãos político-partidários em torno do alargamento dos direitos políticos (não exclusivamente centrados nos órgãos locais) a outras nacionalidades, independentemente do princípio de reciprocidade;

- Implementação de mecanismos institucionalizados de participação regular dos imigrantes nos organismos do poder local, municipal e nacional, de modo a que os imigrantes possam participar de forma mais próxima e directa na discussão de medidas e políticas que afectam a sua vida na sociedade de acolhimento;
- Apoiar e dotar de recursos as associações de imigrantes que têm ainda um papel fulcral na identificação de actos discriminatórios com base na raça, cor, nacionalidade e origem étnica. A estas compete a divulgação de informação sobre as entidades que em Portugal podem instruir os processos de contra-ordenação em sede administrativa e penal.

c) Acções socioeducativas

- Promover acções socioeducativas de base local tendentes a reduzir o insucesso e abandono escolar de crianças e jovens de origem imigrante;
- Tentar promover junto dos jovens e/ou adultos imigrantes a vontade em prosseguir os estudos e em ingressar no ensino superior, como forma de inclusão e obtenção de qualificações escolares mais elevadas, uma vez que se registaram muito poucos indivíduos imigrantes com ensino superior e que tenham frequentado universidades;
- Integrar técnicos (psicólogos, assistentes sociais de origem imigrante, etc.) nos agrupamentos de escolas do concelho, que sejam especializados, ou pelo menos especialmente focados nas problemáticas que normalmente envolvem a população imigrante (ou descendente de imigrantes) mais jovem, de maneira a tentar ajudar a superar alguns atritos que possam surgir na sua integração, gerir conflitos, mediar as relações entre os agentes do meio escolar e as famílias;
- Promoção da educação intercultural e do bilinguismo em meio escolar;
- Promoção de acções de formação sobre língua, cultura e história portuguesa para os imigrantes cuja língua mãe não é o português (adultos) e cursos sobre a língua, cultura e história do país de origem direccionados para as jovens gerações e vindouras;
- Incentivar a compatibilização e coexistência harmoniosa entre indivíduos e comunidades de culturas distintas que partilham um mesmo país e um mesmo local, promovendo o respeito recíproco das respectivas vivências, religiões, referências, valores, línguas, numa perspectiva de interculturalidade. É importante que não se percam os aspectos culturais do país de origem, mas ao mesmo tempo é também importante que a população imigrante se sinta de certa maneira “portuguesa”, ou seja, é importante que os imigrantes se sintam integrados e sintam que fazem parte da comunidade onde se estabeleceram.

d) Acções ligadas à criação e melhoria dos serviços

- Criação de mais um CLAII no concelho, ou até de um CLAII de carácter móvel como acontece noutros municípios, de maneira a aumentar a oferta deste serviço junto da população imigrante, e ao mesmo tempo expandir a divulgação deste serviço no concelho. Promover a formação de associações locais de imigrantes que não sejam apenas de índole lúdica, uma vez que parecem ser muito poucas ou inexistentes no concelho. Isto teria como objectivo aumentar, assim, a participação associativa da população imigrante e contribuir para a sua integração a nível micro e macro, assim como promover o associativismo no geral, uma vez que este parece ser bastante fraco a nível da população imigrante;
- Sensibilizar o pessoal técnico e os funcionários de alguns organismos, como o SEF, as embaixadas e o centro de saúde para adoptarem um atendimento mais humanizado e eficaz;
- Incentivar as empresas responsáveis pelos transportes públicos que actuam no concelho para disponibilizarem ligações entre as várias freguesias e lugares com horários mais frequentes.

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade” in Viegas, José Manuel Leite, António Firmino da Costa (org.) *Portugal que modernidade?*, Oeiras, Celta, pp.45-78.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia - problemas e práticas*, 4, pp.11-44.
- Baganha, I. e Pedro Góis (1999), “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 229-280.
- Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão e Jorge Malheiros (coord.) (2002), *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, Lisboa, IEFP.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (2004), “Novas migrações, novos desafios: A imigração do leste europeu”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp.95-115.
- Baganha, Maria Ioannis, José Carlos Marques e Pedro Góis (2009), “Imigrantes em Portugal: Uma síntese histórica” in Pereira, Miriam Halpern, Fernando Luís Machado (org.) *Ler história: Emigração e Imigração*, Ler história – Associação de Actividades Científicas, 56, ISCTE, pp.123-133.
- Banton, Michael (1991), “The race relations problematic”, in *The British Journal of Sociology*, 42, pp. 115-129.
- Barats, Christine (2001), “Immigration et ethnicisation des rapports sociaux”, in *Resèaux*, 107, vol. 19, pp. 149-177.
- Blanes, Ruy (2008), *Os Aleluias. Ciganos evangélicos e música*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Bochaca, Jordi Garreta (2003), *La Integración Sociocultural de las Minorías Étnicas (Gitanos e Inmigrantes)*, Barcelona, Anthropos.

- Castles, Stephen (2000), *Ethnicity and Globalization*, London, Sage Publications Ltd.
- Carvalho, Helena (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Checa, Francisco (1995), “Oportunidades socioeconómicas en el proceso migratorio de los inmigrantes africanos en Almería”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 77 (Octubre-Diciembre) pp. 41-82.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), “Trajectória de classe e redes de sociabilidade”, in *Análise Social*, 105-106, Vol. XXV, pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da (2008 [1999]), *Sociedade de bairro – Dinâmicas sociais da identidade cultura*, 2ª edição, Oeiras, Celta Ed.
- Divisão de Habitação, Acção Social e Saúde da Câmara Municipal de Sesimbra (2007) *Diagnóstico Sócio-demográfico do Parque de Arrendamento Municipal*, Sesimbra, sem mais referências.
- Durkeim, Émile (1925 [1912]), *Les formes élémentaires de la vie religieuse*, Paris, Librairie Félix Alcan.
- Férin *et al.*, (2004), *Media, imigração e minorias étnicas*, Lisboa, Ed., ACIME.
- Fonseca, M. Lucinda (coord.) (2005), *Reunificação familiar e imigração em Portugal: Relatório final*, Lisboa, CEG.
- Garcia, José Luís, Helena Mateus Jerónimo, Rui Norberto e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos – Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Ed.
- Machado, Fernando Luís (2000), “Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, 33, pp. 9-44.
- Machado, Fernando Luís (2009), “Quarenta anos de imigração africana: um balanço” in *Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), n.º 56, pp.135-165.
- Malheiros, Jorge (2005), “Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global”, in Barreto, António (org.) *Globalização e migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.251-272.

- Malheiros, Jorge (2007), “Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos” in Malheiros, Jorge Macaísta (org.) *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.11-37.
- Mendes, Maria Manuela (2007), *Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânianos na Área Metropolitana de Lisboa*, tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Oliveira, Catarina Reis (2008), “Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem cabo-verdiana” in Góis, Pedro (org.) *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.67-86.
- Oliveira, Catarina Reis (2008), “Determinantes das estratégias empresariais de imigrantes em Portugal”, *Migrações*, 3, pp. 110-138.
- Oommen, T. K. (1994), “Les relations entre race, ethnicité et classe”, in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 139, pp. 101-111.
- Padilla, Beatriz (2009), “As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual”, in Padilla, Beatriz e Maria Xavier (orgs.), *Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina*, nº 5 (número temático), Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp. 19-35.
- Pais, José Machado (2005 [2001]), *Ganchos, tachos e biscates – Jovens, trabalho e futuro*, 2ª edição, Porto, Âmbar.
- Parlamento Europeu (2004), *Territórios multiculturais. Imigrantes e mudanças sócio-urbanísticas nos bairros das Áreas Metropolitanas*, Síntese do Workshop e Comentários, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2-3 de Junho de 2004.
- Pena Pires, Rui (2006), *A Integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios*, Metropolis, Lisboa.
- Peixoto, João (1998), *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, UTL/ISEG.

- Peixoto, João (2001), “The International Mobility of Highly Skilled Workers in Transnational Corporations: The Macro and Micro Factors of the Organizational Migration of Cadres”, in *International Migration Review*, Vol. 35, Nº 4, pp. 1030-1053.
- Peixoto, João e Alexandra Figueiredo (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal” in Malheiros, Jorge Macaísta (org.), *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, pp.87-111.
- Peixoto, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, in *Migrações*, 2, pp. 20-46
- Pereira, Sónia (2009), *Que lugar para os trabalhadores de origem africana no mercado de trabalho em Portugal? – Análise do impacto das “novas” vagas de imigração*, tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Possidónio, Dora (2006), *Descendentes de angolanos e de luso-angolanos na AML: inserção geográfica e social*, Lisboa, FCT/ACIDI.
- Rodrigues, Walter, Teresa Amor e Carla Matias (2005) *Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais – ISCTE, pp.21-33.
- Sassen, Saskia (2002), “Les migrations ne surgissent pas de néant”, in *Le Monde diplomatique*, 62, pp. 10-14.
- Seabra, Hugo e Tiago Santos (2005), *A criminalidade de estrangeiros em Portugal: um inquérito científico*, Lisboa, Ed. ACIME.
- Stephen, Walter G. and C. Lausanne Renfro (2002), “The role of threat in intergroup relations” in Mackie & Smith (eds.), in *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, New York and Hove, Psychology Press, pp. 191-207.
- Vilaça, Helena (2008), *Imigração, etnicidade e religião. O papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de Leste*, Lisboa, Observatório da Imigração e ACIDI.

ANEXOS

ÍNDICE DE QUADROS ESTATÍSTICOS ANEXOS

Quadro 1 - Relações de masculinidade na população estrangeira por nacionalidade em 2001	242
Quadro 2 - Distribuição etária da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)	242
Quadro 3 - Grau de escolaridade completo da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)	243
Quadro 4 - Grau de escolaridade completo da população estrangeira por nacionalidade em 2001 (valores absolutos)	243
Quadro 5 - Profissão da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)	244
Quadro 6 - Profissão da população estrangeira por nacionalidade em 2001 (valores absolutos)	245
Quadro 7 - Situação na profissão da população imigrante empregada por nacionalidade em 2001 (valores absolutos)	245
Quadro 8 - Nacionalidade dos moradores dos alojamentos camarários em 2006 (% em linha)	246
Quadro 9 - Tipo de respostas procuradas pelos utentes no Espaço Cidadania em 2008	246
Quadro 10 - Penas dos detidos residentes em Sesimbra por nacionalidade em 2009 (valores absolutos)	247
Quadro 11 - Tipos de crime por nacionalidade em 2009 (valores absolutos)	247

Quadro 12 - Profissões do agregado familiar do inquirido	249
Quadro 13 - Frequência de utilização dos meios de transporte disponíveis na área/ concelho de residência por principais nacionalidades (% em linha)	250
Quadro 14 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal por principais naturalidades (% em linha)	251
Quadro 15 - Recorreu a organizações por principais naturalidades (% em linha)	251
Quadro 16 - Historial migratório entre o país de origem e Portugal por sexo (% em coluna)	252
Quadro 17 - Motivos para saída do país de origem por sexo (% em coluna)	252
Quadro 18 - Principais motivos para residência em Sesimbra por sexo (% em linha)	252
Quadro 19 - Documento(s) com que entrou em Portugal por principais naturalidades (% em linha)	253
Quadro 20 - Situação regularizada em Portugal por sexo (% em coluna)	253
Quadro 21 - Situação regularizada em Portugal por número de anos em Portugal (% em linha)	253
Quadro 22 - Intenção de obter nacionalidade portuguesa por número de anos em Portugal (% em coluna)	254
Quadro 23 - Existência de familiares dependentes no país de origem por sexo (% em coluna)	254
Quadro 24 - Exercício de voto por principais nacionalidades (% em linha)	254
Quadro 25 - Adesão a associações da sociedade civil por principais naturalidades (% em linha)	255
Quadro 26 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal por principais naturalidades (médias)	255
Quadro 27 - Principais redes de ajuda por principais naturalidades (% em coluna)	256
Quadro 28 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)	256
Quadro 29 - Como obteve o 1º emprego em Portugal e situação regularizada em Portugal (% em coluna)	257

Quadro 30 - Como obteve emprego actual e situação regularizada em Portugal (% em coluna)	257
Quadro 31 - Desde que está em Portugal já trabalhou no estrangeiro por principais naturalidades (% em coluna)	258
Quadro 32 - Frequência e cursos de língua portuguesa por faixa etária (% em linha)	258
Quadro 33 - Notoriedade dos serviços por sexo (% em coluna)	259
Quadro 34 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)	260
Quadro 35 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)	261
Quadro 36 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)	262
Quadro 37 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)	263
Quadro 38 - Sentimento de discriminação étnico-racial por classes sociais (% em linha)	263
Quadro 39 - Projecto de emigração e número de ano em Portugal (% em linha)	264
Quadro 40 - Desde que está em Portugal trabalhou no estrangeiro	264
Quadro 41 - Já trabalhou no estrangeiro por faixa etária (% em linha)	264

ANEXO 1: QUADROS ESTATÍSTICOS DE DADOS SECUNDÁRIOS

Quadro 1 - Relações de masculinidade na população estrangeira por nacionalidade em 2001

Países	RM
Países da UE	115,5
Outros Países Europeus	261,3
Angola	103,9
Cabo Verde	95,0
Guiné-Bissau	116,7
Moçambique	83,3
São Tomé e Príncipe	53,8
Outros Países Africanos	175,0
Brasil	141,1
Outros Países Americanos	90,9
Ásia	118,2
Oceânia	0,0
Total	123,3

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (cálculos dos autores)

Quadro 2 - Distribuição etária da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)

Escalões etários	Castelo		Santiago		Quinta do Conde		Total (concelho)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 a 9	11	6	4	5	45	9	60	8
10 a 19	20	11	8	11	58	12	86	12
20 a 29	53	29	30	40	137	28	220	30
30 a 39	39	22	21	28	137	28	197	27
40 a 49	29	16	4	5	60	12	93	13
50 a 59	13	7	1	1	29	6	43	6
60 a 69	8	4	3	4	12	2	23	3
70 a 79	6	3	4	5	6	1	16	2
80 ou mais	1	1	-	-	-	-	1	0
Total	180	100	75	100	484	100	739	100

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001

Quadro 3 - Grau de escolaridade completo da população estrangeira por freguesia de residência em 2001 (% em coluna)

	Castelo		Santiago		Quinta do Conde		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sem nenhum grau de ensino	10	6	6	8	34	7	50	7
Pré-escolar	-	-	2	3	7	1	9	1
Ensino básico 1º ciclo	35	19	2	3	106	22	143	19
Ensino básico 2º ciclo	24	13	6	8	51	11	81	11
Ensino básico 3º ciclo	28	16	11	15	73	15	112	15
Ensino secundário	44	24	32	43	131	27	207	28
Ensino médio/superior	39	22	16	21	82	17	137	19
Total	180	100	75	100	484	100	739	100

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados).

Quadro 4 - Grau de escolaridade completo da população estrangeira por nacionalidade em 2001 (valores absolutos)

	Países da UE	Ucrânia	Moldávia	Outros países Europeus	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S.T. Príncipe	Outros países africanos	Brasil	Outros países americanos	Ásia	Oceânia	Total
Nenhum grau de ensino	7	3	-	3	11	9	1	1	1	2	9	2	1	-	50
Pré-escolar	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	5	-	-	-	9
Ensino básico 1º ciclo	22	1	1	4	34	36	3	5	3	-	28	4	1	1	143
Ensino básico 2º ciclo	11	3	-	3	24	8	-	2	3	2	19	2	4	-	81
Ensino básico 3º ciclo	19	1	-	3	29	13	3	3	6	1	26	3	5	-	112
Ensino secundário	32	16	5	23	42	9	4	10	2	3	54	2	4	1	207
Ensino médio/superior	39	17	4	22	13	3	2	1	3	3	19	4	7	-	137
Total	130	41	10	58	155	78	13	22	20	11	160	17	22	2	739

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados)

Quadro 5 - Profissão da população estrangeira por freguesia de residência em 2001
(% em coluna)

Profissão	Castelo		Santiago		Quinta do Conde		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Corpos Legislativos e Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Quadros de Organizações Especializadas, Dirigentes em Geral (Pequenas Empresas)	8	7	4	7	16	5	28	6
Profissões Intelectuais e Científicas	7	6	1	2	9	3	17	4
Profissões Técnicas Intermédias	2	2	3	5	21	7	26	6
Empregados Administrativos	7	6	-	-	10	3	17	4
Pessoal dos Serviços de Protecção, Empregados dos Serviços Pessoais e Domésticos	20	18	16	28	35	12	71	15
Trabalhadores da Agricultura e da Pesca	4	4	-	-	3	1	7	2
Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	20	18	19	33	111	38	150	33
Operadores de Instalações Industriais, Máquinas Fixas, Condutores	7	6	-	-	13	4	20	4
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio	34	31	14	25	75	26	123	27
Total	109	100	57	100	293	100	459	100

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados)

Quadro 6 - Profissão da população estrangeira por nacionalidade em 2001
(valores absolutos)

Profissão	Países da UE	Ucrânia	Moldávia	Outros países Europeus	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S.T. Príncipe	Outros países africanos	Brasil	Outros países americanos	Ásia	Total
Corpos Legislativos e Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Quadros de Organizações Especializadas, Dirigentes em Geral (Pequenas Empresas)	10	1	-	1	3	1	1	-	-	-	7	1	3	28
Profissões Intelectuais e Científicas	6	-	-	1	1	-	1	1	2	-	3	2	-	17
Profissões Técnicas Intermédias	4	-	-	1	9	3	-	1	1	-	6	1	-	26
Empregados Administrativos	5	-	-	2	2	1	1	2	-	-	4	-	-	17
Pessoal dos Serviços de Protecção, Empregados dos Serviços Pessoais e Domésticos	8	3	-	2	13	5	-	1	1	-	27	1	10	71
Trabalhadores da Agricultura e da Pesca	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	3	-	-	7
Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	8	24	7	14	34	22	3	1	3	2	30	1	1	130
Operadores de Instalações Industriais, Máquinas Fixas, Condutores	3	-	-	2	3	4	-	2	-	-	5	1	-	20
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio	3	12	3	21	25	15	-	4	5	1	32	1	1	123
Total	48	40	10	45	91	52	6	12	12	3	117	8	15	439

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados)

Quadro 7 - Situação na profissão da população imigrante empregada por nacionalidade em 2001 (valores absolutos)

Situação na profissão	Países da UE	Ucrânia	Moldávia	Outros países Europeus fora UE	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S.T. Príncipe	Outros países africanos	Brasil	Outros países americanos	Ásia	Total
Patrão/Empregador	9	1	-	2	12	5	1	2	-	1	17	2	7	59
Trabalhador por Conta Própria	5	-	-	-	3	4	-	1	-	-	3	1	-	17
Trabalhador por Conta de Outrem	32	39	10	39	73	40	5	9	12	2	96	4	7	368
Outras Situações*	2	-	-	4	3	3	-	-	-	-	1	1	1	15
Total	48	40	10	45	91	52	6	12	12	3	117	8	15	459

(*Outras Situações = Trabalhador Familiar Não Remunerado + A Cumprir Serviço Militar Obrigatório + Membro Activo de Cooperativa + Outra Situação)

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 2001 (dados não publicados)

Quadro 8 - Nacionalidade dos moradores dos alojamentos camarários em 2006 (% em linha)

Bairro/Núcleo Habitacional	Portugal	Cabo-Verde	Angola	Guiné-Bissau	Índia	Brasil	S. T. e Príncipe	Países da UE
Bairro da Boa Água	85	7	4	4	-	-	-	1
Rua Dr. Manuel Arriaga	100	-	-	-	-	-	-	-
Rua da Cruz	92	-	-	-	5	-	-	3
Bairro dos Argeis	100	-	-	-	-	-	-	-
Rua 2 de Abril - Bloco Mata	100	-	-	-	-	-	-	-
Rua Conselheiro Ramada Curto	100	-	-	-	-	-	-	-
Bairro Infante D. Henrique 2ª fase	100	-	-	-	-	-	-	-
Bairro Infante D. Henrique 1ª fase	98	-	1	-	-	1	1	-
Bairro Municipal da Almoinha	91	2	6	-	-	-	-	-
Habitação Municipal do Zambujal	96	1	3	-	-	-	-	-
Habitação Municipal de Alfirim	100	-	-	-	-	-	-	-
Outras localizações	100	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Divisão de Habitação, Acção Social e Saúde da C.M.S., 2007

Quadro 9 - Tipo de respostas procuradas pelos utentes no Espaço Cidadania em 2008

Tipo de respostas	N	%
Saúde	22	1
Trabalho	93	5
Educação	75	4
Reagrupamento Familiar	90	5
Nacionalidade	137	8
Retorno Voluntário	1	0
Legalização	1060	58
Contactos	22	1
Cultura e Desporto	2	0
Segurança Social	122	7
Apoio Social	28	2
Habitação	2	0
Outros	167	9
Total	1821	100

Fonte: Espaço Cidadania, 2009

**Quadro 10 - Penas dos detidos residentes em Sesimbra por nacionalidade em 2009
(valores absolutos)**

Penas	Angola	Brasil	Cabo Verde	Portugal	Ucrânia
Dias livres	-	-	-	2	-
De 6 a 12 meses	-	-	-	7	1
De 1 a 3 anos	-	-	-	7	-
De 3 a 6 anos	-	-	1	2	-
De 6 a 9 anos	-	1	-	3	-
De 9 a 12 anos	-	-	-	1	-
Mais de 12 anos	2	-	-	3	-
Total	2	1	1	25	1

Fonte: DGSP, 2009

Quadro 11 - Tipos de crime por nacionalidade em 2009 (valores absolutos)

Crimes	Portugal	Ucrânia	Angola	Cabo Verde	Brasil
Crimes contra as pessoas	21	-	2	-	-
Crimes contra o património	18	2	2	-	1
Crimes contra a vida em sociedade	12	2	-	1	-
Crimes contra o Estado	3	-	-	-	-
Total	54	4	4	1	1

Fonte: DGSP, 2009

ANEXO 2: QUADROS DE ANÁLISE UNIVARIADA E DE CONTINGÊNCIA DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Quadro 12 - Profissões do agregado familiar do inquirido

	n	%	% Válidas
Membros das Forças Armadas	3	0,4	0,4
Directores de Empresa	5	0,7	0,7
Directores e Gerentes de Pequenas Empresas	27	3,7	3,9
Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia	1	0,1	0,1
Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais da Saúde	6	0,8	0,9
Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	4	0,5	0,6
Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	7	1,0	1,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio das Ciências Físicas e Químicas, da Engenharia e Trabalhadores Similares	8	1,1	1,1
Profissionais de Nível Intermédio das Ciências da Vida e da Saúde	3	0,4	0,4
Profissionais de Nível Intermédio do Ensino	1	0,1	0,1
Outros Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	13	1,8	1,9
Empregados de Escritório	19	2,6	2,7
Empregados de Recepção, Caixas, Bilheteiros e Similares	13	1,8	1,9
Pessoal dos Serviços Directos e Particulares, de Protecção e Segurança	186	25,5	26,7
Manequins, Vendedores e Demonstradores	39	5,4	5,6
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, Criação de Animais e Pescas	18	2,5	2,6
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares das Indústrias Extractivas e da Construção Civil	129	17,7	18,5
Trabalhadores da Metalurgia e da Metalomecânica e Trabalhadores Similares	22	3,0	3,2
Mecânicos de Precisão, Oleiros e Vidreiros, Artesãos, Trabalhadores das Artes Gráficas e Trabalhadores Similares	1	0,1	0,1
Outros Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	4	0,5	0,6
Operadores de Instalações Fixas e Similares	2	0,3	0,3
Operadores de Máquinas e Trabalhadores da Montagem	15	2,1	2,2
Condutores de Veículos e Embarcações e Operadores de Equipamentos Pesados Móveis	15	2,1	2,2
Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	111	15,2	15,9
Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pescas	1	0,1	0,1
Trabalhadores Não Qualificados das Minas, da Construção e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e dos Transportes	43	5,9	6,2
Não responde	32	4,4	-
Total	728	100	100

Nota: Questão apenas aplicada aos indivíduos activos na profissão, desempregados, reformados e inválidos/doença permanente.

**Quadro 13 - Frequência de utilização dos meios de transporte disponíveis na área/
concelho de residência por principais nacionalidades (% em linha)**

		Diariamente		Pelo menos 2x por semana		Pelo menos 1x por mês		Não usa/ raramente		Total	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	Autocarro/ camioneta*	55	29,3	38	20,2	38	20,2	57	30,3	188	100
	Comboio	4	3,1	14	10,7	34	26	79	60,3	131	100
	Barco	1	0,8	3	2,3	14	10,8	112	86,2	130	100
	Táxi	3	1,9	18	11,2	31	19,3	109	67,7	161	100
PALOP	Autocarro/ camioneta*	24	39,3	14	23	10	16,4	13	21,3	61	100
	Comboio	8	18,2	9	20,5	13	29,5	14	31,8	44	100
	Barco	-	-	2	4,5	3	6,8	39	88,6	44	100
	Táxi	1	1,8	3	5,5	13	23,6	38	69,1	55	100
Europa de Leste	Autocarro/ camioneta*	12	34,3	3	8,6	4	11,4	16	45,7	35	100
	Comboio	2	6,3	1	3,1	5	15,6	24	75	32	100
	Barco	-	-	-	-	2	6,7	28	93,3	30	100
	Táxi	-	-	1	3,2	3	9,7	27	87,1	31	100
Ásia	Autocarro/ camioneta*	-	-	4	22,2	6	33,3	8	44,4	18	100
	Comboio	-	-	-	-	4	23,5	13	76,5	17	100
	Barco	-	-	-	-	-	-	16	100	16	100
	Táxi	-	-	1	5,9	-	-	16	94,1	17	100
Dupla	Autocarro/ camioneta*	12	25	10	20,8	9	18,8	17	35,4	48	100
	Comboio	1	2,8	2	5,6	16	44,4	17	47,2	36	100
	Barco	-	-	1	2,9	5	14,7	28	82,4	34	100
	Táxi	-	-	4	9,8	7	17,1	30	73,2	41	100
Portuguesa	Autocarro/ camioneta*	11	28,2	2	5,1	9	23,1	17	43,6	39	100
	Comboio	6	15,8	4	10,5	9	23,7	19	50	38	100
	Barco	-	-	1	2,7	3	8,1	33	89,2	37	100
	Táxi	-	-	3	8,3	2	5,6	31	86,1	36	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Quadro 14 - Forma de imigração utilizada para chegar a Portugal por principais nacionalidades (% em linha)

	Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares		Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares		Com a família, utilizando meios próprios ou familiares		Sozinho(a), com o auxílio de terceiros		Em grupo, com o auxílio de terceiros		Recrutamento feito por um empregador português		Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal		Total	
Naturalidade	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	123	58,3	46	21,8	39	18,5	1	0,5	-	-	1	0,5	1	0,5	211	100
Angola	13	27,7	9	19,1	25	53,2	-	-	-	-	-	-	-	-	47	100
Cabo Verde	30	63,8	5	10,6	11	23,4	-	-	-	-	1	2,1	-	-	47	100
Ásia	8	50,0	3	18,8	5	31,3	-	-	-	-	-	-	-	-	16	100
Europa de Leste	21	47,7	13	29,5	8	18,2	1	2,3	-	-	1	2,3	-	-	44	100
Outros PALOP	13	39,4	4	12,1	15	45,5	1	3,0	-	-	-	-	-	-	33	100
Outros África	7	50,0	3	21,4	1	7,1	-	-	1	7,1	2	14,3	-	-	14	100
Total	215	52,2	83	20,1	104	25,2	3	0,7	1	0,2	5	1,2	1	0,2	412	100

Quadro 15 - Recorreu a organizações por principais nacionalidades (% em linha)

	Sim		Não		Total	
Naturalidade	n	%	n	%	n	%
Brasil	1	0,5	207	99,5	208	100
Angola	2	4,3	45	95,7	47	100
Cabo Verde	1	2,2	44	97,8	45	100
Ásia	1	5,9	16	94,1	17	100
Europa de Leste	3	7,0	40	93,0	43	100
Outros PALOP	2	6,1	31	93,9	33	100
Outros África	2	14,3	12	85,7	14	100
Total	12	2,9	395	97,1	407	100

Quadro 16 - Historial migratório entre o país de origem e Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	25	11,9	42	20,9	67	16,3
Não	185	88,1	159	79,1	344	83,7
Total	210	100	201	100	411	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Quadro 17 - Motivos para saída do país de origem por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Motivos económicos/emprego	68	42,0	105	63,3	173	52,7
Reunir-se à família	49	30,2	26	15,7	75	22,9
Acompanhar os pais	22	13,6	23	13,9	45	13,7
Estudar	9	5,6	9	5,4	18	5,5
Motivos políticos	5	3,1	3	1,8	8	2,4
Razões de saúde	9	5,6	-	-	9	2,7
Total	162	100	166	100	328	100

Quadro 18 - Principais motivos para residência em Sesimbra por sexo (% em linha)

	Feminino				Masculino				Total			
	Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Local onde encontrou emprego *	38	41,3	177	54,3	54	58,7	149	45,7	92	100	326	100
Boa qualidade do ambiente “natural”	29	54,7	186	51,0	24	45,3	179	49,0	53	100	365	100
Boa imagem dos habitantes e do ambiente social	6	40,0	209	51,9	9	60,0	194	48,1	15	100	403	100
Bons acessos	2	33,3	213	51,7	4	66,7	199	48,3	6	100	412	100
Local de residência de muitos imigrantes da mesma origem	3	30,0	212	52,0	7	70,0	196	48,0	10	100	408	100
Proximidade face a amigos e familiares	125	54,8	90	47,4	103	45,2	100	52,6	228	100	190	100
Preços baixos da habitação	16	64,0	199	50,6	9	36,0	194	49,4	25	100	393	100
Nível de vida mais acessível	2	40,0	213	51,6	3	60,0	200	48,4	5	100	413	100
Qualidade mais elevada nas habitações existentes	4	66,7	211	51,2	2	33,3	201	48,8	6	100	412	100
Serviços e comércio que oferece	-	-	215	51,4	-	-	203	48,6	-	-	418	100

Nota: * Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Quadro 19 - Documento(s) com que entrou em Portugal por principais nacionalidades
(% em linha)

Naturalidade	Apenas Passaporte (sem qualquer visto)		Visto de "turista"		Visto de trabalho ou equivalente		Visto de estudo ou equivalente		Visto de estada temporária ou equivalente		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	172	83,1	31	15,0	2	1,0	1	0,5	1	0,5	207	100
Angola	29	85,3	4	11,8	-	-	-	-	1	2,9	34	100
Cabo Verde	25	73,5	3	8,8	1	2,9	3	8,8	2	5,9	34	100
Ásia	6	46,2	2	15,4	5	38,5	-	-	-	-	13	100
Europa de Leste	18	45,0	17	42,5	4	10,0	-	-	1	2,5	40	100
Outros PALOP	17	85,0	-	-	-	-	2	10,0	1	5,0	20	100
Outros África	11	78,6	1	7,1	2	14,3	-	-	-	-	14	100
Total	278	76,8	58	16,0	14	3,9	6	1,7	6	1,7	362	100

Quadro 20 - Situação regularizada em Portugal por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	124	57,7	130	64,0	254	60,8
Aguarda decisão dos serviços	27	12,6	27	13,3	54	12,9
Não	64	29,8	46	22,7	110	26,3
Total	215	100	203	100	418	100

Quadro 21 - Situação regularizada em Portugal por número de anos em Portugal
(% em linha)

	Sim		Aguarda decisão dos serviços		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 - 4	45	36,3	32	25,8	47	37,9	124	100
5 - 9	131	51,8	46	18,2	76	30,0	253	100
10 - 19	63	72,4	6	6,9	18	20,7	87	100
20 - 29	19	82,6	1	4,3	3	13,0	23	100
30 - 39	25	78,1	1	3,1	6	18,8	32	100
+40	7	70,0	-	-	3	30,0	10	100
Total	245	60,5	54	13,3	106	26,2	405	100

Quadro 22 - Intenção de obter nacionalidade portuguesa por número de anos em Portugal (% em coluna)

	0 - 9		10 - 19		20 - 29		30 - 39		+40		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Sim	207	86,3	57	90,5	9	90,0	8	100,0	-	-	281	87,3
Não	33	13,8	6	9,5	1	10,0	-	-	1	100,0	41	12,7
Total	240	100	63	100	10	100	8	100	1	100	322	100

Quadro 23 - Existência de familiares dependentes no país de origem por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sim	76	36,7	96	48,5	172	42,5
Não	131	63,3	102	51,5	233	57,5
Total	207	100	198	100	405	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,05$).

Quadro 24 - Exercício de voto por principais nacionalidades (% em linha)

	Sim		Não		Não se aplica		Total	
Nacionalidades	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	9	4,5	113	56,8	77	38,7	199	100
PALOP	6	9,4	37	57,8	21	32,8	64	100
Europa de Leste	1	2,7	15	40,5	21	56,8	37	100
Ásia	3	16,7	6	33,3	9	50,0	18	100
Dupla	31	58,5	17	32,1	5	9,4	53	100
Portuguesa	27	67,5	12	30,0	1	2,5	40	100
Total	77	18,7	200	48,7	134	32,6	411	100

Nota: Qui-quadrado significativo ($p \leq 0,01$).

**Quadro 25 - Adesão a associações da sociedade civil por principais naturalidades
(% em linha)**

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	23	11,3	181	88,7	204	100
Angola	6	13,0	40	87,0	46	100
Cabo Verde	7	14,9	40	85,1	47	100
Ásia	-	-	17	100,0	17	100
Europa de Leste	2	4,5	42	95,5	44	100
Outros PALOP	5	15,6	27	84,4	32	100
Outros África	1	7,1	13	92,9	14	100
Total	44	10,9	360	89,1	404	100

Quadro 26 - Importância atribuída a factores de integração societal em Portugal por principais naturalidades (médias)

	Ter família em Portugal	Ter amigos portugueses	Ter os filhos na escola	Falar português	Estar empregado	Ter hábitos culturais portugueses	Conseguir comprar casa	Ter carro
Brasil	3,9	4,2	4,4	4,3	4,8	3,1	3,7	4,0
Angola	3,8	4,0	4,5	4,4	4,6	3,2	3,6	3,5
Cabo Verde	4,3	4,2	4,4	4,4	4,8	3,4	3,7	3,4
Ásia	4,0	4,1	4,4	4,4	4,6	3,5	3,3	4,0
Europa de Leste	4,2	4,1	4,1	4,2	4,4	3,4	3,6	3,7
Outros PALOP	4,3	4,2	4,3	4,3	4,8	3,5	3,9	3,5
Outros África	3,7	4,2	4,1	4,5	4,7	3,5	3,5	3,7

Nota: Total Brasil = 212, total Angola = 48, total Cabo Verde = 47, total Europa de Leste = 44, total Outros PALOP = 33, total Ásia = 17 e total Outros África = 15.

Quadro 27 - Principais redes de ajuda por principais nacionalidades (% em coluna)

	Brasil		Angola		Cabo Verde		Ásia		Europa de Leste		Outros PALOP		Outros África		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Amigos imigrantes	60	28,6	4	8,3	1	2,2	6	35,3	18	40,9	1	3,0	7	46,7	97	23,5
Amigos portugueses	48	22,9	4	8,3	10	21,7	2	11,8	8	18,2	4	12,1	2	13,3	78	18,9
Colegas de trabalho	6	2,9	1	2,1	1	2,2	-	-	1	2,3	-	-	-	-	9	2,2
Vizinhos portugueses	3	1,4	2	4,2	1	2,2	2	11,8	1	2,3	-	-	1	6,7	10	2,4
Famíliares instalados em Portugal	61	29,0	31	64,6	23	50,0	5	29,4	16	36,4	23	69,7	3	20,0	162	39,2
Serviços públicos portugueses	23	11,0	4	8,3	9	19,6	2	11,8	-	-	3	9,1	2	13,3	43	10,4
Instituições religiosas	8	3,8	2	4,2	1	2,2	-	-	-	-	2	6,1	-	-	13	3,1
Associações privadas/IPSS sem carácter religioso	1	0,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,2
Total	210	100	48	100	46	100	17	100	44	100	33	100	15	100	413	100

Quadro 28 - Auto-avaliação do nível de integração em Portugal por principais nacionalidades (% em linha)

	Plenamente/Muito integrado		Integrado		Pouco/nada integrado		Total	
Nacionalidades	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	78	39,2	99	49,7	22	11,1	199	100
PALOP	29	45,3	32	50,0	3	4,7	64	100
Europa de Leste	11	29,7	22	59,5	4	10,8	37	100
Ásia	5	27,8	12	66,7	1	5,6	18	100
Dupla	31	58,5	19	35,8	3	5,7	53	100
Portuguesa	30	75,0	9	22,5	1	2,5	40	100
Total	184	44,8	193	47,0	34	8,3	411	100

**Quadro 29 - Como obteve o 1º emprego em Portugal e situação regularizada em Portugal
(% em coluna)**

	Sim		Aguarda decisão dos serviços		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares/amigos do mesmo grupo étnico	121	61,4	33	78,6	57	71,3	211	66,1
“Recrutador”/“angariador” no país de origem	8	4,1	-	-	1	1,3	9	2,8
Patrão (português ou imigrante)	10	5,1	2	4,8	2	2,5	14	4,4
Amigos/conhecidos portugueses	32	16,2	4	9,5	8	10,0	44	13,8
Resposta a anúncio	21	10,7	3	7,1	10	12,5	34	10,7
Serviços de emprego	3	1,5	-	-	1	1,3	4	1,3
Criação do próprio emprego	2	1,0	-	-	1	1,3	3	0,9
Total	197	100	42	100	80	100	319	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

**Quadro 30 - Como obteve emprego actual e situação regularizada em Portugal
(% em coluna)**

	Sim		Aguarda decisão dos serviços		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Famíliares/amigos do mesmo grupo étnico	30	27,8	10	45,5	12	50,0	52	33,8
Patrão (português ou imigrante)	14	13,0	5	22,7	-	-	19	12,3
Amigos/conhecidos portugueses	19	17,6	4	18,2	8	33,3	31	20,1
Resposta a anúncio	18	16,7	1	4,5	2	8,3	21	13,6
Serviços de emprego	1	0,9	-	-	-	-	1	0,6
Criação do próprio emprego	18	16,7	2	9,1	2	8,3	22	14,3
Outras formas	8	7,4	-	-	-	-	8	5,2
Total	108	100	22	100	24	100	154	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão.

Quadro 31 - Desde que está em Portugal já trabalhou no estrangeiro por principais nacionalidades (% em coluna)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
Brasil	18	9,5	172	90,5	190	100
Angola	8	18,6	35	81,4	43	100
Cabo Verde	6	14,6	35	85,4	41	100
Ásia	1	6,3	15	93,8	16	100
Europa de Leste	4	10,8	33	89,2	37	100
Outros PALOP	2	6,9	27	93,1	29	100
Outros África	2	13,3	13	86,7	15	100
Total	41	11,1	330	88,9	371	100

Quadro 32 - Frequência e cursos de língua portuguesa por faixa etária (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	Não	%	n	%
Até aos 19	2	7,4	25	92,6	27	100
20 - 29	9	7,9	105	92,1	114	100
30 - 39	10	7,2	129	92,8	139	100
40 - 49	4	5,0	76	95,0	80	100
50 - 59	7	15,6	38	84,4	45	100
60 - 69	-	-	9	100,0	9	100
Mais de 70	-	-	3	100,0	3	100
Total	32	7,7	385	92,3	417	100

Quadro 33 - Notoriedade dos serviços por sexo (% em coluna)

	Feminino		Masculino	
	n	%	n	%
Câmara Municipal	149	69,3	141	69,5
Junta de Freguesia	189	87,9	178	87,7
CLAI do município	56	26,0	65	32,0
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	161	74,9	146	71,9
ACIDI (CNAI ou outros serviços)	31	14,4	26	12,8
Segurança Social	184	85,6	160	78,8
Polícia	150	69,8	155	76,4
Repartição de Finanças	163	75,8	160	78,8
Centro de Emprego	127	59,1	117	57,6
Centro de Saúde	199	92,6	188	92,6
Bancos	192	89,3	186	91,6
Transportes colectivos no município	188	87,4	176	86,7
Biblioteca Municipal	84	39,1	66	32,5
Escola	97	45,1	91	44,8
Universidade	26	12,1	22	10,8
Embaixada/Consulado	143	66,5	126	62,1
Associação Local de Imigrantes	8	3,7	6	3,0

Nota: Total mulheres = 215 e total homens = 203.

Quadro 34 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)

Serviço	Comentário	n	%
Câmara	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	2	66,7
	Mau atendimento	1	33,3
	Total	3	100
Junta de Freguesia	Burocrático	1	25,0
	Mau atendimento	2	75,0
	Total	3	100
CLAII	Grande espera/demora	1	25,0
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	1	25,0
	Desorganizado/confuso	1	25,0
	Mau atendimento	1	25,0
	Total	4	100
SEF	Burocrático	8	13,6
	Mais preparação/formação do pessoal	2	3,4
	Grande espera/demora	19	32,2
	Discriminação/racismo	1	1,7
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	7	11,9
	Poucos funcionários	1	1,7
	Falta de informações/informações incorrectas	1	1,7
	Desorganizado/confuso	4	6,8
	Mau atendimento	11	18,6
	Más condições/infra-estruturas	1	1,7
	Muita lotação	4	6,8
	Total	59	100
ACIDI	Grande espera/demora	1	100
	Total	1	100

Quadro 35 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)

Serviço	Comentário	n	%
Segurança Social	Mais preparação/formação do pessoal	2	6,1
	Grande espera/demora	24	72,7
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	3	9,1
	Falta de informações/informações incorrectas	1	3,0
	Falta de estacionamento	1	3,0
	Muita lotação	1	3,0
	Indisponibilidade	1	3,0
	Total	33	100
Policia	Grande espera/demora	4	36,4
	Discriminação/racismo	4	36,4
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	2	18,2
	Mau atendimento	1	9,1
	Total	11	100
Finanças	Grande espera/demora	10	66,7
	Desorganizado/confuso	1	6,7
	Mau atendimento	1	6,7
	Más condições/infra-estruturas	1	6,7
	Muita lotação	2	13,3
	Total	15	100
Centro de Emprego	Grande espera/demora	4	30,8
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	3	23,1
	Poucos funcionários	2	15,4
	Falta de informações/informações incorrectas	1	7,7
	Desorganizado/confuso	1	7,7
	Mau atendimento	1	7,7
	Muita lotação	1	7,7
	Total	13	100

Quadro 36 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)

Serviço	Comentário	n	%
Centro de Saúde	Mais preparação/formação do pessoal	2	3,5
	Grande espera/demora	29	50,9
	Discriminação/racismo	2	3,5
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	2	3,5
	Falta de médicos	13	22,8
	Falta de Centros de Saúde	1	1,8
	Falta de aviso relativo ao cancelamento das consultas	1	1,8
	Mau atendimento	3	5,3
	Más condições/infra-estruturas	4	7,0
	Total	57	100
Bancos	Burocrático	1	6,3
	Grande espera/demora	9	56,3
	Discriminação/racismo	1	6,3
	Dispendioso	1	6,3
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	1	6,3
	Dificuldade em abrir conta	2	12,5
	Juros	1	6,3
	Total	16	100
Transportes	Grande espera/demora	9	23,7
	Dispendioso	3	7,9
	Horários insatisfatórios	8	21,1
	Poucos transportes	7	18,4
	Falta de autocarros	4	10,5
	Mau atendimento	1	2,6
	Más condições/infra-estruturas	1	2,6
	Itinerários insuficientes	2	5,3
	Má articulação dos transportes	2	5,3
	Pouca oferta	1	2,6
	Total	38	100

Quadro 37 - Comentários e sugestões às instituições (serviços)

Serviço	Comentário	n	%
Biblioteca	Burocrático	1	50,0
	Más condições/infra-estruturas	1	50,0
	Total	2	100
Escola	Mais preparação/formação do pessoal	1	25,0
	Pouca formação dos professores	1	25,0
	Incentivar a preparação dos alunos	1	25,0
	Mau ambiente	1	25,0
	Total	4	100
Embaixada	Burocrático	1	1,6
	Grande espera/demora	35	55,6
	Discriminação/racismo	1	1,6
	Dispendioso	1	1,6
	Pouca eficácia/capacidade na resolução dos problemas	3	4,8
	Falta de informações/informações incorrectas	2	3,2
	Desorganizado/confuso	8	12,7
	Mau atendimento	6	9,5
	Más condições/infra-estruturas	1	1,6
	Muita lotação	4	6,3
	Indisponibilidade	1	1,6
	Total	63	100
Associação Local de Imigrantes	Mais preparação/formação do pessoal	4	66,7
	Grande espera/demora	2	33,3
	Total	6	100

Quadro 38 - Sentimento de discriminação étnico-racial por classes sociais (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	9	42,9	12	57,1	21	100
PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento	1	14,3	6	85,7	7	100
TI - Trabalhadores Independentes	16	34,0	31	66,0	47	100
EE - Empregados Executantes	74	46,0	87	54,0	161	100
OO - Operários	39	37,9	64	62,1	103	100
AA - Assalariados Agrícolas	2	20,0	8	80,0	10	100
Total	141	40,4	208	59,6	349	100

Nota: Questão apenas aplicada aos activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Quadro 39 - Projecto de emigração e número de ano em Portugal (% em linha)

	Não		Sim, para o país de origem		Sim, para outro país		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
0 - 9	161	65,7	43	17,6	41	16,7	245	100
10 - 19	46	55,4	20	24,1	17	20,5	83	100
20 - 29	16	72,7	3	13,6	3	13,6	22	100
30 - 39	22	73,3	5	16,7	3	10,0	30	100
+40	7	70,0	2	20,0	1	10,0	10	100
Total	252	64,6	73	18,7	65	16,7	390	100

Quadro 40 - Desde que está em Portugal trabalhou no estrangeiro

	n	%	% Válidas
Sim	41	11,1	11,9
Não	303	82,3	88,1
Não responde	24	6,5	-
Total	368	100	100

Nota: Questão apenas aplicada a activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

Quadro 41 - Já trabalhou no estrangeiro por faixa etária (% em linha)

	Sim		Não		Total	
	n	%	n	%	n	%
10 - 19	-	-	3	100,0	3	100
20 - 29	4	4,2	91	95,8	95	100
30 - 39	15	11,9	111	88,1	126	100
40 - 49	11	15,5	60	84,5	71	100
50 - 59	9	23,7	29	76,3	38	100
60 - 69	2	22,2	7	77,8	9	100
70 - 79	-	-	1	100,0	1	100
> 80	-	-	1	100,0	1	100
Total	41	11,9	303	88,1	344	100

Nota: Questão aplicada apenas aos activos com profissão, desempregados, reformados e inválidos/doentes permanentes.

ANEXO 3: GUIÃO DE ENTREVISTA EXPLORATÓRIA AOS ACTORES SOCIOINSTITUCIONAIS



ESTUDO DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE, IDENTIFICAÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS E DOS SEUS CONTRIBUTOS PARA AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS AGENTES SÓCIO – INSTITUCIONAIS QUE INTERVÊM JUNTO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE DE OEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA
Nº da entrevista:
Nome do entrevistado:
Nome do(s) entrevistador(es):
Data:
Local de realização:
Duração:
Observações:

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
Sexo (a observar):
Idade:
Grau de escolaridade:
Cargo ocupado/ e Nº de anos nesse cargo
Tempo de pertença à instituição (no total, independentemente dos cargos)
Está em full-time, part-time, voluntário ou outra situação
Razões da ligação à instituição
Residência (concelho/freguesia)

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO

1. Dados de identificação:

- A. Nome:
- B. Contacto institucional:
 - 1) Endereço:
 - 2) Telefone:
 - 3) E-mail:
- C. Tipo de Instituição (pedir para mencionar a designação tal como está nos estatutos)

2. Caracterização dos utentes e/ou sócios

- A. Caracterização geral dos utentes e/ou sócios:
 - 1) Autóctones/imigrantes e sua origem geográfica
 - 2) Grupo etário
 - 3) Proporção de homens e mulheres
 - 4) Local de residência (freguesia/bairro)
 - 5) Profissões (Quais as mais dominantes, ou importantes?)
 - 6) Níveis de escolaridade
 - 7) Tipo de famílias
 - 8) Pertenças étnicas
- B. Estimativa do número de utentes? Sócios? Quantos pagam quota? Quantos pagam mensalidades ou as actividades/serviços prestados?
- C. Condições de vida dos utentes e/ou sócios:
 - 1) Serviços de saúde (existência e acesso ao nível de equipamentos e serviços; problemas de saúde existentes)
 - 2) Educação:
 - i. Equipamentos existentes
 - ii. Sucesso/insucesso/abandono escolar
 - 3) Segurança:
 - i. Existência de serviços/equipamentos (PSP, bombeiros)
 - ii. Sentimento e percepção da segurança
 - 4) Discriminação, racismo e preconceitos:
 - i. De quem? Face a quem?
 - ii. Como se concretizam?

iii. Contextos em que ocorre a discriminação? *

* Exemplificar: alguma(s) instituições; transportes públicos; estabelecimentos comerciais; transportes públicos; entre outros).

iv. Reacções e comportamentos dos discriminados? *

* Ao nível de postura (mais passiva ou mais activa).

- 5) Situação perante o emprego (empregados/desempregados/trabalhadores por conta própria)
- 6) Condições de trabalho (contrato de trabalho/descontos para segurança social)
- 7) Acesso a tecnologias de informação/local de acesso (internet: própria/em casa ou utilizada noutro local ou instituição)
- 8) Acesso à segurança social (subsídio de desemprego, outros benefícios sociais)
- 9) Lazer dominantes
- 10) Condições de habitabilidade
 - i. Tipos de habitação
 - ii. Condições de habitabilidade
 - iii. Regime de propriedade (Própria; arrendamento; sub-arrendamento; ...)
- 11) Filiação religiosa
- 12) Qual a língua materna? É a mais utilizada? (Se não, qual a mais utilizada?)
- 13) Adesão às associações e organizações da sociedade civil (Se são sócios e participam; incluindo partidos políticos, sindicatos, associações de moradores/recreativas)
- 14) Sociabilidades locais e relações de inter-ajuda com quem e como se concretizam? (fechamento/abertura) *

* Poderá ser entre grupos ou pessoas (vizinhos, amigos, familiares, ...).

* Perceber, ainda, se essas relações de inter-ajuda se estabelecem ao nível do bairro ou estendem-se para além do bairro.

- D. Língua(s) utilizadas entre utentes e funcionários? Existência de técnicos, funcionários, colaboradores e voluntários de origem imigrante (Quantos são? Que funções desempenham? Qual a sua nacionalidade?)
- E. Relação autóctones/imigrantes, intra-imigrantes, e imigrantes com outras minorias (conflitos/coexistência pacífica/tensões*; em que zonas do concelho; intervenientes e motivações)

* Se existem tensões, porque motivo existem?

- F. Contributo dos utentes (especificar o dos imigrantes) e ou sócios para o desenvolvimento do concelho

3. Evolução do fenómeno migratório no concelho

- A. Quem são os imigrantes que residem no concelho – actualidade e no passado (caso seja diferente da caracterização geral dos utentes)
 - 1) Nacionalidade
 - 2) Grupo etário
 - 3) Proporção de homens e mulheres
 - 4) Local de residência (freguesia/bairro)
 - 5) Profissões
 - 6) Níveis de escolaridade
 - 7) Tipo de famílias
 - 8) Pertenças étnicas
 - 9) Filiação religiosa
- B. Volume do fenómeno em termos evolutivos (Diminuiu ou aumentou? E quando isso aconteceu (período temporal)? Razões?)
- C. Envolvimento dos imigrantes na sua integração
 - 1) Estão integrados? Porque?
 - 2) Dificuldades e facilidades de integração?
- D. Medidas, projectos locais e planos de promoção da integração:
 - 1) Existência
 - 2) Quais são?
 - 3) Domínios?
 - 4) Eficácia?
 - 5) Ajustamento aos grupos imigrantes?
- E. Instituições e serviços que mais apoiam os imigrantes
- F. Valores e práticas culturais dos grupos imigrantes (brasileiros, ucranianos, russos, moldavos, romenos, PALOP, timorenses, indianos, ...):
 - 1) Língua dominante
 - 2) Concepção de família
 - 3) Importância da conjugalidade
 - 4) Papel do género na vida familiar
 - 5) Valores face à escola e ao trabalho
 - 6) Qualidades e atributos pessoais

- G. Caracterização da área ao nível de oferta cultural minoritária, comércio étnico, comércio ambulante, empresas e negócios geridos por imigrantes – existência, sectores, localização, nacionalidades, tipo de produtos/serviços que comercializam, grau de procura (não só por parte de imigrantes, como também de autóctones).
- H. Desvalorização/valorização cultural por parte dos imigrantes:
 - 1) Adaptação à cultura maioritária/valorização da própria
 - 2) Assimilação ou resistência à cultura maioritária
 - 3) Práticas activas de valorização da cultura do grupo

4. Carácter da instituição

- ☐ Público
- ☐ Privado
- ☐ Misto
- ☐ Outro, qual?

5. Tipo de reconhecimento público

- A. Tem estatuto de utilidade pública (dizer se existe e desde quando)
- B. Prémios (dizer se existem e quais?)
- C. Reconhecimento público (informal) (dizer se existe e como isso se concretiza) *

* Pode não ter o estatuto, mas ser reconhecida pelo seu trabalho (reconhecimento informal)

6. Âmbito geográfico de intervenção

Internacional, nacional, regional, concelhio, freguesia, bairro

7. Historial

- A. Como foi fundada:
 - 1) Quando?
 - 2) Por quem?
 - 3) Razões da fundação da instituição?
- B. Objectivos da instituição (Objectivos que presidiram aos primeiros estatutos)
- C. Actividades iniciais

D. Populações-alvo (caso seja diferente da caracterização geral dos utentes):

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Zona de residência (freguesia/bairro)
- 4) Nacionalidade
- 5) Origens geográficas

8. Actualidade

A. Áreas de intervenção *

* Resposta livre do inquirido, apresentar lista apenas se necessário.

- ☐ Ensino
- ☐ Saúde
- ☐ Trabalho e formação profissional
- ☐ Habitação
- ☐ Serviços sociais
- ☐ Desporto
- ☐ Participação cívica
- ☐ Participação política
- ☐ Justiça
- ☐ Acesso à Informação
- ☐ Meios de comunicação
- ☐ Instituições financeiras

c Outro: _____

B. Fontes de financiamento:

- 1) Próprias (% no total de receitas)
- 2) Externas, de quem? (% no total de receitas)

C. Infra-estruturas existentes:

- 1) Tem sede própria?
- 2) Onde?
- 3) Outras infra-estruturas e equipamentos (Quais? Onde?)

D. Actividades Desenvolvidas – dizer quais?

E. Quais as actividades e/ou serviços mais procurada(o)s pelos imigrantes (indicação das nacionalidades dominantes por actividade)

F. Parcerias e colaborações:

- 1) Inserção em redes institucionais
 - i. Quais?
 - ii. Objectivos?
 - iii. Contrapartidas?
 - 2) Participação em *workshops* na temática da imigração (ou outros) e avaliação dos mesmos (e se existe uma formação contínua) (se sim, quais e quando?)
 - 3) Envolvimento em programas de apoio oficiais (locais e centrais)
 - 4) Identificação de outros parceiros (ex. Junta de freguesia, Câmara municipal, empresas (projectos de responsabilidade social)
 - i. Tipo de relações
 - ii. Domínios de colaboração
 - G. Quais as instituições de tutela nessas parcerias *
- * Com posição hierárquica superior.

9. Caracterização dos funcionários (técnicos) e voluntários

- A. Nº de funcionários? Nº de voluntários?
- B. Situação profissional dos funcionários e voluntários (assalariados ou outra; tempo inteiro/parcial; ou outra situação)
- C. Situação contratual dos funcionários
- D. Funções técnicas (quantos e em que áreas) dos funcionários e voluntários
- E. Acções de formação (na área da imigração) frequentadas pelos funcionários e voluntários
- F. Existem na instituição técnicos formadores (na área da imigração)? (se sim, quantos? Em que instituições dão formação?)
- G. Caracterização sócio-demográfica dos funcionários/voluntários:
 - i. Local de residência (concelho/freguesia/bairro)
 - ii. Sexo
 - iii. Idades
 - iv. Nacionalidade
 - v. Habilitações literárias

10. Acções desenvolvidas

- A. Balanço da intervenção da instituição no meio local (Sucessos/dificuldades)
- B. Contributos da instituição para o desenvolvimento local
- C. Papel da instituição na resolução dos problemas e dificuldades da população (incluindo os imigrantes)

- D. Avaliação da participação da população autóctone local e dos imigrantes na instituição
- E. Objectivos e desafios da instituição no presente (actuais)? E futuros?
- F. Opinião da população autóctone local e dos imigrantes sobre a instituição
- G. Desafios que se colocam ao bairro/ freguesia/concelho

FIM DA ENTREVISTA!

Numa fase posterior, estaria disponível para fazer a mediação na aplicação dos inquéritos por questionário? Ou haverá algum local de atendimento (ou outro) onde possamos aplicar os nossos questionários?

E haverá algum contacto que seja relevante para o desenvolvimento deste estudo que nos possa facultar?

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO 4: INQUÉRITO APLICADO À POPULAÇÃO IMIGRANTE

A - Caracterização do(a) entrevistado(a) e dos elementos que compõem o agregado familiar co-residente

	G1. Sexo: 1 - Feminino 2 - Masculino	G2. Idade: Nº de anos	G3. Grau de parentesco com INDA: 1 - Cônjuge/ Companheiro(a) 2 - Filho(a) 3 - Enteadado(a) 4 - Pai ou mãe 5 - Sogro ou sogra 6 - Nora ou genro 7 - Irmã(o) 8 - Neto(a)/ Bisneto(a) 9 - Avô ou Avó 10 - Outro grau de parentesco (REFERIR QUAL)	G4. Estado civil: 1 - Casado 2 - União de facto 3 - Solteiro 4 - Separado de facto 5 - Divorciado 6 - Viúvo	G5. Nacionalidade: 1 - Conselho onde reside actualmente 2 - Outro conselho - qual? 3 - Outro país - qual?	G6. Nacionalidade: 1 - Portuguesa 2 - Dupla nacionalidade - Portuguesa e outra (INDICAR A NAO PORTUGUESA) 3 - Dupla nacionalidade - outros casos (INDICAR AS 2 NACIONALIDADES) 4 - Estrangeira - de outro país (INDICAR QUAL)
Indivíduo A (respondente)						
Indivíduo B						
Indivíduo C						
Indivíduo D						
Indivíduo E						
Indivíduo F						
IND.G						
IND.H						

G7. Ano de chegada a Portugal
(APENAS PARA OS NATURAIS DE OUTROS PAÍSES)

G8. 1º Local de residência em Portugal (concelho)
(APENAS PARA OS NATURAIS DE OUTROS PAÍSES)

G9. Nível de ensino mais elevado que concluiu/completou:
1 - Nenhum
2 - Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola
3 - Pré-escolar
4 - E Básico - 1º ciclo (antiga 4ª classe)
5 - E Básico - 2º ciclo (antigo 6º ano)
6 - E Básico - 3º ciclo (antigo 9º ano)
7 - Secundário (antigo 12º ano)
8 - Curso médio/profissional
9 - Bacharelato
10 - Licenciatura
11 - Mestrado
12 - Doutoramento
13 - Outro (ESPECIFICAR)

G10. Qual considera ser o seu nível de conhecimento da língua portuguesa?
1 - Muito Bom
2 - Bom
3 - Suficiente
4 - Fraco
5 - Nulo

IND.A (respondente)						
IND.B						
IND.C						
IND.D						
IND.E						
IND.F						
IND.G						
IND.H						

	G11. Qual o seu principal meio de vida? 1 - Trabalho 2 - Rendimento Social de Inserção 3 - Pensão/ Reforma 4 - Rendimentos de propriedade ou de empresa 5 - Subsídio temporário de doença 6 - Subsídio temporário de desemprego 7 - Outros subsídios temporários 8 - Apoio Social 9 - A cargo da família 10 - Biscates 11 - Outra situação (ESPECIFICAR QUAL)			G12. Condição perante a actividade económica? 1 - Activo com profissão 2 - Desempregado (REFERIR TEMPO DE DESEMPREGO EM MESES) 3 - A procura do 1º emprego (REFERIR TEMPO DE PROCURA DE EMPREGO EM MESES) 4 - Doméstica 5 - Reformado 6 - Inválido/ doença permanente 7 - Estudante			G13. Profissão (no caso de desempregados ou reformados, indicar a última profissão) (escrever com detalhe)		
IND. A (respondente)									
IND. B									
IND. C									
IND. D									
IND. E									
IND. F									
IND. G									
IND. H									

	G14. Regime de trabalho: 1 - Permanente/regular 2 - Ocasional 3 - Sazonal	G15. Situação na profissão: 1 - Trabalhador por conta de outrem 2 - Trabalhador por conta própria sem empregados 3 - Trabalhador por conta própria com empregados 4 - Trabalhador familiar não remunerado 5 - Outra situação (ESPECIFICAR)	G16. Tipo de vínculo contratual (SO PARA A SITUAÇÃO 1 DO Nº ANTERIOR) 1 - Contrato sem termo 2 - Contrato com termo 3 - Rectos verdes 4 - Trabalho sem contrato 5 - Outra situação (REFERENCIAR QUAL)	G17. Local de trabalho ou estudo (geográfico): 1 - No concelho onde reside 2 - Noutro concelho (INDICAR QUAL) 3 - No estrangeiro (INDICAR PAÍS)
IND. A (respondente)				
IND. B				
IND. C				
IND. D				
IND. E				
IND. F				
IND. G				
IND. H				

G18. Para além dos elementos do seu agregado familiar, há mais pessoas a residir consigo?

☐ Não ☐ Sim

G18.1 Quantas, no total?

G18.2 Quantas do país de origem do inquirido

B - Caracterização do alojamento e condições de habitabilidade

G19. Qual o tipo de alojamento em que reside?

☐ Clássico (apartamento ou moradia)

☐ Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.)

☐ Barraca, casa rudimentar ou de madeira

☐ Pensão ou residencial

☐ Centro de acolhimento

☐ Móvel (caravana ou outro)

☐ Outro tipo. **Especificar**

G20. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é:

☐ Alugado no mercado privado formal

☐ Alugado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)

☐ Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)

☐ Subarrendado (partes de casa: quartos)

☐ Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal

☐ Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado informal/clandestino

☐ Casa de amigos (não paga renda)

☐ Outra situação. **Especificar**

G20.1 (APENAS PARA AQUELES QUE NÃO POSSUEM CASA PRÓPRIA)

Tenciona comprar casa em Portugal?

☐ Não

☐ Ainda não pensou no assunto/não tem a certeza

☐ Sim, mas nunca fez nenhuma diligência/prospecção de mercado

☐ Sim, e já fez diligências nesse sentido

(APENAS PARA QUEM TENCIONA COMPRAR CASA)

G20.1.1 No concelho de residência actual? ☐ Não ☐ Sim

G21 Nº de divisões do alojamento em que vive, excluindo cozinha e casa(s) de banho?

G22. O alojamento onde habita possui: (ESCOLHA MÚLTIPLA)

☐ Casa de banho completa no interior da habitação (inst. sanit. e banho)

☐ Abastecimento de água pela rede pública

☐ Água quente

☐ Aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis

G23. A família co-habitante dispõe de: (ESCOLHA MÚLTIPLA)

☐ Telefone ☐ Motorizada/Motociclo

☐ Telemóvel ☐ Automóvel

☐ Máquina de lavar loiça ☐ Computador

☐ Máquina de lavar roupa ☐ TV por cabo ou antena parabólica

☐ Micro-ondas

☐ INTERNET em casa (acesso doméstico)

C - Trajectória migratória e elementos complementares de caracterização do entrevistado(a)

G24. Diga a principal razão porque escolheu Portugal como país de residência? (INDICAR APENAS O PRINCIPAL)

☐ Conhecimento da língua/proximidade cultural

☐ Ascendência portuguesa/ família portuguesa

☐ Facilidade de entrada

☐ Queria estudar em Portugal/ beneficiou de bolsa em Portugal

☐ Reagrupamento familiar

☐ Acompanhar os pais

☐ Queria utilizar o sistema de saúde português/abrigo de acordo de saúde

☐ Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal

☐ Outras razões. **Especificar**

G25. Qual foi a forma de imigração utilizada para chegar a Portugal?

☐ Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares

☐ Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares

☐ Com a família, utilizando meios próprios ou familiares

☐ Sozinho(a), com o auxílio de terceiros

☐ Em grupo, com o auxílio de terceiros

☐ Recrutamento feito por um empregador português

☐ Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal

☐ Outros casos. **Especificar**

G26. Teve de pagar a alguém/alguma organização para o "ajudar" a vir para Portugal (por organização não se entendem nem empresas formais de transporte, nem serviços públicos que atribuem vistos ou outros)? ☐ Sim ☐ Não

G27. Viveu noutro país diferente do seu país de origem antes de se instalar em Portugal?

☐ Sim **G27.1 Se sim qual?**

☐ Não **G27.2 Por quanto tempo?** meses

G28. Porque motivo deixou o seu país de origem e, apenas no caso de ter residido noutro país antes de vir para Portugal, porque o deixou também? (INDIQUE APENAS O PRINCIPAL MOTIVO)

País de origem Último país de residência antes de vir para Portugal (SE DIFERENTE DO PAÍS DE ORIGEM)

Motivos económicos/ emprego	☐	☐
Reunir-se à família	☐	☐
Acompanhar os pais	☐	☐
Estudar	☐	☐
Motivos políticos	☐	☐
Razões de saúde	☐	☐
Outro motivo	☐	☐

Qual? Qual?

G29. Quais os principais motivos que estão na origem da opção pela residência neste concelho? (INDIQUE APENAS OS 2 MOTIVOS PRINCIPAIS)

☐ Local onde encontrou emprego

☐ Boa qualidade do ambiente "natural" (clima, paisagem, etc.)

☐ Boa imagem dos habitantes e do ambiente social

☐ Bons acessos viários/acessibilidade

☐ Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem

☐ Proximidade face a familiares ou amigos

☐ Preços mais baixos na habitação

☐ Nível de vida mais acessível

☐ Qualidade mais elevada nas habitações existentes

☐ Pelos serviços e comércio que oferece

☐ Outro motivo. **Especificar**

G30. Com que documento entrou em Portugal?

☐ Apenas Passaporte (sem qualquer visto)

☐ Visto de "turista"

☐ Visto de trabalho ou equivalente

☐ Visto de estudo ou equivalente

☐ Visto de estada temporária ou equivalente

☐ Outras situações. **Especificar**

G31. Tem a sua situação regularizada em Portugal?

☐ Sim

G31.1 Quando a regularizou? Mês Ano

☐ Aguarda decisão dos serviços

G31.2 Que documentos lhe faltam?

☐ Não

G31.3 (APENAS PARA AQUELES QUE NÃO POSSUEM NACIONALIDADE PORTUGUESA)

Pretende obter a nacionalidade portuguesa?

☐ Sim ☐ Não

G32. Qual foi o seu último emprego no país de origem? Não responder G33. Quantos empregos já teve em Portugal? Não responder G34. Qual foi o seu primeiro emprego em Portugal? Não responder <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 50%; text-align: left;">G35. Como obteve o 1º emprego em Portugal?</th> <th style="width: 50%; text-align: left;">G36. Como obteve o emprego que possui actualmente?</th> </tr> <tr> <td>Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Através do "recrutador"/"angariador" no país de origem ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Através de patrão português ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Através de patrão imigrante da mesma origem étnica ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Através de patrão imigrante de outra origem étnica ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Através de amigos/conhecidos portugueses ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Resposta a anúncio ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Serviços de emprego ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Criação do próprio emprego ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Outras formas ☐</td> <td>☐</td> </tr> <tr> <td>Especificar Não responder</td> <td>Especificar Não responder</td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> </tr> </table> G37. Desde que vive em Portugal, já alguma vez trabalhou alguma temporada no estrangeiro? ☐ Não (PASSA PARA A G38) ☐ Sim G37.1 Se sim quantas vezes? Não responder	G35. Como obteve o 1º emprego em Portugal?	G36. Como obteve o emprego que possui actualmente?	Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico ☐	☐	Através do "recrutador"/"angariador" no país de origem ☐	☐	Através de patrão português ☐	☐	Através de patrão imigrante da mesma origem étnica ☐	☐	Através de patrão imigrante de outra origem étnica ☐	☐	Através de amigos/conhecidos portugueses ☐	☐	Resposta a anúncio ☐	☐	Serviços de emprego ☐	☐	Criação do próprio emprego ☐	☐	Outras formas ☐	☐	Especificar Não responder	Especificar Não responder			G37.2 Onde (PAISES) Não responder G37.3 Quanto tempo? (INDICAR QUANTOS ANOS) G37.4 Quando? (INDICAR ANOS EX-1920) NÃO TEMAS ESCRITO AÍLA QUE UMA VEZ NO estrangeiro indicar as duas mais recentes D - Processo de integração em Portugal <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 60%;">G38. Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu face aos seguintes aspectos? (GRADUE A SUA RESPOSTA DE 1 - NADA DIFÍCIL A 5 - MUITO DIFÍCIL)</th> <th style="width: 20%;"></th> <th style="width: 20%;">G39. E actualmente, qual o grau de dificuldade que associa aos mesmos aspectos?</th> </tr> <tr> <td></td> <td>1 2 3 4 5</td> <td>1 2 3 4 5</td> </tr> <tr> <td>Não conhecer ninguém/solidão</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Clima</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Língua</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Saúde</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Regularização/ legalização</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Integração na escola/sucesso escolar</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Equivalências escolares</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Habituação (acesso e custo)</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Transportes (acesso e custo)</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> <tr> <td>Discriminação/ racismo</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> <td>☐ ☐ ☐ ☐ ☐</td> </tr> </table>	G38. Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu face aos seguintes aspectos? (GRADUE A SUA RESPOSTA DE 1 - NADA DIFÍCIL A 5 - MUITO DIFÍCIL)		G39. E actualmente, qual o grau de dificuldade que associa aos mesmos aspectos?		1 2 3 4 5	1 2 3 4 5	Não conhecer ninguém/solidão	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Clima	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Língua	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Saúde	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Regularização/ legalização	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Integração na escola/sucesso escolar	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Equivalências escolares	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Habituação (acesso e custo)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Transportes (acesso e custo)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	Discriminação/ racismo	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐
G35. Como obteve o 1º emprego em Portugal?	G36. Como obteve o emprego que possui actualmente?																																																																										
Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico ☐	☐																																																																										
Através do "recrutador"/"angariador" no país de origem ☐	☐																																																																										
Através de patrão português ☐	☐																																																																										
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica ☐	☐																																																																										
Através de patrão imigrante de outra origem étnica ☐	☐																																																																										
Através de amigos/conhecidos portugueses ☐	☐																																																																										
Resposta a anúncio ☐	☐																																																																										
Serviços de emprego ☐	☐																																																																										
Criação do próprio emprego ☐	☐																																																																										
Outras formas ☐	☐																																																																										
Especificar Não responder	Especificar Não responder																																																																										
G38. Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu face aos seguintes aspectos? (GRADUE A SUA RESPOSTA DE 1 - NADA DIFÍCIL A 5 - MUITO DIFÍCIL)		G39. E actualmente, qual o grau de dificuldade que associa aos mesmos aspectos?																																																																									
	1 2 3 4 5	1 2 3 4 5																																																																									
Não conhecer ninguém/solidão	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Clima	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Língua	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Saúde	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Regularização/ legalização	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Integração na escola/sucesso escolar	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Equivalências escolares	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Habituação (acesso e custo)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Transportes (acesso e custo)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									
Discriminação/ racismo	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐																																																																									

G40. Tem carta de condução válida em Portugal? ☐ Sim ☐ Não G41. Costuma exercer o direito de voto nas eleições locais do município? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica (menor de 18 anos ou estrangeiro sem direito formal de voto) G42. Faz parte de alguma associação ou grupo? ☐ Não ☐ Sim G42.1 De que tipo?(ESCOLHA MÚLTIPLA) ☐ Associação local de imigrantes do país de origem. Não responder Qual? Não responder ☐ Outro tipo de associação local (clube recreativo e desportivo, etc.). Não responder Qual? Não responder ☐ Associação de país Não responder Qual? Não responder ☐ Sindicato Não responder Qual? Não responder ☐ Partido ou organização política Não responder Qual? Não responder ☐ Outro tipo de associação. Não responder Qual? Não responder	G43. Em que língua ou línguas fala habitualmente em casa? Língua nº 1 Não responder Língua nº 2 Não responder Língua nº 3 Não responder G44. Já alguma vez frequentou ou frequenta um curso de língua portuguesa: ☐ Sim, já frequentei e concluí. Não responder Qual? Não responder ☐ Sim, já frequentei e não concluí. Não responder Qual? Não responder ☐ Sim, estou a frequentar neste momento. Não responder Qual? Não responder ☐ Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade Não responder Qual? Não responder ☐ Não, nunca frequentei, porque nunca senti necessidade Não responder Qual? Não responder
---	---

G45. Para que um imigrante se sinta bem integrado em Portugal acha que é importante:
(GRADUE A SUA RESPOSTA DE 1 - NADA IMPORTANTE A 5 - MUITO IMPORTANTE)

	1	2	3	4	5
Ter família em Portugal	☐	☐	☐	☐	☐
Ter amigos portugueses	☐	☐	☐	☐	☐
Ter os seus filhos na escola	☐	☐	☐	☐	☐
Falar bem português	☐	☐	☐	☐	☐
Estar empregado	☐	☐	☐	☐	☐
Ter os mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	☐	☐	☐	☐	☐
Conseguir comprar uma casa em Portugal	☐	☐	☐	☐	☐
Ter carro	☐	☐	☐	☐	☐
Obter nacionalidade portuguesa	☐	☐	☐	☐	☐

G46. Em Portugal, os seus amigos(as) são sobretudo:
(PODE ESCOLHER, NO MÁXIMO, DUAS OPÇÕES)

☐ Imigrantes da mesma nacionalidade

☐ Imigrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos

☐ Portugueses que conheceu no trabalho

☐ Portugueses que são seus vizinhos

☐ Portugueses que conheceu noutros locais

☐ Familiares

G47. Se precisasse de ajuda de emergência a quem iria recorrer em primeiro lugar:

☐ Amigos imigrantes

☐ Amigos portugueses

☐ Colegas de trabalho

☐ Vizinhos imigrantes

☐ Vizinhos portugueses

☐ Familiares instalados em Portugal

☐ Serviços públicos portugueses

☐ Serviços públicos do país de origem

☐ Instituições religiosas

☐ Associações privadas/IPSS's sem carácter religioso

☐ Familiares residentes no estrangeiro

G48. Qual é a sua religião?

☐ Sem religião (ateu/agnóstico)

☐ Católica

☐ Judaica

☐ Ortodoxa

☐ Islâmica

☐ Protestante Evangélica

☐ Hindu

☐ Outra religião. Qual? _____

G49. Com que frequência efectua as seguintes práticas:

	Todos os dias	Todas as semanas	De vez em quando	Raramente	Nunca
1. Comer comida "típica" do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
2. Comprar produtos "típicos" do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
3. Ouvir música do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
4. Ouvir música portuguesa	☐	☐	☐	☐	☐
5. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
6. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas portuguesas	☐	☐	☐	☐	☐
7. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizadas por associações e pessoas do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
8. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizadas por associações e pessoas portuguesas	☐	☐	☐	☐	☐
9. Ver canais de televisão do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
10. Ver canais de televisão portugueses	☐	☐	☐	☐	☐
11. Ouvir programas de rádio para o das comunidades imigradas	☐	☐	☐	☐	☐

	Todos os dias	Todas as semanas	De vez em quando	Raramente	Nunca
12. Ler jornais/revistas <u>portugueses</u>	☐	☐	☐	☐	☐
13. Ler jornais/revistas do <u>país de origem</u>	☐	☐	☐	☐	☐
14. Ler jornais/revistas do país de origem feitos em Portugal	☐	☐	☐	☐	☐
15. Consultar sites do país de origem na internet	☐	☐	☐	☐	☐
16. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
17. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas <u>portuguesas</u>	☐	☐	☐	☐	☐
18. Usar vestuário tradicional do país de origem	☐	☐	☐	☐	☐
19. Ir ao café	☐	☐	☐	☐	☐
20. Praticar actividades religiosas ministradas pela Igreja Católica Portuguesa	☐	☐	☐	☐	☐
21. Praticar actividades religiosas ministradas por <u>outras igrejas</u>	☐	☐	☐	☐	☐

G50. Da seguinte lista de instituições, refira aquelas que conhece, e/ou aquelas que já utilizou e o modo como avalia os serviços prestados (ou que sabe que prestam):

	Conhece	Frequentou/ recorreu aos seus serviços	(APENAS PARA OS SERVIÇOS QUE UTILIZOU) Como avalia o trabalho que lhe foi prestado?					(OPTATIVA) Explicitar maior deficiência ou efectuar sugestão	
			Muito bom	Bom	Razoável	Deficiente	Muito deficiente		
1. Câmara Municipal	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
2. Junta de Freguesia	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
3. CLAIJ do município	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
4. Serviço de estrangeiros e Fronteiras	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
5. ACIDI (CNAI ou outros serviços)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
6. Segurança Social	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
7. Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
8. Repartição de Finanças	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
9. Centro de Emprego	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
10. Centro de saúde	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
11. Bancos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
12. Transportes colectivos no município	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
13. Biblioteca Municipal	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
14. Escola	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Qual?									
15. Universidade/instituição de ensino superior	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Qual?									
16. Embaixada/Consulado	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		
Qual?									
17. Associação Local de Imigrantes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		

14.3820 1.70320 1.6.3820

G51. De uma maneira geral, como considera o seu nível de integração em Portugal?

☐ Plenamente/multíssimo integrado

☐ Muito integrado

☐ Integrado

☐ Pouco integrado

☐ Nada integrado

E - Percepção sobre situações de discriminação em Portugal

G52. Já alguma vez se sentiu discriminado(a) por motivos raciais ou étnicos em Portugal?

☐ Sim ☐ Não (PASSE PARA A G54)

G53. Em que situações já se sentiu ou se sente discriminado(a)? (ESCOLHA MULTÍPLA)

☐ Num serviço público (Segurança Social, organização de apoio aos imigrantes)

☐ Num Banco/ organismo de concessão de crédito

☐ Num entrevista de emprego

☐ No arrendamento de uma casa/quarto

☐ Nos transportes públicos

☐ Quando utilizou táxis

☐ Quando fazia compras num supermercado ou loja

☐ Num café, restaurante ou serviço similar

☐ No trabalho

☐ Na escola

☐ Outras situações. Especificar: _____

G53.1 (APENAS PARA AQUELES QUE JÁ SE SENTIRAM DISCRIMINADOS NO MERCADO DE TRABALHO)

Quem efectuou a discriminação? (ESCOLHA MULTÍPLA)

☐ A entidade patronal

☐ Os colegas de trabalho

☐ Os clientes

G53.2 (APENAS PARA AQUELES QUE JÁ SE SENTIRAM DISCRIMINADOS NA ESCOLA)

Quem efectuou a discriminação? (ESCOLHA MULTÍPLA)

☐ Os professores

☐ Os colegas

☐ Os funcionários não docentes

G54. Considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal?

☐ Sim, muitas vezes ☐ Sim, algumas vezes ☐ Não

F - Relações com o país de origem

G55. Desde que se encontra em Portugal já regressou ao seu país de origem?

☐ Sim. **55.1 Quantas vezes?** _____

☐ Não. **55.2 Porquê?** _____

G56. Se respondeu sim na questão anterior, diga por que motivos? (ESCOLHA MULTÍPLA)

☐ Acontecimentos familiares (casamentos, funerais, outros)

☐ Tratar de assuntos familiares

☐ Levar/trazer bens

☐ Negócios

☐ Passar férias

☐ Tratar de documentos

☐ Outros. Quais? _____

G57. Tem familiares dependentes no seu país de origem?

☐ Sim ☐ Não

G57.1 Se sim, quem? (ESCOLHA MULTÍPLA) (INDICAR Nº DE FAMILIARES NAS QUADRICULAS)

☐ Filhos. Número: _____

☐ Pais/sogros. Número: _____

☐ Cônjuge

☐ Irmãos. Número: _____

☐ Outros. Número: _____

Quem? _____

G58. Pretende trazer familiares do seu país de origem?

☐ Não ☐ Sim. Quem? _____

G59. Costuma enviar remessas em dinheiro para o seu país de origem? ☐ Sim ☐ Não (PASSE PARA A G60) G59.1 Se sim, qual o valor médio mensal aproximado das remessas que efectua? ☐ Até €50 ☐ €51-€100 ☐ €101-€250 ☐ €251-€500 ☐ €501-€1000 ☐ Mais de €1000 G60. Gostaria de ir residir para outro país? ☐ Não ☐ Sim, para o país de origem G60.1 Tem ideia de quando pretende regressar? Daqui a <table border="1" style="display: inline-table; width: 40px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> anos ou <table border="1" style="display: inline-table; width: 40px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table> meses ☐ Sim, para outro país G60.2 Que país ou países? <table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	E63. Em relação às infraestruturas básicas da sua habitação: E63.1. Fornecimento de electricidade/luz ☐ Tem luz da rede pública legal ☐ Tem luz da rede pública ilegal ☐ Tem luz, mas fornecida por vizinhos, familiares ou amigos E63.2. Sistema de esgotos ☐ Tem esgotos ligados à rede pública ☐ Tem fossa séptica (tanque enterrado, que recebe os esgotos (dejectos e água)) ☐ Tem esgotos a céu aberto ☐ Não tem esgotos E63.3. Gás ☐ Tem gás canalizado ☐ Tem gás de garrafa/botija ☐ Não usa gás																																																																																																																										
G - Avaliação da habitação e da zona de residência																																																																																																																											
E61. Gosta da sua habitação? (GRADUE A SUA RESPOSTA DE 1 - MUITO SATISFEITO A 5 - MUITO INSATISFEITO) <table style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td> </tr> <tr> <td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td> </tr> </table> E62. A sua habitação tem problemas? ☐ Sim ☐ Não (PASSE PARA A E63) E62.1. Se sim, quais (ESCOLHA MULTIPLA)? ☐ Falta de espaço ☐ Humidade/ infiltrações ☐ Falta de luz natural ☐ Fissuras nas paredes ☐ Problemas com a canalização da água ☐ Portas e janelas em mau estado ☐ Outros. Quais? <table border="1" style="display: inline-table; width: 100px; height: 20px; vertical-align: middle;"></table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	H - Transportes E64. Qual o principal meio de transporte que usa o seu agregado para se deslocar nas deslocações de trabalho e para além do trabalho? <table style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <th></th><th>Trabalho/ estudo</th><th>Além do trabalho</th></tr> <tr> <td>Viatura própria</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> <tr> <td>Boleia de amigos/ colegas</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> <tr> <td>Transporte público colectivo</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> <tr> <td>Táxi</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> <tr> <td>A pé</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>		Trabalho/ estudo	Além do trabalho	Viatura própria	☐	☐	Boleia de amigos/ colegas	☐	☐	Transporte público colectivo	☐	☐	Táxi	☐	☐	A pé	☐	☐																																																																																														
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
	Trabalho/ estudo	Além do trabalho																																																																																																																									
Viatura própria	☐	☐																																																																																																																									
Boleia de amigos/ colegas	☐	☐																																																																																																																									
Transporte público colectivo	☐	☐																																																																																																																									
Táxi	☐	☐																																																																																																																									
A pé	☐	☐																																																																																																																									
E65. Como avalia os transportes disponíveis na sua área e concelho de residência?																																																																																																																											
Nas deslocações dentro do concelho (GRADUE AS SUAS RESPOSTAS DE 1 - NADA SUFICIENTE A 5 - COMPLETAMENTE SUFICIENTE)																																																																																																																											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th>Meio de transporte</th><th>Frequência do uso</th></tr> <tr> <td>1 - Autocarro e camioneta</td><td> ☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente </td></tr> <tr> <td>2 - Comboio</td><td> ☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente </td></tr> <tr> <td>3 - Barco</td><td> ☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente </td></tr> <tr> <td>4 - Táxi</td><td> ☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente </td></tr> <tr> <td>5 - Outro</td><td> ☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente </td></tr> </table>	Meio de transporte	Frequência do uso	1 - Autocarro e camioneta	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente	2 - Comboio	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente	3 - Barco	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente	4 - Táxi	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente	5 - Outro	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente	<table style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> <td style="width: 50%; text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> <td style="text-align: center;"> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table> </td> </tr> </table>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐
Meio de transporte	Frequência do uso																																																																																																																										
1 - Autocarro e camioneta	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente																																																																																																																										
2 - Comboio	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente																																																																																																																										
3 - Barco	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente																																																																																																																										
4 - Táxi	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente																																																																																																																										
5 - Outro	☐ Diariamente ☐ Pelo menos 2 x semana ☐ Pelo menos 1x mês ☐ Não usa/ raramente																																																																																																																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																						
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																						
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																						
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																						
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td><td>☐</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																						
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
1	2	3	4	5																																																																																																																							
☐	☐	☐	☐	☐																																																																																																																							
Nome do entrevistador _____ E79: Local de aplicação do questionário (ex: casa, rua, café, etc.) _____ Não responder <table border="1" style="width: 40px; height: 20px;"></table> Concelho de realização do Inquérito _____ G0 - Área de residência (freguesia e bairro, se pertinente) _____ Não responder <table border="1" style="width: 40px; height: 20px;"></table> Não responder Data <table border="1" style="display: inline-table; width: 40px; height: 20px;"></table> <table border="1" style="display: inline-table; width: 40px; height: 20px;"></table> <table border="1" style="display: inline-table; width: 40px; height: 20px;"></table> Não responder <table border="1" style="width: 40px; height: 20px;"></table>																																																																																																																											



CONTACTOS

Câmara Municipal de Sesimbra

CLAII - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

Rua Manuel Arriaga, Edifício do Mercado Municipal, Loja 23
2975-329 Quinta do Conde - Sesimbra

ACIDI

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

R. Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa

Observatório da Imigração

www.oi.acidi.gov.pt

Linha SOS Imigrante



808 257 257



21 810 61 91



FEINPT

